

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO REGIONAL
LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Vanderlei Beltrão de Vargas

**UMA QUADRA, UMA LÉGUA: JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL E SEU
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA A ATIVIDADE AGROPASTORIL NO
RIO GRANDE DO SUL**

Santa Cruz do Sul
2015

Vanderlei Beltrão de Vargas

**UMA QUADRA, UMA LÉGUA: JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL E SEU
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA A ATIVIDADE AGROPASTORIL NO
RIO GRANDE DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Olgário Paulo Vogt.

Santa Cruz do Sul

2015

Vanderlei Beltrão de Vargas

**UMA QUADRA, UMA LÉGUA: JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL E SEU
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA A ATIVIDADE AGROPASTORIL NO
RIO GRANDE DO SUL**

Esta tese foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa: Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Olgário Paulo Vogt
Professor Orientador – UNISC

Dr^a. Cidonea Machado Deponti
Professora Examinadora – UNISC

Dr. Marco André Cadoná
Professor Examinador – UNISC

Dr. Clayton Hillig
Professor Examinador – UFSM

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero
Professor Examinador – UNIPAMPA

Santa Cruz do Sul
2015

Dedico essa tese a Deus, nosso criador, e
a todos aqueles que incentivaram e
contribuíram com sua realização.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão especial, a quem nos dá a vida e a quem nos ajuda a perpetuá-la: minha querida família: meu pai Celzino Lopes de Vargas (*in memoriam*) e à minha mãe Alicia Lopes Beltrão, minha esposa Elba e minha filha Bárbara.

Aos(às) amigos(as) ímpares, extensão de afeto do meu núcleo familiar: Márcia Eliana Migotto e Marcos Gregório Ramos Hernandez. Ao mencioná-los, registro a todos(as) minha alegria em compartilhar sincera e profunda amizade.

Há amigos(as) especiais que reuni ao longo da trajetória de minha formação acadêmica. Meus colegas de mestrado e de doutorado, turma 2011. Agradeço ao Tiago Costa Martins e Roberto do Nascimento e Silva, à Denise Medianeira Mariotto, Giovana Bianchini, Lilianna Bolsson Loebler e Irene Maria Brzezinski Dianin, com quem tive a oportunidade de empreender profícuas reflexões.

Minha trajetória acadêmica foi prazerosamente conduzida por mãos sábias dos(as) professores(as) Erica Karnopp, Rogério Leandro Lima da Silveira, Silvio Cezar Arend, Heleniza Avila Campos, Carlos Águedo Naguel, Markus Brose, Marcos Artemio Fischborn Ferreira e Valter de Almeida Freitas. A todos(as): muito obrigado por conduzirem com sapiência meu aprimoramento intelectual.

À instituição educativa, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, que proporcionou condições para a realização do meu doutorado. Particularmente, sou grato à professora Virgínia Elisabeta Etges e ao professor Marco André Cadoná, coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional.

Igualmente, sou grato aos colaboradores dessa tese que possibilitaram o acesso a fontes de pesquisa. Menciono a professora Carla Comerlato Jardim, Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha, Santa Maria, RS, o professor Luiz Fernando Rosa da Costa, Diretor do *Campus* São Vicente do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Farroupilha, a professora Maria Luiza Cardoso Pêgas, Coordenadora do Museu Dom Diego de Souza da Universidade da Região da Campanha, Bagé, RS, o professor Cláudio de Leão Lemieszek, Diretor do Arquivo Público Municipal de Bagé, RS, e o museólogo Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite, Coordenador da Imprensa do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, Porto Alegre, RS.

Ah, o professor Olgário Paulo Vogt! Como esquecer de suas riquíssimas sugestões, seus valiosos conselhos, estímulo para novas leituras e busca de novas fontes históricas para construir nossa tese, a qual acreditou piamente na possibilidade de ser realizada e de alcançar êxito que, se por ventura alcançá-lo, compartilho-o com meu estimado orientador.

Por fim, expresso meus sinceros agradecimentos àqueles que contribuíram de maneira direta ou indireta para a construção dessa tese, em especial aos que, pelo espaço limitado, não os mencionei, mas podem ter certeza que, de alguma forma, serei sempre grato pela colaboração.

“O saber precisaria de um braço que o
manejasse; o livro lidará sozinho.
Não seria exato afirmar que nas suas
páginas se depara solução a tudo quanto vai
ser discutido ou deliberado. Direi, sim, que
nelas está o principal do que eu poderia
dizer da tribuna e – materialmente – mais do
que me permitiria o maior esforço verbal”.

Pedras Altas, 1º de janeiro de 1934.

J. F. de Assis Brasil.

RESUMO

Os ideais de Joaquim Francisco de Assis Brasil constituíram o foco principal de nossa tese, a partir do qual investigamos suas principais ideias, no terreno filosófico e político, e suas teses sobre desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul e como elas influenciaram o Estado sul-rio-grandense no início do Século XX, principalmente durante a Primeira República (1889-1930). O principal objetivo foi analisar o projeto de desenvolvimento rural defendido por Joaquim Francisco Assis Brasil para o Rio Grande do Sul. Para atingirmos tal objetivo, analisamos aspectos relativos à atividade pastoril e à decadência político-econômica dos estancieiros na região da Campanha, Metade Sul do RS, investigamos sobre as disputas pela hegemonia política sul-rio-grandense no início do período republicano, e, por fim, buscamos entender como, em seu tempo, nosso personagem se posicionava diante das correntes filosóficas predominantes no mundo. Seguimos pelo caminho metodológico do materialismo histórico para construir um diálogo com a literatura e documentos da época e, a partir deles, estabelecemos nossa hipótese de que Assis Brasil construiu a Granja de Pedras Altas como uma granja-modelo, granja-laboratório, para nela por em prática as teses que defendeu, com fundamentos teóricos, acerca do progresso da criação e da lavoura em pequena extensão territorial, tendo como base fundante a tríade educação-riqueza-cultura firmada na sua mais diletta premissa: a terra como fonte verdadeira da riqueza dos povos.

Palavras-chave: J. F. Assis Brasil. Granja de Pedras Altas. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The ideals of Joaquim Francisco de Assis Brazil were the main focus of our thesis, from which we investigate its main ideals, on philosophical and political grounds, and his theses on economic of the Rio Grande do Sul state development and how they influenced the State South Rio Grande in the early twentieth century, especially during the First Republic (1889-1930). The main objective was to analyze the rural development project championed by Joaquim Francisco Assis Brazil to Rio Grande do Sul. To achieve this goal, we analyze aspects of the pastoral activity and the political and economic decline of the ranchers in the region Campaign, South Half RS, we investigated about the disputes over South Rio Grande political hegemony in the early republican period, and finally, we seek to understand how, in his time, our character is positioned on the prevailing philosophies in the world. Followed by the methodological approach of historical materialism to build a dialogue with the literature and documents of the time and, from them, we set our hypothesis that Assis Brazil built the Pedras Altas Grange as a model farm, farm-laboratory to it by in practice the theses defended, with theoretical foundations, about the progress of creation and farming on small land area, with the founding base triad education-wealth-culture grounded in its most beloved premise: the earth as real source of wealth of the people.

Keywords: J. F. Assis Brazil. Pedras Altas Grange. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS

FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
J.F.	Joaquim Francisco
MG	Estado de Minas Gerais
PF	Partido Federalista
PL	Partido Libertador
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PRD	Partido Republicano Democrático
PRL	Partido Republicano Liberal
PRF	Partido Republicano Federal
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SP	Estado de São Paulo
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USA	United States of America – Estados Unidos da América

LISTA DE FIGURAS

1 Divisão geográfica da Metade Norte e da Metade Sul do RS	42
2 Mapa ilustrativo das atuais regiões do RS	43
3 Identificação das regiões do RS na República Velha	44
4 Regiões coloniais do RS na República Velha	52
5 Placa de entrada na Granja de Pedras Altas	179

LISTA DE GRÁFICOS

1 Percentual dos impostos na receita orçada.....	204
2 Percentual da renúncia fiscal em correlação com exportações e carga tributária do RS	208

LISTA DE TABELAS

1 Principais produtos de exportação do RS	48
2 Movimento das exportações do RS entre 1920-1929	60
3 População e eleitores do RS no período circunstanciado	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 LUTA PELA HEGEMONIA POLITICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REPÚBLICA VELHA	28
2.1 O Contexto Político-Econômico Mundial no Pós-Monarquia Brasileira.....	28
2.2 A Caminhada Político-Econômica no Pós-Monarquia Brasileira.....	33
2.3 A Atividade Político-Econômica do RS na Primeira República.....	41
2.4 Disputas políticas no Rio Grande do Sul no período de 1889-1930.....	62
2.5 O Partido Republicano Rio-Grandense nos Governos Castilhistas-Borgista.....	80
2.6 Oposição Liberal e os Partidos Gaúchos da República Velha.....	86
2.6.1 Os liberais opositores: Silveira Martins e Assis Brasil.....	87
2.6.2 Os partidos políticos do Rio Grande do Sul na República Velha	94
3 ASSIS BRASIL E O PENSAMENTO FILOSÓFICO NA REPÚBLICA VELHA ...	106
3.1 Positivismo	106
3.2 Liberalismo	116
3.3 Fisiocracia.....	122
3.4 Trajetórias político-diplomática de J. F. de Assis Brasil.....	128
3.5 A Visão de Mundo de J.F. de Assis Brasil	141
3.5.1 República	142
3.5.2 Democracia.....	145
3.5.3 O voto e o direito ao voto	156
3.5.4 Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo	156
3.5.5 A representação política.....	160
4 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SENHOR DO “CASTELO DE PEDRAS ALTAS”	166
4.1 A Economia Agropastoril em J. F. de Assis Brasil	166
4.2 A Construção da Granja Modelo.....	178
4.3 O Projeto de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul.....	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS.....	223
ANEXOS - REGISTROS.....	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A	239
APÊNDICE B	240

1 INTRODUÇÃO

Nossas reflexões, que circundam o pensamento e a relação¹ que os homens constroem em determinado espaço-tempo, partem de premissas, notadamente, elaboradas na perspectiva marxiana, gramsciana e lefebvrieriana.² São elas: as ideias que os homens defendem são produto do seu tempo³, e constituem sua própria historicidade⁴; a época⁵ é produto das ideias que exercem(ram) influências e deixam(ram) suas marcas no espaço⁶; a estrutura do espaço é a expressão da materialidade das ideias e das relações do homem com a natureza; tal expressão traduz a ocorrência histórica das interações homem-espaço-tempo. É, pois, na análise dessas relações que se torna possível percebermos o desenrolar dos fatos, o caminho entre ideias e ações. Entendemos que, quando se pretende analisar o pensamento de determinado personagem, é preciso situar tal personagem como sujeito em seu contexto cultural, econômico, político e social para, a partir de então, confrontar algumas hipóteses acerca do objeto do estudo.

Nessa perspectiva, analisamos o pensamento de Joaquim Francisco Assis Brasil (1857-1938), doravante Assis Brasil, um personagem importante na história do Rio Grande do Sul, RS, e do Brasil, e seu projeto de granja-modelo em Pedras Altas, uma pequena estação de trens, hoje município da região sudeste do Estado.

Assis Brasil participou ativamente em vários momentos da vida política estadual e nacional, escreveu inúmeras obras sobre política e desenvolvimento no

¹ Para a finalidade desse estudo, à luz do referencial marxiano, afora as controvérsias filosóficas teorizadas em torno do significado do termo relação, tal termo será tomado no sentido da maneira ou do modo como expressões, feições e situações da realidade exterior ao pensamento, objeto do conhecimento, no tempo e no espaço. Não se trata de simples ligação exterior entre objetos distintos, a partir da qual cada objeto mantém sua individualidade anterior; sobretudo, concebe-se que a relação engloba objetos relacionados na totalidade e nova unidade; um sistema de conjunto dado “pela relação que vem a ser a disposição sincrônica e diacrônica dos mesmos objetos, pela posição espacial e sucessão temporal respectiva de cada um com respeito ao demais e da totalidade que, relacionados, eles constituem”. (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 22).

² Utilizamos tais expressões para nos referir à proposição que se remete ao pensamento filosófico de Karl Marx (1818-1883), Antonio Gramsci (1891-1937) e Henri Lefebvre (1901-1991) e à interpretação ortodoxa do marxismo.

³ Usada no sentido de tempo, o qual é tido como categoria fundamental do pensamento filosófico fundando em Kant (1989). Aqui tempo e espaço são considerados elementos constitutivos do real.

⁴ No corpo teórico do marxismo, um de seus princípios fundamentais é a concepção de homem como sujeito de sua própria história. (MARX; ENGELS, 2007).

⁵ Entendida no sentido de temporalidade que, em Lefebvre (1972), a temporalidade perpassa como o futuro que vai ao encontro do passado vindo ao presente.

⁶ Na teoria de Lefebvre (1972), o espaço é produto social e, portanto, envolve as contradições da realidade. Nesse sentido, o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai do mundo e que, por vez, traduz as diferenças e as particularidades contextuais.

campo, representou o Brasil em embaixadas estrangeiras e desenvolveu um projeto de granja-modelo, em sua propriedade, com a finalidade de estimular a pesquisa e o conhecimento na área rural. Então, tratamos da análise do pensamento de um homem que viveu em tempos marcados pelo ideário iluminista racionalista⁷, culto à urbanização e à formação econômica e socioespacial das cidades, mas que, por afinidade, tornar-se-á especialista nas questões rurais, e, por tal razão, não pode [ou não quis] se alijar dos dilemas vividos pelo homem campestre. Em 1907, abandonou os centros urbanos e construiu seu projeto rural com ideias concebidas como revolucionárias para aquela época, resume Aita (2006a).

É, pois, nessa análise que pretendemos estabelecer uma conexão entre ações e ideais preconizados por Assis Brasil com o processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado do RS, ocorrido a partir das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX. Em hipótese, pressupomos que Assis Brasil, como pensador e ativista político, ao desenvolver um conjunto de reflexões relacionadas à situação socioeconômica e política vivida pelo Estado do RS durante a República Velha (1889-1930), influenciou a trajetória histórica desse Estado com devidas implicações no âmbito social, econômico, cultural e político.

Defendemos, então, que Assis Brasil construiu sua Granja de Pedras Altas⁸ como uma granja-modelo, granja-laboratório, para nela por em prática as teses que, teoricamente, defendeu sobre o progresso da criação e da lavoura⁹ em pequena extensão territorial “uma quadra, uma légua”, tendo como base fundante a tríade educação-riqueza-cultura firmada na sua mais dileta premissa: a terra como fonte verdadeira da riqueza dos povos.

Com base nesses pressupostos e em nossa proposta de defesa, apresentamos o problema de nossa pesquisa por meio do seguinte questionamento: quais foram as principais ideias de Joaquim Francisco de Assis Brasil, no terreno filosófico, político e econômico e como suas teses teóricas sobre desenvolvimento influenciaram o Rio Grande do Sul no início do Século XX?

⁷ Uso da razão para combater a fé na igreja e da ideia de liberdade no combate ao poder centralizado na monarquia. Esse movimento tem expressão no liberalismo, seu braço econômico e político.

⁸ Algumas fotografias do complexo Granja de Pedras Altas aparecem no Anexo A, Registros.

⁹ Lembramos que Assis Brasil entendia o verbete ‘agricultura’ com o significado de atividade que se volta à exploração econômica da criação e da lavoura. (BROSSARD, 1989). Atualmente, é comum o uso das expressões: pecuária para se referir à atividade que explora economicamente a criação de animais e agricultura em referência à arte de cultivar os campos, ou seja, à lavoura que explora o solo para fins de produção de alimentos; atividade fornecedora de alimentos. (MANIGLIA, 2009, p. 177).

Em busca de respostas para esse questionamento, elegemos como objetivo geral da pesquisa analisar o projeto de desenvolvimento rural defendido por Joaquim Francisco Assis Brasil para o Rio Grande do Sul. Temos, ainda, como objetivos específicos: a) analisar a atividade pastoril e a decadência político-econômica dos estancieiros da região da Campanha sul-rio-grandense durante a República Velha; b) compreender as disputas pela hegemonia política do RS no início do período republicano, e, c) entender como, em seu tempo, Assis Brasil se posicionava diante das correntes filosóficas predominantes no mundo.

Definidos tema, pressupostos, hipóteses e objetivos, para o desenvolvimento do estudo, buscamos auxílio em procedimentos metodológicos considerados como adequados. Por tal, espelhamo-nos na defesa de Minayo (2002, p. 16) de que “a metodologia deve dispor de um instrumental claro, coerente, capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática”. Daí porque sustentamos nossa investigação no método dialético [materialismo histórico], com apoio de técnicas de pesquisas documental e bibliográfica.

Na concepção marxiana e hegeliana¹⁰, o método dialético é uma tentativa de pensar o mundo pela integração das contradições que permeiam o real, a realidade presente; é um caminho que possibilita pensar o mundo dialeticamente, apreender a realidade e produzir conhecimento. É, pois, esse método o norteador do processo de pesquisa e de análise pretendidas.

Lembramos que Marx e Engels (2007) concebem processo como história e práxis. Para os autores, dialeticamente, a história nada mais é do que o suceder-se

[...] de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Na compreensão de Marx e Engels (2007), a práxis é a atividade humana sensível; é a ação pela qual o homem produz os meios de sua existência. Contudo, ao produzir os meios de que necessita, o homem engendra novas necessidades que, ao satisfazê-las, produz novos meios e assim sucessivamente. Não obstante, a produção de meios é tida pelos autores como expressão da capacidade de trabalho,

¹⁰ Refere-se à proposição que se remete ao pensamento filosófico de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831).

a qual “faz com que o homem seja um ser histórico”, que na sua práxis comprova a verdade – realidade e poder –, o caráter terreno de seu pensamento. (MARX; ENGELS, 2007, p. 14).

Na opção pelo método também firmamo-nos na compreensão de história e de práxis expressas por Lefebvre (1972, p. 38) que, sob a perspectiva marxiana, entende que a história “vai do passado longínquo ao presente” para possibilitar que o historiador refaça “o caminho em sentido inverso para compreender como pode, o passado gerar o presente”. A práxis, junto ao movimento de retrocesso e apoiada no presente, “prepara o futuro, encara o possível, isto é, no limite, a total transformação do mundo real por uma revolução total”. Mas, lembra Lefebvre (1972) que é somente pelo pensamento materialista e dialético que se compreende a dupla determinação do processo – história e práxis –, e apreendem-se complexidades, diferenças, conflitos e contradições, constitutivas do “materialismo histórico”. A partir desse entendimento, o autor considera sobre a aplicabilidade do método que escolhemos.

O método dialético aplica-se à vida e à arte: tanto a vida individual e cotidiana quanto à mais refinada vida estética [...] o método do materialismo dialético introduz ordem e clareza nos domínios mais afastados da prática imediata e da ação. Assim, e somente assim, pode ele tornar-se a “nova consciência do mundo” e a “consciência do homem novo”, ligando a lucidez do indivíduo e a universalidade racional. (LEFEBVRE, 1983, p. 44).

O materialismo histórico [dialético] compreende que toda a sociedade, a seu tempo, é determinada por suas condições socioeconômicas a partir da organização da produção. O que movimenta a sociedade são interesses materiais. Assim, uma situação histórico-social pode ser explicada pelos fatores econômicos, visto que, a dialética marxiana busca o significado do real na atuação histórica, concreta e material dos indivíduos, ou seja, de homens e mulheres que vivem em um contexto sócio-histórico. Compreendem Marx e Engels (2007) que é na história que os seres humanos engendram e significam o mundo ao seu redor.

Ademais, a história aqui referida não significa sucessão de fatos, sobretudo, é tida como luta cotidiana do ser humano para produzir suas condições materiais de existência por meio da relação que estabelece com a natureza, mediada pelo trabalho, e o modo como ele interpreta tal relação.

Em Marx e Engels (2007, p. 35) encontramos, em resumo, o significado da relação do ser humano com a natureza: “Minha relação com meu ambiente é a minha consciência”. Mas, essa consciência não é ‘pura’, sobretudo, é construída por

influência da matéria, da linguagem, é, porquanto, um produto social que existirá enquanto houver homens no planeta Terra. “A consciência é, naturalmente, antes de mais nada mera consciência do meio sensível mais próximo e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas situadas fora do indivíduo que se torna consciente”, complementam esses pensadores.

Na perspectiva de Marx e Engels (2007), a consciência não é apenas organizadora do meio, mas constitui-se em ente que se organiza em função e em relação com o material. A riqueza dessa consciência é dependente inteiramente da riqueza das relações reais que o homem estabelece. A expressão dessa riqueza encontra-se na linguagem e nas formas de pensamento, reais ou ilusórias. Na concepção dos autores, pensamento e linguagem refletem as relações efetivas entre sujeitos, e, portanto, são resultantes das condições históricas e materiais em que encontramos homens e mulheres que vivem no planeta Terra ou que passaram por ele e a partir das suas relações efetivas, registraram essa passagem.

Recorremos a Marx (1982) que, em seus estudos, chegara à conclusão de que as relações jurídicas, assim como as formas de Estado, não poderiam ser compreendidas pelo desenvolvimento geral do espírito humano [consciência], mas como frutos das condições materiais de existência. Entendia o autor que:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982, p. 25).

Estabelecidos os pressupostos que norteiam nossa opção pelo método, selecionamos o material de consulta a fim de estruturar nosso trabalho, exatamente porque o modelo operativo da pesquisa adota técnicas de pesquisas bibliográfica e documental. Esse material foi constituído por documentos e referencial bibliográfico específicos, ao qual foram acrescentadas consultas em outras fontes, segundo a necessidade e desenvolvimento da pesquisa. Mas, a estruturação básica de nosso texto dissertativo ocorre a partir da consulta em documentos e no referencial

bibliográfico inicialmente selecionados. O tratamento analítico disposto ao material de consulta foi de natureza qualitativa.

As fontes de consultas, basicamente, constituíram-se em fontes primárias e secundárias. Nas fontes primárias reúnem-se documentos para análise, como textos escritos por Assis Brasil e publicados em jornais e revistas, discursos parlamentares e matérias de jornais em referência ao nosso personagem. As fontes secundárias, formadas pelo referencial bibliográfico, são utilizadas ao longo do desenvolvimento do trabalho como expressões fidedignas.

Diante do exposto, entendermos que os procedimentos metodológicos escolhidos são oportunos, visto que, para explorar as ideias de Assis Brasil é preciso analisar as relações históricas, às quais ele estava interligado, abstrair contradições presentes na sociedade da época e detectar como os interesses de classe se relacionam com as ideias existentes em determinado período. Nesse sentido, ao pesquisarmos sobre o pensamento político e socioeconômico de Assis Brasil, não é possível fazê-lo isolado dos acontecimentos que ocorriam no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX.

Lembramos que naquele citado período, no plano internacional, assiste-se ao aumento da competição capitalista que redundou na Primeira Guerra Mundial. No campo político, refletindo o que ocorria na economia mundial de vários países, regimes liberais¹¹ dão lugar a regimes fortemente intervencionistas no plano econômico. Isso acontece, por exemplo, na Rússia, no período pós-Revolução Bolchevique de 1917, e na Itália, com a ascensão do fascismo ao poder em 1922.

No Brasil, sustenta Backes (2009), o regime escravocrata de produção, ligado intimamente à Monarquia, depois de passar por longa agonia, finalmente é extinto em 1888. Com ele desabou também a Monarquia que havia sido sustentada pelos latifundiários escravistas. Com o fim da forma de governo monárquica e a instalação da República, o poder passa às mãos de oligarquias políticas, formadas por cafeicultores paulistas que então detinham o poder econômico do país, e dos mineiros, aja vista que, naquela época, Minas Gerais era o maior colégio eleitoral do

¹¹ Liberalismo consiste em uma filosofia política voltada à ideia de liberdade, ainda que restrita ao que está posto institucionalmente. (RÉMOND, 1974). O liberalismo econômico considera que existem leis inerentes ao próprio processo econômico – tais como a lei da oferta e da procura – que estabelecem o equilíbrio entre a produção, a distribuição e o consumo de bens em uma sociedade. O Estado liberal, por sua vez, não deve interferir na economia, mas apenas garantir a livre iniciativa e a propriedade privada dos meios de produção. O liberalismo econômico defende assim a conhecida “economia de mercado”. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p. 119).

país. Inicia-se aí o denominado período das Repúblicas Oligárquicas, referência direta ao tipo de ordenamento político vigente no país desde a queda da Monarquia até a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930. Lembra-nos Figueiredo (2010, p. 12) que o regime instaurado em 1889, conforme a acepção do termo oligarquia, sobretudo, era “um governo de poucos, composto por grupos e facções à frente dos negócios públicos”.

No Rio Grande do Sul, os liberais liderados por Gaspar Silveira Martins (1835-1901), haviam sido absolutamente hegemônicos na política nos decênios finais do Império. O próprio Gaspar Silveira Martins havia sido presidente da Província de São Pedro do RS no período que vai de julho a novembro de 1889, quando ocorreu a Proclamação da República. Dentre os liberais do período monárquico, o grupo social dos estancieiros era o que impunha sua ideologia. O fim da Monarquia alijou-o do poder. O Estado entrou, então, em crise política no início do período republicano.

Um dos defensores do método dialético que contribuiu em nossa pesquisa bibliográfica foi Antonio Gramsci, pois seus estudos sobre a hegemonia auxiliam a compreensão da disputa política sul-rio-grandense que houve na época estudada. Explica Gramsci (2002) que a hegemonia seria a capacidade de um grupo social unificar em torno de seu projeto político um bloco mais amplo, não homogêneo, marcado por contradições de classe. O grupo ou classe que lidera tal bloco é hegemônico porque consegue ir além de seus interesses econômicos imediatos, para manter articuladas forças heterogêneas, em uma ação essencialmente política, que impeça a irrupção dos contrastes existentes entre elas.

Portanto, a hegemonia é algo que se conquista por meio da direção política e do consenso e não mediante a coerção. Além da ação política, a hegemonia pressupõe constituição de determinada moral, de uma concepção de mundo, em uma ação que envolve questões de ordem cultural, na intenção de que seja instaurado um “acordo coletivo”, por meio da introjeção da mensagem simbólica a fim de produzir consciências falantes, sujeitos que sentem a vivência ideológica como sua verdade. Daí, o pensamento político-ideológico apresentar-se como uma realidade prática, porque, ao ser compreendido e aceito pelos atores sociais, torna-se poder material, converte-se em ação prática, ou, mais precisamente, em práxis, tal como compreendida em Marx e Engels (2007).

O grupo que assumiu o poder no RS, o Partido Republicano Rio-Grandense, doravante PRR, precisava construir uma nova hegemonia.¹² Sua direção havia se aliado aos militares nos anos finais do Império. Esses comungavam da simpatia pelo positivismo¹³ defendido por Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) e pela direção do PRR. Já os liberais gaúchos¹⁴ haviam dado sustentação a D. Pedro II¹⁵, e seu grande líder estava incompatibilizado, inclusive por questões de ordem pessoal, com Deodoro da Fonseca (1827-1892), proclamador oficial da República e primeiro Presidente do Brasil no período entre 1889-1891. Economicamente, o Estado do RS ainda tinha a peculiaridade de não ligar-se à agricultura agroexportadora, mas de produzir principalmente para o mercado interno brasileiro. A República, proclamada em 15 de novembro de 1889, abriu assim uma luta encarniçada pelo poder no Estado do RS. A guerra civil de 1893-1895, conhecida como Revolução Federalista, é um dos reflexos disso, encerra Love (1975).

O novo grupo dirigente, que não se apoiava especificamente em uma classe histórica, segundo a concepção gramsciana, tomou o poder e manteve-se graças a cooptação política de antigos membros do Partido Conservador, pelo apoio do Exército Nacional e da Brigada Militar, a qual foi criada para lhe dar sustentação, e porque buscou nas emergentes áreas coloniais do Estado do RS uma nova base de sustentação política. À luz do corpo teórico de Gramsci (2002, p. 62), é possível inferirmos que a supremacia desse novo grupo dirigente se deu de dois modos: “como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a liquidar ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados”.

Nas primeiras décadas do século XX, em uma época de crise da pecuária sul-rio-grandense, o poder político do PRR, agora sob as férreas mãos de Antonio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), foi novamente contestado. Entretanto, os federalistas de Gaspar Silveira Martins e os liberais de Assis Brasil já não eram

¹² Na teorização de Gramsci (1980, p. 6), o partido político, sobretudo, é visto como “a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”.

¹³ Adotamos a denominação positivismo ou filosofia positiva como um conjunto de ideias defendidas por Augusto Comte (1798-1857). Como veremos, essa filosofia permeou a política e a economia dos governos do RS durante toda a Primeira República.

¹⁴ O gaúcho, que surgira, em inícios do século XVIII, como tipo humano e grupo social significativo e singularizado do pampa. Etnicamente, o gaúcho originou-se da miscigenação de espanhóis pobres, náufragos, desertores, cativos fugidos, etc. com guaranis, charruas e minuanos aculturados ou semiaculturados. (MAESTRI, 2010a, p. 155).

¹⁵ Imperador do Brasil que esteve à frente do governo do país entre 1840-1889, no período conhecido como Segundo Reinado.

economicamente predominantes no Estado e, além disso, parcela de suas elites políticas tinha sido absorvida ou aniquilada pela ação diretiva e de dominância dos republicanos. Todavia, na década de 1910, os federalistas conquistam posições políticas na Assembleia dos Representantes do Estado, sensível evidência que a hegemonia republicana começava a ruir. Na década de 1920, como intelectual orgânico dos pecuaristas sul-rio-grandense, Assis Brasil, com sua candidatura à Presidência do Estado, procura criar um movimento político que lhe desse uma atividade hegemônica mesmo antes de chegar ao poder. Mas uma vez fracassada a intenção, seu grupo recorre ao uso da força enquanto esperava a intervenção do presidente Artur Bernardes (1875-1955)¹⁶ que havia, nas eleições nacionais de 1922, sido apoiado pelos dissidentes sul-rio-grandenses. Já o PRR havia dado sustentação ao candidato derrotado, Nilo Peçanha (1867-1924). Mas o apoio do governo federal não se fez esperar e a tentativa dos liberais gaúchos de retornar ao poder malogrou.

É, pois, nas primeiras décadas do século XX que Assis Brasil acentua suas contundentes críticas aos descaminhos da República do Brasil e claramente expõe sua concepção de que a política é o meio por excelência para a superação do atraso social do país, comenta Hollanda (2011). Esse atraso, certamente, é sentido na vida do campo, na vida dos homens e das mulheres campesinas.

Associadas a essas críticas, surgem, pouco a pouco, as formulações teóricas do projeto assisista para o desenvolvimento rural do Estado sul-rio-grandense que são postas em prática na Granja de Pedras Altas. É esse o projeto de nosso interesse e que nos propomos investigar no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Linha de Pesquisa Sociedade, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, da UNISC.

Uma das razões para a realização da presente pesquisa é a ausência de trabalhos sobre Assis Brasil que especifiquem seu projeto de desenvolvimento¹⁷ socioeconômico e sua preocupação com o progresso agrícola e pecuarista do RS, temática constante em todos os momentos em que viveu tanto no Brasil quanto no exterior. Acreditamos que o estudo de projetos de desenvolvimento regional, ainda

¹⁶ Artur da Silva Bernardes foi presidente do Brasil no período de governo republicano entre os anos de 1922 e 1926.

¹⁷ Nessa tese, usamos como sinônimo desenvolvimento e progresso ainda que, no contexto da filosofia contemporânea, cada termo tenha significado específico (ABBAGNANO, 1982). Nossa opção reside no fato de, no século XIX, ser incomum o uso do verbete desenvolvimento com tal significado.

que não tenham alcançado o êxito esperado, ou que por circunstâncias políticas foram silenciados ou derrotados, como é o caso do projeto de Assis Brasil, devem ser objeto de estudo daqueles que se dedicam à pesquisa em desenvolvimento regional. Pesquisas realizadas nesse sentido contribuem para a compreensão de realidades presentes. Assis Brasil foi inegavelmente um representante do liberalismo e dos grandes proprietários de terra do RS. Sua proposta, no entanto, não foi hegemônica, sendo sobrepujada por aquela defendida pelo PRR.

Salientamos, contudo, que o pensamento político, a trajetória pública e a produção intelectual de Assis Brasil foram, por vezes, objeto de pesquisas que, na maioria, concentra-se no período republicano ou no seu rompimento político-partidário, em 1890, com Júlio Prates de Castilhos, representante maior do PRR, privilegiando, dessa forma, sua atuação como parlamentar e os interesses que defendeu no parlamento, ou de suas ações como diplomata brasileiro.

Muitas dessas pesquisas têm demonstrado rigor científico, sendo assinadas por estudiosos renomados como, por exemplo, a publicação *J. F. Assis Brasil: interpretações*, editada em 1995 e organizada por Artheniza Weinmann Rocha, Luiz Gonzaga Binato de Almeida e José Newton Cardoso Merchiori, na qual os autores relatam parte da atuação política de Assis Brasil. A partir de consultas em documentos pertencentes ao acervo da biblioteca de Pedras Altas, esses autores retratam J. F. Assis Brasil como intelectual, político e doutrinador, um republicano gaúcho não positivista que ousou defender uma proposta de dignificação da vida no campo e que viveu intensamente cada momento da sua labuta diária na construção e na implantação de sua granja-modelo, a Granja de Pedras Altas. Todos os fatos significativos dessa labuta foram registrados metodicamente em “seu diário técnico, por ele chamado *Memorandum*” (ROCHA; ALMEIDA; MERCHIORI, 1995, p.109).

No rol de nosso referencial há dois trabalhos da historiadora Carmem Aita (2006ab) que analisa o pensamento político de Assis Brasil durante a República e avalia a influência desse pensamento na história das ideias políticas do Brasil. O primeiro, sob o título *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938)*, é uma publicação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, em que Aita (2006a) retrata a vida e a obra de Assis Brasil como destacado líder político. No segundo, sua tese de doutorado, *Liberalismo e república: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil*, Aita (2006b) realiza nova interpretação do pensamento político de nosso personagem, constrói sua inserção na história das

ideias políticas brasileiras, privilegia discutir a relação entre república e liberalismo, a partir dos conceitos elaborados pelo pensamento de Assis Brasil sobre democracia representativa e governo republicano presidencial. A tese de Aita (2006b) procura resposta às seguintes questões: a partir de que referências se formaram as ideias do pensamento político de Assis Brasil? E a que vieram? Ao longo da tese, a autora demonstra que na história do pensamento político do país, Assis Brasil foi um dos pilares da tradição republicana brasileira que ultrapassou sua origem, a ilustração pombalina, exatamente porque bebeu nas fontes da história pensada por

[...] antigos gregos e romanos, reinterpretados nos ensaios que tiveram lugar nas cidades italianas e nos países baixos entre os séculos XV e XVII, conceitos formadores da república antiga ou clássica, para entrar logo, quando fenecia o iluminismo dos setecentos, na grande aventura moderna iniciada pela revolução americana e pela revolução francesa, divisor de águas que deu origem à república moderna e liberal. Por fim, para esta interpretação, o registro que permanece da imagem que guia o pensamento político de J. F. de Assis Brasil, não é a imagem do homem conquistando um lugar, mas a imagem do homem em incessante movimento. (AITA, 2006b, p. 242).

Também fundamenta nossa tese, a pesquisa da doutora em Ciência Política, Cristina Buarque de Hollanda (2011), que reúne documentos inéditos relativos à participação em conferências e discursos que proferiu o político e intelectual Assis Brasil. É, pois, a partir da análise desse material que publica uma antologia acerca da trajetória pública de nosso personagem. Nessa publicação, *Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política*, a autora coloca Assis Brasil no cenário nacional como um político observador da cena social do país no final do período monárquico e durante a Primeira República, que rejeita a imagem de cidadãos ideais e se refere aos homens tais como são, sem renunciar ao desejo e à crença na promoção do desenvolvimento social a partir da educação vista como fonte geradora de riquezas sustentadas no incremento moral e científico, e da participação política do povo brasileiro no direcionamento dos rumos do país. “O lugar do povo na política era definido pelo intelectual em sintonia com a premissa progressiva e cumulativa da pedagogia”. (HOLLANDA, 2011, p. 20).

Dentre os trabalhos de cunho científico buscamos fundamentos no estudo da historiadora Tassiana Maria Parcianello Saccol (2013), que analisa a atuação de Assis Brasil no período da propaganda republicana, nos anos de 1880 e 1889. Em *Um propagandista da república: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)*, a autora centra a atenção na trajetória

do jovem propagandista para refletir como sua atuação política e suas publicações contribuíram para a circulação de ideias no país, no final do século XIX, e para a composição de forças reunidas em torno do movimento republicano, formado pelos grupos de influência nas regiões da Campanha e Missioneira do RS. Na sua construção, a autora coloca nosso personagem como centro das relações sociais que se estabeleciam por suas constantes interações com diferentes indivíduos, quer sejam familiares, amigos ou correligionários políticos, cujo vínculo de Assis Brasil com tais grupos era tão significativo que viabilizou sua eleição para o cargo de deputado provincial. Tal como afirma Saccol (2013, p. 198), esses grupos de influência “terminariam por ser representados por Assis Brasil no Parlamento”.

Compõem ainda o referencial bibliográfico sobre Assis Brasil duas publicações de cunho historiográfico da década de 1950. A primeira é de Fortunato Pimentel (1950) que aborda a contribuição de J. F. Assis Brasil para os melhoramentos da agricultura nacional e a Granja de Pedras Altas como exemplo da moderna propriedade agropecuária. Em *Joaquim Francisco de Assis Brasil: emérito agricultor*, Pimentel (1950) mostra o empenho de nosso personagem na defesa da criação e da lavoura; o criador de espécies vacuns, de ovelha, de galináceos e de cavalos de puro sangue, preocupado com o desenvolvimento econômico e social do homem do campo sul-rio-grandense. A segunda é uma publicação de José Pereira Coelho de Souza (1958) que analisa o pensamento político de Assis Brasil à luz do contexto sócio-histórico do final do Império e Primeira República. Em sua análise, o autor coloca em evidência a perspectiva liberal e democrática defendida por Assis Brasil diante do autoritarismo dos governos do PRR.

Além das obras mencionadas, conta nosso referencial bibliográfico com os trabalhos organizados pelo jurista brasileiro Paulo Brossard de Souza Pinto (1989), nos quais expõe as ideias republicano-democráticas de Assis Brasil, bem como alguns de seus escritos no âmbito jurídico. É dessa publicação que retiramos algumas matérias de jornais que se pautam no momento histórico do RS no qual viveu Assis Brasil. O trabalho de Álvaro da Costa Franco (2006), diplomata brasileiro que aborda a atuação de Assis Brasil no Ministério das Relações Exteriores e ilustra suas negociações nesse posto político com cartas. As publicações da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, em especial sobre a trajetória das charqueadas, frigoríficos e criadores, e a trajetória do parlamento gaúcho durante a Primeira República, publicadas em 1980 e 1992, respectivamente. A tese de Ronaldo Herrlein

Júnior (2000) que estuda a história econômica do Rio Grande do Sul relativa ao período entre 1889-1930, na qual o autor discute o desenvolvimento capitalista e as relações político-econômicas estabelecidas nas diferentes regiões do Estado.

A presente tese está dividida em quatro (4) capítulos, compostos por títulos e subtítulos quando necessários. O primeiro – Introdução – é esse que apresenta o tema, os objetivos, a fundamentação teórica e a metodologia.

No segundo capítulo – A Luta pela Hegemonia Política no Brasil e no Rio Grande do Sul durante a República Velha – tecemos considerações acerca do contexto mundial vivido por Assis Brasil, no final do século XIX e início do século XX, período esse que se constitui em campo fértil de suas reflexões sobre os temas Estado e sociedade, os quais sustentaram sua proposta de liberalismo para o Brasil recém-republicano. Em todas as abordagens desse capítulo nos propomos analisar o contexto político-econômico do Rio Grande do Sul na passagem do Império para a República e durante a Primeira República.

No terceiro capítulo – Assis Brasil e o Pensamento Filosófico na Velha República – preocupamo-nos com as influências dos ideais iluministas propagados pelo positivismo, liberalismo e fisiocracia na formação do pensamento político do Rio Grande do Sul, os quais, notadamente, acompanharam a inserção do país e do Estado gaúcho no denominado mundo Ocidental. Nesse capítulo, cada uma dessas correntes de pensamento é discutida especificamente com o intuito de facilitar a reflexão e a compreensão dos embates travados pelos defensores dos ideais positivistas e pelos defensores dos ideais liberais. Ainda, apresentamos uma síntese da vida e da obra de nosso personagem na defesa da República, da democracia e da federação, enquanto pensador preocupado com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e do Brasil a fim de compreendermos como seu ideário iluminista influenciou uma legião de gaúchos e brasileiros simpatizantes do liberalismo e da fisiocracia. Nesse capítulo também retratamos Assis Brasil filósofo e doutrinador e apresentamos algumas de suas principais ideias a respeito dos temas político-doutrinários de seu interesse, quais sejam: república, democracia, voto e o direito ao voto, sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo, e representação política. Na amplitude das reflexões empreendidas, esse capítulo constitui-se, pois, em um passeio pela vida e pela obra de Assis Brasil; um homem letrado e influente.

Formamos a pauta do quarto capítulo – O Projeto de Desenvolvimento Rural do Senhor do “Castelo de Pedras Altas” – com elementos relativos à economia agropastoril na concepção de nosso personagem, a construção de sua granja-modelo em Pedras Altas e seu projeto de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul. Propomos uma análise comparativa entre ideias defendidas por Assis Brasil, discursos e obras/fatos/feitos dos sucessivos governantes do hegemônico Partido Republicano Rio-Grandense durante a Primeira República. Em todo o capítulo, conduzimos nossas reflexões e argumentações para sustentar a hipótese de que nosso personagem construiu um projeto para a economia rural do Estado rio-grandense desvinculado da posse latifundiária da terra.

Foi, então, com tal estruturação que nos lançamos na defesa de que Assis Brasil propôs a Granja de Pedras Altas para em “uma quadra, uma légua” desenvolver sua pedagogia campesina e instruir o homem que trabalha a terra – o criador de gado e o lavrador – para dela retirar frutos que lhe possibilitasse viver com bem-estar. Quiçá, esse trabalho alcance os objetivos a que nos propomos e incentive novas pesquisas sobre a vida e a obra de personagens que constroem cotidianamente a história do povo brasileiro, em especial, do povo sul-rio-grandense. De igual maneira, auspiciosamente, desejamos que nossa tese, na sua essência, considerada a importância da temática abordada – exploração da terra e elevação da produtividade em minifúndios –, desperte interesse acadêmico, principalmente, em programas de pós-graduação em desenvolvimento regional do Estado do Rio Grande do Sul ou de outros Estados do Brasil. Por certo, em novas investigações, há que se descobrirem novos exemplos pioneiros, similares à proposta assisista, levada a efeito na Granja de Pedras Altas.

2 LUTA PELA HEGEMONIA POLITICA NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REPÚBLICA VELHA

Ao iniciarmos esse capítulo, pautamos brevemente o contexto mundial vivido por Assis Brasil, final do século XIX e início do século XX, período esse que se constitui em campo fértil de suas reflexões sobre Estado e sociedade, as quais sustentaram sua proposta de liberalismo para o Brasil recém-republicano. Na sequência, discorreremos sobre as disputas políticas no Rio Grande do Sul, no período de 1889 a 1930, e as concepções do Partido Republicano Rio-Grandense, orientadoras dos governos castilhistas-borgistas. Por fim, discorreremos sobre os caminhos traçados para o RS pelos partidos políticos atuantes na época e o liberalismo oposicionista de Gaspar Silveira Martins e de J. F. de Assis Brasil.

2.1 O Contexto Político-Econômico Mundial no Pós-Monarquia Brasileira

É bem verdade que durante o século XIX, a Europa passou por profundas transformações econômicas, sociais e políticas decorrentes da expansão e da consolidação do sistema capitalista de produção. No último quartel do século, o capitalismo¹⁸ da livre concorrência cedeu lugar ao capitalismo monopolista. Houve, a partir de então, uma corrida imperialista das nações europeias mais desenvolvidas em busca de colônias nos continentes africano e asiático. Mas, é no continente americano, já dominado, principalmente na América Latina, que essas nações imperialistas buscaram novos mercados e novas oportunidades para consolidar, o que Rosa Luxemburgo (1984) chamou de acumulação ampliada do capital.

Assim, é possível afirmarmos que a economia mundial vem se constituindo a partir de uma cultura capitalista. Nessa cultura, existem dominados e dominantes. Na concepção de Hobsbawm (1992), o período que vai de 1875 a 1914 pode ser chamado de *Era dos Impérios*, fase essa em que os países capitalistas mais avançados passaram a dominar os que se encontravam em outros estágios de produção, ditos atrasados. Houve, em decorrência, a formação de grandes impérios

¹⁸ Explicam Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 141), na cultura corrente, ao termo capitalismo se atribuem conotações e conteúdos frequentemente diferentes, sendo preferível usar definições deduzidas. Daí porque definimos capitalismo como “conjunto de comportamentos individuais e coletivos, atinentes à produção, distribuição e consumo de bens”.

no mundo, sendo os maiores representados pela Inglaterra, França e Alemanha, pouco mais tarde, também pelos Estados Unidos da América – USA.

Em tal período, algumas características são visíveis e importantes, como o crescente capitalismo industrial e financeiro, oferecendo oportunidades aos países mais industrializados para que continuassem a deter a hegemonia mundial, e, com isso, reforçar o domínio sobre os países menos desenvolvidos. É, pois, a crescente ascensão do chamado imperialismo mundial. Uma definição adequada para o termo “imperialismo” pode ser buscada nos escritos de Lênin (1982). Para o autor, o imperialismo seria a fase superior e derradeira do capitalismo, sendo que

[...] a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1982, p. 88).

Hobsbawm (1988) contribui com essa discussão e acrescenta que:

O imperialismo do final do século XIX foi indubitavelmente novo. Foi produto de uma era de concorrência entre economias industrial-capitalistas rivais, fatos novos e intensificados pela pressão em favor de obtenção e da preservação de mercados num período de incertezas econômicas. (HOBSBAWM, 1988, p. 109)

Na fase do imperialismo, as grandes potências burguesas aumentaram seus investimentos, direcionando-os, em parte, para suas colônias da África e da Ásia, onde extraíam a matéria-prima que necessitavam para suas indústrias. Ali se supriam, por exemplo, de minério de ferro, carvão, borracha, dentre outras, gerando com isso grande volume de produção em massa de produtos industrializados, os quais necessitavam ser vendidos. Deriva daí, o movimento em busca de mercado consumidor que incentiva a expansão dos mercados para além das fronteiras dos mercados produtores. Esse movimento tinha como fatores importantes a busca pela força de trabalho barata para a produção fabril e pelo estabelecimento de estratégias geopolíticas em áreas coloniais, tornando-se extremamente importante para a hegemonia econômica das potências mais desenvolvidas. A Inglaterra, por exemplo, que ostentava o título de “rainha dos mares” desde o fim do século XVII, busca incessantemente a ocupar pontos estratégicos, menos para dar sustentação à sua política diplomática, e muito mais em função dos interesses mercadológicos dos grupos capitalistas que atuavam em seu território.

Porém, o avanço capitalista prejudicou culturalmente povos que haviam sido submetidos, pois interferiu em seus hábitos e costumes. Afirma Hobsbawm que:

O ponto crucial da situação econômica global foi que um certo número de economias desenvolvidas sentiu simultaneamente a necessidade de novos mercados. Quando sua força era suficiente, seu ideal eram “portas abertas” nos mercados do mundo subdesenvolvido; caso contrário, elas tinham a esperança de conseguir para si territórios que, em virtude da sua dominação, garantissem à economia nacional uma posição monopolista ou ao menos uma vantagem substancial. A consequência lógica foi a repartição das partes não ocupadas do Terceiro Mundo. (HOBSBAWM, 1992, p. 101).

Outro aspecto relevante da corrida colonialista foi que ela gerou rivalidades entre as potências capitalistas. Na concepção marxiana, tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial, ocorridas no século XX, seriam resultantes da competição encarniçada entre as potências imperialistas. Explica Hobsbawm que

[...] o fato maior do século XIX é a criação de uma economia global única, que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, uma rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países desenvolvidos entre si ao mundo não desenvolvido. Sem isso não haveria um motivo especial para que os Estados europeus tivessem um interesse algo mais que fugaz nas questões, digamos, da bacia do rio Congo, ou tivessem se empenhado em de disputas diplomáticas em torno de algum atol do Pacífico. Essa globalização da economia não era nova, embora tivesse se acelerado consideravelmente nas décadas centrais do século (...) entre 1875 e 1914 as exportações europeias, de fato, tinham mais do que quadruplicado entre 1848 e 1875, ao passo que entre esta última data e 1915 apenas duplicaram. (HOBSBAWM, 1992, p. 95).

Nesse sentido, fica evidente que já nas últimas décadas do século XIX o capitalismo se apresentava como um modelo de criação e de manutenção das desigualdades entre as potências mais ricas em relação aos países mais pobres. Para Hobsbawm (1992), a *Era dos Impérios* prolongou-se até meados da Grande Depressão, ocorrida entre 1929-1933.

Lembramos que, inequivocamente, o sistema capitalista de produção é fruto da Revolução Industrial ocorrida, primeiramente, na segunda metade do século XVIII na Inglaterra, a qual serviu de marco para a substituição do trabalho artesanal e manufatureiro pelo trabalho assalariado, desencadeou profundas mudanças na produção industrial e acentuado arranjo nos mercados mundiais, bem como possibilitou o surgimento de diversificado aparato tecnológico, o qual, no contexto mundial, viabilizou que a economia se tornasse diversificada e complexificada. Como ressalta Hobsbawm (1982), um dos pontos de destaque importante para o

século XIX foi a tecnologia do vapor e do ferro, e, paralelamente, o surgimento de outras tecnologias como, por exemplo, o telefone, o telégrafo, o cinema, o automóvel, a bicicleta, o avião e uma série de utensílios domésticos.

Não obstante, com a urbanização crescente, devida principalmente à indústria e sua mão de obra, houve aumento do consumo pela geração de novos consumidores para o mercado de produção em massa, o que impulsionou, como consequência, a criação de novos modelos de vendas dos produtos, atualmente conhecidos como meios de comunicação de massa impulsionados pela tecnologia.

O capitalismo, e o reverso de sua moeda, o liberalismo político e econômico, vêm continuamente reforçar a acumulação do capital e a divisão de classes entre dominantes e dominados. De uma forma geral, os países da Europa, no século XIX, adotaram o liberalismo como regime político. Já a economia da livre concorrência desembocou, no último quartel do mesmo século, no imperialismo. A corrida imperialista, no início do século XX, gerou na Europa rivalidades e muitos conflitos econômicos e nacionalistas. As rivalidades entre os países provocaram um clima de paz armada, surgindo, a partir desse fato, alianças entre algumas potências.

Lembramos que, nessa época, a Europa tinha uma situação econômica privilegiada em relação aos outros continentes, devido à industrialização e ao comando colonial. Era detentora de mais da metade da produção industrial do mundo e seus bancos concentravam grandes estoques de capital. Porém, explica Hobsbawm (1992), a partir da metade do século XIX, os USA começaram a dominar alguns mercados e, com isso, gradativamente, a competir com as potências europeias, inclusive deixando de importar muitos de seus produtos.

Notadamente, na América Latina, a formação dos Estados Nacionais coincidiu com uma demanda abundante de matéria-prima para incrementar a produção das economias europeia e norte-americana. Explica Dabène (2003) que aqueles países latino-americanos que foram capazes de estabilizar rapidamente sua vida política melhor situaram-se para atender tal demanda. Afirma o autor que em todos eles

[...] a estabilidade política e o crescimento econômico reforçaram-se mutuamente. O aumento dos ganhos de exportação permitiu aos governos agendar as reformas fiscais, enquanto o clima de prosperidade proporcionava um indiscutível apoio à classe dirigente. Uma ordem oligárquica estável se estava pondo em marcha. (DABÈNE, 2003, p. 17).

Não obstante, a inserção das economias latino-americanas no mercado mundial gerou consequências profundas e duradouras, as quais foram sentidas de

forma diferenciada, tendo em vista as variadas capacidades de desenvolvimento em conformidade com as peculiaridades de cada país. O mesmo aconteceu com a penetração do capital estrangeiro nesse processo, pois cada nacionalidade estabeleceu combinações particulares de desenvolvimento e de dependência.

Todas essas questões históricas abordadas foram relevantes para o mundo, pois as mudanças ocorridas no final do século XIX e início do século XX serviram de base para os acontecimentos seguintes, que se consolidaram em anos posteriores e que se fazem presentes até os dias atuais. Pesquisadores da história econômica do Brasil, tais como Celso Furtado (2005) e Caio Prado Júnior (2006) são unânimes ao afirmar que, nas primeiras décadas do século XX, basicamente a economia nacional era amparada na produção agrícola destinada ao mercado externo, confirmando a posição de economia complementar e periférica de toda a América Latina e reforçando seu modelo econômico primário-exportador.

Nesse contexto, o café brasileiro mantinha-se como principal produto de exportação. A política econômica adotada pelo governo, então sediado no Rio de Janeiro, fundamentava-se no liberalismo econômico. Explica Prado Júnior (2006) que os governantes adeptos ao liberalismo econômico mantinham o entendimento de que cabia ao Brasil, na divisão internacional do trabalho, a produção de produtos agrícolas para a exportação e a importação de manufaturados. Nessa condição, o Estado não deveria interferir na economia, mas detinha poder para usar significativa parcela do dinheiro público e contrair dívidas juntos aos banqueiros internacionais para equilibrar a balança econômica brasileira, cujo café era o produto que se afigurava quase isolado nesse equilíbrio. Portanto, todas essas ações visavam proteger os lucros dos cafeicultores. Expõe o autor que, especificamente no que tange à cultura cafeeira durante a República Velha, o Estado brasileiro adotou uma postura que contrariava o liberalismo apregoado e mostrava ter nítido caráter de classe, à medida que, de certa forma, resguardava os cafeicultores.

Tal como já mencionamos, nas primeiras décadas do século XX, o mundo assiste a corrida imperialista deflagrada pelas nações industrializadas da Europa. Nesse contexto, o Brasil insere-se na economia mundial como fornecedor de matérias-primas, especialmente o café, e o Estado do RS, que durante o século XIX teve na pecuária e na produção de charque a base da sua economia, entra em profunda transformação. (HERRLEIN JÚNIOR, 2001).

Findo o período monárquico, ocorre profunda ruptura política no Estado e seu modelo de desenvolvimento centrado na produção da pecuária começa a ceder lugar para uma economia diversificada com a produção originada nas regiões coloniais povoadas por imigrantes europeus, notadamente por alemães e italianos e seus descendentes. No processo de transição do modelo econômico adotado pelos sucessivos governos do PRR, mencionam Targa (1996; 2002) e Herrlein Júnior (2000; 2001), enquanto no território colonial surgiam indústrias de beneficiamento de produtos primários, a região Sul do RS, onde predominava a pecuária, passou a enfrentar uma longa crise, menos em nível econômico e mais político – devido à perda da hegemonia dos liberais. Também Prado Júnior (2004) menciona o baixo nível técnico da pecuária do RS com um dos fatores enfrentados pela estância¹⁹ durante todo o século XIX. Analisemos, pois, o desenvolvimento político-econômico do Brasil e, por conseguinte do RS, no período subsequente ao pós-monarquia.

2.2 A Caminhada Político-Econômica no Pós-Monarquia Brasileira

É no final do século XIX, com o regime político instaurado pela Proclamação da República, mais especificamente a partir da Constituição de 1891, que o Estado do Rio Grande do Sul passou a sentir a influência da política nacional do café-com-leite, política essa que se instalou no país durante a Primeira República.

A expressão “política do café-com-leite” é adotada em referência à economia dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. O primeiro deles, com suas grandes plantações de café, viveu seu apogeu entre 1880 e 1930, exatamente no ápice da imigração europeia com destino ao Sudeste do país a fim de trabalhar na lavoura cafeeira; o segundo Estado, com sua produção de leite, conhecido pelo pão de queijo e queijo minas, na época, era o maior colégio eleitoral brasileiro. Por tais características e por serem dois Estados vizinhos, parecia a combinação perfeita, café (SP) com Leite (MG), para arranjos políticos entre suas oligarquias regionais, com alternância de poder na Presidência da República do Brasil.

A partir da Proclamação da República, notadamente, o país vivenciou acordos políticos que favoreceram a ascensão de determinadas oligarquias. Então, foi em

¹⁹ “A estância era uma espécie de unidade autárquica: paralelamente à criação de gado, havia toda uma produção de gêneros alimentícios e utensílios necessários para seu próprio sustento”. (CARDOSO, 1977, p. 67).

São Paulo e Minas Gerais que o denominado coronelismo, como sistema político, atingiu seu apogeu e contribuiu para o expressivo domínio que esses Estados exerceram sobre todos os outros da federação brasileira. Menciona Carvalho (2008, p. 56) que “os coronéis articulavam-se com os governadores, que se articulavam com o presidente da República, quase sempre oriundo de um dos dois Estados”. A partir dessas articulações eram ‘costurados’ e definidos os rumos da política do país.

Esses coronéis pressionavam para que governantes da política café-com-leite tomassem decisões voltadas à proteção dos interesses dos latifundiários, como, por exemplo, cargos públicos, financiamentos e privilégios de natureza político-econômica.²⁰ Contudo, registra Costa (2008 p. 840), na época “esse sistema era marcado pela instabilidade dos governos estaduais passíveis de serem derrubados e substituídos em função da emergência de novas oligarquias”, as quais eram formadas, principalmente, pelo poderio da economia cafeeira. Furtado (2005) complementa essa afirmativa ao mencionar que:

[...] O produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente, estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira. (FURTADO, 2005, p. 118).

Na literatura é recorrente o entendimento de que a instauração da República transformou a política da elite brasileira. A partir de então, mais acentuadamente, as ideias conservadoras do Império passam a ser repudiadas, contestadas e trocadas pelo ideário federalista e capitalista. Prado Júnior registra que a instauração da República rompeu com os quadros conservadores:

²⁰ À luz da formulação conceitual posta por Carvalho (2005), é oportuno revisarmos os conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo. Na concepção do autor, o coronelismo constitui-se em um sistema político nacional, característico da Primeira República, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis, que surgiu como fruto da alteração na relação de forças entre os proprietários rurais, grandes latifundiários, e o governo, para significar o fortalecimento do poder do Estado antes que o predomínio do coronel, e constituía-se em um momento particular do mandonismo, envolvendo relação de trocas de natureza clientelista. Para o autor, o mandonismo não é um sistema político, mas uma característica da política tradicional, existente desde o início da colonização e que persiste em algumas regiões do país, com forte tendência para o completo desaparecimento à medida que toda a população brasileira alcance seus direitos civis e políticos. O coronelismo se inscreve como um momento particular do mandonismo, “exatamente aquele em que os mandões começam a perder forças e têm que recorrer ao governo”. (CARVALHO, 2005, p. 133). O clientelismo, um fenômeno mais amplo que o coronelismo, seria um atributo variável de sistemas macropolíticos, que dispensa a figura do coronel, visto que as relações clientelistas ocorrem entre governo, ou políticos e setores pobres da população. Para o autor, clientelismo nacional se ampliou com o fim do coronelismo e que aumentou em função do decréscimo do mandonismo.

[...] dentro dos quais se mantivera o Império apesar de todas suas concessões, desencadeava um novo espírito e tom social bem mais de acordo com a fase de prosperidade material em que o país se engajara. (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 209).

O coronelismo como sistema de compromissos recíprocos entre coronéis locais, governo central e governos dos Estados, constituiu-se em relevante fenômeno histórico da Primeira República, esvaziou o sistema de representação política e permitiu manipulações explícitas do voto, cujas grandes marcas foram, sobretudo, o "voto a cabresto", as constantes fraudes eleitorais e o aprofundamento da ideologia do benefício, comenta Backes (2009).

A esse respeito, Carvalho contribui com o seguinte esclarecimento:

Nesse paraíso das oligarquias, as práticas eleitorais fraudulentas não podiam desaparecer. Elas foram aperfeiçoadas. Nenhum coronel aceitava perder as eleições. Os eleitores continuavam a ser coagidos, comprados, enganados ou simplesmente excluídos. Os historiadores do período concordam em afirmar que não havia eleições limpas. O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito. (CARVALHO, 2008, p. 41).

Notadamente, na passagem do regime monárquico ao republicano, a elite brasileira, grande proprietária rural conservadora e escravocrata, buscou salvar-se da decadência pelo viés da hegemonia política e no enfrentamento da emergente burguesia urbana, devida ao desenvolvimento da atividade comercial e industrial, que ansiava por maior representatividade sociopolítica. Na instituição do federalismo brasileiro, com base no modelo dos USA, afirma Monteiro (1990, p. 211), “a federação consagrou os desejos de largas camadas das elites dominantes do país que no sistema anterior, não tiveram, até então, qualquer possibilidade de ascensão ao poder”. Porém, diante da extensão do território nacional, ao longo do tempo e do jogo eleitoral, o modelo federalista brasileiro impulsionou uma fragmentação hegemônica do poder centralizado nos níveis federal e estaduais que resultou no fortalecimento do poder regional/municipal, centrado na política coronelista.

Na forma como será exposto posteriormente, também no RS houve tal fragmentação que atingiu a elite agrária dominante, principalmente, influenciada pelo controle das questões econômicas e das dissidências políticas em torno das ideias do modelo positivista construído e colocado em prática pelo PRR, especialmente enquanto no comando de Júlio Prates de Castilhos.

No aspecto econômico, que movimentava o poder coronelista na Primeira República, diversamente da economia paulista, a base econômica do RS destinava-

se ao abastecimento do mercado interno, explica Furtado (2005). Os criadores de gado para o fabrico do charque e do couro, proprietários de estâncias, quase sempre sofriam com as arrecadações de impostos, grandes partes das verbas eram repassadas para a União, ficando poucos recursos para as municipalidades e administrações regionais.

Nessa compreensão, expõe Pesavento (1980) que a linha de atuação do governo central era a de não favorecer nenhum produto isoladamente, mas protegia ao máximo o café, alicerce da economia agroexportadora do Brasil. A autora explica que havia por parte do poder pátrio o ajuste da entrada do café nos portos escoadores, por meio da emissão de créditos ou da busca externa em bancos de outras praças. A administração federal versava o assunto “café” como de defesa nacional. Em suma, o governo federal canalizava recursos e beneficiava um só produto, em prejuízo dos demais. Menciona a autora que o grupo cafeicultor se afirmava no panorama nacional como segmento predominante.

Considerada secundária na economia brasileira, a economia do RS alcançou o ápice de seu desenvolvimento com um modelo próprio de acumular capitais e riquezas baseado na agroexportação destinada principalmente para os mercados regionais do Brasil. No contexto nacional, tratava-se de uma economia regional subsidiária, tal como sempre fora a economia do RS, estabelecida na fronteira dos domínios luso-brasileiros, afirma Herrlein Júnior (2002).

Particularmente, durante a República Velha, em relação à sua economia voltada ao mercado interno, o RS vivenciou singular novidade histórica. No primeiro período republicano, a economia gaúcha despontou a partir do desdobramento da produção agropecuária e agroindustrial das regiões de pequenos proprietários e da indústria de Porto Alegre, capital do Estado sul-rio-grandense. Nesse período, menciona Herrlein Júnior (2002, p. 648), “houve grande expansão econômica e demográfica, demonstrando a economia regional um dinamismo notável e peculiar na sua forma, pois foi amplamente determinado pela demanda interna à região”. Freitas (1992), ao expor que a regionalização da política é determinada pela regionalização da economia, assim complementa essa assertiva de Herrlein Júnior:

Em nenhuma outra região brasileira o federalismo assumiu forma mais efetiva e radical do que no RS. A autonomia federativa serviu de instrumento para uma modernização da região. O reformismo agrário e a imigração se combinaram para criar uma numerosa e próspera classe média rural, a primeira do Brasil. Podia-se naqueles tempos promover uma

industrialização autônoma financiada só pela poupança interna, e foi o que o RS fez. Administrações competentes utilizaram copiosos superávits orçamentários em investimentos infraestruturas. (FREITAS, 1992, p. 36).

No decurso da Primeira República, a economia do RS alterou seu modo de inserção na economia nacional/internacional a partir da diversificação da sua pauta de exportações e da ampliação de seus componentes autônomos endógenos da demanda agregada, ou seja, gastos com infraestrutura, colonização e investimentos privados na industrialização, esclarece Herrlein Júnior (2002). Isso aconteceu em paralelo ao adensamento das relações econômicas internas que multiplicaram os efeitos dinâmicos na economia. É, pois, na transição capitalista que surgem dois subsistemas econômicos, possibilitando condições específicas em comparação com outras regiões do país, contribuindo com o desenvolvimento econômico do Estado sul-rio-grandense. Explica o autor:

Na peculiar estrutura fundiária do Estado gaúcho, a grande propriedade não era agroexportadora e escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista... [Pensa-se que as] formas originárias de apropriação e uso da terra, [especialmente na parte norte do Estado], possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista não-periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculou-se a agroexportação para o mercado mundial. (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p.138-9).

Lembramos que, na Primeira República, a matriz econômica do RS baseava-se em produtos pastoris, dentre os quais, destacavam-se a produção de charque que acontecia nos latifúndios dos estancieiros na região da Campanha e os produtos típicos da região da Serra,²¹ com desdobramentos comerciais e industriais. Não obstante, para ocorrer o desenvolvimento do Estado sul-rio-grandense seria necessário transferir recursos do setor pecuário, grande detentor de recursos de capital, isto porque, conforme explicam Carvalho, Pereira e Almeida (1998), os novos setores da economia e as classes sociais emergentes²² encontravam-se no meio urbano e no Norte e Nordeste do Estado, onde se praticava a policultura (ervamate, banha, trigo, milho e outros alimentos) e a manufatura (derivados de couros,

²¹ Oportunamente, na próxima seção, tratamos da distribuição geográfica das regiões do RS na forma como era definida no período da Primeira República e a forma atual, definida para fins estatísticos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²² São os novos sujeitos sociais emergidos com a ampliação das relações capitalistas possibilitadas pela diversificação da matriz produtiva gaúcha. São pequenos agricultores, empresários do comércio e da indústria que passam a articular a econômica das colônias com as cidades, em especial com a região metropolitana de Porto Alegre em crescente formação. (TARGA, 1996).

calçados, chapéus e vestuário). Mas, a ideia republicana central era desonerar as exportações até a completa extinção do imposto de exportação, sendo as receitas substituídas pela tributação territorial.²³

No RS, com a implantação de um desenvolvimento econômico diferenciado nas propriedades rurais, a agricultura passou a ser o lugar onde se concentrava a vida econômica, isto porque, já em 1890, as exportações desse setor equivaliam às do charque, informa Herrlein Júnior (2004). De forma contínua, o capitalismo gaúcho cresceu primeiro na pecuária, depois no setor agrícola e, mais tarde, no comércio e no industrial. O comércio foi uma alavanca do processo de transição capitalista, bem como da ampliação do setor industrial em todo o país, assenta Pesavento (1985).

O papel desempenhado pelo comércio na origem, que pela sua essência acumulou capital necessário para suportar investimentos, favoreceu a implantação da indústria e das atividades industriais em todo o Estado gaúcho. Dessa forma, explica Mertz (1991, p. 430): “a consolidação das relações capitalistas no RS, incluindo o capital bancário e o financeiro, pode ser considerada predominante e resultante das participações dos imigrantes, sobretudo italianos e alemães”.

De modo geral, a consolidação da indústria sul-rio-grandense, ainda que tardiamente em comparação à paulista²⁴, não representou o abandono da política de sustentação aos produtos agroexportadores, na medida em que esses propiciavam a entrada de divisas ao país. O que se percebia, na opinião de Pesavento (1983, p. 173), era que a economia nacional precisava ser diversificada, além do que havia urgência na integração do mercado interno, bem como ênfase nas “indústrias naturais”, as quais, notadamente, mantinha o mercado interno do Estado e do país.

Em se tratando de “indústrias naturais”, Pesavento (1983) menciona que o Estado sul-rio-grandense se destacava com a fabricação da farinha, produto obtido pelo beneficiamento simples, que valorizava a matéria-prima nacional, como 'indústria natural', possibilitava a integração do mercado interno, à medida que buscava a exportação para o centro do país; favorecia a diversificação da economia

²³ Retornamos, no último capítulo dessa tese, à questão dos impostos de exportação e territorial relacionados à economia do Estado do RS e à luz da Constituição gaúcha de 1891, das concepções de Assis Brasil e dos ditames dos governantes do PRR.

²⁴ A gênese da indústria no Estado de São Paulo está no fabrico de equipamentos para o engenho de açúcar e derivados da cana, em 1810. Contudo, meados da década de 1880 é marcado como início do período de desenvolvimento industrial, motivado pelo capital advindo da superprodução cafeeira e das iniciativas dos imigrantes europeus. (MARSON, 2012).

nacional e, no caso de limitar a importação de artigos estrangeiros (caso do trigo, por exemplo), propiciava a economia de divisas.

Na análise sobre a economia do RS, principalmente nos primórdios da industrialização ocorrido na Primeira República, Müller assevera que:

A industrialização do Rio Grande revelou, desde o início, uma peculiaridade: a fragilidade das indústrias gaúchas em termos de capital (tanto capital total quanto investimentos em máquinas, como se pode inferir pelo emprego relativamente pequeno de força motriz). Isso pode ser associado à natureza da produção (bens de consumo não duráveis destinados ao mercado local ou estadual), mas também (o que é revelador das limitações estruturais ao desenvolvimento industrial do Estado). [...] Com a expansão do mercado regional e com uma política de desvalorização da moeda nacional que visava a favorecer as exportações, sobretudo o café, mas implicava aumento de preço dos produtos importados, o Rio Grande do Sul teve, na última década do século passado e início do atual [referência aos séculos XIX e XX, grifo nosso], seu primeiro surto industrial com uma produção essencialmente voltada para o abastecimento do próprio Estado. (MÜLLER, 1998. p. 139).

No atendimento do mercado regional, as indústrias gaúchas de substituição de importações tentavam desenvolver uma estrutura de oferta compatível com o mercado relativamente amplo e inatendido. Não podendo obviamente manter o passo com a região central em seu acelerado processo de diversificação, buscavam, reproduzir em miniaturas e com muitas falhas a estrutura industrial que ali vinha sendo montada. Dada à insuficiência crônica da oferta, tudo era permitido: escalas de produção normalmente insatisfatórias, processos técnicos ultrapassados, formas arcaicas de comercialização, propriedade em regra familiar, notoriamente fechada. As próprias deficiências da infraestrutura regional de serviços básicos eram pouco sentidas. Comenta Bandeira (1994) que, nas últimas décadas do século XIX, na região latifundiária gaúcha, responsável pela produção e exportação de charque durante todo o século XIX, a indústria teve início promissor com a formação de vários estabelecimentos de porte significativo e de diferentes gêneros. Mas, diante da conjuntura nacional e regional ocorreu o desaparecimento da maioria dessas empresas, o que impossibilitou a diversificação do parque industrial local. Coube, então, à região formada por médias e pequenas propriedades essa diversificação.

Müller (1998) segue por essa mesma linha de análise e explica que a falta de energia e a precariedade das estradas foram fundamentais para impor barreiras e empecilhos à industrialização gaúcha e, portanto, ao desenvolvimento de sua economia. Mas, Porto Alegre ainda conseguiu se destacar como a primeira capital brasileira a ter iluminação elétrica. Em seguida a energia elétrica chegou às cidades

de Pelotas e Rio Grande, o que favoreceu a instalação de indústrias. Com a aviação, o governo do Estado promoveria a integração das vias fluviais, rodoviárias e férreas e com isso facilitaria o transporte de produtos aos grandes centros de consumo e de produção. Mas não foi uma solução favorável a todas as regiões. Estancieiros, charqueadores e agricultores estavam diante de uma profunda crise e, sendo assim, não puderam exercer o desempenho preciso no processo de industrialização do RS.

O Estado do RS, denominado “celeiro do país” graças ao seu modelo histórico de desenvolvimento, ou pelo exemplo a ser dado, o de sufocar a própria economia, o que leva ao seu colapso, entrou em crise. A referência a essa expressão recebe conotações diversas em determinado momento histórico. Em Furtado (2005), tal expressão é usada em referência à base agropecuária da economia gaúcha, com ênfase na variedade e na quantidade de grãos produzidos pelo Estado. Também encontramos a expressão “celeiro do Brasil” nas obras de Pesavento (1980; 1992) e de Müller (1998) em referência à força da produção do setor primário gaúcho durante a República Velha. Fundamentalmente, é essa base econômica que vai originar o capital para suportar o processo de industrialização do Estado, principalmente a agroindústria sul-rio-grandense. É, ainda, na década de 1910 que a chegada do capital estrangeiro ao país que, em especial no RS, é aplicado à frigorificação da carne, que mesmo temporariamente, dará novo alento à industrialização gaúcha. Temporária, afirma Pesavento (1980, p. 94), pois com a penetração dos frigoríficos no país, no Estado acirrou-se a concorrência com os países do Prata e outros Estados brasileiros, principalmente São Paulo.

Desse modo, a economia gaúcha prosseguiu sua trajetória lentamente e em pequena escala, tal qual a economia brasileira, com um pequeno período recessivo que se seguiu ao pós-Primeira Guerra Mundial e à crise de 1929 devido à queda da bolsa de Nova Iorque. Entramos, então, para um novo período da história do Brasil: a Era Vargas e o término da política café-com-leite. Getúlio Vargas (1882-1954), um político gaúcho, assume então o Governo Provisório do Brasil de 1930 a 1945.

Ademais, em complementação ao exposto com base em Pesavento (1980; 1983), Bandeira (1994), Müller (1998), Bell (1998), Herrlein Júnior (2000; 2002) e outros, lembramos que, no início da República Velha, a economia do RS era composta, basicamente, pelas charqueadas de Pelotas e Rio Grande, setor que absorvia maior parte do capital gaúcho, pela pecuária extensiva do Sudoeste do Estado, na região da Campanha, pela produção diversificada de alimentos na região

colonial do Norte, Serra e Nordeste, e pela indústria, comércio e serviços na região metropolitana de Porto Alegre. Como abordado, tal diversificação produtiva regional seria, em parte, geradora dos conflitos de interesses, os quais, por décadas, foram os norteadores da política gaúcha e, por extensão, da própria política nacional.

Na próxima seção, uma sequência de ideias busca dar continuidade ao nosso propósito de configurar social e economicamente o Estado do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro. Em função do escopo de nossa tese, mais especificamente, preocupamo-nos com a formação social e o desenvolvimento socioeconômico da região da Campanha sul-rio-grandense, região do charque, local em que nasceu nosso personagem, Joaquim Francisco de Assis Brasil.

2.3 A Atividade Político-Econômica do RS na Primeira República

Como discorremos anteriormente, com base em Herrlein Júnior (2000; 2001), a economia do Estado sul-rio-grandense sempre esteve ligada ao centro do Brasil de forma subsidiada. A produção de seu território foi, de início, condicionada por seus aspectos naturais, os quais possibilitam que o Estado do RS, fisio e geograficamente, pudesse ser dividido em duas regiões distintas (Figuras 1 e 2): uma região formada pela Serra do Sudoeste e Campanha, Metade Sul, e outra pela Depressão Central e a Região Serrana, Metade Norte. Essas características, em parte, determinaram a ocupação do território e diversificação socioeconômica regional do RS.

Figura 1 – Divisão geográfica da Metade Norte e Metade Sul do RS

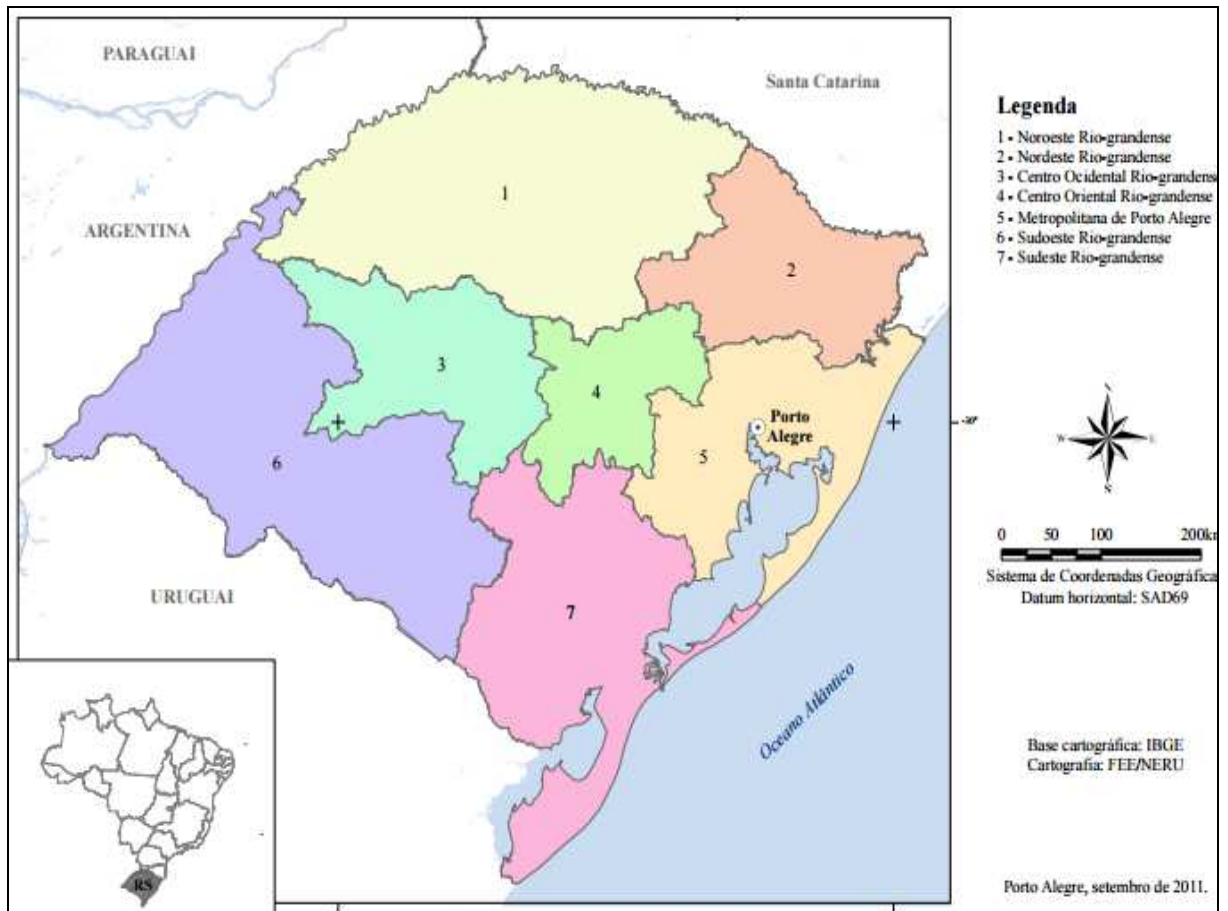


Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS, 2003).

Conforme a divisão adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁵, a Metade Sul é formada pelas mesorregiões 3, 6 e 7, identificadas, respectivamente, por Centro Ocidental Rio-grandense, Sudoeste Rio-grandense e Sudeste Rio-grandense (Figura 2). É, pois, na mesorregião 6, Sudoeste Rio-grandense, que se encontram as microrregiões da Campanha – Ocidental, Central e Meridional. Na mesorregião 7, Sudeste Rio-grandense, microrregião de Jaguarão, encontramos o município de Pedras Altas. Nesse município localizam-se a Granja e o Castelo de Pedras Altas, construídos por Assis Brasil.

²⁵ Para fins de análise estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008) adota a divisão territorial do Estado do RS em sete (7) mesorregiões e trinta e cinco (35) microrregiões. As mesos sul-rio-grandenses agrupam municípios a partir das considerações sobre o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elementos da articulação espacial. Já as microrregiões reúnem municípios afins, nas concepções de mesorregiões, a partir dos indicadores: estrutura da produção e interação espacial.

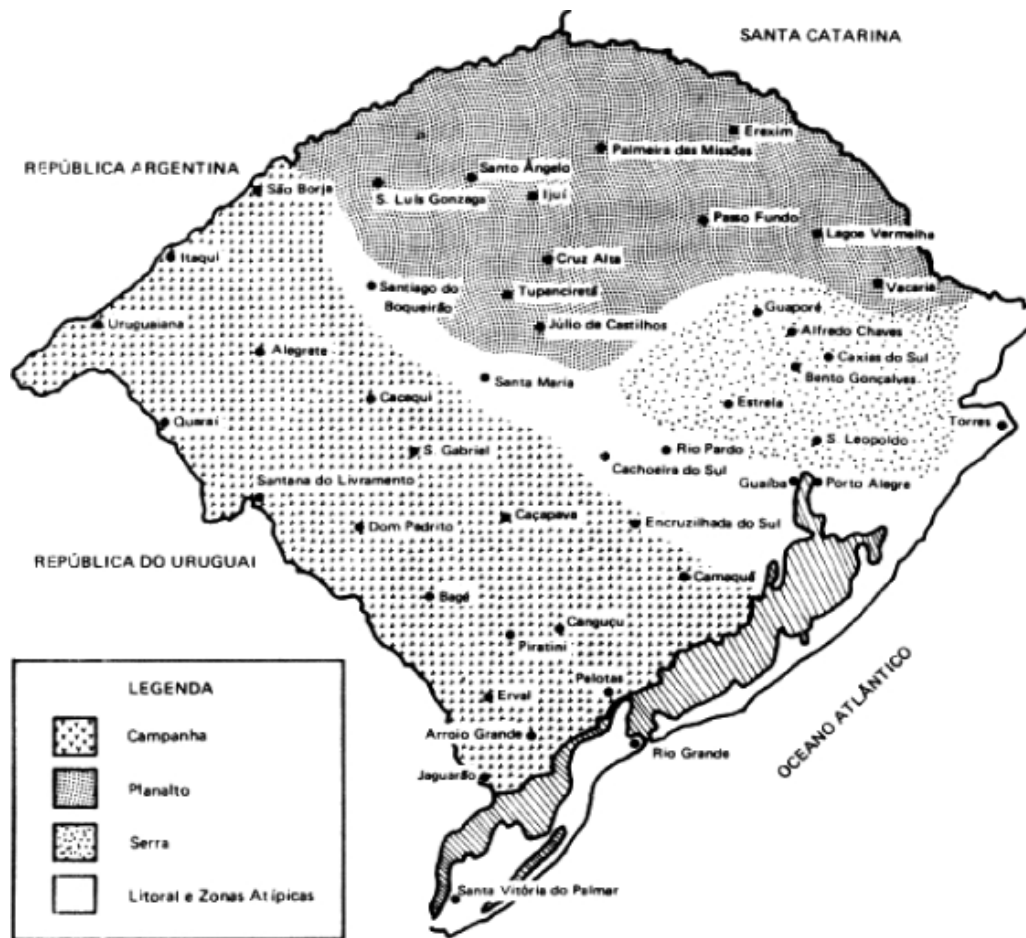
Figura 2 – Mapa ilustrativo das atuais mesorregiões do RS



Fonte: Mapas da Fundação de Economia e Estatística do RS (FEE, 2011).

Durante a República Velha, na Metade Sul predominavam as estâncias, os latifúndios, com a produção de couro, da carne, do charque e da lã. Ao Norte, situavam-se pequenos proprietários agrícolas, resultantes do processo de colonização pelos imigrantes europeus, ocorrido durante o século XIX e início do século XX (Figura 3).

Figura 3 – Identificação das regiões do RS na República Velha



Fonte: Fonseca (1983, p. 28).

Nessa seção, tecemos breves considerações sobre o projeto do PRR para o desenvolvimento do Estado, que concorreu para a decadência político-econômica dos estancieiros, bem como sobre as configurações da economia gaúcha no âmbito do território sul-rio-grandense. Referenciamos que, ao ser alçado ao poder, o PRR buscou diversificar a produção do Estado para garantir a autonomia econômica do Estado em relação ao restante do Brasil e também do exterior. Os republicanos instalados no poder buscavam ampliar o mercado capitalista sul-rio-grandense. É o que aponta Herrlein Júnior (2001) ao ressaltar que a economia gaúcha passou por grandes transformações durante a República Velha: de economia subsidiária e autossuficiente para economia exportadora extremamente dinâmica. Notadamente, esse incremento econômico é devido à Metade Norte, centrada no trabalho dos imigrantes europeus. Nas palavras do autor, tal evolução foi, sobretudo,

[...] facultada pela expansão e pela diversificação da estrutura produtiva e das exportações regionais, bem como pelo papel crescente do mercado interno, reduzindo-se o grau de autossuficiência da região em seu singular processo de desenvolvimento capitalista. A diversidade da economia gaúcha materializava-se numa estrutura produtiva apoiada na pecuária extensiva e em seus produtos derivados, na lavoura comercial de alimentos, como empresa familiar ou capitalista, com seus desdobramentos agroindustriais. (HERRLEIN JÚNIOR, 2001, p. 196).

Lembramos que a evolução da economia gaúcha, experimentada na Primeira República, foi estimulada pelo movimento múltiplo de diversos capitais comerciais, desdobrados em formas industriais, favoráveis a novos cultivos, ao processamento de bens primários e à expansão dos serviços, com decisivo suporte da ação econômica do Estado em diversos campos, além da infraestrutura de transportes.

Observamos aqui a influência do PRR no estímulo a esse desenvolvimento, que concorreu favoravelmente para se formar duas macrorregiões diferenciadas no RS: a Metade Norte em franco desenvolvimento, se reinventando a cada momento, e a Metade Sul que insistia em manter sua atividade produtiva da mesma maneira que há dois séculos, quando da formação do RS. Tal como veremos, os governos simpatizantes do ideário positivista de Júlio Prates de Castilhos, Antonio Augusto Borges de Medeiros e Carlos Barbosa Gonçalves buscaram atender, principalmente, as necessidades da Metade Norte e do Centro do Estado para diversificar a economia, com incentivo à policultura, manufatura e artesanato. Mas, o governo castilhista-borgista, expõe Maestri (2003; 2010ab), não possuía antagonismos estruturais com a produção pastoril da Serra e da Campanha. Todavia, a classe pastoril-charqueadora buscava formas para vencer as barreiras alfandegárias com o propósito de viabilizar a circulação de seus produtos, destinados ao abastecimento do mercado brasileiro, e vencer a concorrência dos países do Prata.

Volvemos nossa atenção inicialmente para a Metade Sul, onde encontramos a região da Campanha, berço de Assis Brasil, na qual se consolidaram as oligarquias dos grandes estancieiros que detinham o poder econômico e político não somente da região, mas eram hegemônicos na Província do RS no período final do Império. Essa região é assim descrita e caracterizada por Fonseca:

A Campanha é de antiga colonização ibérica; é onde, no Império, apareceu o trabalho escravo, principalmente nas charqueadas; durante o século XIX foi a mais importante região gaúcha, onde se desenvolveu predominantemente a criação de gado. É a zona das estâncias, de economia predominantemente pecuária onde aparecem o peão, o agregado e outras formas de parceria, todos vinculados ao latifúndio [...] Praticamente

ela abrange todos os municípios gaúchos ao sul de uma linha que parte de São Borja, no Oeste, indo até Camaquã, nas margens da Lagoa dos Patos. Os portos de Pelotas e Rio Grande vinculam-se à Campanha, sendo os grandes escoadouros da produção. (FONSECA, 1983, p. 27).

A predominância da pecuária ao longo da história da Campanha, aliada à presença do latifúndio, engendrou uma espécie de sociedade especializada, na qual poucos indivíduos desenvolveram aptidão ou formação adequada para envolverem-se com outro tipo de atividade econômica. Nesse sentido, Bandeira comenta:

Os pecuaristas gaúchos seriam, portanto, na sua maior parte, “*satisficers*” que preferiam uma rentabilidade mais baixa, porém segura, a enfrentar riscos de perdas de capital implícitos nos investimentos necessários para a adoção de inovações tecnológicas caras ou para a introdução de linhas de produção alternativas. (BANDEIRA, 1994, p. 9).

Ao seguirmos a análise de Fonseca (1983) e Bandeira (1994), notamos na Campanha uma forte presença de grandes latifúndios pecuários em comparação com outras regiões do RS. Na Primeira República sua estrutura socioeconômica era de alta complexidade, especialmente por ser uma região fronteiriça, em cujos limites territoriais encontram-se os vizinhos países do Prata: Argentina e Uruguai. Na época, ali havia uma pequena elite, formada por grandes estancieiros, que ocupava posição de destaque na hierarquia socioeconômica. Ao seu lado, existia uma mescla de médios e pequenos criadores de gado e, em pequena escala, lavradores que exploravam a terra devido às várias formas de acesso: posseiros, pequenos proprietários, arrendatários e meeiros nos campos em que eram agregados. Eram desses pequenos e médios produtores de onde se originava a força de trabalho nas estâncias, os peões. Provinha da região da Campanha o gado bovino exportado em ‘pé’ para outras regiões do país ou abatido nas charqueadas de Pelotas e, pouco mais tarde, nas de Bagé, Santana do Livramento e Quaraí, principalmente.

Na região da Campanha gaúcha, em pleno século XXI, ainda haveria resquícios dos males causados pela escravidão, menciona Monasterio (2002). Em sua análise sobre o perfil socioeconômico da citada região, o autor concebe a escravidão existente nas estâncias e nas charqueadas e a criação extensiva de gado em latifúndios como os principais fatores que restringiram a acumulação de capital social na região e impediram a modernização econômica da atividade criatória mesmo depois de findo o cativo. Esses fatores seriam responsáveis pelo pequeno desenvolvimento econômico da região ocorrido a longo prazo.

Todavia, conforme inventário realizado em meados do século XIX, expõe Monasterio (2002, p. 88), o patrimônio dos charqueadores do RS, principalmente, os de Pelotas, “era suficiente para que adquirissem as maiores *plantation* de café disponíveis do Sudeste do país”, indicativo de que essa região detinha considerável parcela do capital acumulado pela iniciativa privada no Estado sul-rio-grandense.

Esse pensamento é complementado por Fonseca (1983, p. 26), ao afirmar que, na República Velha, na Campanha “hegemônica, mas decadente”, apesar da pouca diversificação produtiva que influenciou sua economia, a pecuária manteve-se como atividade dinâmica e a charqueada com papel destacado, principalmente pelo aumento da produção que se destinava para o consumo interno do próprio Estado e do país. Entre os anos de 1907 a 1927, o autor menciona que, cumulativamente, o consumo interno de charque aumentou 67%, o que demonstra a importância crescente da demanda interna frente à diversificação da economia gaúcha da época.

Pesavento (1980), ao comentar sobre o Censo Industrial do Brasil realizado em 1907, anota que, dentre os estabelecimentos manufatureiros recenseados, cerca de 61,% do valor total da produção gaúcha era gerada nas charqueadas. Porém Bell (1998) chama a atenção para o fato de que as charqueadas referidas no citado Censo não se localizavam nas tradicionais áreas charqueadoras próximas ao litoral, mas em Quaraí, Santana do Livramento e Bagé. Essa dispersão geográfica da produção ocorreu em função da malha ferroviária que, embora pouco densa e problemática, viabilizou o transporte terrestre do charque, complementa Bandeira (1994). Como sinal de desenvolvimento da região, observa Bell (1998) que as novas charqueadas instaladas no RS durante a Primeira República eram diferentes das pelotenses, uma vez que apresentavam certa organização industrial e, em algumas delas, havia unidades para o enlatamento de carnes e processamento de outras partes do gado bovino, o que favorecia melhor aproveitamento da matéria-prima.

Mediante as considerações, registradas por Pesavento (1980), Bandeira (1994) e Bell (1998), em relação à economia do RS no período da República Velha, concordamos com a afirmativa de Herrlein Júnior (2000, p. 7): “A estagnação das charqueadas deve ser considerada em termos muito relativos, no que concerne às exportações regionais, visto que, ao final do período, o charque continuava sendo o principal produto exportado”. Tal assertiva é confirmada na análise da Tabela 1, a qual demonstra os principais produtos exportados pelo Estado do RS para o mercado nacional e internacional, no período compreendido entre 1878 e 1929.

Observamos na Tabela 1 que, em todo esse período, os produtos oriundos da Campanha gaúcha – charque, couros, lã e carnes frigorificadas – mantiveram percentuais superiores aos demais produtos exportados pelo Estado sul-riograndense. Contudo, é notório o decréscimo nos percentuais relativos às exportações dos produtos da Campanha em comparação aos índices totais das exportações do RS em cada período circunstanciado. Entre o período de 1878 e 1929, os produtos da Campanha perderam fatia equivalente a 25% do total das exportações efetivadas pelo Estado.

Tabela 1 – Principais produtos de exportação do RS

Produtos	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes frigorificadas	-	-	3,8%
(I) Subtotal: soma de (1) a (4)	62,2%	46,5%	37,2%
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farina de mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinhos	0,1%	0,1%	2,5%
(II) Subtotal: soma (5) a (10)	8,8%	31,0%	31,6%
(11) Arroz	-	-	10,1%
(III) Total (I) + (II) + (11)	71,0%	77,6%	78,9%
Total do RS	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Batata-inglesa, erva-mate, cebola e alho.

Fonte: Herrlein Júnior (2000, p. 25).

Ao tecermos sobre a história da ocupação do RS, é importante o registro de que, durante os períodos do Brasil Colônia e Império, o Estado gaúcho foi palco de guerras que definiram as fronteiras com os países platinos – Argentina, Paraguai e Uruguai –, que eram, ao mesmo tempo, seus concorrentes e parceiros comerciais, por meio do intenso contrabando de mercadorias que havia na região fronteiriça.

A título de exemplo das relações comerciais do Estado com seus vizinhos países do Prata, o Relatório do Estado de 1903²⁶, relativo ao ano de 1902, mostra os valores correntes (em contos de réis) referentes às exportações gaúchas para a Argentina (305:059\$981), Paraguai (87:674\$500) e Uruguai (3.771:134\$990).

Ao longo de nossa pesquisa, percebemos que, exceto o Paraguai, a Argentina e o Uruguai mantiveram efetivas importações de produtos oriundos do Estado do RS durante todo o período da Primeira República. No Relatório do Presidente do Estado

²⁶ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1903).

de 1929, as exportações para a Argentina e para o Uruguai corresponderam a 36.399:076\$000 e 18.348:194\$000, respectivamente.²⁷

A região da Campanha gaúcha foi explorada economicamente com base na pecuária extensiva, resultado da expansão do gado chimarrão²⁸ que proliferou após a queda das missões guaraníticas. É recorrente na literatura a menção de que os territórios ocupados pelo atual Estado do Rio Grande do Sul e, principalmente, pelo circunvizinho país, o Uruguai, no século XVIII, eram terra de ninguém²⁹, cobiçada por portugueses e espanhóis. O gado que se multiplicava livremente, originário do desmantelamento das missões, durante e após a Guerra Guaranítica³⁰, corria solto pelos campos, formava a base da alimentação do povo nativo e origem de produtos que seriam comercializados e/ou contrabandeados, sendo disputado por dois tipos de comerciantes: os que abasteciam Buenos Aires, Argentina, e aqueles que forneciam carne para os mineradores localizados em Minas Gerais, Brasil. Esses grupos travavam uma batalha, na qual venciam quem tivesse o melhor aparato bélico.

Se no tempo do Brasil Colônia, o RS era terra em disputa, o Império brasileiro deu ao povo gaúcho nova função, a de guardião das fronteiras. Nesse sentido, a guerra continuava, mas agora com sabor de nacionalidade. Assim, ora guerreando com os países do Prata, ora fazendo revoluções para garantir seu espaço, correu o século XIX, em uma província que procurava encontrar seu caminho. O Brasil queria se expandir e o RS era quem podia garantir isso. Mas o Império não queria dar-lhe o poder de que queria e defendia sua elite liberal para se tornar uma província forte. Nesse entendimento, assevera Targa:

Grosso modo, o domínio de um só Estado sobre a Bacia do Prata ou a sua internacionalização gerou o ciclo de guerras que terminou por dar origem aos Estados de hoje. A Argentina esposava o controle único sobre o Prata, enquanto o Brasil, o Paraguai, mas também a França e a Inglaterra desejavam a sua internacionalização. A variedade de soluções alternativas e sucessivas demonstram a complexidade dos interesses em jogo e as dificuldades de constituição destes Estados. (TARGA, 1996, p. 21).

²⁷ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1929, p. 151).

²⁸ Trata-se do gado criado nas reduções jesuíticas entre os rios Taquari e Caí que, depois do desmantelamento das missões, espalhou-se livremente, tornou-se gado sem dono, “gado chimango”, selvagem, formador das Vacarias do Mar e das Vacarias dos Pinhais. (LUVIZOTTO, 2009).

²⁹ Concepção dos colonizadores europeus que desconsiderava o interesse e a cultura do povo nativo e que buscavam impor sua cultura tida como superior. (LUVIZOTTO, 2009).

³⁰ Guerra Guaranítica (1752-1756). Evento bélico surgido como reação jesuítica e do povo guarani ao aparecimento do Tratado de Madri, assinado em 1750, pelas principais potências político-econômicas da Europa no século XVIII, Espanha e Portugal, que previa a permuta dos Sete Povos das Missões (espanhola) pela Colônia do Sacramento (portuguesa). (GOLIN, 2011).

É preciso entender que a fronteira geográfica do RS, e conseqüentemente do Brasil, Argentina e Uruguai, de fato demorou mais para se definir que a fronteira de direito ou oficial de cada país, uma vez que entre os caudilhos³¹ que dominavam a região fronteira gaúcha, havia uma série de alianças particulares (militares ou não) que eram criadas ou desfeitas ao sabor das necessidades econômicas e das lutas pelo poder político e econômico. Característica essa que marcou o período da história gaúcha, o qual Félix (1996) denomina de ciclo militar-pastoril, iniciado na época do Brasil Colônia e prolongado na República.

Essas alianças, que envolviam a cedência de homens, cavalos, alimentos, dinheiro, armas e a concessão de asilo – se faziam à revelia mesmo das políticas e alianças dos governos dos respectivos “Estados Nacionais”, entre eles o Brasil. Esses caudilhos possuíam “políticas externas” autônomas, por assim dizer. Em outras palavras, os Estados não estavam formados. (TARGA, 1996, p. 21-22).

Salientamos que, embora tenham sido criadas/demarcadas as fronteiras, elas não eliminaram as relações sociais e de propriedade existentes. O fato de alguém ser declarado brasileiro não impedia que mantivesse suas terras no Uruguai e vice-versa.³² Além disso, é mais provável que o indivíduo mantivesse relações de classe, de camaradagem e de afinidade política com o seu vizinho do que com o longínquo Império brasileiro que havia se formado há pouco. Não é de estranhar também que essa estreita relação estava permeada por interesses bilaterais. Também é bem possível que visse o Império mais como inimigo, pois esse não valorizava o seu principal produto, isto é, o charque, não dava muita importância às necessidades dos gaúchos e ainda incentivava a luta contra os “compadres” a fim de preservar intacta a fronteira. Mas, o Império, ao contrário, não se interessava por tais amizades e desejava explorar as possíveis divergências entre os estancieros, com o objetivo de garantir seus interesses e resguardar a fronteira brasileira. Além disso, os compromissos do Brasil estavam mais alinhados e, por que não dizer, a serviço

³¹ Expressão usada com o significado de coronéis, líderes políticos adeptos ao coronelismo gaúcho.

³² Como exemplo dessas relações e dos conflitos fronteiriços, verificamos pelas divergências na biografia de Gaspar Silveira Martins, exatamente, pelo fato de tal político ser filho de pais brasileiros, grandes latifundiários na região da fronteira platina. Gaspar Silveira Martins nascera na Fazenda Aceguá, em 1834, território da antiga Província Cisplatina, banda oriental do Uruguai, divisa com Bagé, RS, local de residência de seus genitores. Fora batizado, em 1835, na Freguesia de Serro Largo (grafia usada na época), hoje cidade de Melo, no Uruguai. Porém, é reconhecida a nacionalidade brasileira de Gaspar Silveira Martins por força do artigo 6º, §2º, da Constituição do Império de 1824. Todavia, alguns estudiosos definem que ele nasceu em Bagé, RS, desconsiderando o conflito fronteiriço que desvincula a Província Cisplatina do Brasil e dá origem à República Oriental do Uruguai, em 1828. (PADOIN; ROSSATO, 2003).

da maior potência europeia, a Inglaterra. Todavia, o modelo de desenvolvimento e o destino da produção das estâncias e das charqueadas do Estado sul-rio-grandense não tinham como principal meta atender ao interesse internacional. Essa produção

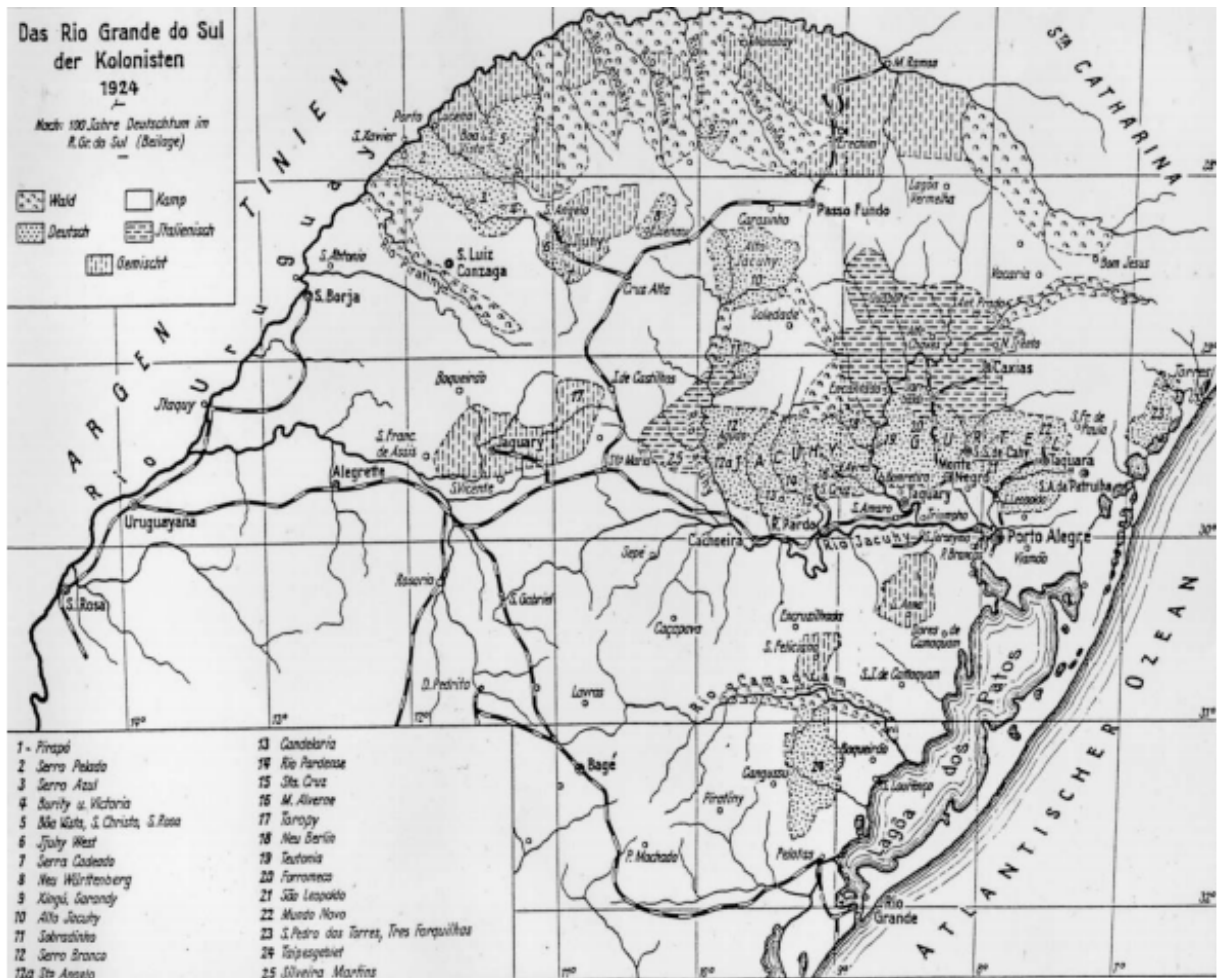
[...] destinava-se, predominantemente, ao mercado brasileiro, fato que criava conflitos de interesse entre os pecuaristas do Sul e os senhores de terra e escravos do resto do País. O produto era utilizado para alimentação dos escravos no Brasil, não possuía tarifa protecionista em relação ao similar platino e era onerado pelas taxas de importação sobre o sal de Cádiz. Como, em geral predominavam os interesses dos fazendeiros agroexportadores do resto do País, derivamos, desse fato, uma menor força política dos senhores de terra do Sul face a seus congêneres de outras regiões do Brasil. (TARGA, 1996, p. 27).

Em referência à estruturação socioeconômica, assinala Targa (1996), o RS se diferencia das outras regiões do Brasil por constituir uma formação social particular, visto que sempre se envolveu com guerras de fronteiras, pois desde a sua origem esteve intrinsecamente relacionado com a formação dos Estados limítrofes, ou seja, com as regiões que eram exploradas pelo Império Colonial da Espanha. Para esse autor, a condição de fronteira que os gaúchos vivenciaram e as seguidas lutas geraram um conjunto de peculiaridades estruturais, definidos por:

[...] sua estrutura de propriedade de terra, suas classes sociais rurais, assim como a relação que sua classe dominante possuía com as classes dominantes de outras regiões e com o governo Imperial. Por isso, o território do Rio Grande do Sul serviu de palco para uma experiência social nova no Brasil do século XIX. (TARGA, 1996, p. 17).

Como já citamos, ao final do Império e instauração da República Velha, ao contingente populacional rural já existente no RS, outro ocupou as terras gaúchas para fins de exploração econômica. Reportamo-nos aos imigrantes, oriundos de diferentes nacionalidades, que passaram a produzir e oferecer produtos diversos, incrementando a economia do Estado. Na última década da Primeira República, no território sul-rio-grandense havia considerável área colonial, povoada principalmente por imigrantes alemães e italianos e seus descendentes (Figura 4).

Figura 4 – Regiões coloniais do RS na República Velha



Fonte: Oberacke (1936 apud VOGT, 2006, p. 120).

Também, no início do século XX fazia parte da sociedade gaúcha uma classe média urbana, formada por militares, comerciantes e profissionais liberais, e uma incipiente camada de trabalhadores das fábricas, resultado da libertação dos escravos e da mão de obra livre que chegava ao país junto à imigração.

No final do Império, no campo político, predominava o Partido Liberal. Nos anos iniciais da Primeira República, a sociedade gaúcha se dividia entre o grupo dos liberais, reunidos em torno do Partido Federalista do Rio Grande do Sul, e, posteriormente, agrupados no Partido Libertador, que defendia o federalismo, o parlamentarismo e o liberalismo, cuja base era formada por estancieiros, tendo como seu maior líder Gaspar Silveira Martins, e o grupo unido pelo PRR, com sustentáculo em todo o RS, cuja base doutrinária assentava-se em Augusto Comte e cuja importância cresceu à medida que iam se implantando os governos de Júlio Prates de Castilhos e Antonio Augusto Borges de Medeiros. Como discorreremos

oportunamente, foram esses grupos que geraram as revoluções de 1893 e 1923, no confronto entre republicanos e maragatos ou federalistas, e que influenciaram no desenvolvimento da economia gaúcha.

Em especial, tratamos da economia agroexportadora da região da Campanha, a qual sofria influência direta da política dos governos federal e estadual. A esse respeito, Targa (1996) expõe que a política orientada pela elite agroexportadora do centro do país era dúbia, pois ao mesmo tempo em que precisava manter o fornecimento interno de charque, produto da Campanha gaúcha, não podia deixar de abrir a concorrência para o comércio estrangeiro, no caso os países do Prata. Por tal motivo, embora os estancieiros fizessem parte da classe dominante, da oligarquia política que detinha o poder no Brasil, constituíam um segmento contestador. Assim, para combater os estancieiros do RS e outros pelo país afora, nas primeiras décadas do século XIX, o Império lançou a ideia de diluir o poder dos caudilhos gaúchos, estimulando a imigração europeia e a pequena propriedade baseada no trabalho livre, tendo ainda o intuito de fazer o “branqueamento da população”. Tal projeto visava transformar a estrutura social e fundiária via introdução da pequena propriedade e do trabalho livre. Ou seja, a instituição de um poder agrário alternativo ao da grande propriedade se tornava mais necessária na região onde os grandes proprietários mais contestavam o poder central. Ressalta-se, contudo, que a estratégia não deu certo, pois os imigrantes foram relegados às áreas que não interessavam aos pecuaristas, pois tais terras eram compostas por florestas, montanhas e povoadas por índios. Nesse sentido, a grande e a pequena propriedade não disputavam as mesmas terras e nem mesmo se avizinhavam.

Inicialmente, o contingente imigrante do RS não se constituiu como poder político a ponto de ameaçar o poder dos estancieiros, *poder do campo* como denomina Félix (1996). Todavia, na Primeira República, fatores socioeconômicos devidos às mudanças na atividade produtiva gaúcha, especialmente motivada pela imigração, favoreceram a emergência do *poder do mato*, constituído por ervateiros, chacareiros, médios e pequenos proprietários de terra. Estabeleceu-se, então, uma fase de sequentes enfrentamentos com o *poder do campo*, expõe a autora, em especial devido à formação e ao fortalecimento da emergente classe média rural proprietária, *poder do mato*, apoiada pelos governantes do PRR.³³ Lembramos que,

³³ Oportunamente, no quarto capítulo dessa tese, abordaremos a relação das colônias com os governos do PRR e a luta dos estancieiros na busca pela melhoria da malha viária do RS.

na Primeira República, o voto passou a ser um direito dos que eram letrados e não mais dos que possuíam determinada renda, como no Império, o que aumentou a força política dos imigrantes naturalizados e de seus descendentes, porém em pequena escala, mas ascendente.

Tal como mencionado anteriormente, a chegada do contingente imigratório ocorreu, basicamente, no final do século XIX e início do século XX, originário da Europa. Assim, além das peculiaridades geográficas do RS, sua base econômica sofreu influência da colonização europeia, marcada pelo desenvolvimento centrado na diversificação da atividade econômica, destacando-se a policultura no meio rural, e, nos núcleos urbanos, as atividades comerciais, artesanais e industriais, o que fomentou o mercado interno das regiões coloniais (Figura 4).

Love (1975) destaca o papel que os imigrantes passaram a desempenhar na economia, além de ressaltar o fato de que boa parte deles era alfabetizado, portanto, passaram a compor a força eleitoral de suas respectivas regiões. O autor comenta ainda que embora houvesse crescente e ativo papel da população colonial nas atividades econômicas do Estado, esta desempenhava papel menor na política, pois a tradicional economia dos estancieiros tinha seu equivalente na vida política.

Os teuto-brasileiros destacavam-se especialmente nas atividades industriais não relacionadas com ocupações pastoris. [...] o charque e a erva-mate continuavam a ser dominados por luso-brasileiros, o vinho e a manteiga pelos italianos; em todos os setores restantes, os alemães tinham a primazia. Os grupos de colonos também penetraram no comércio em larga escala. (LOVE, 1975, p. 139).

A força produtiva das colônias de imigrantes é sentida desde o início nas exportações do RS para outros Estados e países vizinhos. Ainda no Império, o Estado sul-rio-grandense exportava erva-mate, feijão, batata, farinha de mandioca e milho, principalmente para os vizinhos Estados e países do Prata, Uruguai e Argentina³⁴. A evolução da economia agrícola produtora/exportadora das regiões de imigração aconteceu de forma gradativa. Paulatinamente essa economia deixou de

[...] ser de mera subsistência e passou a ser de produção de excedentes, e mesmo de mercado, assumindo em alguns lugares o fumo, em outros a banha de porco, em alguns outros ainda o feijão, o milho, a batata inglesa, a erva-mate ou ainda outro produto qualquer, a condição de principal produto comerciável. (VOGT, 2006, p. 144).

³⁴ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1848. Mapa 10).

Nos períodos de 1889-1900 e 1919-1929, Fonseca (1983) comenta sobre a variação nos percentuais das exportações do RS relativas aos produtos típicos da Campanha e da Serra que atingiram 46,5% e 37,3%, respectivamente para os períodos citados, e alerta para a queda na exportação de charque. Mas, lembra o autor que, em contrapartida, as exportações dos produtos da Serra evoluíram de 31,0% para 31,6% entre 1889-1900 e 1919-1929, respectivamente.

Detalhes mais específicos da participação de cada um dos principais produtos na pauta das exportações do RS, no período entre 1878 e 1929, foram registrados na Tabela 1, apresentada anteriormente com base no trabalho de Herrlein Júnior (2000). Na citada Tabela 1, chamamos atenção para o início das exportações de carnes frigorificadas (3,8% do total exportado) e de arroz (10,1% do total exportado), produtos esses que só aparecem nas estatísticas relativas ao período final das décadas de 1910 e 1920. Particularmente, é na região da Campanha, especialmente em Pelotas, que despontam a produção e a exportação de carnes frigorificadas e o cultivo da lavoura de arroz, ambos impulsionados pelo capital nacional.

Na compreensão de Antonacci (1981), o processo de mudança da economia do RS, motivado pela alteração das relações de poder, concorreu para a queda das exportações dos produtos da Campanha, o que, sobretudo, teve repercussão acentuada ainda mais pela ascensão da policultura e da indústria.

Em relação à agropecuária exportadora, constituída por capital nacional oriundo da Campanha, surgiu a Companhia Frigorífica Rio Grande que sobreviveu pouco tempo, sendo vendida, em 1921, para o capital britânico, Grupo Vestey Brothers, quando passou a ser denominada Frigorífico Anglo. Comenta Pesavento (1980) que grande parcela do insucesso dessa Companhia é atribuída ao governo de Borges de Medeiros que, com sua concepção comteana, pretendeu modernizar a indústria de carne sustentada por uma base com deficitária infraestrutura, necessitando incremento do capital estrangeiro. Com tal pretensão, em 1916, o governo borgista ofereceu isenção fiscal, por trinta anos, para frigoríficos nacionais que viessem a ser instalados, bem como assegurou a “garantia de juros de até seis por cento (6%) sobre o capital efetivamente realizado, pagável anualmente pelo Tesouro do Estado, como complemento à insuficiência de lucros”, expõe Pesavento (1980, p. 117). Mas, seguindo a tendência brasileira de favorecer a penetração dos frigoríficos estrangeiros em todo o território nacional, o governo borgista, logo em seguida, abriu esse mesmo incentivo para a entrada de capital estrangeiro, o qual

chegou ao Estado sul-rio-grandense no contexto da crise gerada pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Ainda na década de 1910, Santana do Livramento e Rio Grande contavam com frigoríficos instalados por duas grandes empresas internacionais, de capital norte-americano, pertencentes ao Grupo The Big Four de Chicago: Armour e Wilson. Quase no final dessa década, é instalada em Rio Grande a Companhia Swift do Brasil, de capital norte-americano, desse mesmo grupo, comenta Bell (1998).

A concorrência do produto pastoril gaúcho é acirrada a partir de 1914, principalmente, impulsionada pela construção do frigorífico da Armour em Barretos, São Paulo, Estado esse que, com menores condições favoráveis à criação de gado que o RS, exportou carne congelada já em 1915 para a Europa. Porém, somente em 1921 é que o RS supera a exportação paulista de carne frigorificada, mesmo assim em menor percentagem que a do charque, menciona Pesavento (1980).

Em 1924, é sentida a forte queda nas exportações de charque e aumento das exportações de carne frigorífica gaúcha em maior percentagem que as de charque. Mas, em 1926, reverte-se a situação com a crise dos frigoríficos que, com exceção do Armour, paralisaram suas atividades. Entre 1925-1926, expõe Pesavento (1980), as exportações de carne congelada passaram de 19 mil para 1,4 mil toneladas. Diante desse quadro, concordamos com a autora que o esforço do governo do Estado para modernizar a principal atividade econômica da Campanha foi tardia, isso porque, além do desfavorável período mundial pós-Primeira Guerra Mundial, a carne gaúcha chegou aos mercados internacionais praticamente dominados pela concorrência, expressivamente formada pelos vizinhos países do Prata.

Uma contribuição importante para o debate sobre a crise econômica dos anos 1920 que atingiu o RS é dada por Pesavento (1982). Explica a autora que o período que se sucedeu a Primeira Guerra Mundial foi marcado pela recessão econômica, rearticulação da economia europeia e recuo da demanda mundial sobre mercadorias produzidas no RS, principalmente a carne, afetando diretamente o Estado. Essa diminuição do consumo, conforme a autora, aconteceu justamente no momento em que os frigoríficos locais operavam a pleno vapor, diminuindo sua capacidade de operação e, como consequência, houve queda do preço do gado na região produtora gaúcha. Assim, passou-se de um período de inflação e ampla concessão de empréstimos para uma fase de recessão e de redução de crédito. Então:

[...] sem ter para quem vender seu gado e tendo de pagar, num momento de crise, empréstimos contraídos em momentos de euforia, muitos criadores foram à falência. Sem condições de solucionarem seus problemas, os estancieiros voltaram-se para o governo estadual pedindo medidas de defesa para a pecuária. (PESAVENTO, 1982, p. 84).

Mas, se o conflito mundial restringiu as importações brasileiras, por outro lado, provocou a expansão das vendas dos produtos rio-grandenses para outros Estados do país. Estimulados pelo aumento da demanda, os pecuaristas da Campanha fizeram empréstimos bancários para ampliar suas instalações e melhorar o plantel bovino. Todavia, nessa época, aduz Flores:

Borges de Medeiros retirou os depósitos da rede bancária do Estado para encampar a ferrovia e o porto de Rio Grande. Mas o frete das ferrovias e as tarifas portuárias do porto de Rio Grande continuaram elevados, sendo mais barato exportar por Montevideú. Os bancos, sem os créditos do tesouro estadual restringiram o crédito e cobraram as hipotecas, deixando os produtores sem capital de giro. Osvaldo Aranha arregimentou os pecuaristas na Associação de criadores, em busca de solução. (FLORES, 1995, p. 60).

No entanto, ainda que a Associação de Criadores, liderada por Osvaldo Aranha, tenha buscado auxílio junto ao Estado, o governo borgista não garantiu ajuda aos estancieiros oferecendo-se apenas como intermediário nas negociações com o governo Federal, que privilegiava os cafeicultores, em detrimento dos demais produtos brasileiros exportados para fora do país. Na prática, todos os Estados pagavam a conta pelo fato de ter sido eleito o café como produto preferencial nas exportações, pensamento que norteava a elite política brasileira, a qual conduziu ao poder o mineiro Artur Bernardes, em 1922, sucedido pelo paulista Washington Luís, em 1926, fiéis representantes da política do café-com-leite.

A ajuda de Borges de Medeiros não chegou aos pecuaristas. As razões parecem óbvias: divergências político-partidárias. Porém, muito além da ocorrência de tais divergências, torna-se prudente analisarmos, ainda que brevemente, a situação financeira do Tesouro do Estado que herdara do Império uma dívida passiva equivalente a 3.744:361\$818. No relatório provincial, recomendava-se que, se a dívida persistisse em progredir como nos últimos anos, poderia de um momento para outro, “criar embaraços à Administração; parece, pois de bom conselho que seja esta autorizada a consolidar-a logo que, cessandos os efeitos da crise actual, se ofereça ocasião azada para as operações desta ordem”. [redação original]³⁵. Em

³⁵ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1889, p. 12).

1889 a dívida aumentara para 3.902:661\$818.³⁶ Em 1895, a dívida registrada na mensagem enviada pelo Presidente do Estado Júlio Prates de Castilhos, equivalia a 6.702:021\$818³⁷ e fora contraída durante a guerra civil (1893-95). A cada ano o governo castilhista-borgista amortizava parte dessa dívida. Dessa forma, em 1899, a dívida atingia o valor de 3.814:250\$00, e no ano seguinte foi reduzida para 3.464:250\$000. Em 1901, na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, o Presidente Antonio Borges de Medeiros propunha nova amortização, mas garantia que seriam satisfeitos pontualmente os pesadíssimos encargos dos juros da dívida e dos garantidos, em ouro, à estrada de ferro Porto Alegre a Novo Hamburgo, e afirmava que o serviço da dívida do Estado não sofreria qualquer interrupção.³⁸ Em 1902, a dívida se estabelecia em 3.661:250\$000,³⁹ tendo sido reduzida para 2.885:250\$00 até abril de 1904.⁴⁰ Todavia, a dívida do Estado voltara a subir de forma drástica, em 1906, devido à encampação das estradas de ferro Novo Hamburgo, Taquara e Porto Alegre a Novo Hamburgo. Em julho de 1906, a dívida total atingiu 7.502:450\$000⁴¹ e em dezembro de 1907, seu valor total era de 9.102:250\$00. Na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, em 1908, o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves mencionava que esse total era “proveniente das dividas fluctuantes, das varias emissões de títulos ao juro de 5, 6 e 7% e da encampação das estradas de ferro de São Leopoldo e Taquara, aquella realizada a títulos ouro ao juro de 7%, valor que convertido a papel, ao cambio de 15 dinheiros, está incluído naquela somma” [redação original].⁴² Entre 1909 e 1918, observamos pela análise das mensagens presidenciais que a dívida total do Estado manteve-se em queda. Todavia, a partir de 1919, observamos registro da dívida interna e fundada em valores acentuados.

Em 1919 houve a estatização da malha ferroviária do Estado do RS, dando origem a Viação Ferroviária Rio Grandense. Essa encampação elevou ao endividamento do Estado, mais foi considerado imprescindível pelo governo borgista para fazer baixar os valores dos fretes. Em 1920, o governo estadual encampou o Porto de Rio Grande elevando o endividamento do Estado. Então, entre 1921-1922,

³⁶ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1889, p. 20).

³⁷ Op. Cit. (RS 1895, p. 23).

³⁸ Ibidem (RS 1901, p. 33).

³⁹ Ibidem (RS 1902, p. 25).

⁴⁰ Ibidem (RS 1905, p. 27).

⁴¹ Ibidem (RS 1906, p. 28).

⁴² Ibidem (RS 1908, p. 62).

a dívida sul-rio-grandense era expressiva em razão das estatizações ocorridas nessas duas citadas décadas.

Nas mensagens enviadas à Assembleia dos Representantes, em 1921, o Presidente Borges de Medeiros registrava que a dívida interna e fundada do Estado, no ano de 1920, totalizava 37.171:950\$000.⁴³ Em 1925, a dívida elevou-se para 72.621:200\$000, em virtude de nova emissão de apólices referentes a empréstimos “legalidade” e “Viação Férrea”.⁴⁴ No encerramento do ano de 1929, ao final da Primeira República, a dívida total do Estado sul-rio-grandense estava computada em 317.721:540\$00. Desse total, 311.779:740\$000 correspondia à dívida externa e 5.941.800\$000 à interna.⁴⁵ Nesse ano, as exportações somaram o equivalente a 540.792:402\$000. As exportações da Campanha, charque e carne congelada, atingiram, respectivamente, 104.714:270\$000 e 10.962:611\$000.⁴⁶

Em nossa pesquisa, observamos que, exceto em excepcionais momentos, houve a tendência de manter o equilíbrio orçamentário, um dos princípios do pensamento positivista do PRR. Em praticamente todos os relatórios financeiros do Estado do RS, na Primeira República, o governo demonstrou excedente em valores positivos, ou seja, as receitas efetuadas foram superiores às orçadas. Todavia, em 1914, o relatório mostra que houve uma diferença para menor entre a arrecadação orçada e a efetuada, devido à queda das exportações do RS para fora do país. Nesse ano, as exportações sul-rio-grandenses atingiram 79.319:923\$190⁴⁷, uma queda acentuada em relação ao ano de 1913 (108.1000:950\$186). Com a queda das exportações, todos os impostos renderam menos do que o orçado, exceto o imposto territorial e os impostos sobre as indústrias e profissões. O impacto sobre as contas estaduais devido à queda de arrecadação foi contido pelo governo borgista que articulou as reformas tributárias de 1902-13⁴⁸ com a redução de gastos, redução de investimento e demissão de funcionários públicos. Axt (2004, p. 214) registra que a queda da “arrecadação federal no Rio Grande do Sul também foi mais profunda, pois despencou de 39.514 contos em 1913 para 33.553 contos”.

⁴³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1921, p. 122).

⁴⁴ Ibidem (RS 1925, p. 56).

⁴⁵ Ibidem (RS 1930, p. 168).

⁴⁶ Ibidem (RS 1930, p. 149-50).

⁴⁷ Ibidem (RS 1915, p. 22).

⁴⁸ A reforma tributária de 1902 consistiu em reduzir o imposto de importação até sua extinção, substituindo-o juntamente com o imposto de transmissão de propriedade pelo imposto territorial. Entre 1912-13 nova reforma tributária que alterou o valor tributável de moradias, investimentos e terra (TARGA, 1996). Posteriormente, no quarto capítulo de nossa tese, retornamos a essa discussão.

Todavia, no período em que a dívida pública do Estado mais aumentara, ou seja, entre 1920 e 1929, as exportações também tiveram aumentos substanciais. A Tabela 2 mostra o movimento das exportações, ano a ano, equivalente em toneladas e em valores da moeda corrente. Observamos que, embora a quantidade exportada – em tonelada – fosse maior do que 1920, em 1921, o valor em moeda corrente alcançado pelo RS com suas exportações foi o menor anotado no período. Notamos também que no ano que antecedeu a crise mundial de 1929, o RS obteve o maior volume e o maior valor em moeda corrente com suas exportações. Dentre os cinco produtos de destaque nas exportações desse período aparecem o charque, a banha, o arroz, o couro e o fumo, conforme mostrado anteriormente na Tabela 1.

Tabela 2 – Movimento das exportações do RS entre 1920-1929

Ano	Tonelada	Valor
1920	301.473	497.879:307\$000
1921	348.633	214.959:313\$000
1922	342.337	233.071:991\$000
1923	404.669	311.150:893\$000
1924	438.530	413.942:718\$000
1925	402.896	473.997:405\$000
1926	447.441	347.445:138\$000
1927	542.703	415.915:791\$000
1928	557.774	580.722:418\$000
1929	503.813	540.792:402\$000

Fonte: Dados coletados nos relatórios do presidente do Estado do Rio Grande do Sul em 1930.⁴⁹

Como produto de destaque nas exportações, o arroz despontou em uma lavoura organizada sob bases capitalistas no RS, em terras arrendadas, mão de obra assalariada, tecnologia ao modelo europeu e produção voltada ao mercado externo. A esse respeito, assevera Love:

Aqui estava um campo em que os gaúchos mostraram considerável eficiência: a sua produção de arroz era a mais elevada da nação. Depois da carne e seus derivados, o arroz foi o gênero alimentício mais importante exportado pelo Estado na última década da República Velha. O cultivo de arroz no Rio Grande (Estado, grifo nosso) empregava irrigação, em contraste com a produção de baixa capitalização em outros Estados. Nesta atividade, como na indústria de produtos bovinos, apenas ricos proprietários de terras podiam participar. (LOVE, 1975, p. 136).

Esclarece Müller (1998) que o início da lavoura de arroz pelotense contou com a iniciativa do capital ligado à pecuária e ao comércio, estabeleceu-se na zona

⁴⁹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS 1930, p.149).

central e litoral da Lagoa dos Patos no RS, com amplo apoio da legislação federal. Conforme o Beikow (1984), a lavoura de arroz do RS se expande em direção ao Vale do Rio Jacuí. Entre 1906 e 1916, a produção do arroz em Cachoeira do Sul passou de 5 000 sacas para 402 500 sacas.

Como mencionamos, a economia sul-rio-grandense orientava-se basicamente para o mercado interno brasileiro, com produtos agrícolas, banha, carne, charque e couro, ao contrário dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que dependiam das exportações para a Europa. As estatísticas do período apontam melhoria na economia sul-rio-grandense no decorrer da República Velha. Comparativamente, no *ranking* nacional, o RS,

[...] do sexto lugar em valor de produção agrícola em 1886, subiu ao terceiro em 1920, a mesma posição que ocupou em valor total de produção. Em 1920, o Rio Grande perdeu apenas para São Paulo em valor de propriedades rurais e foi o primeiro na Federação em número de rebanhos bovinos. [...] A maior concentração de gado situava-se ao longo das fronteiras com a Argentina e o Uruguai. [...] A localização fronteiriça das estâncias de gado da campanha, juntamente com as operações relativamente generosas das ferrovias e atividades portuárias rio-grandenses fizeram com que Montevideu permanecesse um entreposto importante para a carne gaúcha destinada às cidades do Norte do Brasil, no fim dos anos 20. (LOVE, 1975, p. 133-4).

Na República Velha, a manufatura e a disponibilidade creditícia também eram importantes para mover a economia do Estado. Expõe Love (1975) que a indústria empregava 11% da força de trabalho, com registros trabalhistas, proporcionalmente, mais empreendimentos do que nas demais regiões do país. O mesmo acontecia com as instituições creditícias, cujo número de bancos controlados por brasileiros também era maior, ofertando crédito de incentivos à produção. No entanto, como afirma o autor, o latifúndio ainda era o modelo dominador da produção.

No conjunto do Estado, porém, o latifúndio ainda dominava. Em 1920, menos de 3% das propriedades rurais do Estado representavam mais de 45% do valor de todos os bens rurais reais; e pouco mais de 10% das propriedades significavam quase dois terços do valor total. Pode-se presumir que a concentração de terras era bem maior na Campanha. Em 1909, os cinco municípios de propriedades médias mais extensas do Estado situavam-se todos na Campanha. (LOVE, 1975, p. 139).

Essa situação sofrera significativa mudança no início do século XX, quando o governo de Borges de Medeiros passou a incentivar o desenvolvimento das regiões ocupadas por imigrantes, como uma tentativa de desenvolver o Estado como um todo, deixando de prestar total assistência aos estancieiros, o que gerou revolta e

descontentamento na região latifundiária do RS.⁵⁰ Por outro lado, o período borgista angariou simpatia nas regiões coloniais, visto que até então governo era sinônimo de estância. Essa mudança de perspectiva era derivada da influência do positivismo que, embora preservasse em suas ideias a manutenção do *status* da classe dominante, pensava também em desenvolvimento. Nesse sentido, concordamos com Love (1975) que a elite latifundiária, no Brasil e especialmente no RS, era sinônimo de atraso e perda de oportunidades, pois deixava de incentivar o progresso de outros setores-chave em busca de interesses próprios.

De certa forma, o borgismo gaúcho antecipou o que viria a ser a política oficial do Estado brasileiro pós-1930, quando a aliança com a oligarquia cafeeira teve que ser dividida com as classes emergentes: a burguesia nacional e ainda a pequena classe média e a classe trabalhadora.

Lembramos que, no início do século XX, o Rio Grande do Sul enfrentava a concorrência dos países platinos, Uruguai e Argentina, que possuíam uma avançada tecnologia na agricultura e pecuária, tendo assim melhores qualidades no seu rebanho e produção agropastoril. Para agravar ainda mais a situação, o Estado gaúcho ainda enfrentava divergências políticas internas que opunham republicanos e federalistas sul-rio-grandenses. Em 1922, nosso personagem, Assis Brasil, assumiu o comando do grupo adversário castilhistaborgista. A trajetória de divergências, disputas e cooptação política entre simpatizantes do positivismo e do liberalismo gaúchos é tema de nossa próxima pauta.

2.4 Disputas políticas no Rio Grande do Sul no período de 1889-1930

Historicamente, a disputa política no Estado do Rio Grande do Sul polarizou-se entre o grupo de ideário positivista e o grupo de ideário liberal, que protagonizaram um cenário de intenso e prolongado conflito, entremeado por inflamados discursos de acusação e defesa, e por violento enfrentamento, durante grande parte da Primeira República. Nesse contexto, as divergências políticas situavam-se muito além dos rumos do progresso do RS, permeando o plano das ideias.

⁵⁰ Grande parte do descontentamento dos estancieiros é discutida posteriormente no projeto político-econômico de Assis Brasil, em especial, quando nosso personagem reúne as forças federalistas e republicanas dos dissidentes em torno da Aliança Libertadora, em janeiro de 1924, pouco mais tarde extinta, em 1928, com a fundação do Partido Libertador. (OSÓRIO, 1992, p. 160).

Os gaúchos, simpatizantes do positivismo, uniram-se em torno do Partido Republicano Rio-Grandense e nos governos de Júlio Prates de Castilhos⁵¹ (1893-1898), Antonio Augusto Borges de Medeiros (1898-1908 e 1913-1928) e Carlos Barbosa Gonçalves (1908-1913). O domínio do PRR na política sul-rio-grandense ficou conhecido pelo nome de castilhismo-borgismo.

Os liberais, sob a liderança de Gaspar Silveira Martins e Joaquim Francisco de Assis Brasil, no âmbito das ideias políticas, combatiam o autoritarismo castilhista e as posições positivistas do governo gaúcho, propunham o parlamentarismo como sistema de governo, o voto secreto e a representação política das minorias. No que diz respeito à economia, defendiam a especialização e as vantagens competitivas da pecuária e a imigração espontânea, e denunciavam a demasiada ingerência do governo estadual no campo econômico. Mesmo assim, decorrente da ligação com estancieiros da Metade Sul, os liberais defendiam o protecionismo econômico, principalmente do mercado do charque em nível nacional.

O Partido Liberal sul-rio-grandense, que havia sido hegemônico no Estado do RS no final do Império e agremiação da qual descendiam os maragatos, com a implantação da República, expõe Maestri (2010a), passou a reivindicar o ideário farrapo, mas abandonou a proposta separatista.⁵² Nesse novo contexto, mantinha-se a identificação entre o movimento farroupilha e a Campanha-fronteira.

Como mencionamos anteriormente, nos últimos anos do Império a economia do RS baseava-se no charque, no couro e na carne. Junto a nova ordem política incrementa-se a imigração que trouxe a semente da diversificação da economia e, conseqüentemente, possibilitou a emergência do *poder do mato*, como coloca Félix (1996). A nova ordem política, viabilizada pela Proclamação da República, garantiu a transposição do poder político no RS. Tal transposição, conforme Maestri (2010^a, p. 205), ocorreu “do bloco social pastoril-charqueador oligárquico hegemônico para

⁵¹ Anterior ao período registrado, Júlio Prates de Castilhos assumiu a presidência do RS em 15 de julho de 1891 e fora deposto em 11 de novembro desse mesmo ano em decorrência do Golpe de Três de Novembro, que se trata do golpe promovido pelo presidente da república, Marechal Deodoro da Fonseca. A dissolução do Congresso Nacional acabou por redundar na derrubada tanto de Deodoro quanto de Castilhos, assumindo Floriano Peixoto a presidência da república, e o governo do RS ficaria sob novo comando com ascendência dos dissidentes republicanos que formaram a Junta Governativa Gaúcha, composta por Domingos Alves Barreto Leite, Manuel Luís da Rocha Osório, João de Barros Cassal e Joaquim Francisco de Assis Brasil. (FRANCO, 1996).

⁵² O autor se refere ao movimento separatista sulino que tinha por finalidade a emancipação político-administrativa dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja proposta de autonomia desvinculava-os em relação ao Brasil como nação. Esse movimento assumiu caráter separatista e republicano, apesar de essas orientações não serem maioria quando ocorreu a eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845).

uma nova composição de setores proprietários, mais ampla, mais diversificada”. O que se caracterizava, conforme o autor, como “um novo bloco político social, mais diretamente inserido na produção e circulação capitalistas”, que contava com apoio nos segmentos médios e facções das classes subordinadas sul-rio-grandense. É esse *poder do mato* que, aos poucos, ao adotar o discurso progressista republicano concorreu favoravelmente para o alargamento social da base política do PRR, partido esse que, para Pesavento (1992, p. 45), “preocupava-se em cooptar setores do complexo colonial imigrante, principalmente seus elementos enriquecidos: industriais, comerciantes, financistas”. Complementa a autora que o PRR também “mantinha uma ligação vantajosa com o exército, o que foi favorecido pela presença forte do componente ideológico positivista entre os militares”.

A ascensão do grupo de ideias positivista ao poder político sul-rio-grandense, em 1889, não apenas marcou a quebra da hegemonia do grupo de ideário liberal, mas a destituição deles de postos políticos. Contudo, a consolidação do PRR no governo gaúcho ocorreu em meio a contestações. Lembremo-nos das eleições para a Constituinte do Estado, na qual dissidentes republicanos e liberais se reuniram em torno do Partido Liberal para formar a base de oposição do PRR.

Em 1891, Júlio de Castilhos foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte e chegou ao governo do Estado, sendo deposto em novembro desse mesmo ano. Inconformado, escreveu uma série de artigos, na qual reafirmava seu pensamento de base comtista e sua posição acerca da tarifa protecionista da República destinada à indústria nacional. Em sua preleção, expôs que, presos ao passado, os liberais apenas buscavam inviabilizar o desenvolvimento do RS enquanto os republicanos visavam o progresso industrial estadual. Seus escritos, reunidos no trabalho de Martins, Silva e Neves (2003), reportavam-se aos liberais, em referência aos dissidentes do PRR que compuseram o denominado ‘governicho’, que detinham o poder no Estado e que decidiram convocar uma Convenção para elaboração de uma nova Constituição Estadual a fim de derrotar a Constituição castilhista de 1891. Afirmava o líder do PRR que:

[...] em vez de submeterem-se à vontade solenemente manifestada pelo Rio Grande do Sul, os dissidentes emparceirados com os liberais, decidiram convulsionar o Estado que entrara de cheio na senda do progresso industrial, decidiram trazer a anarquia a nossa terra pouco se importando que isso perturbasse de todo a evolução admirável que ia realizando. (MARTINS; SILVA; NEVES, 2003, p. 101).

Em 1892, Júlio de Castilhos retorna ao governo do Estado com o auxílio do exército e os antigos liberais se rearticulam em torno de Gaspar Silveira Martins, recém-chegado do exílio na Europa, na fundação do Partido Federalista Brasileiro. Ressalta Pesavento (1992) que os dissidentes republicanos não aceitaram a liderança de Gaspar Silveira Martins, nem a bandeira do parlamentarismo adotada pelo novo partido e sequer nele ingressaram. Mas os federalistas ou maragatos somaram forças de oposição ao governo estadual de Júlio de Castilhos e ao governo federal de Floriano Peixoto. No movimento de coligação, as forças de oposição, tanto no nível local quanto nacional, “fortaleceram os laços que uniam o PRR a Floriano Peixoto e ao exército”, assegura Pesavento (1992, p. 48).

No ano seguinte, em 1893, eclodiu a Revolução Federalista, cognominada por Pesavento (1992) com “revolução da degola” devido às atrocidades cometidas por federalistas e republicanos, a qual se prolonga até 1895. A autora expõe que em Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 1893, Júlio Prates de Castilhos prometia severa e dura repressão aos revoltosos, expondo sua dificuldade em lidar com a oposição que, naquele momento, colocava em risco a posse da máquina administrativa montada por Castilhos, complementam Trindade e Noll (2005).

No contexto estadual, para os federalistas, a luta significava a derrubada de Júlio Prates de Castilhos na presidência do Estado e da Constituição gaúcha de 1891, de concepção positivista é tida como antiliberal. Durante o conflito, expõe Pereira (2006, p. 135), Gaspar Silveira Martins conclamava seus correligionários federalistas: “é preciso atividade, energia e confiança em nossa causa, que é a [...] da honra e glória do Rio Grande do Sul”. “[...] o governo atual (de Júlio de Castilhos, grifo nosso) não representa o pensamento da revolução de novembro que não foi feita senão com o fim de estabelecer um regime livre em terra rio-grandense”.

Finda a revolução em 1895, com a promessa do governo estadual de rever a Constituição de 1891, em especial no que se referia à reeleição para presidente do Estado, nos anos seguintes ocorreu a consolidação do PRR no domínio da política. Lembra Pesavento (1992) que, enquanto Júlio de Castilhos governou, nenhum membro da oposição ocupou qualquer cargo público no Estado. De igual maneira, nenhum representante federalista tomou assento tanto na Assembleia Legislativa Estadual como no Congresso Nacional. Constituiu, então, parte de um período político-administrativo que Félix (1996) denomina coronelismo castilhista, o qual teve garantida sua sequência no governo de Antonio Augusto Borges de Medeiros,

iniciado em 1898, que “herdou uma máquina partidária solidamente consolidada”, assegura Pesavento (1992, p. 48).

Ainda que a Constituição Estadual de 1891 permitisse, em 1907 Borges de Medeiros não se candidatou a sua própria sucessão e indicou Carlos Barbosa Gonçalves como candidato ao governo do Estado, como representante do PRR. Para esse pleito, a oposição republicana dissidente, apoiada por federalistas, indicou Fernando Abbott para concorrer à eleição do Estado. Osório (1992) comenta que a candidatura de Fernando Abbott ocorreu pelo Partido Republicano Democrático e contava com o apoio de Joaquim Francisco de Assis Brasil, ambos dissidentes republicanos e remanescentes federalistas.

A candidatura de Fernando Abbott traduzia as aspirações do grupo liberal, aliado ou não ao PRR, manifestando-se contra o autoritarismo do governo e a favor de nova Constituição estadual. Alves (1995) explica que em defesa da candidatura governista de Carlos Barbosa Gonçalves se formou a ‘ala jovem’ do PRR, que “significou os primeiros passos políticos de elementos que viriam a tornarem-se, alguns anos mais tarde, personagens notórios da vida política nacional, como Getúlio Dornelles Vargas, João Neves de Fontoura, Pedro Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra”. (ALVES, 1995, p. 200).

O pleito de 1907, afirma Pesavento (1992, p. 48), correspondeu a primeira eleição para o executivo estadual em que houve disputa, sendo vencida pelo situacionismo. Porém, em função da aplicação da legislação federal no Estado, que “oportunizava as representações das minorias, a Assembleia dos Representantes do Estado passou a contar com alguns representantes da oposição maragata”.

Trindade e Noll (2005) tecem um panorama do que teria sido a eleição e o escrutínio em 1907. Os autores afirmam textualmente que a máquina partidária do PRR se mostrou eficaz não apenas para reunir a massa do eleitorado em torno do partido, mas em especial para promover fraudes no escrutínio dos votos.

Findo o mandato de Carlos Barbosa Gonçalves, em 1912, o PRR continuou no governo, uma vez que Borges de Medeiros retornou ao poder executivo do Estado gaúcho e nele permaneceu até 1928.

Na literatura observamos que no período entre a eleição de 1907 a de 1922, apesar de existir uma oposição política organizada, essa não apresentou candidatos nos pleitos ocorridos nesse intervalo de tempo. Duas hipóteses são encontradas na literatura sobre o assunto. Um delas é que entre as facções políticas que formavam

a oposição não havia formas comuns de pensar a política, uma vez que federalistas, democratas e dissidentes republicanos buscavam manter preservados seus respectivos pensamentos políticos. A outra diz respeito ao uso de práticas de violência, corrupção e fraudes fortalecidas nos governos do PRR. Tais práticas dificultavam qualquer candidatura oposicionista. Essas hipóteses podem ser abstraídas nos trabalhos de Antonacci (1981), Pesavento (1992), Alves (1995) e Rouston Júnior (2012), principalmente. Todavia, no final do seu segundo mandato consecutivo (1912-1917 e 1918-1923), Borges de Medeiros enfrentaria a oposição e a candidatura de Assis Brasil, cuja competição resultara em acusações de corrupção e fraudes. Esse detalhe, na sequência, será apreciado com mais propriedade.

Descontente com os rumos da economia, parcela da elite dominante do bloco social pastoril-charqueador, que se encontrava alijada do poder desde o final do Império, revoltou-se contra o domínio republicano e exigiu uma política de defesa da pecuária. Mas, Borges de Medeiros não quis atender os estancieiros em suas demandas, pois pretendia manter a continuidade de sua política econômica de equilíbrio orçamentário, voltada ao “desenvolvimento global” da economia gaúcha.

O desencontro entre borgistas e os setores da pecuária-charqueadora, na tese defendida por Antonacci (1981, p. 34), “abriu condições objetivas para a arregimentação política das oposições gaúchas”. Assim, federalistas, democratas e dissidentes republicanos articulados se organizaram em torno da candidatura de Assis Brasil, ao pleito de 1922, posta como estratégia política para o Estado em seu relacionamento com as classes sociais dessa área. Os federalistas percebiam o movimento em torno da candidatura de Assis Brasil “como uma possibilidade de combate ao poder exclusivo do PRR no RS”, afirma Antonacci (1981, p. 81).

Rouston Júnior (2012) coloca que a base política de oposição ao PRR – federalistas, dissidentes republicanos e democratas – ainda em 1908 já se orientava na perspectiva de congregar todos os grupos da oposição em um combate ao domínio do PRR, mas, naquela época, pela falta de adesão em congregar as ideias políticas, a iniciativa foi adiada. Todavia, com as articulações políticas em 1922,

[...] abriu-se uma nova possibilidade de reagrupamento das oposições fazendo com que os democratas, rapidamente, aderissem ao movimento pró-Assis Brasil. Em outubro de 1922, o Correio do Povo noticiou que os democratas, dentre eles José Luiz Vares, Engracio Menezes e Álvaro Mendes, receberam carta de Fernando Abbott, da dissidência castilhistas, concitando-os a voltarem às atividades políticas e sufragarem o nome de Assis Brasil. (ROUSTON JÚNIOR, 2012, p. 64).

Em meio a especulação sobre a candidatura de oposição ao borgismo no pleito de 1922, Fanfa Ribas, diretor-chefe do jornal *Correio do Sul*, de Bagé, em 18 de agosto, ventilou a possível candidatura de Assis Brasil como representante do PRD e apresentou o candidato como alternativa para impedir a reeleição de Borges de Medeiros. Contudo, registrou que o apoio à candidatura assisista seria dado depois de o Diretório Central do PF oficializar a coligação entre federalistas e republicanos democratas, se assim ocorresse. Escreveu Fanfa Ribas:

Levanta-se no Estado e fora dele a candidatura do eminente dr. Assis Brasil para a suprema investidura de chefe do executivo nesta gloriosa unidade da Federação. Não sabemos ainda se lhe daremos o nosso apoio, porque o nosso candidato será aquele que o poder dirigente do federalismo indicar. [...] Seja, porém, como for, seja sr. Exc. ou não o candidato do Partido Federalista, a ideia da sua candidatura merece as nossas simpatias, embora o ilustre rio-grandense não seja, doutrinariamente, nosso correligionário.⁵³

Efetivamente, para concorrer ao pleito de 1922, como representante da situação, Borges de Medeiros candidatou-se ao seu 5^o mandato, e Assis Brasil que governara o RS por curto período na época da Junta Governativa (novembro de 1891 a junho de 1892), representou a candidatura indicada pela oposição.

A candidatura de Borges de Medeiros, divulgada oficialmente em 25 de setembro de 1922, foi publicada pelo jornal *A Federação* com otimismo e exaltação com a nítida intenção de mostrar que ela representava a vontade de todos os republicanos rio-grandenses. Vejamos parte do artigo, porém antes lembramos que esse jornal sempre fora órgão oficial da propaganda política do PRR.

Proclamado com ufania a candidatura do benemérito rio-grandense, não esqueceremos de acrescentar que, já muito antes das consultas da comissão provisória do Partido, estava ela, naturalmente indicada. Acabará, com efeito, meses antes, o Rio Grande do Sul de assistir ao mais expressivo movimento de opinião registrado em todo o glorioso decurso da sua história republicana. Bastará que no seio do nosso Partido surgisse uma espontânea afirmativa individual em prol da reeleição do eminente republicano, para que, dentro em poucas semanas, essa voz inicialmente isolada se transformasse na própria manifestação de todas as vontades republicanas do Rio Grande e ganhasse, desde logo, todo o ambiente da nossa pujante organização partidária.⁵⁴

A disputa acirrada entre borgistas e oposição libertadora durou pouco mais de um mês de campanha, entre 19 de outubro de 1922, quando oficialmente foi lançada a candidatura de Assis Brasil pelo manifesto redigido por Raul Pilla e assinado por

⁵³ Publicação do Jornal *Correio do Sul*, de Bagé. Edição 2414, em 18 de agosto de 1922, p. 1.

⁵⁴ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Edição 221, em 25 de setembro de 1922, p. 1.

Andrade Neves Neto, Alves Valença, Walter Jobim, Fernando Abbott, Armando Tavares e Joaquim Tibúrcio, até 25 de novembro quando ocorreu o pleito. Mas, antes mesmo de assinado o manifesto de Raul Pilla, em 17 de outubro, o *Correio do Sul* registrava a seguinte nota, destinada *Ao eleitorado livre do Rio Grande*:

Os abaixo-assinados, ainda no caráter de diretores do Partido Republicano Federalista, concitam aos seus correligionários a sufragarem nas urnas de 25 de novembro próximo o nome do eminente brasileiro, Dr. Joaquim Francisco de Assis Brasil – candidato genuinamente popular ao cargo de presidente do nosso Estado. Esta nossa atitude é motivada pelo desejo ardente que temos de libertar o Rio Grande do Sul, preso às gargalheiras despóticas de uma máquina infernal implantada na terra livre dos pampas desde 14 de julho de 1891. [...] O federalismo rio-grandense cumprirá, assim, o seu alvo dever cívico, incorporando-se, neste instante ao estupendo movimento que está a chamar a atenção de todo o nosso País, e que renderá fatalmente no ajuntamento do Rio Grande ao convívio da nossa gloriosa Pátria comum. Votai, pois, em Assis Brasil!

Bagé, 14 de outubro de 1922.

Dr. Alexandre da Silva Lisboa, Dr. Rafael Bandeira Teixeira, Coronel Vasco Alves Nunes Pereira, Coronel Antonio Barbosa Netto, João José de Ávila Brum, Flaubiano Medeiros, Dr. A. de Moraes Fernandes, Vencido quanto a não recomendação do vice-presidente Dr. Wenceslau Escobar.⁵⁵

O jornal *A Federação*, na matéria relativa ao apoio à candidatura de Borges de Medeiros, também fazia alusão crítica a uma possível aliança entre federalistas e dissidentes republicanos correligionários do PRD e do PRR em favor da candidatura de Assis Brasil. No trecho, a seguir, fragmento do artigo *A morte de um partido*, publicado na edição seguinte à confirmação da candidatura de Borges de Medeiros, fica evidente a referência ao parlamentarismo defendido pelo federalista Gaspar Silveira Martins – já falecido, idealizador do programa do PF – e a implícita referência às ideias assistidas em defesa da república presidencialista. Vejamos:

[...] Em vão os impenitentes pescadores de posições casaram o *parlamentarismo de Silveira Martins* com o *presidencialismo* dos candidatos à presidência e à vice-presidência da República. De nada lhes serviu a transação indecorosa. Pelo contrário, a justiça imanente nos fatos sociais fez com que da última felonía com os princípios básicos do partido decorresse nova derrota para os que *mercadejam com ideias como quem compra e vende roupas usadas*. [...] [grifo nosso]⁵⁶

Acentuadamente, *A Federação* atacou o PF e sua coligação para o pleito de 1922. Expomos outro fragmento do artigo *A morte de um partido*, publicado quando ainda era somente suscitada a coligação PF-PDR com apoio de dissidentes do PRR. Notadamente, a intenção da matéria era persuadir o eleitor a optar pelo PRR e não

⁵⁵ Publicação do Jornal *Correio do Sul*, de Bagé. Edição 2457, em 17 de outubro de 1922, p. 2.

⁵⁶ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Edição 222, em 26 de setembro de 1922, p. 1.

votar em candidatos da oposição que representasse a coligação de partidos com o PF, visto que qualquer coligação, em hipótese, não reuniria de forma unânime todos os correligionários federalistas diante de arranjos e projetos políticos antagônicos e incoerentes. Por tal razão, a coligação oposicionista seria responsável pela morte do PF, não ofereceria segurança acerca dos rumos da administração do Estado do RS e, por não ter ideias alicerçadas em doutrinas, sobretudo, constituir-se-ia em uma ‘ajuntamento heterogêneo’. Vejamos:

[...] O partido federalista está morto: Morto á míngua de ideias e de homens. As ideias, que sempre foram parcas e frágeis, tiveram, além disto, a ingrata sorte de ser malbaratadas, traídas, conspiradas. Os homens, que só valem pela função das ideias que realizam, forma tendo o esquecimento dos seus próprios correligionários, antes mesmo que a morte os levasse. [...] Está morto o partido federalista, morto de inconsistência moral, de penúria mental, de valimento cívico. Morreu na própria honra em que a sua tradição coletiva estava sendo posta a preço, mais uma vez, pelos seus exploradores. A ninguém deve surpreender esse desfecho: Partido sem ideias não é partido, mas ajuntamento heterogêneo que não resiste aos embates políticos; nem dá sombra protetora aos que sob as suas frágeis ramadas se queira abrigar. Edificado sobre a areia, não há nas suas fundações mal seguras a argamassa das doutrinas, nem se abroquelam os seus contornos com as vigas mestras dos princípios orgânicos que resistem ás deturpações do tempo. O partido federalista teve a sorte natural que o aguardava: perdido o impulso inicial que lhe imprimira seu fundador, estacou, começou a retrogradar e desapareceu.⁵⁷

A partir da oficialização da candidatura de Assis Brasil ao pleito de 1922, A *Federação* se empenhou no combate à campanha política da oposição. A temática fundante desse ataque ficou por conta da incompatibilidade dos programas políticos sustentados pelos partidos coligados. A questão ideológica entre parlamentarismo e presidencialismo foi seu carro-chefe. Na citação anterior, “mercadejam com ideias como quem compra e vende roupas usadas” fica evidente a crítica ao PF. Em especial, trata-se do arranjo político que “mercadeja” o princípio do parlamentarismo federalista, que submergiria a mercê do presidencialismo republicano assisista. Nesse sentido, acreditamos que Assis Brasil necessitou de grande esforço para reunir as ideias divergentes para sedimentar toda a oposição em torno do programa de governo. Antonacci expressa a compreensão que Assis Brasil,

[...] através da luta pelo poder procurou organizar os grupos sócio-políticos rio-grandenses, dando início a um processo onde fossem surgindo laços novos, que sedimentassem a aliança das oposições na prática. Assis Brasil explorou a luta pela posse do poder não como um fim em si mesmo, mas

⁵⁷ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Edição 222, em 26 de setembro de 1922, p. 1.

como um meio que possibilitou às oposições níveis de articulação e de arregimentação inatingíveis até então. (ANTONACCI, 1981, p. 87)

É bem verdade que a morte do deputado federal pelo PF gaúcho, em setembro de 1922, Rafael Cabeda, contrário à coligação PF-PDR, cedeu espaços para o fortalecimento do ataque à candidatura oposicionista pela via da ideologia partidária. Acreditamos que a matéria *A morte de um partido* também possa ser vista como prelúdio das acirradas discussões acerca da ocupação do cargo deixado vago na Câmara Federal pelo falecimento do federalista Rafael Cabeda. Os republicanos defendiam que a vaga era do povo sul-rio-grandense e não de um partido específico; opinião contrária era expressa pelos federalistas.

Nesse período, a título de exemplo, mencionamos que *A Federação* não perdia oportunidade para ‘alfinetar’ a oposição federalista. Na matéria publicada sob o título *O preenchimento de uma vaga de deputado* fica evidente o intuito de encaminhar a discussão para que um republicano ocupasse essa vaga. Por tal, apelava para os princípios democráticos, temática recorrente na campanha assisista. Vejamos:

[...] já que a palavra democracia anda agora em agrados especiais, invocada para quantos despautérios se possa conceber, justo é relembrarmos a verdadeira significação daquele termo, que é – governo do povo, ou mais precisamente influência do povo na governação pública.⁵⁸

No período posterior à oficialização da candidatura de Borges de Medeiros, *A Federação* passou a publicar as manifestações de apoio, telegramas e artigos, que demonstram apoio ao governo borgista. No artigo *A presidência do Estado*, o jornal transcreve uma matéria do Jornal *O Rio Grande*, da cidade de Rio Grande, afirmando que a reeleição de Borges de Medeiros expressa unanimidade entre os republicanos. Também do jornal *O Rebate de Uruguaiana*, o artigo *A eleição presidencial do Estado*, expressa que o Estado recebeu com aplauso a indicação da reeleição de Borges de Medeiros. Dessas matérias, transcrevemos trechos.

[...] Assim, a reeleição de Sr. Ex. não podia sofrer discussão. Era a imposição de todas as vontades, o pensamento comum do partido republicano. E dizer partido republicano é dizer Rio Grande do Sul, porque aquele é do pensamento deste a clara expressão iniludível.⁵⁹

[...] Essa candidatura foi recebida com aplausos em todos os ângulos do Estado, sendo também olhada com simpatia nas outras circunscrições da

⁵⁸ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Capa. 20 de outubro de 1922.

⁵⁹ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Capa. 13 de outubro de 1922.

república, pois o nome de emérito republicano é sempre lembrado com respeito pela imprensa independente e pelas camadas cultas do país.⁶⁰

Não obstante, ainda que *A Federação* se empenhasse em demonstrar que a candidatura de Borges de Medeiros era unanimidade no PRR, lembramos que havia discordâncias, dentre as quais resultaram algumas dissidências. Registra Antonacci

[...] Esta manifestação, entretanto não foi assim tão unânime. Nem todos os representantes do PRR julgaram oportuna a recondução de Borges de Medeiros. Numa breve notícia, *A Federação* apontou como invencionice o fato de dois altos membros da magistratura rio-grandense terem ido à presença de Borges para indicar a inconveniência de sua reeleição. Um destes elementos foi o deputado federal Carlos Maximiliano, que fora sondado por uma facção do federalismo sobre a possibilidade de sua candidatura à presidência do RS nas próximas eleições. [...] Antonio Monteiro, deputado estadual pelo PRR, não só se desligou do partido, como foi um dos signatários do apelo a Assis Brasil. (ANTONACCI, 1981, p. 67-8).

Na véspera do pleito, uma longa matéria na capa de *A Federação*, sob o título *Nas vésperas da vitória*, trazia a fotografia de Borges de Medeiros, e, em uma última tentativa de persuadir o eleitorado, afirmava que a oposição não conseguira mudar a opinião do eleitorado sul-rio-grandense, que seguia firme com o PRR, mas que o eleitor livre poderia votar no candidato que fosse de seu interesse. Vejamos um trecho dessa matéria.

[...] Evidencia-se agora, ao fim desta campanha, que quanto tinham a alegar o sr. Assis Brasil e os seus correligionários não bastou para abrir brechas de convicção nas fileiras do Partido Republicano. Se aqui e ali algumas deserções se verificaram, deserções que não atingirão nas urnas a um milhar de votos, isto é ainda e apenas segura e incontestável evidência de que no Rio Grande do Sul cada eleitor é perfeitamente livre para votar de acordo com a sua consciência, despeitos ou interesses.⁶¹

Volvemos nosso olhar à campanha assisista. Em várias regiões do RS se encontravam simpatizantes à candidatura de Assis Brasil ao governo do Estado, organizados em torno de comitês pró-Assis Brasil. Além de promover e divulgar encontros do povo com o candidato, os Comitês tinham a incumbência de favorecer e intensificar o alistamento eleitoral.

Na campanha oposicionista, o estudantado urbano e os praças do Exército Nacional estacionados no RS engrossaram a oposição. Na capital, Porto Alegre, em julho de 1922, os acadêmicos fundaram o Centro Cívico e se engajaram na campanha assisista, batendo de frente pelo dogma da liberdade profissional e pela

⁶⁰ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Capa. 14 de outubro de 1922.

⁶¹ Publicação do Jornal *A Federação*, Porto Alegre. Capa. 24 de novembro de 1922.

não exigência de diplomação, previstos na Constituição gaúcha de 1891, comenta Antonacci (1981). Em resposta à repressão da greve em 1919⁶², o movimento operário também se juntou em comitês pró-Assis Brasil.

Durante esse período, Assis Brasil se pôs em visitação a várias cidades do Estado e nelas realizou comícios populares; uma campanha sem precedente que despertou reação por parte dos borgistas ligados ao PRR.

No artigo *O lábaro da redenção*, publicado no *Correio do Sul*, o jornalista Guilherme Barbosa se referia ao crescimento que havia alcançado o movimento libertador em todo território do Estado e argumentava que os gaúchos percebiam na candidatura de Assis Brasil a grande saída dos males do Rio Grande do Sul, pondo fim à ditadura borgista. Na sequência, o jornalista tece sobre democracia e liberdade e convida o povo livre para votar em Assis Brasil. Vejamos:

[...] Como se tem visto, no extenso serviço telegráfico do Correio do Sul, o movimento em torno da candidatura popular vai tomando vulto e revestindo-se de uma feição que assume a magnitude de uma verdadeira consagração popular. E outra coisa não fora de esperar-se deste povo portador das mais belas tradições de liberdade e depositário de glórias imarcescíveis, tendo-se em vista o nome excelso que serve a bandeira a esse movimento essencialmente democrático, que irrompeu na capital do Estado e há encontrado repercussões nas mais afastados recantos da terra gaúcha. [...] Empenharam-se, num empolgante prélio, os prepotentes do poder, que se eterniza, e a democracia, está, representada pelo povo livre e independente que não se submete pacientemente, como o boi de carro, ao prego inexorável que lhe dilacera as carnes. É preciso que esse povo ponderoso e livre que constitui as falanges de Assis Brasil, não esmoreça e que, amalgama num bloco, coeso e uniforme, acuda às urnas, concorrendo d'este modo para libertar o Rio Grande da ditadura porfiriana que o avilta e o achicalha ante os demais Estados da Federação [redação original].⁶³

Nesse mesmo artigo, Guilherme Barbosa fez um julgamento da administração pública castilhistaborgista, apresentou deficiências na gestão do saneamento, da saúde, da educação e do transporte público, e questionou: “[...] a que devemos culpar como causante dessas lacunas imperdoáveis, senão à administração estadual, a cujo patrocínio está confiada a instrução pública”. Nesse sentido, conclama: “Chegou, porém o dia em que o povo, farto de ludíbrios e vexame, abandona a apatia que o domina e acode á voz clara e sincera de Assis Brasil, o

⁶² Moacyr Flores (1995, p. 60) comenta que os operários controlavam a Federação de Operários do RS e, desde 1906, organizavam greves, passeatas e comícios por melhores condições de trabalho. “A greve de 1917 paralisou o Rio Grande do Sul, obrigando o governo a sugerir aos industriais e comerciantes republicanos a negociar com os sindicatos e a baixar os preços do pão, do bonde, do arroz, do feijão e da banha. A greve geral de 1919 fracassou porque os líderes foram presos pela política nas vésperas do movimento”.

⁶³ Publicação do Jornal *Correio do Sul*, Bagé. Edição 2478, de 15 de novembro de 1922, p. 1.

qual nos promete tudo fazer pela grandeza do nosso Rio Grande”. Na sequência, o jornalista tece considerações sobre o projeto de Assis Brasil, assegurando ao povo que aquilo que o candidato prometera seria efetivamente realizado. A segurança de saber que as promessas seriam cumpridas tornava-se fundamental para traduzir o respeito à liberdade do voto e à democracia. Vejamos:

O candidato da democracia criará escolas para os vossos filhos analfabetos e proporcionará os meios para a organização de uma defesa sanitária que vós deixareis o abrigo das inúmeras moléstias contagiosas que infestam o Estado inteiro. As estradas de rodagem hão de ser melhoradas, para que, com mais facilidade possais conduzir o produto do vosso trabalho honrado. Haveis de ter um policiamento capaz e eficiente, a fim de que a vossa propriedade fique garantida contra a honra de assassinos e de ladrões de ofício que pululam nas cidades e no interior dos municípios da Federação. [...] Povo gaúcho! Deveis votar em Assis Brasil, a fim de que termine de vez o despotismo triunfador que vós oprimis e entrava os vossos movimentos. – seja, pois, gaúchos, o nome de Assis Brasil o lábaro sagrado que conduzirá o povo livre desta terra ao caminho da redenção da Federação.⁶⁴

Na edição de 22 de novembro de 1922, véspera do pleito, o jornal cotidiano *Correio do Sul* de Bagé, na capa expunha uma foto de Assis Brasil e abria sua manchete do dia: *Pela reintegração do Rio Grande do Sul na comunhão nacional. Vote em Assis Brasil*. Na sequência, várias opiniões de cidadãos ilustres na tentativa de mostrar ao eleitorado quem era o candidato opositor ao governo borgista. Transcrevemos algumas delas. A primeira escrita por Arthur Pinto da Rocha, um dos líderes federalistas de Bagé que fora deputado estadual em 1893 e deputado federal pelo RS em 1894-1903. O Dr. Pinto da Rocha, assim assinava sua nota, enaltecia a capacidade intelectual de Assis Brasil, mencionava sua fazenda-modelo em Pedras Altas e elogiava seus métodos de trabalho. Vejamos:

O sr Assis Brasil é um diplomata de linha nobre de trato ameno, sociável que traz alegria na alma, proveniente da certeza do seu valor e da tranquilidade de sua consciencia. Isola-se na sua fazenda modelo, das Pedras Altas para melhor servir o seu ideal e o seu Estado, mas constantemente em contacto com todos os centros cultos de atividade intelectual, é um espírito que por toda parte se encontra a distribuir as luzes dos seus estudos, a colaboração de sua experiência, os fructos da sua observação e as vantagens fecundas dos seus methodos de trabalho. Dr. Pinto da Rocha. [redação original]⁶⁵

No segundo e terceiro recortes, encontramos a opinião de Brasil Vianna e do jornalista Djalma de Matos. Ambos expressam o significado de eleger Assis Brasil, na concepção de homem virtuoso, cuja fortuna veio do trabalho, da terra lavrada; o

⁶⁴ Op. Cit., p. 1.

⁶⁵ Publicação do Jornal *Correio do Sul*, Bagé. Edição 2483, de 22 de novembro de 1922. Capa, p.1.

libertador que veio para despertar a luta pela liberdade no coração de homens livres do Estado sul-rio-grandense.

Homem que se afez ao trabalho útil e honesto, homem tão são de alma como de corpo, espirito iluminado e activo, afeito na independência que só têm aquelles cuja fortuna veio dos dons e da gratidão das terras lavoradas, ninguém como elle, traduz melhor as nossas aspirações e as nossas vontades. Os seus títulos, a sua benemerência, o seu passado, espelho e orgulho de uma raça, não temem confronto, e nós podemos, sem receio de que alguém, com plausíveis razões, nos desmintá, julgal-o e consideral-o maior dos rio-grandenses vivos. Dr. Brasil Vianna. [redação original]⁶⁶
 É uma rajada de civismo que, nascida espontaneamente do seio do povo, ergue-se em torno do nome aureolado de Assis Brasil, o Libertador, e vae despertando as energias que jaziam em estado latente nos corações dos rio-grandenses livres. Djalma de Matos. [redação original].⁶⁷

Outras duas manifestações favoráveis à eleição de Assis Brasil foram anotadas. Um delas, escrita por Edgar Luís Schneider, eleito pelo PL para a 11^a legislatura da Assembleia dos Representantes do RS; a outra pelo diretor-chefe do *Jornal Correio do Sul*, Fanfa Ribas. O primeiro reportava-se a Assis Brasil como político e magistrado reconhecido nacionalmente, e o outro, como homem de confissão católica, de moral aprimorada que vivia na simplicidade de uma vida campesina e dela sabia extrair a forma de bem-viver. Vejamos:

Assis Brasil é um nome nacional, e, dentre os homens da actualidade política do Brasil, é um dos mais fadados ás altas magistraturas do paiz, dotado de superior criterio em questões politicas e inspirado em soluções as mais praticas em quaisquer problemas que interessem tanto ao nosso Estado, com á Nação, capaz de orientar com inexcedível estabilidade de vistas e um espirito liberal toda a acção do governo. Dr. Edgar Schneider [redação original].⁶⁸

Todos os actos da vida publica e da vida privada de Assis Brasil estão dentro da moral catholica e podem ser rigorosamente examinados perante o altar da sintissima Virgem Maria, porque são puros e immaculados como um hostis, limpos e brancos como a bretanha da estola dos sacerdotes que vão em jejum para o templo, com a imagem do crucificado na retina e a cruz alçada na dextra, para a pratica dos officios divinos [...] Até o pedaço de terra em que formou elle a sua vivenda, em que levantou a habitação da sua familia, em que plantou a sua vinha, creou o seu pomar e semeou o feno para o seu gado, está rigorosamente enquadrado nos textos biblicos, como entre as praticas que a Igreja Catholica Apostolica Romana exaltou e exalta. [...] Ali, no meio das suas arvores amigas, ao trinar dos pássaros sobre as frondes do arvoredado e o balido das cabras no monte, produziu elle um trecho do Paraiso, para que podesse viver na ancianidade com os seus sem depender de ninguém, com a relativa abastança de um mortal que foue

⁶⁶ Op. Cit., p. 1.

⁶⁷ Idem, p. 1.

⁶⁸ Publicação do *Jornal Correio do Sul*, Bagé. Edição 2483, de 22 de novembro de 1922. Capa, p.1.

do trabalho os gosos da vida, dadiva sagrada de Deus Misericordioso dos catholicos. Fanfa Ribas [redação original].⁶⁹

O processo eleitoral se desenvolveu em clima de grande expectativa e apreensão, devido aos boatos de levante contra o candidato situacionista. Entre calorosos debates acerca do teor da lei eleitoral e de sua interpretação, sobre a legalidade e parcialidade da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia dos Representantes, cuja competência era a de examinar e dar parecer sobre o processo eleitoral, bem como boatos e acusações de fraudes, ocorreu a (re)contagem dos votos. Findo o escrutínio, a capa do jornal *O Dever*, de Bagé, estampava a foto de Borges de Medeiros em matéria sob o título *A consagração de Borges de Medeiros*, expressava ufanismos à vitória borgista no pleito de 1922. “Hurrah! Invencível Partido Republicano! Hurrah! Rio Grande do Sul altivo e nobre! Mil vezes bembita, memoria de Castilhos” [redação original].⁷⁰

Diante das controvérsias sobre a lei eleitoral e a (im)parcialidade da Comissão, das acusações de fraudes e dos resultados apurados, Assis Brasil recorreu à recontagem dos votos e propôs a constituição de um tribunal de honra, o qual pronunciaria veredicto irrecorrível. O candidato vencedor, a princípio aceitou, mas, por fim, firmou-se na lei e na Comissão da Assembleia dos Representantes que, em dezembro de 1922, iniciou o trabalho de recontagem/apuração dos votos, conduzido pelo deputado Getúlio Dornelles Vargas com o apoio dos deputados Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto.

Enquanto essa Comissão realizava seu trabalho, as manifestações pró-Assis Brasil continuavam. Vejamos o teor do anúncio e do convite elaborado pelo Comitê Popular Pró-Assis, publicados pelo jornal cotidiano *Correio do Sul* de Bagé, durante o mês de dezembro, enquanto era aguardado o resultado oficial da eleição de 25 de novembro. O primeiro se trata de incentivo ao cadastramento eleitoral, considerada a possibilidade de nova eleição caso Borges de Medeiros, na recontagem da Assembleia, não alcançasse as três quartas partes dos sufrágios exigidas na legislação. O segundo é um convite ao povo para receber festivamente Assis Brasil, registrado como o candidato vitorioso nas urnas de 15 de novembro.

⁶⁹ Op. Cit., p.1.

⁷⁰ Jornal *O Dever*, edição de 28 de novembro de 1922. Douglas Medeiros. 1998. Disponível em <[http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+O+Dever,504010530.rar\(archive\)](http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+O+Dever,504010530.rar(archive))>. Acesos em: 20 mar. 2015.

Havendo o Comitê Central pr -Assis, de Porto Alegre, telegrafado aos Comitês locais no sentido de ser intensificado o alistamento, tanto federal como estadual, afim de que os partidários da liberdade estejam aparelhados para a eventualidade de uma nova elei o, convidamos os nossos companheiros de causa, ainda não inscriptos nos registros eleitorais, a virem, quanto antes, cumprir esse imperioso dever cívico. Os eleitos federais da campanha do município, ainda não qualificados no alistamento poderão fazel-o mediante procura o. Na sede do comit ,   rua 3 de Fevereiro, os companheiros encontrarão,   sua disposi o, funcionarios que se encarregam de todo o serviço eleitoral. [reda o original].⁷¹

Devendo chegar amanhã a esta cidade o eminente libertador do Rio Grande, dr. J. F. Assis Brasil, convidamos a todos os amigos e admiradores do grande patriota a comparecerem acompanhados de suas exmas famílias,   gare da Via o Ferrea, às 5½ horas da tarde, afim de receberem festivamente o candidato victorioso nas urnas de 25 de novembro. Convidamos igualmente o povo de Bagé para a grande manifesta o que será levada a efeito ao ilustre compatriota, amanhã, às 8½ horas da noite, sendo o ponto de reunião a sede do Comitê [...]. [reda o original].⁷²

Finalmente, em 17 de janeiro de 1923, a Comissão reconheceu Antonio Borges de Medeiros como Presidente do Estado do RS para o quinqu nio 1923-28, por ter obtido 106.319 votos, quantidade essa que superava as três quartas partes requeridas pela legisla o eleitoral, posto que houvesse 267.690 eleitores. Assis Brasil recebera 32.217 votos. Desse total, registra Aita (2006a), a maior vota o assistida foi registrada em Porto Alegre, em hipótese, local de menor possibilidade da ocorrência de fraude, e na Campanha, onde predominavam os federalistas.

Os oposicionistas, inconformados, alegaram fraude e tomaram em armas contra o governo estadual, em uma série de levantes regionais com objetivos predefinidos, dentre os quais, aduz Pesavento (1982, p. 86): promover a derrubada de Antonio Augusto Borges de Medeiros do governo do RS e a inadiável “revisão da constitui o estadual de inspira o positivista que permitia as reelei es consecutivas dos governantes”.

Então, como resultado da discórdia, fortaleceu-se o movimento de oposi o ao governo borgista e eclodiu a Revolu o de 1923, sob a liderança de Assis Brasil, tendo como comandante-chefe das opera es o General Honório Lemes. Menciona Pesavento (1982) que esse movimento de oposi o reuniu

[...] republicanos dissidentes e antigos federalistas, que formavam a Aliança Libertadora. A nível político, o processo revolucionário expressava duas formas diferentes de condu o da máquina política estadual: uma libertadora, pugnando pelo liberalismo e democracia; outra, dos

⁷¹ Publica o do Jornal *Correio do Sul*, de Bagé. Edi o 2507, de 17 de dezembro de 1922, p. 2.

⁷² Publica o do Jornal *Correio do Sul*, de Bagé. Edi o de 5 de dezembro de 1922, p. 2.

“chimangos” (partidários de Borges de Medeiros) defendendo formas centralizadoras e autoritárias de governo. (PESAVENTO, 1982, p. 84).

Nesse período, intensos debates ocorreram na Assembleia gaúcha, antes da eclosão do conflito e depois de firmada a paz, dentre outros temas pautados, a oposição contestava a legitimidade da Assembleia dos Representantes para efetuar a apuração dos resultados das eleições e,

[...] uma vez desencadeado o movimento, esta defendeu-se das acusações de ser responsável pela perturbação da ordem. Na defesa dos republicanos, pronunciaram-se em violentos discursos João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas. Enquanto que o PRR defendia o estilo castilhistaborgista de governo, marcadamente autoritário, e a manutenção de uma política de desenvolvimento multilateral para o Rio Grande, os libertadores levantavam a bandeira do voto secreto e do regime democrático e, em termos de interesses econômicos, identificavam-se com uma política de atendimento preferencial à pecuária gaúcha. (PESAVENTO, 1992, p. 50).

O movimento da insurreição se estendeu até 14 de dezembro de 1923, quando foi assinado o Pacto de Pedras Altas. Nesse pacto ficou estabelecida a revisão da Constituição de 1891, o aumento da participação da forma oposicionista ao PRR na Assembleia dos Representantes e que, ao final do mandato, Antonio Augusto Borges de Medeiros não poderia mais se candidatar ao governo do RS. Assim, com o Pacto de Pedras Altas impediu-se o instituto das reeleições, a indicação de intendentes e do vice-presidente do Estado,⁷³ e foram lançadas as sementes da democracia, defendidas por Assis Brasil, dentre outras, o voto secreto e a organização da justiça eleitoral.

Então, impedido de ser reeleito, Antonio Augusto Borges de Medeiros abriu caminho para a eleição de Getúlio Dornelles Vargas ao governado do Estado do RS, no período de 1928-30, deixando nítida a intenção de manter a hegemonia político-administrativa do PRR em todo o Estado sul-rio-grandense.

Na concepção de Antonacci (1981), o Pacto de Pedras Altas mostrou, sobretudo, a habilidade e a visão política de Assis Brasil na canalização da luta armada das oposições para um acordo com os republicanos borgistas. Afirma:

Se taticamente as oposições conseguiram o que pretendiam ao iniciar o movimento revolucionário (intervenção federal e convocação de eleições livres), no terreno dos princípios também obtiveram significativa vitória. Os assististas atingiram seus objetivos políticos, principalmente [...] a proibição de reeleição do presidente e dos intendentes, e eleição do vice-presidente.

⁷³ Jornal *Correio do Povo*. Revolução: tempos de ideias e de sangue. Disponível em: <<http://www.cpovo.net/jornal/especiais/cpespecial/html/ECONOMIA.HTM>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

O princípio da reeleição do presidente e dos intendentos, articulado com a nomeação do vice-presidente, era o sustentáculo do ponto nuclear do projeto do PRR: a continuidade administrativa. (ANTONACCI, 1981, p. 110).

Ainda que o Pacto não tenha agradado a todos os libertadores, afirma Love (1975, p. 223), “a paz significou uma situação diferente daquele relacionamento vencedor-vencido de 1895, quando não, um acordo entre iguais”.

É bem verdade que a liderança política de Assis Brasil na década de 1920 teve seu significado. Em especial, a crise político-econômica estabelecida no início dessa década motivou alguns republicanos a abandonar o PRR e dar apoio a grande propriedade pastoril-charqueadora.⁷⁴ O principal expoente desse movimento político-partidário foi Assis Brasil que passou a representar o liberalismo pastoril sul-riograndense, política e ideologicamente. Por sua inspiração fundou-se o Partido Libertador – PL – em 1928, agregando federalistas, democratas e dissidentes do PRR. No ano seguinte, o grupo ligado ao PL uniu-se ao PRR para formar a Frente Única Gaúcha que se fez presente no Movimento da Aliança Liberal, e que foi de relevância na eleição de Getúlio Dorneles Vargas à Presidência da República do Brasil⁷⁵, como assevera Maestri (2010a).

As questões ideológica e político-partidária foram importantes para a história do Estado, uma vez que o antagonismo político gerou dificuldades de diálogo, divergências econômicas e políticas, em nível local e federal. Sob uma perspectiva de análise com abrangência no contexto nacional da época, argumenta Félix (1996) que o movimento armado de 1923 do RS inseriu-se nos conflitos ocorridos na década de 1920 que, sobretudo, renunciaram a queda das oligarquias estaduais da República Velha, e, notadamente, do fim da política café-com-leite, abrindo nova página na história do Brasil e espaço para o surgimento do Estado Novo (1937-45).

É, pois, na década de 1920 que o endividamento e o descontentamento dos pecuaristas com a política estadual fez com que os criadores gaúchos cortassem relações com o governo borgista. Expõe Maestri (2010a) que, na época, Assis Brasil propôs um programa de modernização técnica da economia agropastoril, mantendo

⁷⁴ Em referência aos dissidentes do PRR, Rouston Júnior (2012) menciona os “Pinheiro Machado”, que, em 1919, viram sua família desalojada do poder por ordem de Borges de Medeiros. E também a família “Menna Barreto” foi somar-se às hostes oposicionistas.

⁷⁵ É oportuno mencionarmos que Getúlio Dorneles Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório logo depois da Revolução de 1930, tornando-se presidente constitucional do Brasil, eleito em 1934 para um mandato de quatro anos (1934-38). Em 1937, Vargas derrubou a Constituição Nacional de 1934, declarou o Estado Novo e permaneceu na presidência do país até a ocorrência do golpe militar em 1945, e em 1951, voltou à presidência por meio do voto popular, permanecendo no governo até suicidar-se em 1954.

a posse monopólica da terra. O RS, nas palavras de Assis Brasil, é uma parte do Brasil que possui extensas terras de planície e um clima diversificado, porém enfrenta, ao longo de sua história, problemas econômicos, políticos e sociais. Nesse sentido, torna-se necessário mostrarmos alguns fatos da história brasileira para buscarmos entendimento sobre a trajetória histórica e política do Rio Grande do Sul. Analisamos, pois, a atuação do PRR durante os governos de Júlio Prates de Castilhos, Carlos Barbosa Gonçalves e Antonio Augusto Borges de Medeiros.

2.5 O Partido Republicano Rio-Grandense nos Governos Castilhista-Borgista

O Partido Republicano Rio-Grandense – PRR, fundado em 1882, surgiu a partir de um movimento de contestação à ordem político-econômica do Império, quando se fundavam, por todo o país, clubes republicanos que difundiram os ideais da mudança na forma de governo. Os líderes desses clubes, em geral, eram filhos de fazendeiros que estudavam em São Paulo e Recife e que, após regressarem aos seus Estados de origem, defendiam a República. Também, como mencionamos, o PRR teve como plataforma política o positivismo, ideologia baseada nas concepções formuladas pelo sociólogo francês Augusto Comte, opondo-se ao liberalismo político e econômico, pensamento ideológico defendido por Assis Brasil.

O PRR organizou uma base política de sustentação ampla com militares, comerciantes em geral e setores rurais descontentes com o Partido Liberal. Esse partido sul-rio-grandense usava a força e o autoritarismo, defendia o voto aberto e propunha ser mediador das diferenças sociais e, no plano econômico, dispunha-se

[...] a encarar a questão dos transportes no estado como prioritária, entendendo que, ao solucionar os problemas da órbita da circulação de mercadorias, estaria atendendo a todos os setores econômicos do Rio Grande do Sul. A defesa da solução para os transportes do estado através da encampação dos serviços públicos pelo governo foi tema de vários discursos de deputados republicanos. (PESAVENTO, 1992, p. 42).

O programa do PRR assemelhava-se aos demais Partidos Republicanos formados em todo o país. Porém, explica Fonseca (1983), possuía algumas características próprias, adotando como bandeiras a autonomia estadual, a abolição da escravatura, o fim do Poder Moderador e do parlamentarismo do Império e a separação da Igreja do Estado. Dentre as características próprias, o PRR assumia

[...] ferrenhamente os postulados doutrinários do positivismo – que embora presente em outros estados, foi no Rio Grande do Sul onde se apresentou de forma mais acabada, sendo oficialmente reconhecida como ideologia do PRR e do governo. A justificação de medidas tomadas pelos governantes, inspirada em Comte e utilizando a linguagem positivista, foi fator importante de coesão entre os membros do PRR e aspecto de relevância para legitimar as ações oficiais e ampliar a base política de apoio ao castilhismo e ao borgismo. (FONSECA, 1983, p. 87-8).

Havia contradição no ideário do PRR. Em nível nacional, o partido defendia a autonomia dos Estados, mas em nível estadual pregava a centralização do governo na pessoa do Presidente. Por tal, suprimia os poderes constituídos, o legislativo e o judiciário. Em síntese, expõe Fonseca (1983), o PRR defendia autonomia absoluta dos estados-membros com poder executivo forte. Então,

[...] apesar de reconhecer três poderes, seguindo a linha de Montesquieu, não havia poder legislativo propriamente dito; o Presidente do Estado fazia as leis, que enviava aos Intendentes municipais; estes poderiam dar sugestões, ficando a cargo do Presidente acatar ou rejeitar as emendas (Art. 31 e 32 da Constituição). A Assembleia dos Representantes possuía apenas função orçamentária e, a rigor, deveria ser um órgão apolítico, devendo reunir-se apenas dois meses do ano (Art. 37). O Presidente escolhia seu vice e, por três quartos de votos do eleitorado poderia eleger indefinidamente. (FONSECA, 1983, p. 89).

Na pauta do programa do PRR, a conduta do governante partidário guiar-se-ia por teses de cunho social, político e econômico-financeiro. Destacamos, a seguir, tais teses com base nos estudos de Fonseca (1983), Pesavento (1992), Herrlein Júnior (2000), Noll e Trindade (2004), Trindade e Noll (2005), principalmente.

Na compreensão desses autores, no âmbito político, por ser notadamente de concepção positivista, a proposta do PRR postulava fraternidade universal, reconhecia as liberdades políticas e civis, ampla liberdade espiritual com total ausência da interferência do governo, manifestava-se contra o espírito bélico, mas, caso necessário, recorrer-se-ia à arbitragem internacional. A nação é unitária, mas tal unidade depende da articulação entre centralização e descentralização, visto que a sociedade caminha para a sua estruturação racional. Propunha ampla garantia da ordem social para a evolução e emancipação do indivíduo e da própria sociedade.

Nas teses sociais, expõem Trindade e Noll (2005), o PRR propunha educação e instrução popular; ensino técnico profissional, como uma das formas de se obter a racionalização da produção industrial; apoio oficial do Estado para instituição de assistência aos operários urbanos e rurais a fim de proporcionar ao proletariado emergente, na época, condições materiais para instalação do lar e cultura moral,

doméstica e cívica, e defender o regime de oito horas de trabalho nas oficinas do Estado e nas indústrias, bem como regime de férias aos trabalhadores. No campo da saúde, propunha assegurar saúde pública sem ferir a liberdade individual de consciência. Na proteção social destacam-se as seguintes proposições: a atenção aos índios, proteção, educação e incorporação ao convívio nacional; garantia do direito de greve, com tribunal arbitral; a abolição da pena de morte; a proteção à mulher, ao menor e ao velho; a aposentadoria aos funcionários públicos, bem como a supressão das distinções entre funcionários do quadro e diaristas. E, por fim, harmonizar os interesses do capital e do trabalho e cancelar as dívidas de guerra ou as datas que recordassem lutas fratricidas.

Na tese relativa ao plano econômico, aduzem Trindade e Noll (2005), o PRR propunha: estabilização da moeda; preponderar impostos diretos e criação do imposto territorial; desenvolver a agricultura e a indústria rurais, com proteção às indústrias de capital nacional e abertura de crédito agrícola e hipotecário; estatização dos serviços industriais cuja destinação fosse de interesse público; repressão ao contrabando decorrente da situação fronteiriça; imigração espontânea, sem participação do Estado; promover os meios de transporte, bem como organizar a viação para garantir a defesa do território e promover o progresso industrial, e, por último, adoção de uma política de austeridade com supressão de despesas inúteis, manutenção da verdade e do equilíbrio dos orçamentos e promover concorrência pública para as obras do Estado.

Os republicanos de ideias positivistas não acreditavam na representação da sociedade pelo voto, por entender que a verdadeira democracia estava na administração da sociedade para todos e não na representação política dos setores da sociedade. Coerente com esta ideia, na concepção de Herrlein Júnior (2000), o PRR valeu-se do controle do Estado para frear sistematicamente as eleições, deixar a oposição em papel secundário, restrito à assembleia dos representantes, fundado ainda na ideia de um governo orientado pelo saber e pela ação do Estado acima dos interesses pessoais. Em relação à concepção de economia, ainda que o PRR defendesse a livre iniciativa e preconizasse a concorrência contra o monopólio, não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social, complementa o autor:

Admitia-se a intervenção do Estado na vida econômica, sempre que isso fosse necessário ao equilíbrio e harmonia na sociedade. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social,

com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava o intervencionismo governamental, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social. Os governos republicanos estimularam a união das classes produtoras em cooperativas, sindicatos e associações, para diminuir o que consideravam ser tendências nefastas do mercado. Se a interferência do Estado no campo econômico era válida, ela não deveria manifestar-se na forma de privilégios específicos. Ela deveria ocorrer somente quando as questões afetadas se tomavam sociais, quando viessem em benefício de toda ou da maior parte da coletividade. (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p. 59-60).

No programa do PRR, os republicanos objetivavam, ainda, a recuperação da saúde financeira do Estado e preconizavam a responsabilidade fiscal dos administradores públicos, pois eram contrários ao endividamento público pela concessão de crédito para fomentar o desenvolvimento, assevera Pesavento (1992).

A autonomia estadual era um dos princípios básicos defendido pelo PRR. A esse respeito, esclarece Herrlein Júnior (2000).

[...] o PRR sempre defendeu intransigentemente a autonomia estadual como ingrediente básico da idéia de federação republicana no Brasil. [...] Essa autonomia era de ordem constitucional, legal e fiscal. Os Estados puderam estabelecer seus próprios códigos civil, comercial e penal, além de deterem autoridade sobre as jazidas minerais dentro de suas fronteiras e o direito de negociar empréstimos externos e vender títulos no exterior [...]. O Rio Grande do Sul também dispôs de suficiente força política e econômica para evitar intervenções da União na sua política interna. (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p. 60-1).

O PRR se construiu na dominação política sobre o Estado e sobre seus correligionários. Tal dominação, primeiramente assentada no poder militar e na coação evoluiu para nova forma de dominação. Comenta Herrlein Júnior (2000) que essa nova dominação estabelecia relações de poder com a sociedade, como resultado de sua eficiência administrativa, da moralidade nos serviços públicos, pela transparência e clareza nas contas do Estado e pela promoção do bem-estar de amplos setores da sociedade por meio das políticas econômicas. Dessa maneira, conquistou adeptos e assentou-se como partido político moderno, disciplinado, centralizado e doutrinário e, com isso, organizou o poder público em todo o Estado.

[...] Essa característica do PRR, associada à acentuada intervenção econômica do Estado, ampliaram os quadros públicos e favoreceram a ascensão política de elementos da classe média, que se tomam intendentess, delegados e administradores públicos, muitas vezes deslocando o poder local tradicional dos estancieiros. Controlando as instituições públicas e apoiando-se na ideologia positivista e nas ações econômicas e sociais empreendidas pelo Estado, o PRR dominou politicamente a zona das colônias e conquistou a adesão de diversos setores sociais. Desse modo, o PRR acabou articulando, em torno de um

projeto de desenvolvimento regional diversificado, além de uma fração dos pecuaristas, também os pequenos proprietários rurais das colônias, as camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes. (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p. 61).

Assim, a diversidade de sua base fez com que o PRR intervisse ativamente na vida econômica e social do Rio Grande do Sul, promovendo a colonização, a organização econômica do território, combatendo o contrabando, encampando portos e ferrovias, estimulando a formação de cooperativas e sindicatos rurais e promovendo as exportações de produtos e matérias-primas. Pereira (2006) enfatiza que o sistema de dominação do PRR centrava-se no coronel burocrata, que era um líder político local posicionado como peça-chave na estrutura do partido e leal ao chefe político estadual, o presidente do Estado. Esse chefe político local estabelecia com o seu chefe mor uma relação de mando e obediência garantida pelo uso da força pública, dos recursos financeiros, justificando a sua posição pela capacidade de arregimentar votos por meio da violência, persuasão ou fraude.

Alguns dados reunidos por Noll e Trindade (2004) evidenciam a população e a composição eleitoral do RS no período entre 1907 a 1934. Na Tabela 3, a seguir, ainda que não se tenha obtido o total da população gaúcha dos anos de 1907, 1912 e 1917, fica evidente que pequena parcela da população indicada era habilitada a votar. Os autores chamam a atenção para o fato de ter ocorrido índice de crescimento cumulativo, equivalente a 131% na participação do eleitorado⁷⁶, medido em comparação entre o total de votantes nas eleições de 1907 e de 1917.

Tabela 3 – População e eleitores do RS no período circunstanciado

ANO-PERÍODO	POPULAÇÃO *	ELEITORADO **
1900-1907	1 149 070	77 505
1912	-	93 239
1917	-	101 768
1920-1922	2 182 713	150 000
1934-1940	3 320 689	231 194

* De Província de São Pedro para Estado do Rio Grande do Sul. Censo do RS [1803-1950]. Fundação de Economia e Estatística FEE. Porto Alegre. 1986.

** Refere-se aos eleitores que votaram e não aos inscritos.

Fonte: Adaptado de Noll e Trindade (2004).

⁷⁶ Entre 1891 a 1932, o eleitorado brasileiro era formado de acordo com o artigo 70 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, que definia: “são eleitores os cidadãos (somente do gênero masculino, grifo nosso) maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei”. Não poderiam alistar-se para as eleições federais ou para as estaduais (§1^º): “os mendigos; os analfabetos; as praças de pré, executados os alunos das escolas militares de ensino superior; os religiosos de ordens monásticas, congregação ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade individual”. (BRASIL, 1891).

Notadamente, na comparação entre os dois últimos períodos registrados na Tabela 3 (1920-1922 e 1934-1940), o percentual médio de aumento populacional ($\pm 52\%$) foi inferior ao percentual relativo ao aumento do eleitorado gaúcho ($\pm 54\%$). Essa diferença pode ser atribuída à notória participação do voto feminino, permitida pelo código eleitoral brasileiro, pelo Decreto Federal nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Lembramos que a primeira vez que a mulher brasileira exerceu seu direito ao voto foi na eleição de 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte.

Para Noll e Trindade (2004, p. 25), a principal característica do Estado gaúcho era a composição do seu quadro de eleitores: um “eleitorado não-citadino”, destacando-se eleitores ligados à atividade agropastoril. Pela estatística eleitoral de 1927, afirmam os autores, 50% dos eleitores do Estado do RS “eram ligados à agricultura, seguindo-se “a arte e ofícios” e em terceiro, ao comércio”.

Nas disputas políticas que envolveram os pleitos desde 1907 até 1928, o PRR sempre saiu vitorioso, isto porque, diante do restrito quadro do eleitorado gaúcho submetido ao regime eleitoral republicano, assevera Maestri (2003), a Metade Norte, mais populosa, vergava a Metade Sul – berço dos oposicionistas –, despovoada em pleitos em que a trapaça era regra e jamais exceção.

Ao longo do estudo, percebemos que os republicanos sul-rio-grandenses, reunidos em torno dos princípios defendidos pelo PRR, entendiam que o papel fundamental do Estado consistia na organização da sociedade a fim de garantir a harmonia social, aqui entendida como ordem, e promover o desenvolvimento econômico, ou seja, garantir o progresso do Estado gaúcho.

A partir de uma visão orgânica da sociedade, os adeptos do PRR pretendiam incorporar o proletariado emergente, que surgia em função do processo de industrialização do Estado, à sociedade sem que houvesse profundas diferenças sociais, contudo, sem acreditar na representação dessa mesma sociedade por meio do voto. Portanto, na concepção do PRR, a verdadeira democracia consistia na administração de uma sociedade para todos, mas nesse ‘todos’ não seria incluída a representação política dos mais variados segmentos sociais que compunham o tecido social gaúcho na época da República Velha.

Pareceu-nos inequívoco que o programa do PRR buscasse consubstanciar suas teses, formuladas com base no postulado positivista, pela via capitalista, o que, invariavelmente, suscitou resistências por parte de alguns segmentos sociais, por requer nova reordenação das instâncias de poder. As resistências de ordem política

explodiram de várias formas, inclusive com conflito armado. Também ficou evidente que a estrutura fundiária do Estado influenciou decisivamente na estrutura do poder, visto que foram as questões relacionadas à terra que exigiram do governo estadual constantes interferências, tornando frequente a ocorrência de rupturas e tensões na política sul-rio-grandense, estabelecida em torno dos ideários positivistas e liberais.

Félix (1996) comenta que as lutas políticas no período da República Velha, muito mais que lutas partidárias, entre situação e oposição ao poder constituído, sobretudo, foram lutas intraclasses dominantes, expostas no confronto marcado entre pecuaristas da Campanha e coronéis do Planalto, evidente referência ao castilhismo-borgismo. A autora também expõe que os coronéis eram peças vitais para o funcionamento da engrenagem política do Estado gaúcho, o que explica a razão de os governantes simpatizantes do positivismo comteano buscarem a cooptação dos mandatários locais, integrados às estruturas de poder ou coagidos pelo aparato policial e jurídico do Estado sul-rio-grandense.

Pautamos, a seguir, o liberalismo na concepção de Gaspar Silveira Martins e Joaquim Francisco de Assis Brasil como doutrina que se opõe frontalmente ao positivismo determinado pelo castilhismo-borgismo no interior do PRR.

2.6 Oposição Liberal e os Partidos Gaúchos da República Velha

Nessa seção, inicialmente, apresentamos brevemente a trajetória histórica dos liberais Gaspar Silveira Martins e Joaquim Francisco de Assis Brasil e, na sequência, tratamos dos partidos políticos de convicções liberais.

Acreditamos que a análise sobre a trajetória, o pensamento e os projetos políticos desses personagens não pode ser desvinculada da região fronteira platina, exatamente por entendermos que eles viveram nesse espaço experiências, das quais retiraram ideias e projetos para a organização do Estado gaúcho.

Lembramos que Gaspar Silveira Martins, oriundo da região fronteira, da Campanha gaúcha, apresentou um projeto federalista em sua atuação política durante o Império que propunha reformar o sistema constitucional monárquico, descentralizar a administração e atribuir maior autonomia às províncias e aos municípios. Joaquim Francisco de Assis Brasil, dessa mesma região, destacou-se como deputado republicano na Assembleia Legislativa da Província ao tempo

monárquico, desenvolveu intensa atividade intelectual como ensaísta e não menos intensa militância política republicana e depois liberal anticastilhistaborgista e, por fim, buscou reformular a Primeira República. Participou do governo revolucionário de Getúlio Vargas no Ministério da Agricultura.

Na sequência, apresentamos os dois principais líderes sul-rio-grandenses que influenciaram o pensamento político-econômico dos gaúchos e os partidos políticos atuantes na República Velha.

2.6.1 Os liberais opositoristas: Silveira Martins e Assis Brasil

Gaspar Silveira Martins (1835-1901) teve sua formação política iniciada na Faculdade de Direito, primeiramente no Recife e depois em São Paulo. Depois de formar-se atuou como advogado, juiz municipal no Estado do Rio de Janeiro e teve intensa participação na política sul-rio-grandense. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito deputado da Província de São Pedro em 1860 e deputado geral em 1872, chegando a senador em 1880. Na expressão de Pereira (2006, p. 125), Silveira Martins defendeu a divisão de poderes, o fortalecimento do governo representativo, a “República federativa, presidencial, representativa e parlamentar, cujo poder principal era o Legislativo, que submeteria o Executivo e garantiria o livre funcionamento do Judiciário”. Na concepção de Silveira Martins, ao Parlamento

[...] cabia a interpretação da lei. E esta consistia na concretização da idéia de justiça com fins sociais. No Parlamento os diferentes partidos ouviam e decidiam, concretizando as leis em leis escritas, que de acordo com o direito natural, deveria garantir a justiça que é o fundamento do princípio da igualdade entre os homens. As leis deveriam ser soberanas e todos deveriam estar submetidos a elas. (PEREIRA, 2006, p. 162).

Silveira Martins foi um dos idealizadores do Programa do Partido Liberal, propondo, entre outras medidas, a descentralização provincial e municipal, eleição direta, governo dos ministros em atos do poder moderador, liberdade e reforma geral do ensino, independência do Poder Judiciário, reforma policial, supressão do caráter político do Conselho de Estado, temporalidade do Senado, registro civil, casamento civil obrigatório, plena liberdade de culto público, eliminação do juramento religioso e emancipação dos escravos.

Padoin e Rossato (2013, p. 146) expõem que Silveira Martins, em 1886, alegava que a municipalidade “quando não depende imediatamente do ministro do

império, está submetida a assembleia provincial; as decisões desta são burladas pelo presidente da província, que é dependente dos ministros, que o são do chefe do Estado” [redação da época, grifo nosso]. Porquanto, na concepção de Silveira Martins, a reforma nas municipalidades compreenderia a criação de conselhos municipais compostos por vereadores que escolheriam um executivo municipal. Compreende Pereira (2006) que tais propostas eram revolucionárias para a época e romperam com o marasmo político em que estava situada a província do RS.

Singular por sua personalidade dominadora, cultura e inteligência, aliava a isso, grande fortuna pessoal e eloquência na tribuna. Silveira Martins era único, diferente de todos os mais; possante e sólido, súbito e irresistível, natural e insensível como uma tromba ou um ciclone. Isso somado ao seu magnetismo pessoal tomou-o respeitado e temido tanto na província como na Corte. E ele próprio, seguro de sua liderança, poder e superioridade, vangloriou-se da vitória do Partido Liberal, em 1872, declarando “o Partido Liberal Rio-Grandense move-se como um regimento de Frederico”. Além disso, a liderança e influência que exercia sobre seus correligionários possibilitava-lhe não apenas respeito e admiração, mas verdadeira adoração. (PEREIRA, 2006, p. 123).

O Tribuno do Império, como foi chamado, era homem de ideias, como mostra a frase retirada de seu próprio comentário: “ideias são metais que não se fundem”, assinala Pereira (2006, p. 123). Além disso, Silveira Martins tinha grande habilidade para as questões da política, em face de sua inteligência e sabia quando deveria atacar ou atrair o adversário. Tinha no liberalismo o fundamento de suas doutrinas, pois cresceu em meio às histórias que se contavam da Revolução Farroupilha.⁷⁷

[...] Sua formação doutrinária estruturou-se já no galpão da estância de seu pai onde ouvia dos peões, histórias, de bravura e heroísmo, protagonizados pelos rio-grandenses na Revolução Farroupilha. Luta contra o centralismo político monárquico e o tratamento que a Coroa dispensava aos charqueadores da Província. Revolução com enfoque nitidamente liberal. Como parlamentar lutou pelo ensino primário obrigatório, pela verdade orçamentária e interviu nas questões de interesse público. (PEREIRA, 2006, p. 124).

Durante a República, depois do exílio de três anos, atuou na oposição ao castilhismo, formando o Partido Federalista, doravante PF, sendo um dos líderes da Revolução de 1893.

⁷⁷ A Revolução Farroupilha (1835-1845) eclodiu por conta da insatisfação de parte dos estancieiros devido às altas taxas do sal, fato que prejudicava o negócio do charque. Como observado anteriormente, o charque era considerado parte da economia periférica e complementar do Império no Brasil, já que outros interesses eram tidos como atividade econômica principal. Somado a isso havia também a falta de ressarcimentos relativos às despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central. (FLORES, 1982).

Após a queda da monarquia, em 15 de novembro de 1889, ele foi desterrado para a Europa, em 22 de dezembro do mesmo ano. Quase um ano depois, o decreto republicano de desterro foi revogado e Silveira Martins retorna ao Brasil, e, em 31 de março de 1892, promoveu um congresso em Bagé, fundando, na oportunidade, o Partido Republicano Federalista, e, no ensejo desta reunião, também foi pedida a revisão da Carta de Julho de 1891. (PEDROSO, 1990, p. 40).

A Carta de Julho de 1891 tratava-se da Constituição Estadual escrita e promulgada por Júlio Prates de Castilhos que dava poderes quase absolutos ao presidente da província, anulando a tarefa legislativa dos deputados e colocando o judiciário em subserviência ao executivo, pois este é que indicava seus membros. Silveira Martins era contrário a este sistema e propunha um modelo parlamentar de governo que possibilitaria a administração dos municípios e províncias. A fim de justificar suas ideias reformistas, Silveira Martins utilizou o exemplo dos USA para mostrar que os presidentes dos Estados não eram nomeados pelo presidente da Federação como acontecia, na época, no Brasil. Em 1886, assim registrava: “cada estado da União é como um pequeno paiz soberano, tem sua constituição, seus códigos, sua magistratura: o governo de Washington só dirige os negócios federaes propriamente ditos” [redação da época, grifo nosso]. (MARTINS, 1886, p. 1).

O debate e a disputa de ideias levaram à Revolução Federalista de 1893, pois a oposição começou a se armar para enfrentar o poder do governo estadual, que detinha o aparato de governo e o controle da Brigada Militar. Silveira Martins era contra a luta armada, mas esta aconteceu assim mesmo.

Finda a Revolução Federalista, Silveira Mastins foi novamente desterrado e regressou ao país anistiado somente em 1896 para organizar o PF. Na exposição de Pedroso (1990, p. 41), Silveira Martins “[...] gozava ainda de muito prestígio, com voz ativa, porém tinha contra tudo isso o radicalismo organizado e “atarrachado” ao poder um chefe republicano chamado Júlio de Castilhos”.

Silveira Martins era verdadeiro liberal. E, como tal, defendia a representação política através dos três poderes e a liberdade do cidadão em participar das decisões do governo, elegendo seus representantes. Por tal ideário, defendeu o

[...] fortalecimento do governo representativo, sob a forma de República presidencialista; o fortalecimento da União sobre os Estados, o que implicava na centralização administrativa; e o fortalecimento do Congresso Nacional, que seria regido por um regime parlamentar, cuja função era legislar, vigiar a vida política dos Estados, fiscalizar suas políticas econômicas e adotar uma lei eleitoral única para todo o país. Ou seja, defendeu a República federativa, presidencial, representativa e parlamentar,

cujo poder principal era o Legislativo, que submeteria o Executivo e garantiria o livre funcionamento do Judiciário. (PEREIRA, 2006, p. 125).

Para Silveira Martins, o governo representativo seria o mais indicado para assegurar liberdade, melhoria das condições de vida e educação para o povo.

Sendo o voto um direito político, no seu entendimento, é óbvio que a sociedade que o confere também terá o direito de regulamentá-lo. Dessa maneira, a sociedade teria um fim e o fim de uma deveria ser o fim de toda a sociedade política, que é o desenvolvimento físico, moral e intelectual de todos os cidadãos. (PEDROSO, 1990, p. 45).

Silveira Martins defendia a liberdade do comércio e da indústria, pois considerava a produção de riqueza uma maneira de garantir a liberdade, coerente com o ideário liberal. Ao estabelecer um elo entre o produtor e o consumidor, o comerciante estava garantindo a propriedade privada de ambos. Neste sentido, era contrário à interferência do governo central na economia das províncias por ser esta atitude uma afronta à liberdade dos cidadãos, o que levaria, inevitavelmente, à paralisação do comércio e a consequente diminuição das riquezas.

A intervenção do Estado na economia, mesmo que fosse feita de forma indireta, era negativa à liberdade dos cidadãos. Entendia o imposto como o preço que o cidadão deveria pagar para garantir sua liberdade individual e ter direito aos benefícios que o Estado poderia lhe proporcionar. A liberdade econômica era o pressuposto das demais liberdades. A liberdade de ensino deveria basear-se no princípio de “igreja livre no estado livre”, o que significaria a desvinculação da instrução pública da igreja católica. (PEREIRA, 2006, p. 125).

Outro ponto defendido pelo Tribuno era um incentivo maior ao ensino, que deveria ser oferecido à população através da ótica da liberdade de ensino, sem o cerceamento de uma instituição, como acontecia com as escolas católicas.

De acordo com Costa (2006, p. 132), os liberais que tinham Silveira Martins como líder entendiam-se como os autênticos continuadores dos ideais da Revolução Farroupilha – luta em defesa da liberdade e da autonomia –, sendo os gaúchos considerados por eles como um povo de tradições liberais, que estavam sendo desrespeitadas pelos republicanos castilhistas, ligados ao PRR. Ainda de acordo com este autor, os políticos do PRR eram apresentados como traidores (Judas Iscariotes) e corruptos, maculando a honra da pátria farroupilha, ação que poderia (e levou) a uma ação extremada.

A atuação a favor dos grupos comerciantes da Província do Rio Grande do Sul rendeu a Gaspar Silveira Martins uma homenagem na Praça Comercial de Porto

Alegre. Na sala de reunião da instituição foi colado um retrato dele. Franco (1983) menciona que tal homenagem está registrada em um dos seus discursos na Câmara dos Deputados, proferido em 16 de julho de 1879: “A cidade de Porto Alegre, o comércio, não sabem quem, dignou-se, fez-lhe o favor não merecido, é o primeiro que reconhece, de mandar tirar o retrato do orador e remetê-lo para seu pai”.

Quanto a Joaquim Francisco de Assis Brasil, neste tópico, apresentamos apenas um pequeno resumo para referenciá-lo como um dos liberais importantes para a história do Rio Grande do Sul na transição do Império para a República. Ao longo da tese, o estudo sobre nosso personagem será aprofundado.

Seguimos o trabalho de Aita (2006a) para registrar uma síntese da biografia de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que nasceu em 29 de julho de 1857, na Estância São Gonçalo, atualmente pertencente ao município de Cacequi. Filho de estancieiro, foi encaminhado para estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, foco do pensamento liberal, na qual desabrochou para a política. O contato com os colegas o fez ingressar no movimento de transformação do sistema monárquico para o republicano, antevendo o que iria acontecer com o País. O jovem acadêmico sentiu que era a hora de participar de um momento histórico para o povo brasileiro.

Terminados os estudos, coloca Aita (2006a), Assis Brasil voltou ao Rio Grande do Sul e passou a participar da luta política em prol da república. Ajudou a fundar, em 1882, o PRR que se tornaria o porta-voz do movimento republicano por meio do jornal *A Federação*, que na República assumiria o controle do governo estadual nas mãos de Júlio Prates de Castilho e seus sucessores partidários do PRR. Em 1884, foi eleito Deputado Provincial. Em 1891, Júlio Prates de Castilhos aprovava a Constituição Estadual de sua autoria, tal fato causaria o rompimento de Assis Brasil com seu amigo e partidário. Nesse mesmo ano, em praça pública, Assis Brasil protestava contra o golpe de Estado do Marechal Deodoro da Fonseca; compunha a Junta Governativa, o ‘governicho’, que substituiu Júlio de Castilhos na presidência do Rio Grande do Sul e passou a governar o Estado. Em novembro, com a renúncia de Deodoro, renuncia à Junta e, em dezembro lançava o manifesto *Assis Brasil aos seus concidadãos* para justificar seus posicionamentos. No ano seguinte, o Marechal Floriano Peixoto nomeava-o como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Argentina. Em 1893, apresentara à Câmara dos Deputados emenda ao projeto de lei eleitoral, publicara *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*, sendo nomeado Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Primeira

Classe, em missão especial à China. Em 1895, com a incumbência de promover o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e Portugal, nosso personagem foi designado para Lisboa como Embaixador Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Primeira Classe. Nesse ano, em Paris, fundou a Sociedade Brasileira para a Animação da Criação e Agricultura e adquiriu as primeiras vacas Jersey para seu plantel particular. No Brasil, participou da assinatura da Paz de Pelotas, que consolidou dois partidos sul-rio-grandenses: o PF e o PRR. Porém, salienta Aita (2006a, p. 213), “a corrente de ideias que se coaduna com o pensamento assisista permanece independente”.

Ainda de acordo com Aita (2006ab) e Brossard (1989), em 1906, Assis Brasil abandonou a carreira diplomática e se dedicou ao projeto de criação de uma granja modelo na sua propriedade rural de Pedras Altas, RS, quando fez experimentos para renovar a agricultura e a pecuária. Ai em Pedras Altas teve intensa produção literária, abordou diversos assuntos relacionados à atividade pastoril e agrícola. Em 1908, ajudou a fundar o Partido Republicano Democrático – PRD, juntamente com Fernando Abbott, em oposição a Borges de Medeiros. Em Porto Alegre, no ano de 1910, participou do Primeiro Congresso da Federação Rural do Rio Grande do Sul, quando proferiu conferência sobre desmatamento e reflorestamento. Em 1911, participou do Congresso Agrícola de São Paulo, pronunciou palestras sobre café e defendeu a policultura. No RS, escreveu sobre avicultura no Jornal *Correio do Povo*, e no Rio de Janeiro escreveu sobre *A cabra*, n. 18, para o folhetim *A Fazenda*. No ano seguinte, falou na inauguração dos armazéns das Cooperativas Agrícolas Mineiras, no Rio de Janeiro, e participou do Congresso Rural em Santa Maria, RS, proferindo palestra sobre criação de ovelhas. Em 1913, participou da Exposição Rural de Dom Pedrito, RS, e do Congresso de Criadores de Santa Maria, RS, e escreveu para *A Estância*, de Porto Alegre, RS, sobre Raças bovinas. Em 1914, participou da Exposição Rural de Bagé e falou sobre o milho; em Pedras Altas, escreveu sobre defesa e reerguimento da raça cavalari crioula e Memórias sobre diversas teses. Em 1915, foi entrevistado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, cuja matéria fora reproduzida no *Correio do Povo*, em Porto Alegre, RS. Nesse jornal escreveu uma página rural sobre gado Devon, mais tarde sobre Frigorífico em Rosário, depois, seguros sobre animais e, por último, sobre a Granja de Pedras Altas. Em 1916, escreveu um Guia do Fazendeiro no Almanaque *Globo*, e no Almanaque do *Correio do Povo*, escreveu sobre a cultura do eucalipto. Em 1921,

participou da exposição-feira de Bagé, RS, da qual surgiria a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, a partir da fusão da Federação Rural e da União dos Criadores, ambas criadas em 1909. Tal entidade foi a antecessora da FARSUL, criada em 1957 e em plena atuação em 2015.

Em 1922 concorreu ao governo do Estado, mas sua candidatura foi vencida por Borges de Medeiros. As suspeitas de fraude levaram à contestação do resultado pelos opositores e eclode o movimento revolucionário de 1923. No cenário nacional, Assis Brasil foi denominado “chefe civil da revolução” dos tenentes. Em 1927 elegeu-se deputado federal. Em 1928, ajudou a fundar o PL, que apoiaria a candidatura de Getúlio Vargas ao governo federal. Após a subida ao poder, Vargas nomeou-o Ministro da Agricultura. Em 1932, idealizou o Código Eleitoral, resultado de sua obra *Democracia Representativa: do voto e do modo de votar*, escrita em 1893 quando já, naquela época, mencionava a hipótese de uso de urna eletrônica, atualmente utilizada em todo o Brasil. Em 1933, fora eleito para a Assembleia Nacional Constituinte, pelo PL, tendo participação efêmera no processo. Em 1934, retirou-se da política e retornou à vida rural em Pedras Altas, comenta Aita (2006a).

Assis Brasil escreveu, em sua vida, uma série de obras. Suas publicações podem ser encontradas na biblioteca particular do advogado Valdir Amaral Pinto, residente em Santiago, RS, e também no Castelo de Pedras Altas, na sua biblioteca particular mantida pela família, e que é formada por milhares de títulos.

Os livros publicados por e sobre J. F. de Assis Brasil, com base em Brossard (1989) e Aita (2006a) são:

- a) *A Aliança Libertadora no Rio Grande do Sul: manifesto Político*. Porto Alegre: Globo, 1925.
- b) *A atitude do partido democrático nacional na crise da renovação presidencial para 1930-34*. Porto Alegre: Globo, 1929.
- c) *Cultura dos campos: noções gerais de agricultura e especiais de alguns cultivos atualmente mais urgentes no Brasil*. [1898]. Porto Alegre: Governo do estado do RS/Caixa econômica Estadual, 1977.
- d) *A Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Andersen, 1934.
- e) *A ideia de Pátria*. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1918.
- f) *A república federal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881.
- g) *Atitude do partido democrático nacional*. Porto Alegre, Globo, 1929.
- h) *Bento Gonçalves e a ideia federativa*. Revista da A.U.B., set. de 1939.

i) *Brasil escreve-se com S*. Porto Alegre: Globo, 1918.

j) *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1893], 1931.

k) *Ditadura, parlamentarismo, democracia*. Porto Alegre: Globo, 1928.

l) *Do governo presidencial na república brasileira*. Lisboa, Portugal: Companhia Nacional, 1896.

m) *Dois discursos pronunciados na Assembleia Legislativa da Província do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1886.

n) *História da república rio-grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1882.

o) *Os militares e a política*. São Paulo: Urban, 1929.

p) *Partido democrático nacional, programas e comentários*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

q) *Revolução do Brasil*. Montevideú, Uruguai: Imprensa Del Siglo, 1929.

r) *Um discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*. Anais da Assembleia Constituinte, (Novembro e Dezembro de 1933).

s) *Uma publicação clandestina*. Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 455, 1934.

t) *Chispas*, Alegrete: Tip do Jornal do Commercio, 1877;

Como expomos, é uma extensa obra na qual se inscreve todo o ideário liberal de Assis Brasil. Desse material e da interpretação de autores serão extraídas as sínteses das ideias de nosso personagem, notadamente sobre sua concepção de política e de organização do Estado e sobre sua noção de desenvolvimento a partir do impacto que possui o setor primário na economia do RS e do país.

Na sequência, nossa abordagem se direciona para os partidos políticos que defenderam suas ideologias no Estado do RS durante a Primeira República.

2.6.2 Os partidos políticos do Rio Grande do Sul na República Velha

Nesse tópico nos referimos aos partidos políticos gaúchos da República Velha, em especial, o Partido Federalista, PF, o Partido Republicano Democrático, PRD, o Partido Republicano Federal, PRF, e o Partido Libertador, PL.

Discorreremos, em texto contínuo, alguns princípios norteadores das propostas desses partidos, seguindo a ordem apresentada no parágrafo anterior. Todavia, antes, retomamos algumas anotações sobre o Partido Republicano Rio-Grandense, PRR, fundado em 1882, ainda no período do Império. Com fortes princípios positivistas, essa agremiação partidária entendia que o Estado estava acima das classes sociais, punha-se em defesa da ordem social, da segurança do indivíduo e do Estado e da hierarquização da sociedade. Em meio às dissidências, o PRR dominou a cena política do Rio Grande do Sul de 1891 a 1930, permeando acordos e cooptações em suas fileiras partidárias entre o regime republicano ditatorial de concepção positivista e o de concepção liberal. Teve em Júlio Prates de Castilhos seu principal líder e ideólogo. Dentre seus correligionários, fieis e dissidentes, destacamos Antonio Augusto Borges de Medeiros, Venâncio Aires, Pinheiro Machado, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos, Assis Brasil, José Montauray, Osvaldo Aranha, José Antonio Flores da Cunha e Getúlio Dornelles Vargas.

No limiar da Primeira República surgiu o Partido Federalista, PF, fundado em 1892, em Bagé, região da Campanha gaúcha, sob a presidência do General João Nunes da Silva Tavares, tendo sido aclamado como seu chefe Gaspar Silveira Martins, principal líder do Partido Liberal monárquico. O PF adotou o programa parlamentarista, defendeu o federalismo e a revisão da Constituição Estadual de 1891, tida como comtista-castilhista.

Da análise de Fertig e Rouston Júnior (2010), retiramos alguns apontamentos sobre o programa do PF, o qual defendia a substituição da Constituição castilhista de 1891 do RS, por uma constituição republicana representativa, com eleição do presidente por quatro anos, sem possibilidade de reeleição para o executivo, eleição da câmara de deputados, iniciativa comum do executivo e do legislativo para apresentar leis, autonomia do poder judiciário e liberdade de imprensa, entre outras propostas. Era um programa que ia contra toda a máquina de governo implantada por Júlio Prates de Castilhos. Os membros do PF ficaram conhecidos como gasparistas, em referência a Gaspar da Silveira Martins, ou maragatos.

Expõem Fertig e Rouston Júnior (2010) que a principal meta do PF era a introdução do regime parlamentarista, em contraste com o sistema presidencial vigente, com o chefe de Estado eleito pelo Parlamento. Os autores resumem os itens constantes no programa dos federalistas, a saber:

[...] substituição da Constituição comtista do estado por uma constituição republicana representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de quatro anos, por distritos eleitorais, voto incompleto, renovação do mandato bianualmente por metade; iniciativa do governo e Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem exclusivamente a esta; autonomia municipal; poder judiciário do estado, juízes municipais ou distritais nomeados pelos governos municipais; juízes de direito nomeados pelo governo do estado, conforme as determinações da lei; liberdade de imprensa, sujeito o julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários. (FERTIG; ROUSTON JÚNIOR, 2010, p. 528).

Os federalistas entendiam basicamente a crise econômica do RS como fruto do descaso dos governos estadual e federal, responsabilizando-os pelos altos custos da produção pecuária, devido à inexistência de estradas e portos, e pelos baixos preços devido à importação e às taxas tidas como privilegiadas dos similares produtos platinos. Nesse sentido, explica Fonseca:

Defendiam, portanto, palavras de ordem politicamente liberais, como crítica à ditadura militar que teve lugar com Deodoro e Floriano, mescladas com solicitações de protecionismo e menor ingerência do Estado na economia (que, a seu ver; ao intervir, intervinha errado, abandonando a pecuária, mas sobre ela fazendo recair os custos, através de impostos). (FONSECA, 1983, p. 24).

Essa agremiação, tal como expõe Aita (2006a), por constituir uma alternativa à influência de Júlio de Castilhos, acabou reunindo em suas fileiras um conjunto de descontentes de várias matrizes políticas, inclusive republicanos históricos, caso de Alcides Lima, companheiro de Assis Brasil, e de Júlio de Castilhos na luta pela destituição do Império e da Proclamação da República.

Nesse mesmo ano, em 1896, a liderança reunida no Congresso de Porto Alegre conduz o PF à adoção de novo programa político, trazendo postulados em relação ao Estado e à nação. Explicam Fertig e Rouston Júnior:

[...] Diferentemente do programa adotado em 1892, esse trazia consigo um elemento novo: um plano de ação com ambições nacionais. Porém, com relação à política do Rio Grande do Sul, o congresso iria manter e confirmar o programa proposto em 1892 em Bagé. O programa aprovado em 1896 abarcava os seguintes pontos: I) República parlamentar; II) Eleição do presidente pelo Congresso Nacional; III) Reforma da bandeira nacional com a absoluta supressão do lema da religião anticristã de Augusto Comte; IV) Os militares em atividades não poderão votar; no caso de serem eleitos, só poderão exercer a função política mediante prévia reforma ou demissão do serviço do Exército. (FERTIG; ROUSTON JÚNIOR, 2010, p. 529).

Quanto à representação política, lembramos que, mesmo atuante desde 1892 até 1913, a oposição federalista não conseguiu eleger sequer um representante para

a Assembleia dos Representantes do Estado, na qual a composição era maciçamente de deputados das fileiras do PRR. Todavia, em 1913, o quadro político parlamentar experimentou significativa mudança. Foi nesse ano que o PF conseguiu sua primeira vaga na Assembleia, com a eleição do deputado Jorge da Silveira Pinto, de Alegrete, que se constituiu no primeiro deputado federalista eleito para a sétima legislatura (1913-1916). Menciona Pesavento (1992, p. 50) que ao longo do seu mandato Jorge da Silveira Pinto defendeu a posição do seu partido, ao mesmo tempo em que dirigiu profunda críticas ao PRR, particularmente no que dizia respeito à fraude eleitoral. A autora também registra que a partir da oitava legislatura (1917-1920), dois novos integrantes do PF tomaram assento na Assembleia dos Representantes do Estado: os deputados Gaspar Saldanha, de Alegrete, e José Alves Valença, de Júlio de Castilhos, que fazem recrudescer o embate político entre as duas agremiações – PRR e PF. Fertig e Rouston Júnior (2010) incluem o nome do deputado Carlos Catharino Azambuja, de Tupanciretã, no rol dos federalistas, na oitava legislatura da Assembleia gaúcha.

Na nona legislatura (1920-1924) da Assembleia, conforme Pesavento (1992), os representantes federalistas foram os deputados Gaspar Saldanha, José Alves Valença e Artur Caetano da Silva, este último do município de Passo Fundo.

Antes de abordarmos a formação e a proposta política do Partido Republicano Democrático, PRD, pareceu-nos prudente anotarmos que na citada eleição de 1907 houve a busca pelo estabelecimento de articulações das bases opositoristas ao governo borgista para fortalecer a candidatura de Fernando Abbott. Nesse contexto, salienta Alves (1995), o candidato opositorista foi apoiado pelos antigos dissidentes republicanos, os federalistas, mas não o fizeram como um todo. O autor menciona que, nesse grupo, apenas uma ala do PF, encabeçada por lideranças de Bagé como Nicanor Pena, Carlos Maximiliano, Rafael Gabeda, José Francisco de Freitas, Candido Tavares Bastos, Silvano Faustino Gorrêa, Pedro Moacyr e Tertuliano da Silva Machado, expressaram apoio a Fernando Abbott. A outra ala do PF, liderada por Francisco Antunes Maciel, absteve-se. Tal divergência mostrava o quanto o PF, na época, como poder político encontrava-se vulnerável, o que contribuía para o enfraquecimento da oposição antiborgista. Na expressão de Alves (1995, p. 1999): “Mais uma vez, as divergências históricas e a própria desorganização das oposições não lhes permitiram a organização de uma frente completamente unida”.

Notamos que a formação heterogênea do PF fez com que essa agremiação não durasse, cedendo lugar ao Partido Republicano Democrático, PRD, que por sua vez, como explica Osório (1992), também teve existência efêmera, sendo substituída posteriormente pelo Partido Libertador, PL, articulado dentro das forças da Aliança Libertadora. O autor menciona que o PRD resultou das agitações políticas que antecederam a eleição para o governo do Estado do RS, em 1907, à qual nos referimos anteriormente. Franco (2007, p. 154) esclarece que o PRD foi um partido que não conseguiu se firmar politicamente no território gaúcho e morreu sem deixar traços de sua passagem, “a não ser a brilhante dissertação de Assis Brasil” em sua preleção na fundação desse partido.

No Congresso de formação do PRD, em Santa Maria, RS, em 1908, o discurso inaugural proferido por Assis Brasil, ao qual se reporta Franco (2007), continha parte do manifesto *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia*, que expunha severa crítica ao positivismo castilhistas, principalmente, em relação à Constituição do Estado do RS de 1891, a qual chamou de código de ditadura política revestida de democracia exagerada. Vejamos:

Nada disso, porém, impede que a Constituição que ele engenhou seja, por sua própria natureza, antes uma obra transitória que definitiva. E é aqui ocasião de insistir sobre uma afirmação que no princípio deste discurso vos fiz: não sou dos que chamam positivista à Constituição rio-grandense. Reconheço porque é um fato, que ela é sustentada intransigentemente, intolerantemente pelo reduzido, mas ardoroso, núcleo de patrícios praticantes da chamada religião positiva; não ignoro as simpatias que o seu autor nutria por essa parcialidade; mas isso não basta. Antes de tudo, é preciso fazer justiça ao preclaro legislador, que não lhe consentiria a extravagância, sem precedente positivo na história, de impor como lei fundamental de um povo, composto de diversas crenças, de diferentes religiões, de confissões distintas – a cartilha de uma seita em minoria ínfima. Nem o próprio positivismo consentiria, porque a doutrina filosófica que tem esse nome prega a moderação e a tolerância em relação aos elementos constituintes da sociedade. Assim o entenderam Augusto Comte e o seu mais preclaro e mais eficaz discípulo entre nós, o grande Benjamin Constant, de saudosa e querida e inolvidável memória. Depois basta ler qualquer livro fundamental da filosofia positiva e cotejar com ele a Constituição do Rio Grande, para reconhecer que, afora algumas tímidas indicações superficialmente formais, nesta Constituição poderá ser considerada qualquer outra cousa, menos um expoente fiel da doutrina metodizada pelo filósofo francês. É um código de ditadura política, vestido com aparências de democracia exagerada, e nada mais. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 67-8).

Nesse mesmo ano, isto é, em 1908, Assis Brasil publicou seu manifesto sob o título *Ditadura, Parlamentarismo, Democracia* com o propósito de criticar o sistema castilhistas e defender a base de programa do novo partido, o PDR. Aita (2006b)

lembra-nos que, em 1909, essa obra foi traduzida para a língua alemã sob o título *Diktatur, Parlamentarismus, Demokratie*, tamanha a expressão de sua base teórica.

Abordamos, pois, o Partido Republicano Liberal, PRL, cujo surgimento se deu no contexto da Revolução Federalista (1893-1895), quando Júlio Prates de Castilhos ainda era Governador do Estado do RS. Nessa época, o cenário político sul-riograndense compunha-se, além do hegemônico PRR, do grupo dos federalistas, que formavam o mais amplo contingente da oposição em defesa do parlamentarismo em nível federal, e desse grupo oposicionista formado por dissidentes do PRR.

Em uma retrospectiva histórica, Alves (1995) comenta sobre a base de formação e sustentação do PRL. Menciona o autor que, em 1895, ocorreu a fundação do Clube Republicano Autonomista, em Porto Alegre, RS, que contou com lideranças dissidentes do PRR como Homero Baptista, Álvaro Baptista, Francisco Miranda, Pedro Moacyr e Alcides Lima. Em 1896, também se aliam os dissidentes revolucionários, Barros Cassal, Demétrio Ribeiro e Antão de Faria, formando o conhecido grupo dos autonomistas, que dá sustentação política ao PRL. Nesse mesmo ano, ocorreu o congresso de formação do PRL, quando ficou estabelecido o conteúdo programático do partido.

Osório (1992) registra que o PRL defendia a manutenção da Constituição Federal, mas apontava para possíveis reformulações, “oportunamente”, se assim julgasse necessário o partido; empunha a bandeira das forças anticastilhistas, quando destacava a necessidade de revisão da Constituição do Estado de 1891 a fim de adequá-la à Constituição Federal e consagrar a plena autonomia municipal, base do governo republicano; acenava para a necessidade de mudança nos rumos políticos do Brasil e do Estado gaúcho para que fosse instituída a verdadeira república, ao afirmar que era preciso “desenvolver gradualmente a doutrina republicana encaminhada pelas tendências que a nossa história assinala” (p. 123). Conforme o citado autor, o PRL completava seu programa enaltecendo as origens do movimento republicano, defendendo posturas políticas que permitissem “restaurar na economia partidária as formosas praxes, sob as quais se agremiou o propagandismo do regime da Pátria” (p. 123). Por causa desse último item, afirma Alves (1995, p. 194), “os membros do PRL chegaram a ser denominados nórmicos, por apontarem a necessidade do restabelecimento das normas republicanas, as quais eles acusavam o PRR de ter deixado de lado”.

Com a aproximação de eleições para o governo do Estado e com a intenção de reunir forças de oposição, os dissidentes republicanos do PRL tentaram uma aproximação com os membros do PF, começava aí as discordâncias, principalmente para estabelecer uma possível aliança em torno de candidaturas oposicionistas ao governo castilhistaborgista. Afirma Alves (1995) que, enquanto os republicanos liberais defendiam a formação de um único partido, os federalistas queriam apenas estabelecer uma coalizão temporária. Ao final, enfraqueceram-se os esforços pela negativa dos federalistas e ocorreu o esvaziamento do PRL como frente política, devido, em especial, a perda de alguns de seus líderes como Francisco de Miranda e Antão de Faria. Os republicanos liberais, ex-PRR e desistentes do PF, Homero Baptista e Álvaro Baptista, retornaram ao PRR, e, então, em 1915, foram eleitos deputados federais pelo citado partido. Osório (1992, p. 159) menciona que Assis Brasil rechaçou a ideia de unir forças com o PF, o que de forma nítida contribuiu para o enfraquecimento da força da oposição à hegemonia do PRR. Todavia, em “15 de janeiro de 1924, em São Gabriel, foi instituída a chamada Aliança Libertadora, entre as hostes do Partido Federalista e os republicanos dissidentes históricos, chefiados pelo democrata J. F. de Assis Brasil”.

Em 1928, nosso personagem, Assis Brasil, apareceu no cenário sul-riograndense como um dos fundadores do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, o PL. Notadamente, as origens do PL estão alicerçadas no conjunto de forças que fizeram oposição aos governos de ideias positivistas do PRR e que incluíam os federalistas e os membros do PRD. Aponta Pinto (1987, p. 94), é notória a influência que teve Assis Brasil na liderança dessa dissidência, havendo uma correspondência, uma interassociação entre o exílio voluntário do líder gaúcho e o desaparecimento do grupo oposicionista. Esse exílio foi motivado pelo fracasso que teve o PRD nos resultados das urnas no processo sucessório do Governo do RS em 1922.

Com vista ao citado processo sucessório, como anteriormente nos referimos, a coligação de opositores ao governo em torno da Aliança Libertadora, lançou a candidatura de Assis Brasil ao governo do Estado, na tentativa de impedir a terceira reeleição consecutiva do Presidente Borges de Medeiros e acabar com o ciclo de governos do PRR, iniciado com Júlio de Castilhos. Sem êxito nas urnas, surgiram protestos e suspeita de fraude que levaram à Revolução de 1923. Mas, foi no interior dessa Aliança Libertadora que surgem as primeiras manifestações em prol do PL.

Na opinião de Osório (1992), o PL constituiu-se por um conjunto complexo e heterogêneo de elementos de todos os matizes políticos, de convicções doutrinárias antagônicas, propondo-se a ser o continuador das tradições sul-rio-grandenses de justiça e liberdade do movimento farroupilha. Esclarece o autor que tal heterogênea coligação era formada por parlamentaristas e presidencialistas, cujo fim declarado fora propugnar os princípios da liberdade política, com base no sistema representativo, e combater nas eleições federais, estaduais e municipais, a situação imperante do Estado. Contudo, lembramos que o PRR também se considerava um herdeiro das ideias farroupilhas, pois a revolução de 1835 era fato inspirador para todos que faziam política no RS.

Notadamente, o PL se formou no final da República Velha, em um período de transformação do cenário político-econômico brasileiro, no momento em que grupos políticos surgiam, com força, e ocupavam postos de antigos grupos, que passam a reivindicar participação maior nas esferas do poder. No cenário nacional, o partido representava prelúdio do declínio da política coronelista, liderada pelas oligarquias do café-com-leite, já mencionada em nossa pesquisa.

No Estado gaúcho, as oposições de dissidentes republicanos e federalistas acabaram por superar seus conflitos na luta contra o inimigo comum, o PRR, reunindo forças em torno do PL que surgira como partido de oposição, com o objetivo de defender os interesses da elite excluída do poder. Na compreensão de Taufer (2008), a formação do PL ocorreu porque era impossível manter a Aliança Libertadora da maneira como estava estruturada politicamente, sendo necessária a criação de um Partido que tivesse uma diretriz ideológica e uma matriz programática capaz de enfrentar, decisivamente, o PRR em nível estadual.

Ao reunir republicanos e federalistas, o PL herdou os princípios liberais clássicos, políticos e econômicos, das oligarquias dissidentes, pôs fim ao PF, que se dissolveu no novo partido. O PL foi criado em 1928, em Congresso realizado em Bagé. Na citação abaixo fica evidente a dissolução do PF, já referida. Vejamos.

A denominação de Partido Libertador, em 1896, depois da luta fraternal do triênio de 93-95 fora lembrada para substituir a de Partido Federalista. Recusou-a o congresso de Bagé, porque não quis que ela recordasse a cada instante o drama das coxilhas. Propondo este nome em 1928, J. F. de Assis Brasil o justificou, 'porque esse nome já tinha sofrido o sacramento em que água fora substituída pelo sangue dos heróis que tiveram a sorte de morrer pela causa bendita'. (OSÓRIO, 1992, p. 160).

Mas quais eram as ideias dessa nova agremiação? Apresentamos, de forma breve, as propostas do PL a partir dos princípios registrados em seu programa.

Em seus princípios de natureza política, o PL se punha a defender princípios democráticos e liberais consagrados na Constituição da República brasileira; definia para o partido as mesmas diretrizes norteadoras do programa do Partido Democrático Nacional, criado em 21 de setembro de 1927, na então capital federal do país, o Rio de Janeiro, cuja principal bandeira era a eleição do Presidente da República pelo Congresso, ao qual deveriam responder os ministros pelos seus atos. Tal pensamento era justificado pela ideia de que o povo ainda não estaria preparado para bem escolher o chefe do poder executivo, comenta Osório (1992).

O programa do PL (1945) ressaltava que, nas atividades regionais, reservar-se-ia completa autonomia aos governos dos Estados para propor os meios que julgavam necessários para a obtenção do ideal comum, adotando-se como tema representação e justiça e como síntese das aspirações do partido a atividade nacional e local. Por tal, em suas ações, o PL buscava harmonizar a Constituição Estadual com a Federal, determinando, igualmente, que o Chefe do Executivo fosse eleito pelo Congresso Estadual, ao qual também deveriam prestar responsabilidade os chefes de Estado.

No âmbito social, o programa do PL (1945) previa o povoamento do solo de forma a atrair colonos nacionais ou estrangeiros em face das oportunidades que o Estado oferecia, mas combatia a imigração oficial, por meio da qual haveria um controle maior para com a imigração, com definição de destino e ocupação do solo. Nesse aspecto, Osório (1992) lembra que, na época, no RS havia elementos suficientes para atrair o colono, sem a coação oficial do governo, que resultou em fracassos estrondosos por todo o país. Nas palavras do autor:

Cumprir assaz nas condições favoráveis do clima e do solo rio-grandense, no influxo de nossas instituições liberais e na organização equitativa da propriedade, que asseguram ao proletário europeu uma situação estável e vantajosa. (OSÓRIO, 1992, p. 179).

No que se referia à economia e finanças, o programa do PL (1945), propunha maior volume de recursos para a máquina administrativa, advindos do aumento da produção e da riqueza, por meio de uma política de boa distribuição de produtos. Por tal, propunha suprimir os impostos de exportação, de transmissão de propriedade e todos os demais que, de alguma forma embaraçassem a produção e

a circulação da riqueza; defendia que o Estado deveria desenvolver uma instituição de crédito econômico, voltada exclusivamente para as operações de auxílio à produção agrícola e pastoril do RS. Defendia a necessidade de um esforço grande do Estado em destinar a renda do Tesouro a serviço da instrução e da educação profissional, principalmente em relação à agricultura e indústrias rurais. Sugeria controle maior das despesas improdutivas, principalmente pela força pública, que deveria ser limitada à execução de sentenças e outros atos legais.

O PL (1945) conferia respeito à autonomia municipal, por entender que as intervenções só deveriam ocorrer em casos claramente determinados pela lei em função da má administração local. As leis claras e positivas deveriam objetivar o progresso moral e material dos trabalhadores, criando a proteção legal para a atividade do operário, notadamente em saúde, educação e amparo à invalidez.

Na análise desse programa, entende Osório (1992), o discurso é genérico e decorre da própria formação heterogênea do PL, que não conseguiu unir aquilo que é essencial à existência de um partido: identidade de pensamentos, de convicções comuns. Não obstante, afirma o autor, o programa não esquece de propor um processo de alistamento eleitoral para aumentar o número de cidadãos com direito a voto, e a instituição do voto secreto, com garantia de uma apuração escrupulosa e de representação proporcional aos votos alcançados. O voto a descoberto sempre foi uma ideia do PRR, pois Júlio de Castilhos entendia que o escrutínio secreto era antagônico e incompatível com a ordem fundada na República, pois o cidadão deveria assumir a responsabilidade das próprias ações, assim como o representante da autoridade o fazia. A esse respeito, opina Osório:

O voto a descoberto é o único remédio legislativo capaz de reabilitar o processo eleitoral, dignificando-o, fazendo compreender ao cidadão a responsabilidade que assume ao intervir na composição do poder público e no estabelecimento de leis. O segredo em tais casos presta-se a menos decentes maquinações e degrada sobremodo o eleitor. Quantas vezes, contando com o sigilo da urna, deixa-se ele corromper e concede o seu voto a um candidato, quando tem compromissos públicos e solenes com outro – debilidade moral que tanto coopera para o extremo relaxamento dos costumes políticos! (OSÓRIO, 1992, p. 172).

A ideia do voto não secreto, defendida por Júlio de Castilhos, escondia o fato de que o eleitor era coagido e vigiado, na hora de votar, pelo chefe político local, que indicava em qual candidato assinalar a sua opção. Tal prática garantia sempre a

votação no PRR, pois o cidadão estava ameaçado em sua liberdade e no seu futuro caso mostrasse tendência contrária, esclarece Carvalho (2008).

Dentre as propostas apresentadas no programa do PL, Osório (1992) alerta para a criação do Banco do Rio Grande do Sul, que passaria a financiar a produção local, a questão da educação profissional, a qual já havia sido implementada pelo PRR, e, na época, o Estado investia 4% da receita em aprimoramento profissional, principalmente no setor agrícola e pastoril.

Sob o ponto de vista constitucional, o RS era um dos Estados que mais concedia liberdade aos municípios, conforme destacado no trecho abaixo. O programa do PL reconhecia essa liberdade, da mesma forma que era forçado a reconhecer que a competência do Estado e dos municípios fora traçada pela Lei nº 19, de 22 de janeiro de 1897. Vejamos a explicação de Osório.

Cada um dos municípios é independente na gestão de seus interesses peculiares, tem a ampla faculdade de constituir e regular os seus serviços. As funções municipais acham-se repartidas por um Intendente e um Conselho, eleitos simultaneamente, mediante sufrágio direto dos cidadãos. Ao Intendente compete a direção, a fiscalização e defesa dos interesses dos cidadãos; aos Conselhos Municipais cabe votar o orçamento e examinar as contas da Administração. A Lei Orgânica é decretada livremente pelos municípios e livremente por eles reformada. As leis municipais, o seu processo, são decretadas livremente pelos municípios. (OSÓRIO, 1988, p. 188).

No 3º Congresso da Federação das Associações Rurais, Assis Brasil sugeriu que se criasse uma Caixa de Assistência aos Operários Rurais, que seria mantida com a contribuição de 2% do ordenado dos trabalhadores, com uma taxa adicional sobre a propriedade e com percentuais derivados do imposto sobre atividades agrícolas. Esse organismo, explica Osório (1992), seria formado por representantes do governo, dos proprietários e dos trabalhadores do campo.

Ao encerrarmos nossa análise, expomos a opinião de Dohms (2001) na defesa de que a partir da fundação do PL desapareceu dos programas dos partidos sul-riograndenses o parlamentarismo puro, de dominação do parlamento. Mesmo assim, defende o autor, o presidencialismo do PL é moderado pelo parlamento.

Da mesma forma, entende o autor que o programa do PL expõe claramente sua proposta democrático-nacional, determinando o que deve ser introduzido para ocorrer o aperfeiçoamento da forma de governo democrático representativa, como: eleição do Presidente da República pelo Congresso Nacional; comparecimento e responsabilidade dos ministros perante o Congresso; adaptação da Constituição

Estadual do RS à Constituição Federal e nova lei eleitoral. Assim, fica evidente que a base de sustentação do PL, partido esse que fora capaz de reunir dissidentes de diferentes orientações da política gaúcha, sobretudo, centra-se no presidencialismo, nos direitos e garantias asseguradas no artigo 72 da Carta Magna de 1891, da mesma forma que essa base é determinada pela situação, na qual o RS se encontra no âmbito da política nacional, devida, em especial, pela autonomia e independência com a qual as representações do Estado gaúcho tomaram decisões em questões políticas no Congresso Nacional. A partir de 1930, a influência política do Estado do RS no cenário nacional se torna inquestionável.

O próximo capítulo se volta às correntes de pensamento de influência nas ideias de nosso personagem e, por extensão, dos gaúchos, durante a República Velha. Procuramos, ainda, mostrar parte da trajetória político-diplomática de J. F. de Assis Brasil, cujas marcas se encontram registradas no cenário regional, nacional e internacional. São essas marcas que, em hipótese, traduzem sua visão de mundo.

3 ASSIS BRASIL E O PENSAMENTO FILOSÓFICO NA REPÚBLICA VELHA

Nesse capítulo volvemos um olhar específico às correntes de pensamento de influência no Rio Grande do Sul a fim de entendermos a trajetória político-econômica da Primeira República gaúcha. Iniciamos com o positivismo, corrente nascida por força da filosofia de Auguste Comte. Passamos ao liberalismo que concorreu para a abolição da escravatura, ocorrida pouco antes de iniciado o período republicano e, por fim, chegamos à fisiocracia e sua posição favorável ao capitalismo agrário, mas contrária à intervenção do Estado na economia. Tais correntes moveram o pensamento iluminista na Primeira República e, conseqüentemente, acompanharam a inserção do país e do RS no denominado mundo Ocidental.

Na sequência do capítulo, no centro de nossa atenção, situamos Assis Brasil como homem de letras e da política para tecermos sobre sua trajetória político-doutrinária-diplomática e sua visão de mundo construída, ao longo de sua vida, sob a influência das correntes do pensamento filosófico dominante no final do século XIX e nas décadas iniciais do século XX.

3.1 Positivismo

O Rio Grande do Sul, como a maioria das regiões brasileiras, sofreu a influência da doutrina positivista desde o Império até a República. Esse pensamento permanece vivo até o presente momento e está disseminado por todos os campos do saber. Entender os fundamentos da filosofia positivista e como ela foi utilizada pelos ativistas políticos da República Velha, organizados sob o guarda-chuva do Partido Republicano Rio-Grandense, constitui o ponto central dessa seção.

Em um primeiro momento, consideramos importante definir o significado do positivismo, cuja palavra deriva do francês *positivisme*, utilizada, de acordo com Jardim (2014), de forma ampla, para designar doutrinas filosóficas do século XIX, que defendiam um método empírico e quantitativo para valorizar a experiência sensível como principal fonte de conhecimento.

No processo histórico, o positivismo reduz o papel do homem, enquanto ser pensante e crítico, para um mero coletor de informações e fatos presentes nos documentos. Para os historiadores positivistas a História assume o caráter de ciência pura aonde a cronologia dos fatos por si, determina o que é verdade, não sendo necessária a interferência do historiador no processo.

Por sinal o papel deste é coletar os dados e ajotá-los, constatando pela análise minuciosa e liberta de julgamentos pessoais, sua validade ou não. O saber histórico, dessa forma, provém do que os fatos contêm, e assume um valor tal qual uma lei da Física ou da Química, nas ciências exatas, e tenta imprimir, principalmente na educação, uma racionalidade eminentemente técnica. (MOURA, 2014, p. 3).

O positivismo constitui-se em uma teoria de organização social que entendia a humanidade como estando em um processo de desenvolvimento linear, que passaria do estado teológico para o científico ou positivo, conforme previra Augusto Comte, seu fundador. A ideia inicial do positivismo era a de que a sociedade só poderia ser reorganizada ou regenerada por meio de uma completa reforma intelectual do homem, através de novos hábitos e da capacidade de pensar com o estado das ciências do seu tempo. Nesse sentido, explica Pereira.

O positivismo foi edificado como um sistema em uma versão social, popular, sentimental e estética. Partiu da ideia de que a sociedade só poderia ser reorganizada ou regenerada através de uma completa reforma intelectual do homem. Esta deveria fornecer-lhe novos hábitos de pensar em conformidade com o estado das ciências do seu tempo. Está relacionado às garantias da experiência e da ciência. O negativo estava relacionado à efervescência e aos tumultos revolucionários; o positivo à reconstrução e a reorganização social. Este sistema levaria a paz à sociedade e a estabilidade ao regime político. O desenvolvimento científico e industrial levaria ao progresso e à felicidade humana. Em essência é uma filosofia e uma política. Aquela a base e esta o objetivo de um mesmo sistema universal. É uma doutrina geral que, simultaneamente, pretendeu satisfazer a razão, o sentimento e a imaginação, coordenando os diferentes aspectos da existência humana: pessoal, social, especulativa, ativa e afetiva. (PEREIRA, 2006, p. 98).

No presente trabalho, optamos por denominar positivismo o conjunto de ideias defendidas por Augusto Comte (1798-1857), cujo ideário propunha o desenvolvimento da sociedade em direção a uma forma evoluída de organização social, denominada de positiva, superando as concepções teológicas e metafísicas.

Conforme aponta Chauí (1995, p. 272), Comte entendia o homem como um ser social e, por tal razão, propunha o estudo científico da sociedade. Assim como há uma física da natureza, concebia que deveria haver uma física do social, a sociologia, ciência criada pelo pensador para estudar os fatos humanos, usando os procedimentos, métodos e técnicas já empregadas nas ciências da natureza. Dessa forma, da observação do que acontece no interior dos grupos sociais é que se extraíram as leis da organização social.

Não obstante, para que a teoria social se tornasse ciência positiva, o próprio Comte defendia ser “necessário que empregasse procedimentos epistemológicos

semelhantes àqueles utilizados pelas ciências fundamentais (ou seja, pela astronomia, pela física, pela química e pela biologia)” (BENOIT, 2002, p. 71).

Expõe Pereira (2006) que Comte entendia o conhecimento como inútil e até mesmo pernicioso se este não está imbuído de utilidade social, pois sua finalidade, dentro do sistema de política positiva seria dirigir o gênero humano à sua unidade final, regido por um regime científico, industrial e pacífico, cujo lema seria o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim. Na visão de Comte, somente a classe dos cientistas é que poderia elaborar a doutrina orgânica, dirigir as novas coordenações, dando fim à crise e atraindo a sociedade para um novo sistema.

A sociedade, para Comte, era governada por leis imutáveis e independentes da vontade do indivíduo ou do coletivo. Era da mesma natureza das que governavam a física ou a biologia, mas com especificidades próprias e peculiares à sociedade e aos fenômenos sociais. Ou seja, intrínseca ou relativa à sociedade e aos fenômenos sociais. Reconhecia no indivíduo inteligência, mas reivindicava para o coletivo ou grupo social superioridade sobre o indivíduo. Este, na sociedade, somente existia de forma efêmera ou relativa, pois era permanentemente substituído por outros. O que existia, portanto, era a sociedade ou a humanidade. Esta dependia da ordem e da harmonia para progredir, assim como de instituições fortes e permanentes. A sua transformação, evolução ou desenvolvimento dependia da transformação e do desenvolvimento do espírito humano, que seria o desenvolvimento das ideias e da moral. (PEREIRA, 2006, p. 101).

Outra característica do positivismo diz respeito a sua ideia de progresso e desenvolvimento social dentro dos limites da ordem. Conforme Moura (2014), para a filosofia positivista, não era possível estabelecer qualquer tipo de ordem e fazer com ela durasse se não fosse compatível com o progresso. Ao mesmo tempo, também não haveria progresso se não fosse estabelecida dentro de certa ordem. Assim, segundo o autor, o positivismo, por sua própria natureza, tende a consolidar a ordem pública, através do desenvolvimento de uma sábia resignação. Sua ideia de física social remete ao controle da sociedade pelo conhecimento científico.

Trindade e Noll (2005) assinalam que o PRR passou a adotar o ideário positivista na década de 1880, quando um grupo de jovens, a maior parte egressa da Faculdade de Direito de São Paulo, retornou para o Estado do RS, em especial referência a Júlio Prates de Castilhos. Esse grupo trouxe as ideias adotadas na faculdade, que deram origem ao castilhismo, versão local do positivismo, adaptado às necessidades políticas e às intenções desse grupo. Afirmam os autores que o positivismo comteano,

[...] Castilhos o conheceu na Faculdade de Direito de São Paulo, onde era grande o número de adeptos dessa filosofia. Apesar do conservadorismo da universidade imperial, o ambiente universitário da época era bastante agitado e os estudantes das faculdades de São Paulo e Recife abriam-se às novas correntes de pensamento. Encontravam entre eles as ideias do materialismo vulgar e do positivismo. (TRINDADE; NOLL, 2005, p. 16).

Júlio de Castilhos extraiu de Comte a crença na forma republicana e ditatorial, abraçou a fé pelos governos das classes conservadoras e defendeu fervorosamente a ordem como base do progresso social. Foi nessa ascensão das ideias positivistas que se pode, segundo Trindade e Noll (2005), entender o significado da influência de Comte sobre a jovem geração de republicanos gaúchos.

Esclarece Pesavento (1992, p. 38) que o positivismo constituiu-se na matriz inspiradora da conduta político-administrativa do PRR no governo durante a República Velha, conferindo uma função peculiar ao Estado, pois seus postulados ofereciam uma série de respostas aos problemas locais, principalmente pela defesa do progresso aliado à ordem social. A doutrina positivista assumiu, então, a ideia de construir o capitalismo, proporcionando o desenvolvimento da acumulação privada de capitais, retirando os entraves para que isto acontecesse, como era o caso dos transportes, ainda em situação precária no RS. O positivismo forneceu a argumentação para que um pequeno grupo de políticos se encastelasse no poder durante décadas, através da ideia de que somente uma minoria iluminada possuía condições de levar o Estado no rumo do progresso, assevera Pesavento.

No tocante ao poder, a “monocracia” de Comte pressupunha que o grupo no poder, que detinha o conhecimento teórico, era o mais habilitado para condicionar o progresso econômico. Na prática, este grupo desdobrava-se em dois: a elite dos sábios e os empresários industriais, aos quais ficariam afetas as tarefas de garantir a ordem e assegurar o progresso, cada qual na sua instância. O autoritarismo do mando, presente na concepção positivista, atenuava-se, contudo, em razão da legitimação do governo dos mais aptos, que só ocupariam aquela função tendo em vista o bem-comum. (PESAVENTO, 1992, p. 38).

Engana-se, porém, quem pensa que o positivismo era uma doutrina difundida amplamente no Estado gaúcho. Pelo que percebemos das leituras correntes, apenas uma minoria governista se identificava com tal ideologia e a adaptava aos seus interesses para continuar no poder. Assim, o discurso positivista era difundido entre os mais letrados e repassado aos demais na forma de discurso pronto sobre a situação do momento, através dos quais a matriz positivista se mostrava. Quando Júlio de Castilhos defendia o uso da força como forma de manter a ordem, nesta

argumentação há influência das ideias de Comte. Então, o que acontecia era que a matriz positivista fornecia a inspiração para que se justificasse um conjunto de atos a favor do PRR e de seus dirigentes, mas não significava que o positivismo, como doutrina, atingisse a maioria da população. Devemos lembrar, ainda, que grande parte da população gaúcha era analfabeta. Assim, inferimos que o RS não era positivista, mas que seus governantes faziam uso próprio do positivismo para se manter no poder durante várias décadas, em especial, na Primeira República.

Esse posicionamento é compartilhado por Trindade e Noll (2005, p. 23) na afirmativa de que a maior parte dos membros do PRR jamais leu Comte, mas aderira a ‘vulgata’ positivista, mostrando sua inequívoca filiação, pois procurava pautar sua conduta política pelos princípios que reconhecia como legítimos. Esta assimilação

[...] do positivismo através de um longo período transforma-se não somente na cultura política dominante no Rio Grande do Sul, mas a experiência política e institucional da ditadura republicana Castilho-borgista será fundamental para entender o contexto em que se formam, politicamente, Getúlio Vargas e outros membros de sua geração em suas carreiras políticas locais e nacionais antes da década de 30. Essa geração formada no recinto da Assembleia dos Representantes recebeu uma influência direta do ideário positivista e foi marcada, também, pelo contingenciamento do espaço reservado aos deputados dentro da Câmara Orçamentária. (TRINDADE; NOLL, 2005, p. 23).

Muito pode ser discorrer acerca do positivismo. Mas, aqui nos interessa saber o que a filosofia positiva postulava sobre o Estado. É sabido que Comte idealizou uma sociedade do futuro, que seria constituída por meio de um sistema regulador que planejasse o desenvolvimento de uma espécie de Nação-Estado corporativa, cujo papel político de maior relevância seria atribuído aos líderes industriais. Nessa concepção, afirma Pereira (2006, p. 97), “a intervenção do Estado seria necessária para corrigir os privilégios individuais em favor da solidariedade, da igualdade social e do estímulo à produção”.

Júlio Prates de Castilhos assimilou uma ideia presente na teoria de Comte, a chamada “ditadura republicana” que, explica Mello (2014, p. 5), seria conduzida por um bom ditador conservador que soubesse conduzir as massas na transição da humanidade para a sociedade positiva. Porém, segundo o autor, tal ditadura não interferiria na esfera “espiritual” da sociedade, direcionando apenas o progresso e a evolução econômica. Dessa forma, atividades educacionais, culturais, religiosas e profissionais seriam desenvolvidas com toda a liberdade a partir das famílias e dos grupos emersos das interações sociais. Complementamos com a análise do autor:

O que se vê nítido em todas as obras de Comte é sua fé inabalável no progresso, justificada na conexão de seu pensamento com uma realidade de predomínio do evolucionismo no século em que viveu. No entanto, o mentor da doutrina positivista identificou segunda a própria concepção, uma grande lei fundamental para entender a evolução da inteligência humana: A lei dos três estados. Segundo Comte o homem ao longo de sua existência estava fardado a viver primeiramente o estado teológico, seguido do estado metafísico para atingir o estado positivo. (MELLO, 2014, p. 5-6).

A intervenção no Estado foi seguida pelos governos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros a partir de uma leitura comteana particular. Para Fonseca (1983), o positivismo afigurou-se como certa dose de intervencionismo estatal na economia para legitimar ações tidas como fundamentais para o plano econômico republicano castilhista-borgista, em atenção às solicitações técnicas ou das classes proprietárias, as quais a iniciativa privada não era capaz de realizar. Assim,

[...] o governo, por exemplo, incentivava a união das classes produtoras em cooperativas, sindicatos ou associações, fórmula aconselhada por Comte como eficaz para diminuir as tendências, às vezes nefastas, do mercado. O grupo governista, se às vezes argumentava que a opção diversificadora por ele esposada era consequência natural, imposta pelo mercado, [...] outras vezes admitia sua atuação no incremento da policultura, desconfiando da possibilidade de o mercado, por si só, levar a uma situação de ótimo. (FONSECA, 1983, p. 94).

Os simpatizantes do positivismo comteano do governo castilhista-borgista justificavam sua intervenção afirmando que o mercado, por si só, podia não levar a situações otimizadoras, indo de encontro à retórica liberal. Tal pensamento incentivava a policultura como meio de contrapor as frequentes crises da monocultura. Lembramos que, apesar dos protestos dos estancieiros da Metade Sul, a política de policultura surtiu efeito. Seus resultados, como mostramos, foram expressos pelo aumento de produtos agrícolas cultivados nas colônias da Metade Norte e no percentual das exportações do RS.

A intervenção do governo na regulação das atividades da sociedade, que naturalmente excluía os agentes subalternos dos processos, expõe Queirós (2008), constitui um ideário positivista, à medida que apregoa subordinação da coletividade aos princípios regidos pelas leis naturais, os quais determinam que sejam atribuídas aos mais capazes as funções de liderança dentro do organismo social, uma vez que a sociedade é regida por leis naturais de concentração do poder e da riqueza, exigindo que os demais, ou seja, aqueles que não estão inscritos na camada dominante, cumpram seu dever.

Convém tecermos uma observação a esse respeito. O que os defensores do positivismo gaúchos apregoavam, isto é, a intervenção do Estado na economia, viria a se tornar uma proposta liberal depois da crise de 1929 nos postulados de John Maynard Keynes (1883-1946). Contudo, os liberais, até então, entendiam que a própria economia era auto-ajustável.

No tocante ao desenvolvimento econômico, os republicanos gaúchos entendiam que as dificuldades do Estado decorriam da economia exportadora, pretendendo, como informa Herrlein Júnior (2000), incentivar outras atividades, diversificar a produção, mas sem abandonar a pecuária bovina. A diversificação permitiria reduzir a dependência externa da economia estadual e, para tal, buscavam direcionar a produção para o mercado interno a fim de garantir a autossuficiência no abastecimento e diminuir a dependência da economia regional em relação à pauta estreita dos produtos de exportação. Os republicanos afastavam, a princípio, a ideia de comprar de outros Estados ou do exterior, com exceção das mercadorias que não pudessem produzir internamente.

Mas seu plano econômico para o Estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção é pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu: exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades. [...] As exportações eram assim consideradas como mercados para o excedente da produção estadual e não como forma adequada para manter o nível de renda estadual. (HERRLEIN JÚNIOR, 2000, p. 63).

O castilhismo comteano consolidou-se como modelo autoritário de governo, apregou, alto e bom tom, uma proposta modernizadora de feição centralizadora, vertical e tecnocrática. Rodriguez (2005) afirma que o castilhismo partia do princípio

[...] de que a sociedade caminha inexoravelmente rumo à sua estruturação racional. Atingem-se esta convicção e os meios necessários para torná-la realidade através do cultivo da ciência social. Esta é, sobretudo, privilégio de personalidades carismáticas, que se impõem nos meios sociais nas quais se encontram. Quando uma personalidade esclarecida pela ciência social assume o governo, pode transformar o caráter de uma sociedade que levou séculos para constituir-se. (RODRIGUEZ, 2005, p. 37).

A pessoa iluminada, referida na citação de Rodriguez, seria o próprio Júlio Prates de Castilhos, um intelectual preparado para viabilizar o avanço da economia e da sociedade sul-rio-grandense. Mas, como a maioria do povo não estava em

condições de refletir e decidir sobre o assunto, cabia ao povo o dever de obedecer aqueles que, supostamente, poderiam governar com tais premissas.

No sistema castilhista, o poder executivo convertia-se em um superpoder responsável por elaborar projetos e submetê-los à apreciação dos cidadãos. Ao legislativo e ao judiciário cabia somente acatar suas deliberações. Nesse sistema, a Assembleia dos Representantes tinha função puramente orçamentária e

[...] a votação das matérias nela discutidas deveria ser efetivada mediante o mecanismo do voto a descoberto. A sua missão não consistia em legislar, mas em votar o projeto de gastos que o Executivo lhe apresentava. E o Judiciário ficava em mãos do Executivo, ao serem os seus membros nomeados pelo Presidente do Estado, segundo dispunha a Constituição Gaúcha de 14 de julho de 1891 (arts. 7 a 11, 21 e 31 a 33), de autoria de Júlio Prates de Castilhos. (RODRIGUEZ, 2005, p. 37-8).

À luz das concepções positivistas do governo, o castilhismo controlava todo o Estado e não era à toa que a oposição lhe chamava de ditador. Júlio Prates de Castilhos elaborou uma Constituição Estadual que justificava seus pressupostos e atitudes, bem como amarrava os outros poderes à sua vontade, a vontade do governo. Para qualquer um que ousasse desafiá-lo, a explicação estaria sempre nas normas constitucionais. Júlio de Castilhos agia como pai de família que dá ordens aos filhos baseado no que é certo e no que é errado. Quando seus filhos perguntam quem estipulou o que é certo e errado, responde simplesmente: eu mesmo. Lembramos que tal argumento é usado até hoje quando parlamentares criam leis para estipular um percentual de aumento e depois as usam para justificar um reajuste salarial, omitindo o fato de que eles mesmos são que as criaram.

Ao seguir a cartilha de postulados positivistas, Júlio de Castilhos entendia que muitos poucos homens no Estado e, principalmente ele, eram os únicos aptos a governar. Nada mais justo seria, então, que ele mesmo elaborasse as leis que justificariam seus atos no governo. Ainda é importante citarmos outro aspecto do voto parlamentar mencionado por Osório (1992), Pesavento (1992) e Rodriguez (2005): o voto a descoberto. Nesse sistema, nenhum deputado seria capaz de votar contra um projeto do governo, pois seria sua ruína política. Júlio de Castilhos era implacável quando perseguia alguém.

Porém, é equivocado pensarmos que os defensores do ideário positivista do RS governassem somente para as classes hegemônicas. O PRR possuía, de acordo com Maestri (2010b), uma política de diversificação econômica, de autonomia

produtiva e de integração regional que interessava a toda a população, ainda que de um modo subalterno, atendia reivindicações do setor médio e do operariado⁷⁸.

Afirma o autor:

A ampliação física, a promoção e a estabilidade salarial-profissional garantidas ao funcionalismo público pelo castilhismo-borgismo ampliaram as possibilidades de inserção-progressão social dos setores intermediários. Os investimentos na educação pública satisfaziam as reivindicações das classes médias e às necessidades de uma sociedade produtivamente mais complexa. (MAESTRI, 2010b, p. 249).

Tal posicionamento é compartilhado por Pinto (1986), ao afirmar que o PRR não era composto pela oligarquia tradicional do Estado e que seu projeto não era liberal, mas sim positivista. Na expressão da autora, a combinação desses dois fatores faz com que este tenha uma percepção específica da questão pública, ou seja, de que o Estado estava comprometido com o desenvolvimento, progresso, em geral, e não com uma classe específica em si. A doutrina comtista proporcionava os

[...] elementos necessários para a construção de uma prática política que colocava como central a preocupação com a eficiência e a moralidade do Estado. Se nos demais estados da federação, os partidos republicanos se legitimavam por congregarem todas as forças da elite, e assim, não necessitavam buscar apoio fora delas, no Rio Grande do Sul o fato destas elites estarem na oposição determinou um tipo de prática política distinta. (PINTO, 1986, p. 16).

Na defesa de Maestri (2010b), observamos que setores como o do comércio, da agricultura, do artesanato da região colonial, plantadores capitalistas e industrialistas, o capital bancário, todos aderiam ao projeto castilhistaborgista e passaram a apoiar suas iniciativas que compreendiam a inserção do RS na esfera capitalista nacional e internacional. A consolidação do capitalismo gaúcho permitiria a inserção desses segmentos. Todavia, para tal, era necessário haver algumas concessões sociais. O castilhismo-borgismo, fruto da reinterpretação comteana no espaço local, como afirma o autor, consagrou a formação de um novo bloco político-social, mais diretamente inserido na produção e na circulação capitalistas, tendo a capacidade de interpretar as emergências e as necessidades dos setores sociais mais dinâmicos, principalmente da Metade Norte e do Centro do Estado.

Poderíamos pensar que o projeto de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros fosse antagônico com os proprietários rurais que produziam gado e charque na

⁷⁸ Lembramos que expressiva parcela do operariado juntou-se à oposição em comitês pró-Assis Brasil nas eleições de 1922.

Metade Sul do Estado. Em alguns momentos isso até aconteceu, pois houve a intervenção do Estado no sentido de limitar o crescimento das áreas de latifúndio. No entanto, o projeto modernizador implantado dependia fortemente das divisas arrecadadas com a exportação do charque e da carne frigorificada. Porém, as medidas adotadas para fomentar a economia como um todo nem sempre atendiam os pecuaristas, que defendiam benefícios alfandegários. Uma das preocupações do governo, na República Velha, era combater o contrabando que viabilizava a evasão de divisas, mas que gerava muita renda aos donos de terra.

Maestri (2010b) destaca que, dentre as principais medidas dos governos castilhistas-borgistas a fim de consolidar o capitalismo no Estado estão:

[...] pôs limites à apropriação de terras públicas pelos latifundiários; taxou a propriedade – impostos sobre a transmissão da propriedade, impostos sobre imóveis rurais, imposto territorial (1903); divisão colonial. Investiu fortemente nos meios de transporte; desenvolveu importante rede educacional, apoiou a policultura, a agricultura capitalizada, as manufaturas e a indústria. Quando foi necessário, para melhor garantir a expansão da produção e a circulação capitalista no estado, interveio expropriando capitais privados, sobretudo internacionais, mesmo que para tal fim endividasse o Estado, renegando o axioma comtiano do equilíbrio orçamentário – estadualização da rede ferroviária e portuária rio-grandense. (MAESTRI, 2010b, p. 253).

Ao longo desse estudo, observamos que o ideário de Comte foi modificado para atender as peculiaridades do RS, bem como os interesses políticos de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Porém, o castilhismo-borgismo seguia uma matriz de desenvolvimento com ordem a fim de possibilitar que a sociedade, como um todo, se desenvolvesse e não apenas a elite pecuarista, forte opositora do governo.

Essa mesma elite foi, em momentos, prejudicada pelas ações do governo, o que fortaleceu sua base opositora, caso de Assis Brasil que rompeu com o PRR. Dessa forma, o que podemos depreender é que o castilhismo-borgismo consistiu um governo preocupado com o crescimento econômico do Estado, capitalista, ainda que tal desenvolvimento estivesse sendo ordenado por atitudes autoritárias.

Buscamos, a seguir, discorrer sobre o liberalismo vivido pelo RS durante o período de governo castilhista-borgista e, nesse contexto, inserir o pensamento dos liberais: Joaquim Francisco de Assis Brasil e Gaspar Silveira Martins.

3.2 Liberalismo

Uma das doutrinas que influenciou o Brasil e o Rio Grande do Sul no período do Império e da República Velha foi o liberalismo, adaptado, como outras doutrinas, às condições específicas da situação do país. Um exemplo de como o liberalismo foi adaptado no território brasileiro foi a sua convivência com a escravidão, o que contraria um de seus mais elementares princípios, a liberdade do ser humano.

No Brasil, os princípios liberais se forjaram na luta da burguesia contra os privilégios da aristocracia e da realza, privilégios esses importados da Europa, pois

[...] não existia no Brasil da época uma burguesia dinâmica e ativa que pudesse servir de suporte a essas ideias. Os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e sua clientela. As camadas senhoriais empenhadas em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária não estavam, no entanto, dispostas a renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava. A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil. (COSTA, 1999, p. 30).

Rémond (1974) explica que o liberalismo consiste em uma filosofia política voltada à ideia de liberdade, ainda que restrita ao que está posto institucionalmente. Essa filosofia também se caracteriza por defender o individualismo, pois coloca o indivíduo à frente do Estado e dos interesses de grupos. Nesses pontos, o liberalismo é contraditório, pois a liberdade política do indivíduo está condicionada pela existência do Estado e a liberdade individual pela existência do grupo.

Félix (1996) e Aita (2006a) explicam que o Estado brasileiro, no Primeiro Império, era liberal em sua visão acerca dos problemas sociais e econômicos, mas conservador quanto à organização política, pois nasceu com o compromisso de cooptar interesses econômicos divergentes, tais como o senhor rural, o colono, o comerciante urbano, o galego. Para Aita, a anomalia desse liberalismo

[...] não se situava apenas na escravidão, compatível com a defesa da propriedade, mas sim na prevalência do Estado sobre o indivíduo, pressuposto, por definição, anti-lockeano e, portanto, desalinhado ao pensamento clássico da experiência inglesa. (AITA, 2006a, p. 46).

Stewart Júnior (1990) considera o liberalismo uma doutrina política voltada à melhoria das condições materiais do ser humano, cujo maior propósito consiste em reduzir a pobreza e a miséria pela liberdade de ação para que atinja tal condição.

Liberalismo é antes de tudo liberdade. Liberdade entendida como ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos. É a adesão do princípio de que a

ninguém é permitido recorrer à força ou fraude para obrigar ou induzir alguém a fazer o que não deseja.

A escolha da liberdade como valor supremo não decorre de razões de natureza metafísica ou religiosa; decorre do fato de que um sistema baseado na liberdade assegura uma maior produtividade do trabalho humano, sendo, portanto, de interesse de todos os habitantes do mundo. (STEWART JÚNIOR, 1990, p. 70).

O liberalismo pode ser entendido como uma ideologia criada pela burguesia, como subsídio para a luta contra os abusos da autoridade real, dos privilégios do clero e da nobreza, bem como dos monopólios que inibiam a produção, a circulação, o comércio e o trabalho livre. Aita expõe que os adeptos ao liberalismo

[...] defenderiam a teoria do contrato social, afirmariam a soberania do povo e a supremacia da lei, e lutariam, enfim, pela divisão de poderes e pelas formas representativas de governo. Ainda, com o intuito de destruir os privilégios corporativos, converteriam em direitos universais a liberdade, a igualdade perante a lei e o direito de propriedade. (AITA, 2006a, p. 31).

A liberdade apregoada pelo liberalismo combina com a defesa da propriedade privada, pois esta é a única condição possível para que haja maior produtividade, maior criação da riqueza. A propriedade privada possibilita a plena liberdade de entrada no mercado, prevalecendo, assim, pelas próprias leis de mercado, uma economia saudável, em que sobreviverão aqueles que conseguirem apresentar um produto mais barato, com maior qualidade, capaz de atender o consumidor.

Convém recordarmos aqui, o que era o contrato social, que fundamentava as ideias liberais de um dos seus maiores representantes, John Locke. De acordo com esse filósofo inglês, na obra *Law of Nature*, escrita em 1662, o homem nasce livre, em estado de natureza, no qual exerce seus direitos inalienáveis de propriedade, vida e segurança. Nessa concepção, explica Paim (2007), os homens livres elaborariam um pacto capaz de garantir a permanência do estado de natureza pela constituição de uma sociedade, com governos que respeitassem os indivíduos e seu poder natural. Tal garantia estava centrada na propriedade privada.

É, pois, a propriedade privada, segundo a ideologia liberal, que reafirma o caráter individual e livre do homem, isto porque nem sociedade nem governo podem invadi-la. Todavia, para que o “estado de natureza” subsista após o contrato social, esclarece Malfatti (1985), torna-se necessário que o governo seja instituído e controlado pelos proprietários, únicos capazes de garantir a individualidade, a sociedade e o poder político.

O liberalismo, explica Stewart Júnior (1990), pressupõe liberdade econômica e liberdade política. A liberdade econômica constitui a liberdade de iniciativa, entendida como o direito de entrada no mercado para produzir bens e serviços que os consumidores desejam. A liberdade econômica constitui liberdade de contrato, no qual as partes estabelecem preços, salários e juros sem restrições de qualquer natureza, constituindo-se a atividade produtiva em um risco de alguém somete ser bem-sucedido se produzir algo melhor e mais barato. Por sua vez, expõe o autor, a liberdade política pressupõe a liberdade de expressão, de locomoção, de crença, de reunião, sendo a consciência de cada um que move o agir, que orienta a escolha de representantes e que promove o debate de ideias de forma livre, sem cerceamentos.

O liberalismo não pode ser imposto à força ou pela proibição de partidos políticos; tem que se impor pela persuasão e pelo argumento, pela explicação de suas vantagens como um todo e para cada um em particular. As tentativas de impor a liberdade econômica sem a correspondente liberdade política são uma contradição. Mesmo um eventual e episódico sucesso econômico não pode servir para supressão da liberdade política. Se houver liberdade política, podemos lutar pela liberdade econômica; se não houver, temos que nos conformar com as determinações do caudilho, general ou ditador a que estivermos submetidos. (STEWART JÚNIOR, 1990, p. 74).

Padoin e Rossato (2013) sintetizam as ideias liberais em diversos âmbitos. Assim, conforme as autoras, no âmbito ético o liberalismo defende a garantia dos direitos individuais, como a liberdade de pensamento, a liberdade religiosa, o que supõe um estado de direito. No âmbito político, o liberalismo defende um forte combate ao absolutismo e ao direito divino dos reis, propondo um sistema de representação e de autonomia e divisão dos poderes. No que diz respeito ao âmbito econômico, defende a economia de mercado baseada na livre iniciativa, na competição e na propriedade privada, sem a intervenção do Estado.

Percebemos na leitura dos fragmentos acima que a teoria liberal consagra um modelo de autorregulação social e econômica, sem a intervenção do Estado. Assim, produtores e consumidores, através da livre concorrência e seguindo a lei da oferta e da procura, irão ajustando o mercado de bens e serviços para uma situação considerada ideal, na qual haverá o preço justo para cada mercadoria. Quando isto não acontece e o Estado é obrigado a intervir, começam a ocorrer injustiças, devido aos privilégios concedidos aos grupos que detém o poder. Nesse sentido, Stewart Júnior (1990) alerta que o liberalismo reconhece a imperiosa necessidade de o Estado garantir o direito de liberdade, por meio da constituição de uma ordem geral,

estruturada em normas abstratas de conduta, legitimamente geradas pelos cidadãos e eficazmente aplicadas pelas instituições administradoras da justiça. O papel deste Estado consiste em usar da coerção para garantir o livre mercado.

Bobbio (2005) comenta a relação que existe entre liberalismo e democracia, e afirma que a maior garantia de que os direitos individuais serão protegidos contra a tendência dos governantes de limitá-los e suprimi-los está na possibilidade que os cidadãos tenham de defendê-los contra eventuais abusos, através da participação direta e indireta dos cidadãos. Defende o autor:

[...] Ideais liberais e método democrático vieram gradualmente se combinando num modo tal que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para a direta aplicação da regra do jogo democrático, é igualmente verdadeiro que, em seguida, o desenvolvimento da democracia se tornou o principal instrumento para a defesa dos direitos de liberdade. (BOBBIO, 2005, p. 44).

O liberalismo, afirma Montaner (2013, p. 1), baseia-se em quatro premissas básicas, a saber: a) o exercício da liberdade individual é uma condição insubstituível para alcançar níveis ótimos de progresso, através da liberdade de possuir bens, condição que deve ser garantida pelo Estado que está a serviço do cidadão; b) assim sendo, as pessoas são responsáveis por seus atos, devendo considerar quais serão as consequências de seus atos e os direitos dos demais indivíduos; c) para garantir os direitos e deveres em relação aos outros, há necessidade de criar um Estado de direito, cujas leis sejam neutras e não favoreçam as pessoas, partidos e grupos, evitando-se, desta forma, os privilégios; d) nesse sentido, a sociedade deve controlar rigorosamente as atividades dos governos e das instituições de Estado.

Percebemos, é claro, que há contradições nesse discurso, pois a história mostrou que o liberalismo não conseguiu evitar situações desastrosas decorrentes de sua própria teoria aplicada na prática. Uma delas foi evitar a formação de grupos econômicos mais fortes, que deram origem aos trustes e carteis, que por meio do poder de barganha eliminam a livre concorrência, submetendo os mais fracos ao domínio dos mais fortes. A outra reside na crise econômica decorrente do excesso de produção, que leva os produtores à bancarrota. Tal crise é gerada pela excessiva confiança dos produtores de que tudo aquilo que fosse produzido seria naturalmente comercializado, pois o mercado absorveria seus bens e serviços. Como existe a autorregulação do mercado, ninguém seria inconsequente o suficiente para produzir algo que não soubesse que iria vender. Acontece que o produtor acreditou que seu

produto teria uma demanda crescente e isto não se configurou na prática. Como a produção não é organizada, ou seja, qualquer um produz aquilo que considera necessário e vendável, que nem sempre resultará em venda, os produtores não têm como saber todas as reais necessidades do consumidor.

As seguidas crises fizeram com que o liberalismo repensasse sua teoria e, posteriormente, com John Maynard Keynes, adotasse uma postura de aceitar a intervenção do Estado como regulador da economia, para que o mercado não provocasse novas crises. Recentemente, o liberalismo se reformulou e adotou a ideia de “Estado Mínimo”, garantidor de alguns itens como segurança e garantia da propriedade, deixando o restante da atividade econômica a cargo da iniciativa privada. Por conta dessa ideia, explica Paim (2007), empresas estatais do mundo inteiro foram privatizadas em um período da história conhecido como neoliberalismo.

Entretanto, para efeitos de nossa tese, convém entendermos somente como o liberalismo se propagou no RS no período republicano que vai até a subida de Getúlio Vargas ao poder federal, que coincide com uma das maiores crises do capitalismo mundial, a de 1929, que se iniciou com a queda das ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Dois gaúchos se destacaram na difusão do liberalismo no RS: Gaspar Silveira Martins e Joaquim Francisco de Assis Brasil. Buscamos comparar as ideias liberais clássicas desses dois pensadores, mostramos como seus fundamentos foram utilizados para criticar o positivismo e o castilhismo em diversos pontos.

Um desses pontos ressaltados por Assis Brasil é a demasiada concentração de poderes no executivo, razão pelo qual chamava de despótico o regime de Júlio Prates de Castilhos. Nossa personagem considerava que no RS não havia regime constitucional, pois o poder executivo exercia também as funções do legislativo e ainda dominava o judiciário. Isso ia contra a divisão de poderes postulada por Montesquieu. Rodriguez (2000) reproduz o pensamento de Assis Brasil acerca da concentração dos poderes nas mãos do poder executivo.

A situação é mais grave, ainda, diz Assis Brasil, quando se tem em conta que os representantes à Assembleia do Estado não gozam do poder de legislar, mas têm simplesmente funções orçamentárias. [...]

O Presidente, continua o liberal gaúcho, exerce também de direito e de fato o Poder Judiciário. Enquanto na maioria das nações livres o Ministério Público é indicado pelas autoridades judiciais superiores, [...] no Rio Grande do Sul o artigo 60 da Constituição atribui ao Presidente a nomeação dos membros do Ministério Público. Assim, se os promotores querem conservar-

se nos cargos devem converter-se em instrumentos do despotismo legal imperante. (RODRIGUEZ, 2000, p. 196).

Além dessas críticas, Assis Brasil condenava o sistema eleitoral, criado para votar sempre os membros da elite, diferente do que propunha o ideário liberal. Assim, em vez de eleger representantes para defender seus interesses, o eleitor estaria atrelado a uma máquina eleitoral que conduziria, sempre, ao poder, a mesma minoria. Assis Brasil deixava claro duas premissas para evitar o despotismo, ou seja, “governo de um só é o que se chama despotismo”, afirmava Assis Brasil (1931, p. 330): a representação do povo e o controle do poder por parte do mesmo. Para esse pensador, o voto e a eleição direta seriam formas genuínas da representatividade do povo. Essas premissas estão evidentes na literatura produzida por nosso personagem e, notadamente, são registradas no programa do Partido Libertador, publicado em 1928.

Entendia Gaspar Silveira Martins que o povo é soberano para a escolha de seus representantes através da delegação de sua soberania. Então, a eleição direta e a liberdade de voto constituíam-se a base fundante da representatividade. Reivindicava o aumento da representação na província do RS, na qual levasse em conta a quantidade de sua população.

A liberdade constituía, para Assis Brasil, uma exigência também no plano econômico. A educação e a riqueza de um povo estão em relação proporcional com a sua liberdade. “Dá-me um povo educado e rico e eu respondo pela sua liberdade, e felicidade”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 33). Assim é que se pode combater o perigo da tirania nas sociedades democráticas.

No trecho abaixo, verifica-se o ideal liberal nas palavras de Assis Brasil. Em sua análise Rodriguez (2000) complementa a ideia assisista:

Um governo que promove a educação e a riqueza da população estará poupando os gastos relativos à força pública para exercer a tutela oficial, porque a sociedade saberá para onde marcha. Dispensará, também, o protecionismo exagerado para as indústrias, pois o povo terá iniciativa na criação da riqueza. (RODRIGUEZ, 2000, p. 189).

Um sistema opressivo como o castilhistas, afirmava Assis Brasil (1928), não poderia se manter no seio de quaisquer povos ricos e educados, pois a educação seria condição necessária para o funcionamento de um governo representativo, no qual os cidadãos participassem das eleições e da atividade legislativa, pois somente povos ignorantes deixam que outros elejam e legislem por eles.

Do ponto de vista econômico, também o liberalismo encontra ressonância nas palavras de Gaspar Silveira Martins, que combatia todas as formas de protecionismo econômico e de monopólio estatal da economia, pois considerava tais medidas como um atentado à liberdade dos cidadãos, bem ao gosto do ideário liberal, como mostra o trecho abaixo retirado de Rodriguez (2000). Antes, lembramos que Gaspar Silveira Martins também reivindicava legislação fiscal específica à província do RS.

Efetivamente, a partir da produção cada um deve assegurar sua liberdade mediante uma equitativa movimentação da riqueza; para isto, é necessário que o comerciante fosse ponte entre o produtor e o consumidor, garantindo desta forma a sua propriedade privada, assim como a do produtor e a do consumidor. Por isso, a liberdade de comércio deve ser irrestrita, com a condição de que se assegure o crédito público. A intervenção do governo central na economia das províncias, ainda que feita de forma indireta, é negativa para a liberdade dos cidadãos, porque paralisa o comércio e, portanto, a riqueza. (RODRIGUEZ, 2000, p. 190).

Efetivamente, a doutrina liberal é aqui reproduzida na sua mais autêntica interpretação com base nas ideias do economista liberal Adam Smith de que a sociedade encontra seu ponto de equilíbrio quando todos têm acesso à produção da riqueza, pois somadas as riquezas produzidas por todos, dentro da mais absoluta liberdade, é que se constrói um país forte.

Na sequência, propomos entender os princípios da fisiocracia e sua influência no pensamento político-econômico da República Velha, em especial, de Assis Brasil.

3.3 Fisiocracia

Os denominados fisiocratas foram os primeiros economistas da sociedade moderna, afirma Karl Marx (1978). Tal assertiva nos dá a dimensão de sua importância na fundação desta disciplina do conhecimento humano, mostrando que esses pensadores foram os primeiros a analisar os diversos elementos materiais presentes na relação econômica, dentre os quais o capital e o trabalho. Os fisiocratas, no entender de Marx, concebiam as formas de produção como fisiológicas e inerentes à sociedade, impostas pela necessidade natural de produção, entendendo que tal necessidade estava associada às leis materiais de uma determinada sociedade.

Além desta análise dos elementos materiais de que compõem o capital no processo de trabalho, os fisiocratas determinam as formas que o capital

assume na circulação (capital fixo, capital circulante), assim como as relações existentes entre o processo de circulação e o processo de reprodução. (MARX, 1978, p. 36).

Ainda que Marx tenha feito severas críticas aos fisiocratas, reconhecia o valor dos pensadores que esboçaram as primeiras leis econômicas centradas na ideia de uma economia que ocorria naturalmente a partir do desenvolvimento econômico centrado na agricultura. Expunha Marx (1978, p. 2) que: “Os fisiocratas entendiam que a sociedade era regida por uma ordem natural, ou seja, por um conjunto de leis naturais, que os homens poderiam apreender pelo uso da natureza”.

Nas concepções da fisiocracia, Cardoso (1966) esclarece que:

[...] existe uma ordem natural e essencial à qual estão sujeitas as convenções sociais, e é esta ordem que assegura aos homens reunidos em sociedade o gozo de todos os seus direitos, mediante a observância de todos os seus deveres. A submissão exata e geral a esta ordem é a condição única que permite todos esperar e merecer a participação em todas as vantagens que a sociedade pode proporcionar a si mesma. (CARDOSO, 1966, p. 50).

A palavra fisiocracia, afirma Kuntz (1982), pode ser traduzida como governo da natureza, pois havia entre esses economistas a ideia de que a economia era regida de forma consciente a princípios necessários da ordem mais perfeita, da teoria sobre o uso e a produção da riqueza.

Um dos principais representantes do pensamento fisiocrata foi o francês François Quesnay (1649-1774) que defendia a existência de um poder natural em ação nas sociedades, o qual não deveria ser contrariado por leis e regulamentos. Para ele, o capitalismo agrário, associado ao consequente aumento da produção agrícola, seria a única solução viável à geração de riquezas para uma nação. Em sua *Análise do Quadro Econômico* expunha que transitavam dentro do sistema econômico três classes: a produtiva, a proprietária e a estéril, assim explicadas:

A classe produtiva é a que faz renascer, pelo cultivo do território, as riquezas anuais da nação, efetua os adiantamentos das despesas com os trabalhos da agricultura e paga anualmente as rendas dos proprietários das terras. [...] A classe dos proprietários compreende o soberano, os possuidores de terra e os dizimeiros. Essa classe subsiste pela renda ou produto líquido do cultivo da terra, que lhe é pago anualmente pela classe produtiva, depois que esta descontou, da produção que faz renascer cada ano, as riquezas necessárias ao reembolso de seus adiantamentos anuais e à manutenção de suas riquezas de exploração. [...] A classe estéril é formada por todos os cidadãos ocupados em outros serviços e trabalhos que não a agricultura, e cujas despesas são pagas pela classe produtiva e pela classe dos proprietários, os quais, por sua vez, tiram suas rendas das classes produtivas (QUESNAY, 1996, p. 211).

Explica Kuntz (1982) que essa classificação constitui o ponto mais polêmico e menos compreendido da teoria fisiocrática, uma vez que torna implícita a ideia de que toda a sociedade está na dependência da agricultura – chamada por eles de produtiva. As outras classes – a proprietária e a estéril – não seriam responsáveis pela produção e, portanto, subordinadas às suas leis. Afirma Quesnay:

Continuamente tomam-se a agricultura e o comércio como as duas fontes de nossas riquezas; o comércio, bem como a manufatura, não passa de um ramo da agricultura; mas a manufatura é muito mais difundida e muito mais considerável que o comércio. Essas duas ocupações subsistem somente pela agricultura. É a agricultura que fornece a matéria para a manufatura e para o comércio e paga uma e outro; mas esses dois ramos restituem seus ganhos à agricultura, que renova as riquezas despendidas e consumidas cada ano. Com efeito, sem os produtos de nossas terras, sem as rendas e as despesas dos proprietários e dos cultivadores, de onde nasceria o lucro do comércio e o salário da mão de obra? A distinção entre comércio e a agricultura é uma abstração. Apresentando apenas uma ideia imperfeita e que seduz os autores que escrevem sobre essa matéria, mesmo os que têm a direção, os quais ligam ao comércio produtivo o comércio interno, que não produz nada, que serve à nação e é pago por esta. (QUESNAY, 1996, p. 289).

Em publicação posterior, Kuntz (1984) traduz a ideia de Quesnay de que a atividade rural é a única verdadeiramente produtiva porque somente ela pode gerar um excedente, somente ela pode produzir mais do que gasta para isso. Explica o autor que, ao excedente, os fisiocratas chamavam de produto líquido que se transfere como rendimento aos proprietários, sob as formas de aluguel, dízimo e imposto. Nesse sentido, Quesnay compreende que os trabalhos da agricultura são compensadores de gastos, pagam a mão-de-obra da cultura e possibilitam ganhos aos lavradores. Além disso:

[...] produzem os rendimentos dos bens territoriais. Quem compra os trabalhos da indústria paga as despesas, a mão-de-obra e o ganho dos comerciantes, mas esses trabalhos não produzem, além disso, nenhum rendimento. Assim, todas as despesas dos trabalhos da indústria só se tiram dos bens territoriais, pois os trabalhos não produtores de rendimentos só podem existir pela riqueza de quem os paga. (QUESNAY, 1996, p. 290).

Nesse entendimento, o comércio e a manufatura somente sobrevivem porque existe a atividade rural, capaz de lhes fornecer a matéria-prima com que trabalham. “Com efeito, sem os produtos de nossas terras, sem os rendimentos e despesas dos proprietários e dos cultivadores, donde surgiriam o lucro do comércio e o salário da mão de obra”, explica Kuntz (1982, p. 22). No trecho abaixo, o autor discorre como

os outros setores da economia, segundo o pensamento fisiocrata, dependem dos excedentes da agricultura.

Só pode haver um setor não-agrícola se houver um excedente agrícola, isto é, se os agricultores produzirem mais que o necessário à sua vida e à manutenção de sua atividade. Assim, quanto maior a atividade rural, ou seja, quanto maior o produto por trabalhador empregado no campo, tanto mais poderá desenvolver-se a economia urbana. (KUNTZ, 1982, p. 22).

Desse pensamento é que entendemos a origem das premissas usadas por Francisco Joaquim de Assis Brasil para desenvolver suas ideias a respeito do desenvolvimento econômico com base na agricultura.

Da terra nos vem tudo e cuidar da terra como deve ser cuidada é o primeiro dever não só do homem, senão e principalmente dos administradores, desses que têm nas mãos as rédeas do governo, Quando mais um administrador, um governo, se preocupa em fazer produzir a terra, de dar o bem-estar ao homem, ao lavrador, de admirá-lo mesmo, de respeitá-lo, porque é mais digno de respeito do que ninguém, mais, tanto mais, esse administrador, político ou governo, merece os meus aplausos. (CORREIO DO POVO, 1911).

Os fisiocratas inverteram a lógica que considerava a agricultura como um símbolo da miséria e do atraso, conferindo-lhe importância ímpar, como fornecedora de insumos indispensáveis à vida em sociedade e ao fomento da economia estatal. Daí a influência do ideário fisiocrata no pensamento dos economistas clássicos como David Ricardo (1772-1823) e Adam Smith (1723-1790). O primeiro citado concebia a eficiência da agricultura como fator condicionante de toda a economia de uma nação. Nessa concepção, defendia que o resultado da produção agrícola “afeta não só o valor dos insumos industriais, mas também a folha de salários, aumentando ou diminuindo o custo dos alimentos. Isso se reflete na taxa de lucros, no investimento líquido e, em consequência, no ritmo de expansão da economia capitalista”, explica Kuntz (1982, p. 22).

Para Marx (1978), Adam Smith extraiu dos fisiocratas parte de sua teoria econômica, notadamente nas relações existentes entre o processo de circulação e de reprodução das mercadorias, modificando algumas denominações e explicando o processo econômico de maneira mais clara.

Também Marx (1978) reconhece o valor dos fisiocratas quando esses estabelecem a ideia de que o único trabalho produtivo é aquele que cria mais-valia, ou seja, o produto é vendido com um valor maior do que a soma dos valores

consumidos durante a sua produção. Contudo, lembramos que os fisiocratas não utilizam o termo mais-valia, o qual aparece no corpo teórico marxista.

Outro ponto importante a ser analisado na teoria fisiocrata diz respeito ao papel da educação na produção e transformação econômica. Nesse aspecto o corpo teórico, produzido por Anne Robert Jacques Turgot (1727-1781) e Pierre Samuel Dupont de Nemours (1739-1817), foi mais profícuo. Esses fisiocratas concebiam que as mudanças econômicas de um país são resultantes das transformações na política e nos métodos de educar os cidadãos. Defendiam que a população agrícola se torna mais eficiente quando há instrução direcionada ao ofício a que se emprega. Para tal, há necessidade da instrução pública, concebida como uma medida necessária para garantir que o conhecimento acumulado ao longo do processo civilizatório do ser humano se expandisse entre os agricultores. Pierre Samuel Dupont de Nemours deixou relevantes contribuições para as reflexões sobre a educação moderna. Esse pensador punha-se em defesa de uma educação simples, ao mesmo tempo moral e filosófica, a fim de ensinar técnicas da agricultura e do artesanato à juventude.

Pressupomos que foi a partir das premissas educacionais defendidas pelos fisiocratas que Assis Brasil preconizou a necessidade de investir na formação das pessoas para o progresso da nação. Na defesa desse pressuposto, analisamos, brevemente, algumas passagens da vasta publicação de Assis Brasil. Lembramos que, em nossa tese, posteriormente, retornaremos a discutir parte dessa temática.

Rocha, Almeida e Marchiori (1995, p. 39) expõem que Assis Brasil considera o binômio educação-riqueza passível de incrementar a prosperidade para o indivíduo e para a nação, através do trabalho “persistente, contínuo, corajoso para vencer os tropeços do caminho, confiante no resultado final”. Afinal, se a terra é um lugar em que o homem trabalha e se, para o êxito desse trabalho ele precisa de educação, que, nesse caso, vai além do simples alfabetizar-se, significa “aptidão para fazer produzir”, o que requer maior empenho dos governantes, maior cota possível das receitas do Tesouro destinada ao inadiável problema educacional, uma verdadeira “questão de vida ou morte”, defendia Assis Brasil (1916, p. 15-6).

Brossard (1989) em sua coletânea de texto *Assis Brasil, o fisiocrata*, reproduz uma publicação do *Correio do Povo*, jornal porto-alegrense, de 1911, em que Assis Brasil aborda o binômio educação-riqueza, e se põe em defesa da necessidade de educação para o povo, notadamente, ensino público, a partir da compreensão de que sem educação e riqueza não há liberdade.

Em 1917, no Teatro Municipal de São Paulo, em Conferência para a Liga da Defesa Nacional, nosso personagem questiona: “Será o Brasil um país educado? Creio que é, pelo menos um país culto. [...] O Brasil sai-se bem da prova que mais me agrada no julgamento de coisas e de homens: o Brasil é melhor nas camadas profundas que nas superficiais. [...] O Brasil é realmente um país educado”. Mais adiante, em sua fala defendeu claramente educação pública, financiada pelo Estado, a partir da concepção de que a educação não é gasto é ganho. Na sequência, Assis Brasil aconselhou aos detentores da autoridade que não se detenham ante

[...] o emprego de todos os meios financeiros, recursos ordinários ou crédito, que saquem sobre o futuro, sobre a fome e a sede, a fim de que se implante essa condição sem a qual não há nada – nem finanças, nem produção, nem mesmo bom governo, sejam quais forem as boas intenções dos que o exercem, porque o governo é sempre um fruto do ambiente em que opera e há de exibir as boas e as más qualidades do povo donde nasce. (ASSIS BRASIL, 1917).⁷⁹

Pelo fato de nosso personagem seguir fiel aos princípios fisiocratas educação-riqueza-agricultura, no entender de Aita (2006^a, p. 153) Assis Brasil se comporta como um “educador político moderno”. Ao adotar o conceito de educação para todos, educação pública, afirma a autora, Assis Brasil “toma para si a tarefa de iniciar o cidadão ao exercício da escolha coletiva”. Com tal pensamento, busca compensar os “deslocamentos da liberdade” – da zona de iniciativa individual à zona de decisão coletiva – a fim de fazer participar o maior número possível de indivíduos na discussão e na decisão da “coisa pública”. Na compreensão sobre o que expõe como exercício da escolha coletiva, Assis Brasil mostra um rasgo de originalidade em sua defesa acerca da participação política e da posse da terra.

Detemo-nos nas questões relativas à da terra, berço da agricultura, discutidas amplamente na teoria fisiocrata. Assis Brasil trata dessas questões, com abordagens sobre a posse, o uso e os cuidados necessários à exploração agrícola bem-sucedida. Nosso personagem defendia a posse monopólica da terra, não exatamente o monopólio de grandes extensões territoriais para a pecuária extensiva, caso do RS. Propuza-se, então, a produzir em igual proporção “uma quadra, uma légua”.

Para explicarmos a concepção de Assis Brasil sobre a posse monopólica da terra no contexto socioeconômico do país e do RS aproximamo-nos da teorização

⁷⁹ Trecho retirado de as *Ideias da Pátria*. In: BROSSARD, Paulo. (Org.) **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 517-20.

de Marx (1982; 2008). Compreendemos que a terra originalmente é um bem natural, não um bem de capital, que só adquire valor de troca à medida que incorpora trabalho social, ou seja, à medida que é explorada pelo homem para dela extrair sua subsistência. A posse e a exploração transformam a terra em um bem apropriado privadamente determinado pelo seu valor de troca no mercado. Assim entendido, a terra passa a ser, ao mesmo tempo, condição de produção do capital e condição de vida do trabalhador. Marx (1982, p. 207) explica claramente que o valor de troca é propriedade das coisas, e riqueza, ou seja, o valor de uso é propriedade do homem. “Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não. Riqueza (valor de uso) é um atributo do homem, valor um atributo de mercadorias”. Ainda, Marx (2008) critica os fisiocratas que deslocaram o valor excedente, da circulação, para a esfera da produção e, com isso estabeleceram uma forma determinada de trabalho com criadora de riqueza: a agricultura. Nessa nova forma, afirma:

[...] próprio objeto não aparece sob o disfarce do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado geral do trabalho. Mas esse produto, de acordo com as limitações da atividade, é sempre um produto da natureza, um produto da agricultura, um produto da terra *par excellence* [por excelência]. (MARX, 2008, p. 262).

Esse produto da terra/natureza, ao gerar o excedente – já explicado em Kuntz (1984) – também gera riqueza para o homem do campo, o que, por conseguinte, viabiliza a promoção de seu bem-estar. Contudo, é preciso que o homem disponha de terra para cultivar: a posse monopólica seria uma solução para que o homem do campo pudesse retirar dela sua sobrevivência e seu excedente.

Com tais considerações encerramos nossa abordagem sobre as teorias que influenciaram o pensamento gaúcho na República Velha. Seguimos com a trajetória político-diplomática de Joaquim Francisco de Assis Brasil.

3.4 A Trajetória Político-Diplomática de J. F. de Assis Brasil

Joaquim Francisco de Assis Brasil foi um homem além do seu tempo, um visionário para a época. Militante político em defesa da República, da democracia e da federação, pensador preocupado com o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Assis Brasil nasceu em 29 de julho de 1857, na Estância São Gonçalo, na época, município de São Gabriel, atualmente município de Cacequi. Parte de sua trajetória pessoal e pública é encontrada na publicação de Rocha, Almeida e Marchiori (1995), da qual retiramos algumas datas consideradas essenciais para compormos parte de sua trajetória política e diplomática.

Em 1874, ao fazer o curso preparatório para o ensino superior, em Porto Alegre, Assis Brasil conheceu o futuro amigo, mais tarde seu opositor político, Júlio de Castilhos. Ambos participaram ativamente do Grêmio Literário “Fraternidade-Escola” e se tornaram colaboradores da revista *Aurora Literária*. Na época, os dois tinham forte identificação quanto à política e o mesmo gosto pelo estudo severo,

[...] pela análise metódica dos fatos, pela indagação das graves questões sociais e a mesma vocação para divulgar, através da imprensa, a inflexível diretriz da ordem, construção e liberdade que, se vitoriosa, daria ao Brasil a Federação e a República. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 39).

Em 1878, Assis Brasil ingressou na Faculdade de Direito, no Estado de São Paulo, e encontrou ali elementos suficientes não só para a sua formação profissional jurídica, mas para ampliar sua cultura geral, interessado que estava em discutir concepções filosóficas, sociológicas, literárias e históricas. Foi nessa instituição, foco do pensamento positivo, que desabrochou para a política, política estudantil.

[...] Tinha o espírito aberto e informado. Preciosas influências enriqueceram a definição rápida de uma identidade a que cedo madrugou na captação das necessidades políticas e sociais do Brasil. Graças a isso, o jovem acadêmico anteviu, com segurança e realidade, o seu tempo e o seu lugar e preparou-se para atuar: participou da organização de clubes republicanos, da fundação de jornais e revistas de propaganda republicana, fez conferências e escreveu livros. Defendeu a Federação e apontou caminhos para o Rio Grande do Sul marcar expressiva força no cenário político nacional. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 39).

Como já dito, naquela época, a posição econômica do Rio Grande do Sul era periférica, cuja produção voltava-se para o abastecimento do mercado interno do Estado e brasileiro. Apesar de ser considerado o “celeiro do Brasil”, o poder político concentrado na aristocracia latifundiária de São Paulo, criava dificuldades para o RS valorizar seu principal produto, o charque. Assim, o que Assis Brasil começou a pregar era uma posição de não subordinação política do RS ao centro do País.

Muitas das ideias de Assis Brasil foram forjadas na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual encontrou o ambiente certo para debater alternativas para o RS

e para o Brasil. A sólida formação intelectual teve início em conjunto com outros jovens republicanos que viriam a governar o RS na República Velha.

Com seu espírito aberto, dinâmico e de liderança intelectual, ele se faz notar entre seus colegas rio-grandenses que lá estudavam pela defesa de uma nova posição de seu Estado: ele queria um Estado não subordinado aos interesses do centro do país. Enquanto estudante, ele participa da fundação do Clube Republicano de Porto Alegre, em 29 de junho de 1878. Ao lado de outros alunos da faculdade oriundos como ele do sul do país – Júlio de Castilhos, Barros Cassal, Antão de Faria –, luta contra o tratamento desigual que a política imperial impunha ao Rio Grande do Sul e a outras Províncias. (WEISS, 2010, p. 103).

Essa passagem evidencia que nascera ali um líder, um homem de ideias, um pensador a serviço do RS. Weiss (2010) comenta que já naquela época Assis Brasil defendia um ideal federativo como organização capaz de manter a unidade brasileira e elevar o RS à categoria de Estado promissor, que participasse ativamente da economia nacional. Nosso personagem punha-se em defesa de uma ordem política democrática, progressista e renovadora, capaz de propiciar o bem-estar para todos, não somente para a elite dominante. Apesar de ter sua origem na elite fazendeira, seus ideais estavam a serviço de todo o povo sul-rio-grandense, pois entendia que uma nação somente seria forte se o seu povo tivesse condições de viver bem.

A partir de seu contato com colegas e com o conhecimento, Assis Brasil ingressou no movimento de transformação do sistema monárquico brasileiro para o republicano, antevendo o que iria acontecer com o país a partir de 1889. Na época, em constantes e acentuadas crises, o regime monárquico brasileiro era considerado um anacronismo para o país. Weiss (2010) expõe parte do que chamou de desmandos do Império.

[...] Os ministérios se sucediam, mostravam-se fracos ou incapazes, ou sem iniciativas para atender as necessidades das reformas que, a cada dia, se tornavam mais e mais necessárias e urgentes. [...] O fato é que, nos nove anos que vão de 1880 à queda da monarquia, estiveram presentes no poder dez governos, representando pontos de vista diversos ou opostos. Nos mesmos nove anos sucederam-se quatro legislaturas. (WEISS, 2010, p. 104).

O trecho acima mostra que a situação do Império era insustentável e isso fazia com aqueles que se interessavam pela luta política tomassem partido para ir a busca da mudança: república, estado federal e sistema de governo presidencialista ou parlamentarista, eis a questão.

Lembrarmos que as Faculdades de Direito da época eram uma espécie de centro formador de ativistas; com Assis Brasil não foi diferente. O jovem acadêmico sentiu que chegara a hora de participar de um momento histórico e definitivo para os rumos do país e do RS. Em termos de Brasil, como possível solução para os graves problemas sociais e econômicos que a nação enfrentava, o que se antevia era a transformação do regime político, de monárquico para republicano, e o fim da escravidão. Em termos de RS, o estabelecimento do Estado Federal seria a possibilidade da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul deixar de ser considerada uma periferia para estar no centro das decisões políticas do país.

No entanto, apesar de conviver com os simpatizantes do positivismo e engajar-se na luta pela República, não partilhava de todos os seus ideais. Esse comportamento foi decisivo para que houvesse o posterior rompimento de Assis Brasil com o grupo de Júlio Prates de Castilhos. Esclarece Weiss (2010) que Assis Brasil tinha concepções claras de um projeto de sociedade almejada, realista e progressista. No entanto,

[...] naquele mundo de liberais e de escravistas que encenavam o drama republicano, ele manteve-se fiel aos princípios liberais, mesmo quando isso significou colocar-se na oposição a seus velhos camaradas de partido, principalmente aqueles pertencentes ao grupo positivista que lideravam a luta republicana no Rio Grande do Sul. (WEISS, 2010, p. 105).

O primeiro trabalho escrito por Assis Brasil, sob o título de *História da República Rio-Grandense*, foi publicado nessa época e tinha como objetivo explicar os motivos da Revolução Farroupilha (1835-1845), através da descrição dos usos e costumes do povo e do Estado do RS. Nessa obra, seu autor faz uma releitura singular dos acontecimentos, causas e consequência da Revolução, adota uma postura científica com base em pesquisa bibliográfica para sustentar suas inferências. Então, como descreve Weiss (2010, p. 107), desvela-se “um jovem autor apaixonado pela causa republicana encontra na epopeia farrapa o lugar mítico para fundar certa causa republicana do sul rio-grandense”.

Comentam Rocha, Almeida e Marchiori (1995) que, em 1878, o grupo sul-rio-grandense de estudantes de Direito, do qual Assis Brasil era componente, fundou o Clube Republicano de Porto Alegre, que se constituiu no início da arrancada efetiva da organização político-partidária no Rio Grande do Sul. O grupo fundador constituía uma geração desejosa de participar, de intervir na vida política do Brasil, cultivar

interesses semelhantes como filosofia, patriotismo e amor ao RS, debater temas como democracia, república e federação, assevera Weiss (2010).

No trecho abaixo, percebemos que os principais componentes do referido grupo seriam os futuros dirigentes do Estado durante a República Velha.

Os partidários do ideal político federativo como organização única capaz de manter a união brasileira, mediante um desenvolvimento harmônico de suas unidades administrativas, já estavam em ação – Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Ernesto Alves, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão de Farias, entre tantos outros. Julgavam eles que não eram hábitos nem educação diferentes o que caracterizava a desigualdade, mas o tratamento político desigual que marginalizava o Rio Grande do Sul: altas taxas cobradas pelo governo central, preços altíssimos dos transportes marítimos e ferroviários, concorrência de outros centros de produção de charque com o produto gaúcho, dependência das necessidades geradas pelo mercado interno. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 40).

Em 1879, já no segundo ano de faculdade, Assis Brasil foi convidado a proferir uma série de conferências no Rio Grande do Sul, cujos temas, preferencialmente, eram a Federação e a República, temas esses defendidos como solução às mudanças políticas necessárias para atender as novas necessidades da sociedade brasileira e para consagrar a autonomia do RS. Lembramos que a forma de expressão preferida pelo nosso personagem era por meio da publicação de seus escritos, participação em conferências e debates.

Ainda em 1879, Assis Brasil e Júlio de Castilhos fundaram o periódico quinzenal *A Evolução*, que tinha por objetivos defender a democracia, propagar a república, estudar as questões literárias e buscar a harmonia com a modernidade artística, valorizar a educação e promover justiça. Assis Brasil era exímio redator. Seus textos versavam sobre doutrina política, sociologia e crítica literária. Era, pois, considerado um dos ensaístas da Primeira República do RS; um homem de letras, diplomata de profícuas ideias políticas, afirma Franco (2006).

Não raro, a colaboração de Assis Brasil expressava-se, também, em versos. Desde jovem, teve a preocupação de bem escrever e, em suas Memórias, iniciadas e não completadas, testemunha ter aprendido com o pai a fazer a apreciação dos textos literários. Praticamente, todos os livros da vastíssima biblioteca que acabou formando em Pedras Altas registram, em suas páginas, comentários, anotações e, até mesmo, correções feitas por Assis Brasil. Algumas observações são tão profundas e inquisitivas que forneceriam material de alto interesse de estudo e análise. É o caso, por exemplo, das anotações feitas em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Ainda em 1938, um pouco antes de morrer, fez registros na obra *O decênio farroupilha em São Gabriel*, que evidenciam não só a permanência de um hábito de tantos anos, como a lucidez de espírito, que lhe foi uma constante durante toda a vida. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 42).

Outro jornal que teve a colaboração de Assis Brasil foi *A República*, órgão de imprensa do Clube Republicano de São Paulo, através do qual este já se revelava como doutrinador, tanto pela força dos argumentos como pela lógica das análises políticas que fazia. Em 1881 lançou o livro *A República Federal*, por meio do qual explica, de forma doutrinária, as ideias de um Brasil republicano e federativo.

Após terminar os estudos, Assis Brasil voltou ao Rio Grande do Sul e passou a participar da luta política em prol da república. Ajudou a fundar, em 1882, o Partido Republicano Rio-Grandense que assumiria o controle do governo estadual durante a Primeira República. Esse partido se tornaria o porta-voz do movimento republicano, através do jornal *A Federação*. O primeiro exemplar desse jornal foi lançado em 1884. Explicam Rocha, Almeida e Marchiori (1995) que o jornal tinha tiragem diária e enfrentava sérias dificuldades financeiras, que requeriam contribuições, em espécie monetária, advindas de seus fundadores e redatores. Não obstante,

[...] chegou a ser a folha de maior circulação do Estado do Rio Grande do Sul e, embora editada em local tão distante da corte, do centro para onde refluíam todas as expectativas políticas, foi julgada, no consenso dos próprios adversários, como um jornal doutrinário de primeira grandeza. [...] Assis Brasil usava nos seus artigos de uma argumentação clara e honesta, de ideias simples e precisas, para que golpes certos atingissem a Monarquia e a fizessem a mentalidade nacional à esperança de uma nova ordem social e política. (ROCHA, ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 48).

Com o apoio do Clube Republicano Rio-Grandense, Assis Brasil lançou o livro *História da república rio-grandense*, em que procurou explicar as causas que levaram os gaúchos a constituir-se em uma república independente, tais como as circunstâncias físicas, plasticidade da população, hábitos e tendências, alimentação, indústria, contato com os vizinhos platinos, formação histórica pastoril e guerreira, que eram características das relações entre a província e o império.⁸⁰ Em 1885, foi eleito Deputado Provincial, destacando-se na Assembleia pela defesa da abolição da escravatura e institucionalização da república no país. Nesse mesmo ano, surgiu o jornal *Precursor*, dirigido por Assis Brasil, tendo como redatores Fernando Abbott, Tito Prates da Silva e Manuel Pinto da Costa Brandão Júnior. Essa folha teve vida curta, “mas enquanto existiu, manteve alto nível jornalístico na defesa doutrinária da excelência republicana”, afirma Aita (2006a).

⁸⁰ Foi a essa obra que recorreremos para expor a concepção social de Assis Brasil – patrão-peão-natureza – na composição de seu projeto de desenvolvimento socioeconômico para o RS.

Em 1886, Assis Brasil elegeu-se novamente Deputado Provincial pelo Partido Republicano Rio-grandense. O ano seguinte, em 1887, mostrou uma fase mais ativa da propaganda republicana, pois crescia a ideia da abolição da escravatura e da proclamação da República em todo o país. No debate sobre o novo regime que estava por vir, começaram suas primeiras divergências com Júlio de Castilhos.

Assis Brasil reforçou suas propostas de que a instituição da República se fizesse, sob a forma federativa, englobando toda a nação brasileira. Em sua argumentação, repudiava a ideia de separatismo como doutrina, só admitindo a secessão como recurso temporário e extremo para alcançar-se o ideal federalista. Na oportunidade, encontrou Júlio de Castilhos defendendo uma posição contrária à sua e sugerindo que a comissão executiva do partido ouvisse as demais Províncias e fizesse um pronunciamento público, no sentido de deixar claro que a secessão, quando se impusesse, não seria combatida pelo Partido Republicano Rio-Grandense, que não repelia a ideia de fragmentação territorial enquanto meio de consecução das aspirações federativas. A gravidade da divergência criou um verdadeiro impasse. As propostas tiveram de ser retiradas e proteladas, como forma de conciliação entre os congressistas. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 51).

Aqui aparece uma divergência importante com Júlio de Castilhos, pois esse defendia as pequenas pátrias, ideia positivista que consagrava a autonomia.

Em 1888, os republicanos gaúchos, reunidos, lançam um manifesto, no qual ficou evidente a necessidade de unir a oposição contra um novo reinado, ao mesmo tempo em que era necessário organizar a resistência para garantir o sucesso da mudança de regime que estava por vir. A República foi proclamada no ano seguinte, através do Marechal Deodoro de Fonseca. Com a queda do Império, em 1889, Assis Brasil foi convidado, pelo Presidente Deodoro da Fonseca, a assumir o cargo de Ministro Plenipotenciário junto ao governo argentino do Presidente D. Miguel Celman. Em 1891, foi eleito deputado da Assembleia Constituinte, no mesmo ano em que Júlio de Castilhos aprovou a Constituição Estadual, de sua autoria, com base no sistema de política positiva. Indignado, Assis Brasil rompe com seu amigo e partidário. Com tal Constituição, asseveram Rocha, Almeida e Marchiori (1995, p. 55), “Júlio de Castilhos implanta no Estado a “ditadura científica”, fornecendo instrumentos legais para o controle ininterrupto do poder, por parte do Partido Republicano Rio-Grandense”. A despeito, nesse ano, como deputado republicano pelo RS, participou na elaboração da Carta Magna brasileira e lançou o manifesto intitulado *Assis Brasil aos seus concidadãos* que, como afirmam Rocha, Almeida e Marchiori (1995), registrava sua discordância em relação a muitos princípios já consagrados pela Constituição Estadual, o repúdio ao golpe de Estado de Deodoro

da Fonseca, ocorrido em novembro de 1891, considerando-o de repúdio à ditadura como causa nacional, e mostrava sua atuação frente à Junta Provisória que assumiu o governo do Estado quando da renúncia de Júlio de Castilhos, fato esse já referido.

[...] seria o momento em que J. F. de Assis Brasil assumiria, definitiva e irrevogavelmente, sua condição de defensor dos princípios liberais clássicos, extraídos da filosofia política iluminista. Estava oficializada a discórdia, que não mais conheceria trégua, entre os dois republicanos históricos que lançaram as bases doutrinárias da República rio-grandense. (AITA, 2006a, p. 58).

Registramos, abaixo, parte do manifesto *Assis Brasil aos seus concidadãos* em que o autor assume sua discordância com Júlio Prates de Castilhos. Indagava o rumo que tomou sua relação pessoal e político-doutrinária a quem dedicava apreço, deixando claro seu descontentamento com o ter doutrinário da Constituição do RS. Vejamos:

[...] Eu desde muito estava politicamente separado do Dr. Castilhos. Ele sabia disso tão bem como eu e todo o mundo. [...] Ele sabia que eu estava em desacordo com o seu procedimento e com a sua doutrina: com o seu procedimento, desde a eleição a que se impôs o general Deodoro e que deu em resultado a situação insustentável, puramente artificial, exclusivamente oficial, que se criou no Rio Grande; com a sua doutrina, desde que tive conhecimento da extravagante mistura de positivismo e demagogia contida no projeto de constituição para este Estado, projeto de cuja redação eu também fôra oficialmente encarregado, mas que foi exclusivamente composto pelo Dr. Castilhos, sem a minha colaboração, sem a minha assinatura, sem a minha responsabilidade [...]. (BROSSARD, 1990, p. 230).

Em 1892, durante o período do governo da Junta Provisória, Assis Brasil aliou-se a Gaspar Silveira Martins na fundação do Partido Federalista, mas desistiu da carreira política e voltou a ser diplomata em Buenos Aires, Argentina. O ano seguinte, 1893, marca a ascensão de Júlio Prates de Castilhos ao poder, irrompe a Revolução Federalista e Assis Brasil publicou *Democracia Representativa – do voto e do modo de votar*. Dentre as obras que nosso personagem publicou, essa foi

[...] considerada a melhor redigida. O convívio com intelectuais portugueses como Eça de Queirós teria contribuído para isso, no dizer de muitos familiares e conforme depoimento de D. Joaquina de Assis Brasil. [...] É uma obra de meditação, fruto de estudos, observações e experiências. Assis Brasil tinha, sem dúvida, uma larga leitura anterior sobre o assunto: Laboulaye, Tocqueville, Hamilton, Madison, Jay, Macaulay, Stork, Freemann, Dupriez, Montesquieu, Bryce, Blackstone e outros, mas foi escrito para o caso brasileiro e buscando soluções brasileiras. (ROCHA, ALMEIDA E MARCHIORI, 1995, p. 61).

Em 1898, ocorreu o lançamento da obra *Cultura dos Campos*, escrita em Lisboa, Portugal, e publicada pela Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura. O trecho abaixo registra a primeira mensagem do livro, que mostra parte do ideário liberal e do caráter fisiocrata de nosso personagem. “Nada há melhor que a agricultura, nada há mais produtivo, mais agradável, nem mais digno do homem livre” (ASSIS BRASIL, 1981, p. 9).

Assis Brasil, diplomata em Portugal e nos Estados Unidos, em 1902, foi convocado para trabalhar na questão dos limites do Brasil com a Bolívia, quando em conjunto com Barão de Rio Branco assinou o Tratado de Petrópolis, o qual assegurou ao Brasil a posse do atual Estado do Acre. Na época, o estado de guerra

[...] entre brasileiros e bolivianos era agravado pela ameaça do Bolivian Syndicate, uma empresa de capitais norte-americanos e britânicos, que contava com a simpatia pouco dissimulada dos governos de Washington e Londres. Coube a Assis Brasil, graças a sua aproximação e amizade com John Hay, subsecretário de Estado dos Estados Unidos, tornar evidentes ao político norte-americano a ameaça feita ao Hemisfério Sul e o risco que corria sua integridade e independência, caso se concretizasse a entrada do Bolivian Syndicate naquele país latino-americano. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 1995, p. 64).

Ao longo de sua vida pública, Assis Brasil manifestou-se uma pessoa dotada de muito conhecimento e colaborou em diversas oportunidades, como diplomata, para que o Brasil estabelecesse relações cordiais e tratados de paz com diversas nações em um período em que o país ainda delimitava suas fronteiras e estabelecia a filosofia de suas relações internacionais.

Em 1906, participou, ao lado de Joaquim Nabuco, como Secretário-Geral, do Congresso Pan-Americano realizado no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, Assis Brasil abandonou a carreira diplomática e dedicou-se ao projeto de criar uma granja modelo na sua propriedade rural de Pedras Altas, quando faz experimentos para renovar a agricultura e pecuária, comenta Passos (2006).

Assis Brasil, na época, introduziu no RS, em sua propriedade, os primeiros lotes de raças de gado bovino hoje tradicionalmente criadas como a Devon, a Jersey, além de cavalos garanhões da raça árabe que, cruzados com éguas nativas, deram origem a nova raça chamada de AB. Tal projeto começou a tomar forma, com a instalação da primeira pedra granítica, originária da região, que trabalhada, lavrada foi ajustada às necessidades da construção, assevera Weinmann (2013).

Em 1908, juntamente com Fernando Abbott, tornou-se fundador do Partido Republicano Democrático, em oposição ao castilhismo-borgismo. Ainda nesse ano, participou do II Congresso Nacional de Agricultura, no qual proferiu conferências sobre raças *vacuns* existentes no Brasil. Na época, Assis Brasil afirmou que a vaca, sobretudo, é uma máquina de transformar pasto, água e ar em ouro, defendeu a ideia de que a escolha da raça deve ser dada pela adaptação ao meio, capacidade de engorda e procriação, tudo em nome do progresso.

No trecho abaixo, nosso personagem reporta-se aos temas economia e inovação utilizando metáforas.

Costumo dizer que todos nós temos o direito de desembarcar quantas vezes quisermos na ilha da Aventura, o que não podemos, nem devemos, é queimar os nossos navios. Estes devem sempre estar prontos para, num momento dado, levantar ferro ou cortar amarras e velejar para a terra da salvação. O navio que permite esta retirada, ou mesmo, que a evita, porque nos dá suficiente apoio para realizarmos plenamente o objetivo do desembarque – é a rotina. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 49).

Ainda em 1908, participou do Primeiro Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, proferiu conferências sobre gado cavalariço e raças preferidas, explanou suas ideias sobre essa temática, publicou *Granja de Pedras Altas* que, na opinião de Rocha, Almeida e Marchiori (1995, p. 70), representava uma tentativa de realizar, em pleno campo e com “modestíssimos recursos de fortuna, a vida confortável e inteligente – bem-estar sem luxo, repouso sem ociosidade”.

No ano de 1909, Assis Brasil dedicou-se à construção da granja Pedras Altas, cujo trabalho, desde o princípio até 1917, foi relatado em diário, cujo conteúdo era formado por fatos e depoimentos, afirmam Rocha, Almeida e Marchiori (1995, p. 70). Em 1911, conforme os autores, aconteceu o Primeiro Congresso de Ensino Agrícola, na cidade de São Paulo, SP, no qual Assis Brasil foi seu presidente e conferencista. Nesse evento defendeu a valorização das terras e o aproveitamento das riquezas delas extraídas. No ano seguinte, realizou-se o Congresso Rural em Santa Maria, RS, no qual Assis Brasil apresentou diversos pareceres, salientou a ideia de que a criação de ovelhas – ovinocultura – seria o meio mais rápido e fácil para a recuperação dos campos gaúchos.

Em 1913, realizou-se o Congresso de Criadores em Santa Maria, RS. A presença de Assis Brasil nesse evento teve grande repercussão no meio rural, em especial, devido as suas ideias sobre o progresso agrícola, assevera Aita (2006^a).

Em outubro de 1914, Assis Brasil inaugurou a exposição rural de Bagé, RS, e defendeu ideias como as terras devem ser povoadas com o máximo de rebanho, com a maior qualidade possível. Conforme Aita (2006a, p. 114), no evento, Assis Brasil defendeu a ideia de que as exposições deveriam constituir uma seleção para verificar e provar qual seria a melhor das raças para uma determinada região, pois as exposições são escolas nas quais todos os produtores vêm dar as suas lições, mostrando o trabalho que realizam para promover o bem comum.

Em 1916, realizou importante conferência sob o tema “A vida no campo e a reforma rural”, em Belo Horizonte, MG, com o propósito de que suas anotações seriam editadas em uma espécie de manual didático, que seria distribuído nas escolas públicas de SP. Suas ideias se transformaram em uma obra de circulação nacional. Em função do escopo principal de nossa tese, algumas passagens de *A vida no campo e a reforma rural: conferência do Dr. Assis Brasil, realizada em Bello Horizonte*, título original da obra, serão retomadas oportunamente, em especial nas reflexões empreendidas no quarto capítulo dessa tese.

Em setembro de 1917, no Teatro Municipal de São Paulo, em plena Primeira Guerra Mundial, Assis Brasil abriu um ciclo de conferências promovidas pela Liga de Defesa Nacional, dissertando sobre *A Ideia de Pátria*. Em 1921, no período pós-Primeira Guerra Mundial e a crise que dela sobreveio, intercedeu junto aos outros produtores a fim de criar uma entidade que os representasse e defendesse. Essa entidade concretizou-se com o nome de Federação das Associações Rurais do Rio Grande Sul, a qual priorizou a luta contra a ambição dos grandes intermediários, sendo ainda uma entidade a favor da oposição borgista.

Depois de anos retirado da atividade política, em 1922, Assis Brasil ressurgia. Nesse ano, seu nome foi lançado por federalistas, dissidentes republicanos e democratas como candidato de oposição a Borges de Medeiros, como já dito, governador do RS e defensor das ideias castilhistas. Nesse ano em um banquete que lhe foi oferecido, referiu-se ao parlamentarismo e às fraudes eleitorais que sempre prejudicavam as forças opositoras aos governos autoritários, reportando-se diretamente ao RS. Todavia, vence o pleito Borges de Medeiros.

As propostas de governo da oposição para esse pleito voltavam-se ao incremento da produtividade agrícola e da indústria agropastoril. De modo geral, como registra Flores (1995), a campanha de Assis Brasil concentrou-se em impedir a quinta reeleição de Borges de Medeiros e com isso romper com o continuísmo de

25 anos de borgismo, reformar a Constituição estadual e restaurar a democracia no Estado. Todavia, seu programa de governo era consubstanciado nas necessidades de preparo ao homem nativo da terra. Expõem Rocha, Almeida e Marchiori que em:

[...] em Bagé, fazendo referências à falta de condições e de preparo dos produtores, Assis Brasil apontou a adoção de providências para o melhor aproveitamento dos recursos naturais. A proposta se encaminhou em três ítems: 1. Instrução e ensino técnico-profissional ao homem rural. 2. Extensão ao colono nacional do tratamento dispensado ao colono estrangeiro. 3. Desenvolvimento da instituição do crédito agrícola. (ROCHA, ALMEIDA; MARCHIORI, 2006, p. 77).

As suspeitas de fraude levaram à contestação dos opositores e eclodiu o movimento revolucionário de 1923. A revolução tomou conta do Estado dividido durante o conflito, que chegara ao fim em 14 de dezembro, com a assinatura da Paz de Pedras Altas. No cenário nacional, em função de sua liderança no RS, Assis Brasil é denominado “chefe civil da revolução” dos tenentes. Argumentam Rocha, Almeida e Marchiori que, na época,

[...] embora defendesse o lema adotado em 1908 – Representação e Justiça – o líder democrático já admitia a revolução como o único recurso para promover-se a reforma política de que necessitava o País. Segundo Assis Brasil, somente o emprego das armas possibilitaria uma reforma eleitoral que garantisse um lugar aos partidos minoritários, extinguisse o controle coronelista nos municípios e permitisse o livre exercício da Democracia. Referindo-se às dificuldades que, na época, constituía a apresentação de um programa definido de governo, dizia preferir uma lenta sedimentação das afinidades mais profundas, a fim de constituir um partido comprometido com um amanhã mais digno e mais próspero para o Rio Grande do Sul. (ROCHA, ALMEIDA; MARCHIORI, 2006, p. 81).

O ano de 1924 marca nova etapa na vida de Assis Brasil, em especial pela fundação da Aliança Libertadora, em Bagé, que reuniu federalistas, dissidentes históricos do PRR e democratas, sob a sua liderança.

[...] O objetivo da Aliança Libertadora era a defesa da liberdade política, com a valorização do sistema representativo e da justiça eleitoral. Significou, também, a semente da formação de um grande partido de oposição nacional, pois ao unir-se ao Partido Democrático de São Paulo, em 1927, deu origem ao Partido Democrático Nacional, velha aspiração de Assis Brasil. (ROCHA; ALMEIDA; MARCHIORI, 2006, p. 83).

Em 1927, Assis Brasil foi eleito deputado federal pela Aliança Libertadora. Sua atuação parlamentar, desde o início, concentrou-se como oposição ao governo federal de Washington Luís, “particularmente no que concerne à questão da falta de

anistia aos revolucionários de 1922, 1924 e 1926, e ao combate à fraude eleitoral”, encerram Rocha, Almeida e Marchiori (2006, p. 85).

Em 1928, a Aliança Libertadora se transforma no Partido Libertador, o qual Assis Brasil ajuda a fundar e que, posteriormente, apoiaria a candidatura de Getúlio Vargas ao governo federal. Como já dito com base em Dohms (2001), tal Partido se propôs a defender a eleição de Presidente da República pelo Congresso Nacional e o comparecimento e a responsabilidade dos ministros perante o Congresso.

Após a subida ao poder, Vargas nomeou Assis Brasil como Ministro da Agricultura de seu governo. Em 1932, idealizou o Código Eleitoral, resultado de sua obra *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*, quando já, naquela época, menciona a hipótese de utilização de urna eletrônica, atualmente em uso em todo o Brasil. Em 1933, Assis Brasil foi eleito pelo PL para a Assembleia Nacional Constituinte, com participação efêmera no processo. Em 1934, retirou-se do cenário político, e, em 1938, faleceu na Granja de Pedras Altas, aos 81 anos de idade.

Até aqui, ao longo de nossa tese, anotamos os temas preferidos por Assis Brasil, recorrentes em suas publicações: o indivíduo, seu direito ao voto e a representação, a democracia, o presidencialismo, a república, a terra e sua posse monopólica e seu cuidado. Sua articulação no meio político possibilitou que seu pensamento fosse circunscrito na história sul-rio-grandense e brasileira. Sua firme concepção liberal – desde o Império à República Velha –, apesar de todos os embates vividos durante sua trajetória de publicista, político e diplomata, possibilitou-lhe profícuas reflexões acerca da ambiguidade do autoritarismo gaúcho, materializada na retórica e nos atos/fatos do governo castilhistaborgista no Rio Grande do Sul. É, pois, esse autoritarismo que impele o movimento liberal gaúcho da República Velha para o refúgio na teoria, que possibilita a Assis Brasil tornar-se um homem da política e das letras: um propagandista da república, compreende Sacool (2013). Tratamos, em especial, da repetitiva defesa de Assis Brasil pela democracia, por uma constituição democrática que possibilitasse às minorias a representação, pelos direitos políticos, voto secreto, poder judiciário independente e igual para todo o País, por uma educação a cargo do Estado. Reportamo-nos ao político, ao Assis Brasil deputado provincial que busca, no parlamento, subsídio e apoio à indústria pecuarista. Mostramos ideias de um homem que, fiel as suas concepções liberal e fisiocrata, defendeu que o Estado deveria agir em prol do desenvolvimento nacional, por acreditar que um povo educado, ao ter garantida sua

liberdade – política e civil – invariavelmente formaria cidadãos com iguais oportunidades de progresso na vida. Então, posicionou-se fielmente a favor do Estado Social brasileiro e de um projeto agropastoril para o RS. Retirou-se do cenário político, mas viu germinadas muitas de suas ideias na Carta Magna de 1934. Nessa compreensão, a seguir, pautamos a visão de mundo de Assis Brasil construída à base de leitura e de sua vivência no Brasil e no exterior como diplomata da Primeira República.

3.5 A Visão de Mundo de J.F. de Assis Brasil

Nessa seção apresentaremos algumas das principais ideias de Assis Brasil a respeito dos temas político-doutrinários de seu interesse naquela época, visto que, em sua trajetória, defendeu a república, o federalismo, a liberdade, a democracia, o sufrágio direto e secreto, defendeu a república, o federalismo, a liberdade, a democracia, o sufrágio direto e secreto, “o sistema presidencialista – cujos poderes separados e harmônicos, mas com preponderância do Legislativo, sendo o presidente eleito por este – a representação justa e proporcional, a soberania popular – como fonte e legitimidade do governo e este responsável pela instrução pública e a educação profissional”, assevera Pereira (2006, p. 132).

Versamos, então, sobre esses temas e expomos parte de suas concepções políticas acerca da forma de governo⁸¹ (república), regime político (democracia), sistema de governo (presidencialismo e parlamentarismo), a representação política e o voto e o direito de votar.

Firmamos o entendimento sobre o conceito de governo em Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 553-5) com base na linguagem política corrente que o definem “como conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade”. Ou, sob um conceito mais próximo da realidade do Estado moderno, o qual não indica governo como “apenas o conjunto de pessoas que detêm o poder de governo, mas o complexo dos órgãos que institucionalmente têm o exercício do poder”.

⁸¹ Ainda que Assis Brasil recorra a conceitos modernos como regimes autoritários, totalitários e democráticos, abordamos forma de governo pela simples distinção entre monarquia e república.

3.5.1 República

Assis Brasil, como já dito, era defensor da República como forma de governo que, em sua opinião, melhor representaria o regime político, tido como ideal, para o povo brasileiro: a democracia.

Em 1880, começou sua caminhada de publicista na conferência realizada no Clube Republicano Acadêmico, em São Paulo. Com a intenção clara de explicitar o caráter inoportuno do regime monárquico daquela época no Brasil, o esforço do conferencista concentrou-se em culpar a monarquia constitucional pelos males padecidos pelo povo brasileiro, como, por exemplo, a falta de instrução e a apatia política, proclamando aos presentes que:

[...] a República é legítima, a República é oportuna; procuremos firmá-la, quebrando a vontade das disputas pela mais digna de todas as Revoluções, pela Revolução que não derrama sangue e não faz cadáveres. Mas se, entretanto, o poder resistir, se a tirania levantar em torno de si, contra a vontade nacional, uma floresta de baionetas, devem, porventura, recuar atemorizados e vencidos os soldados da liberdade? Não! Se a luta for imprescindível, se imprudentemente a ela nos provocarem, aceitemo-la, lutemos pela Justiça, pelo Direito, pela Liberdade, embora seja necessário derramar um mar de sangue, contando que do seio agitado desse mar sombrio se levante esplêndida e serena, lavada de todas as nódoas, limpa de todas as máculas, a veneranda imagem da Pátria. (ASSIS BRASIL, 1880).

No ano seguinte, em 1881, aos 22 anos de idade, o então acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, escreveu sua primeira obra doutrinária e política *A República Federal*, com tamanha repercussão que, ainda na década de 1880, requereu quatro reedições. Nessa obra, com base no princípio de que a organização política precede a organização social, e que, porquanto, o regime monárquico jamais teria a possibilidade de superar a precária cena social brasileira da época, nosso personagem defendeu mudanças não somente na forma de governo, mas, no regime político⁸² e no sistema de governo brasileiro. Afirmava, então, que não somente um grupo político, mas que o povo brasileiro expressava firmemente o anseio pela verdade republicana, pela causa democrática. Essa verdade constituía-se, sobretudo em um fato histórico dito “tão verdadeiro, tão simples em si”, mas que

⁸² Regime político, na explicação de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1081), é entendido como “o conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e o seu exercício, bem como a prática dos valores que animam tais instituições”. Nessa pesquisa, seguimos a tipologia herdada de Aristóteles, ou seja: monarquia como governo de um só, a aristocracia, governo de poucos, e a democracia como governo de todos. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 1082).

“demonstra para aqueles que sinceramente deitam os olhos para a história (nacional e mundial) um grande progresso em favor da vitória definitiva da causa democrática”. (ASSIS BRASIL, 1880).

Assis Brasil, nesse pronunciamento, deixou firmada a sua convicção de que a política e a mudança de seus rumos, no caso brasileiro, sobretudo, seria um meio, um esforço de acomodação de interesses do povo, uma forma de resolução pacífica de conflitos, se não a única, pois, de outra forma, seriam resolvidos pela violência; pela luta armada. Na expressão do autor quem luta e constrói a democracia, a história e o progresso é o indivíduo, aquele que tem formação autônoma, que tem liberdade. Nesse sentido, concordamos com Aita (2006ab) que Assis Brasil expôs sua nítida concepção iluminista kantiana⁸³.

Anos mais tarde, em 1908, no manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, Assis Brasil reafirmou essa convicção e colocou no mesmo patamar a riqueza, a educação e a liberdade como princípios para o progresso do povo brasileiro. Em 1917, em conferência no Teatro Municipal de São Paulo, nosso personagem retornou a esse tema, criticou a condução dada pelos governantes à questão da educação e da riqueza do povo, a aristocracia brasileira dos doutores e põe-se em defesa da educação pública básica, àquela que atenderia, em tese, as necessidades reais do povo. Vejamos:

[...] A diferença entre a minha ação e a de outros patriotas tão sinceros como eu e mais meritórios, está em que eu ataco a questão pela raiz. O lema da minha política é – educação e riqueza. Povo ignorante e pobre será sempre escravo, ou em perigo de ser escravizado. A cada balanço que a onda dos acontecimentos imprime à nau que carrega os destinos da Pátria, vemos o perigo da iminência da mão de ferro que nos há de empolgar, para nos salvar ... provavelmente para nos perder. [...] Eu trabalho, e comigo muitos brasileiros do valor que eu não tenho, para que tal perigo desapareça, para que o povo, educado e rico, seja também livre de verdade, não pela benevolência dos que podiam ser seus senhores, mas pela aptidão para se salvar por si próprio. [...] Em que peca a nossa educação? Na desigualdade. Está estabelecida de tal forma que temos só o extremo alto e o extremo baixo. Numa terra em que as condições históricas e naturais trabalham ativamente, incessantemente pela igualização, pelo quase nivelamento, tornando a democracia um fenômeno obrigado, vemos criar-se, talvez com a melhor das intenções, talvez sem nenhuma intenção, uma verdadeira aristocracia. [...] O Brasil tem uma aristocracia que, como todas, é uma praga: a aristocracia dos doutores. Qual o modo de acabar com ela? Enforcar os doutores? Não. É fazer todo mundo doutor, ou melhor,

⁸³ O conceito liberdade em Immanuel Kant (1724-1804), filósofo alemão, compõe o sentido de “ser livre é ser capaz de obedecer à razão”. “A lei moral nada mais exprime do que a autonomia da razão pura prática, isto é da liberdade e esta é mesmo a condição formal de todas as máximas, sob a qual unicamente elas podem harmonizar-se com a lei prática suprema”. A liberdade é a independência da vontade em relação a toda a outra lei que não seja a lei moral. (KANT, 1989, p. 42-5).

simplificar o problema pela supressão desse R impertinente, que obriga a “dobrar a língua” no fim da palavra: é fazer com que todo o mundo seja douto. Precisamos de gente que saiba, que tenha aptidão para a obra, e não de gente enredada em títulos e pergaminhos. [Acervo da Família Assis Brasil] (ASSIS BRASIL, 1917).

Para Assis Brasil, na época, a educação pública básica era uma questão inadiável no caso brasileiro, cuja finalidade não era fazer todo mundo doutor, mas sim possibilitar o progresso do povo pela instrução de pessoas com aptidão para a obra, para o saber fazer. Nesse sentido, propunha aos governantes que não medissem esforços com vistas à aplicação de recursos financeiros na educação pública básica e defendia que:

[...] Se eu tivesse qualquer partícula de autoridade no manejo dos interesses públicos, não trepidaria um segundo, faria tudo, deliberadamente, urgentemente para levar a instrução pública, a educação (fórmula que prefiro por ser mais compreensiva), até aos seus limites máximos. Não tendo, nem podendo ter, essa autoridade efetiva e direta, aconselho, perdoai a petulância aparente do termo, aconselho aos detentores da autoridade – que considerem a educação uma questão inadiável, uma questão de vida ou de morte; que não se detenham ante o emprego de todos os meios financeiros, recursos ordinários ou crédito, que saquem sobre o futuro, sobre a fome e a sede, a fim de que se implante essa condição sem a qual não há nada – nem finanças, nem produção, nem mesmo bom governo, sejam quais forem as boas intenções dos que o exercem; porque o governo é sempre um fruto do ambiente em que opera e há de exibir as boas e as más qualidades do povo donde nasce. [Acervo da Família Assis Brasil] (ASSIS BRASIL, 1917).

Na concepção de nosso personagem, todo indivíduo é uma parte integrante da humanidade e, por conseguinte, também da própria evolução do processo civilizatório do ser humano. Por isso, na citada Conferência, Assis Brasil (1917) defendia que o trabalho que ele, o indivíduo, efetuar no seu modesto e ignorado canto da terra, reveste-se em bem social e se transforma um estímulo quando ele vem, em uma ocasião como esta, dar a sua lição, e mostrar o que produziu. Temos então, o que nosso personagem chamou de indivíduo progressista, ou seja, aquele que é tido, muitas vezes, como visionário, mas nem por isso segue-se que nos devemos apegar à rotina. Sabe que o indivíduo que segue as pegadas do progresso está mais sujeito a cair, a ser censurado, a ser chamado de louco, mas, sem esses loucos, sem esses audaciosos, não se faz progresso.

Não obstante, mediante a força da oposição do regime monárquico e as condições em que vivia o povo brasileiro – caboclo ou imigrante –, Assis Brasil manifestava dúvidas e restrições quanto à possibilidade de êxito do governo republicano democrático. Foram, pois, tais restrições e dúvidas que levaram nosso

personagem a desenvolver seu conceito de democracia, tornando-se “parceiro das definições contemporâneas de democracia”, assevera Passos (2006, p. 45).

3.5.2 Democracia

Em vários momentos de sua produção político-doutrinária, Assis Brasil expôs o que entendia por democracia. Praticamente, em todos eles, nosso personagem se reportava à liberdade. Asseverava que “dentre as ideias de mais comum e diária aplicação, a propósito de qualquer incidente da vida individual, ou social, nenhuma se repete mais que a ideia de liberdade”. Contudo, lamentava que, no cotidiano popular, o termo liberdade fosse aplicado sem a devida precisão e propriedade que, no caso da concepção de estado democrático é entendida como autonomia. Assim entendido, pensava Assis Brasil que a liberdade, no indivíduo ou no povo, consiste na autonomia em que se opera a evolução de cada ser, ocasionando, em seu período inicial de evolução, maiores tribulações e dores do que prazeres. Afirmava:

O público, em geral, e cada um de nós, que o compomos, confundimos vulgarmente liberdade com comodidade. Indivíduo que sofra qualquer incomoda exigência do poder constituído grita logo que atentam contra a sua liberdade, e não se queixa, enquanto o deixam em casa sossegado. Povo que atravessasse quadra tranquila e próspera reputa-se gozando de um regime de liberdade, e considera-se presa de tirania o que se debate em agitações internas. Liberdade não é, porém, comodidade, e pode existir sem ela, bem que seja preferível possuí-las ambas conjuntamente. O bom senso do fabulista Lafontaine, repetindo outro moralista mais remoto, mostrou na situação do cão doméstico, forte e satisfeito, comparada à do lobo selvagem, faminto e vagabundo, que esta distinção, embora estranha ao comum dos espíritos, é bem antiga. O cão de guarda, marcado pelo estigma da coleira, que lhe pelara o toutiço, não era livre, apesar de viver muito ao seu cômodo. [...] Era-o, entretanto, o animal silvestre, bem que torturado pelas mil necessidades a que tinha de dar provimento com o seu exclusivo esforço. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 16).

Os povos antigos que se regeram em regime de autonomia e de liberdade eram democráticos, enquanto que aqueles que viveram debaixo do jugo de um ou mais chefes eram despóticos. Chamou, então, democracia “ao fato de tomar o povo parte efectiva no estabelecimento das leis e na designação dos funcionarios que tem de executá-las e de abominar a cousa publica” [redação original]. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 28). Contudo, salienta nosso personagem que nem todos aceitam a palavra democracia, mas que o consenso geral está com a doutrina democrática. Afirmava, então: “Mas é claro que pouca importância encerra a divergência da

denominação, desde que a coisa que a ela corresponde é, não somente aceita, mas até praticada universalmente”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 28).

No entendimento de Assis Brasil, a democracia é um regime que não consiste em o povo governar e administrar diretamente o Estado, sequer aprovar leis para a sua organização; nela o povo participa por meio da eleição. Em suas palavras, a participação/representação constitui-se “no fato de tomar o povo parte efetiva no estabelecimento das leis e na nomeação dos funcionários que hão de executá-las e administrar o interesse público”. Por assim entender, questionava Assis Brasil e ele próprio respondia: “Qual é o modo de tomar o povo parte efetiva no estabelecimento das leis e na sua execução? É a eleição”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 28-9).

Em outra passagem do manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, depois de sua participação ativa na elaboração da Constituição Federal de 1891, sobre a qual discorreu em sua posterior produção doutrinária e política como sendo muito mais do que a simples defesa de interesses, uma obra de engenharia política, cuidadosamente elaborada, essencial à democracia brasileira, Assis Brasil acentua sua discórdia com o governo castilhistaborgista. É nesse período que nosso personagem percebeu a ditadura dominar o RS e o princípio federativo aliar-se à fraude eleitoral para perpetuar o poder em todo o Brasil, expõe Félix (1996). Então, Assis Brasil afirmou que no país não havia verdadeira doutrina da representação política e defendeu veementemente a democracia representativa. Em suas palavras: “Seguindo a verdadeira teoria democrática, o povo não governa nem legisla diretamente, mas por meio de representantes tão legitimamente escolhidos quanto o permitir o grau de cultura do mesmo”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 29). Além de expor sua concepção de democracia representativa, nessa citação, Assis Brasil reafirma a influência da educação/cultura no processo eletivo.

Ainda, nesse manifesto, nosso personagem expôs que o fundamento da democracia não se restringe à participação direta do povo nas decisões do governo, pois esse, o governo, “nasce do povo, mas não é exercido por ele”. Para esse pensador, o núcleo dinâmico da democracia se encontra na competição entre elites e partidos que se defrontam nos processos eleitorais ou pela posse do poder ou pela continuidade do poder já constituído. Todavia, o pleno exercício da autoridade do poder reside na ação indireta, afirmando claramente “que qualquer um pode descobrir mediante alguma observação e meditação, que quanto mais eminente e

eficaz é a influência de uma autoridade, tanto menos ela governa diretamente”. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 27).

No manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, de 1908, encontramos em Assis Brasil um conceito de democracia mais pensado, refletido. Instigados por Tavares (2005) e Lopes (2006), retiramos três tópicos para nossas reflexões, sobre os quais anteriormente já nos referimos. Vejamos: o primeiro diz respeito à assertiva de Assis Brasil de que todas as sociedades, os governos são ocupados/exercidos por algum tipo de elite dirigente. No Brasil, para nosso personagem, é uma elite segmentária constituída na base da *aristocracia dos doutores*, os quais fortaleceram as desigualdades econômica, social e educacional do país. Sobretudo, reportamo-nos à elite política dirigente⁸⁴ do início da Primeira República que se apresentava conservadora e trazia consigo acentuadas marcas das ideias do Império, as quais encerravam o pensamento sobre partidos políticos, dos quais emergiam(em) os governantes do país, e de república representativa da maneira como expressa na Constituição Federal de 1891. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1210) nos ajudam a entender o conceito de partido político. Os autores afirmam ser frequente defini-lo como uma maneira de “mostrar sua função de articulação, agregação e transmissão das demandas que provêm da sociedade civil e que são destinadas a tornar-se objeto de decisão política”.

Na Primeira República, em *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*, assegurava Assis Brasil (1931, p. 141): “[...] não creio estar em erro, dizendo que, por enquanto, não há, nem pode haver, no Brasil, partidos de caráter permanente e definitivo, como só pode dar-se quando as opiniões que se agitam no país caminham em sentidos definidos”. Nessa mesma obra, em matéria de partidos, defendia que o ideal de uma sociedade:

[...] deve ser que duas grandes agrupações, com raiz no passado e arrebanhando entre ambas mais de duas terças partes da opinião, ocupem o primeiro plano do campo da grande concorrência, disputando a posse da direção material, sem impedir que uma larga margem se reserve, para agitação de outros núcleos menores, a que se deixem todas as condições

⁸⁴ Conforme a teoria das elites, “em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 385). O poder se impõe nas dimensões econômica, ideológica e política. A elite dirigente é formada por grupos “age em torno dos interesses dos grupos que lhe dão origem”. (MELLO, 2003, p. 59). A elite política tem no seu eixo de origem o Estado Novo Moderno, e se constitui a partir de grupos reduzidos de pessoas que têm o controle político de determinada sociedade por ocupar cargos no âmbito do poder institucional, porém, genericamente, não se restringe a semelhanças de origem econômica, social ou cultural, mas, sobretudo, a de coordenada capacidade de intercâmbio estrutural. (NORONHA, 2009).

naturais de aspirar a atrair a maioria, e mesmo de consegui-lo, se de tal forem capazes. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 121).

Na sequência, retiramos o esclarecimento de Assis Brasil de que há duas possibilidades para as classes governantes e os governos se estabelecerem entre si mesmo, quais sejam: de maneira ditatorial, movido única e exclusivamente pela própria vontade e pela própria força; de maneira democrática pela aceitação popular demonstrada no processo eleitoral, a democracia representativa. Como afirmam Tavares (2005) e Aita (2006ab), trata-se do alargamento da noção de partido de opinião, cujo conceito é discutido nas ciências políticas modernas com base teórica em Edmund Burke, em 1770.

Por fim, em suas formulações teóricas nosso personagem distingue regimes políticos fundados em elite política monolítica e regimes formados pelo pluralismo de elites que competem entre si pelo apoio de eleitores não pertencentes à minoria inteligente, ou seja, apoio das não elites. Em governos plurais, funções e poderes encontram-se distribuídos entre diferentes organismos e autoridades. Vejamos:

A realidade sobre a direção é que cada povo é governado, ou dirigido por uma minoria inteligente. O que importa saber é se essa minoria se institui por si mesma, por algum meio ilusório de nomeação popular, ou por legítima representação do povo. Importa ainda saber como opera esta minoria diretora, se enfeixando os poderes em uma só autoridade, ou dividindo as funções de modo a evitar o desequilíbrio pelo crescimento exagerado de um órgão com o aniquilamento dos outros. (ASSIS BRASIL, 1908, p. 30).

Em Assis Brasil havia uma preocupação com a elite monolítica no governo do RS, castilhistaborgista, e com o interesse privado. Na explicação de Tavares (2005, p. 52), para Assis Brasil, a política não pode se constituir no “terreno do confronto ou da negociação entre interesses privados ou mesmo entre interesses sociais particulares divergentes”, mas, em essência, constituir-se no “quadro de normas e de instituições no qual competem versões alternativas acerca do interesse público”.

Na concepção de Assis Brasil (1896, p. 11), as leis e as instituições não podem e nem são permanentes uma vez que o mundo está em constante evolução. Daí porque “uma sábia constituição política não se deve presumir eterna. Todas as leis são profícuas, enquanto correspondem às condições que vieram regular. Devem todas variar com a evolução das sociedades a cuja atividade presidem”.

Em suas críticas à Constituição do RS de 1891, referida como ditatorial, Assis Brasil (1908, p. 31) recorreu à teoria democrática para reafirmar suas convicções.

Mencionava: “[...] nunca uma constituição poderia atribuir legitimamente ao povo funções diretas semelhantes às que estão na letra da nossa Constituição ditatorial. E que realmente a Ditadura está mais perto da demagogia do que a Democracia”. Nessa citação, a expressão ‘ditatorial’ vem de sua análise acerca da Carta gaúcha de 1891, vista como “um código de ditadura política, vestido com aparências de democracia exagerada, e nada mais”. O texto constitucional do RS favorecia o poder executivo, não tendo os representantes da Assembleia do Estado poder de legislar, mas simples funções orçamentárias. Então, asseverava Assis Brasil: “É preciso, pois, convir em que, perante os textos e o espírito da nossa Constituição estadual, o Presidente reúne e exerce de direito e de fato os poderes Executivo e Legislativo”. Ainda, devido aos dispositivos constitucionais, em relação ao processo eleitoral, à composição do eleitorado e ao direito do voto, no entender de Assis Brasil (1908, p. 31-67), o Presidente do RS teria poder para “fazer eleitorado especial, pode estatuir o processo da eleição e, por cima de tudo, pode ainda ser eleito e reeleito pela própria máquina por ele montada”.

Tais faculdades cedidas na Constituição Estadual de 1891 e exercidas no governo castilhistaborgista, sobretudo, representaria uma espécie de contrapasso na história dos povos democráticos. Conforme Assis Brasil (1989, p. 27), em tempos remotos, durante o processo civilizatório da humanidade, os povos democráticos, autônomos e livres reuniam-se em lugar público e decidiam soberanamente sobre o governo e administração. No entanto, tais práticas atualmente são impossíveis, pela situação do próprio organismo político e social, exigindo assim outros meios de manifestação, o que deu início ao sistema representativo, praticado pelas atuais civilizações. Nosso personagem, então, se perguntava, se haveria algum prejuízo para a verdade ou para a legitimidade, do governo dos povos por si mesmo. Em resposta, o próprio Assis Brasil afirmava:

[...] Podemos resolutamente afirmar que não. Tudo quando é exigido pela natureza das cousas é verdadeiro e legítimo. Os povos livres atuais têm mais vantagens em ser representados do que comparecer. Além de que o governo do plebiscito não é o mais sábio, deve-se considerar que os males materiais e morais provenientes do comparecimento direto seriam muito superiores a teórico probabilidade de mais legítima liberação. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 85).

Em sua obra, como já dito, Assis Brasil esclareceu que a democracia não se define como exercício direto do povo no poder, mas como a possibilidade de o povo

participar da eleição de seus representantes e, por meio deles, participar do exercício do poder. A partir da concepção de que representação política, sobretudo, é princípio da democracia e prática de todas as repúblicas. Nesse sentido, defendeu Assis Brasil (1931, p. 86): “é conveniente ao interesse social que todos os cidadãos capazes se inscrevam eleitores e votem”, mas assegurava que “não são inócuas nem desprezíveis certas providências legais, tendentes a fazer com que a totalidade dos cidadãos se aliste e vote”.

Analisamos, a seguir, o pensamento de Assis Brasil acerca do voto e do direito ao voto no âmbito de seu conceito de democracia representativa. Lembramos que seu conceito ou modelo de democracia representativa, como afirma Rodriguez (2005), fortaleceu-se na medida em que nosso personagem propunha alternativa para substituir a ditadura castilhistas no RS. Então, conforme exposto por Rodriguez, Assis Brasil apresentava sua proposta, assim:

O que eu proporia em lugar disso seria um governo democrático, no sentido de fundar-se no voto da maioria do povo, atualmente (e quem sabe por quanto tempo ainda?) critério único para a instituição e apoio dos governos; queria também que esse governo fosse representativo, no sentido de não serem as principais funções desempenhadas pelo povo diretamente; e queria mais que esse governo não fosse parlamentar, no sentido de não se considerar delegação da assembleia, caráter que lhe tiraria a estabilidade e independência, sem o que nem mesmo pode haver exata responsabilidade. (RODRIGUEZ, 2005, p. 197-8).

Nesse conceito, como oportunamente já dito, sobressaem-se duas ideias que encerram o propósito de evitar o despotismo, de conservar a vida e as propriedades dos cidadãos, para os quais a liberdade é o maior bem porque é o fundamento de tudo; ideias tais que se perpetuam na sua obra político-doutrinária: o controle do poder pelo povo e a representação política na forma eletiva, da forma como conceituada por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998).

3.5.3 O voto e o direito ao voto

A partir da concepção de representação política na forma eletiva, Assis Brasil concebia que a função do voto consiste em conferir mandato, sendo que antes dele não haveria autoridade que o criasse. No entanto, se a função do voto seria conferir mandato, quem seria o mandante, isto é, aquele que autoriza o uso do voto para

governar? Brossard (1989) transcreve parte do pensamento de nosso personagem no momento em que propôs resposta a essa questão.

A pátria é de todos os cidadãos, e todo cidadão tem o direito de influir no sentido de ser bem governado; o meio mais eficaz; ou se quiserem, uma das condições primordiais da realização dessa influência consiste no voto; o voto, pois, como condição do desempenho do destino cívico, é direito inerente, não à qualidade natural do homem, mas ao caráter político de cidadão. (BROSSARD, 1989, p. 39).

A partir desse entendimento, Assis Brasil propôs que o direito de voto deveria ser reconhecido em todos os cidadãos, o que levou o autor a se posicionar a favor do sufrágio universal. Asseverava que o “voto é direito político, cujo exercício a sociedade regula em vista da utilidade pública e com a condição de não destruir o seu caráter de universalidade”. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 74).

Assis Brasil, entretanto, ponderou que certas pessoas deveriam ser limitadas ou impedidas em seu direito de votar, de acordo com suas características pessoais, como os menores e os loucos, cada qual na sua razão. Ou então, que aqueles que fossem analfabetos sejam impedidos de exercer o voto porquanto não saibam interpretar as propostas dos candidatos. Essas ponderações agradaram o grande grupo da Assembleia Constituinte que redigiu a Carta Magna do Brasil em 1891 sem dar à mulher o direito ao voto.

Há, porém, no pensamento expresso por Assis Brasil a nítida intenção de esclarecer a diferença entre limitações ao sufrágio universal e os privilégios, os quais permitem que apenas uma camada possa ter o direito de escolher. Essa intenção é registrada na citação de Brossard (1989):

[...] Depende, porventura, do cidadão haver nascido em uma determinada casta social, ou pertence ele a esta casta por obra da natureza? A restrição que for baseada em motivo como esse destruirá, com a universalidade do exercício, a universalidade do direito. Não é diferente a restrição fundada na exigência de atestar o cidadão certa soma de bens da fortuna para poder votar. (BROSSARD, 1989, p. 41).

Assim, ainda que as restrições ao direito de voto existissem, essas deveriam ser justificadas, pois do contrário seriam autoritárias e antidemocráticas. Mas, definir tais restrições, no entendimento de Assis Brasil, essas não se confundem com cerceamento ao existente consenso entre os estudiosos da política (cientistas políticos) de que maior participação ou abstenção dos cidadãos nas eleições reflete no comportamento e na atuação dos representantes do povo escolhidos pelo voto.

Assis Brasil (1931, p. 86) concebia que “a abstenção eleitoral [...] era um mal que vicia nas próprias fontes a ordem social. Convém evitá-la”. O evitar a abstenção eleitoral é possível à medida que o País faça “das eleições uma coisa séria, honesta e eficiente” [redação original].

Nosso personagem manifestava-se a favor do voto facultativo por entender que ninguém poderia ser compelido a comparecer às urnas. A obrigatoriedade do voto seria uma medida arbitrária, o que, por si só, significaria a negação do voto.

O voto não pode ser obrigatório no sentido estrito e material do termo. Compreende-se o absurdo de arrastar alguém coercitiva e corporalmente ao local da eleição, forçando-o a emitir o seu voto, seja em que eleição for. Tal lei seria, além de tirânica, inepta, no sentido de não haver meio de a fazer observar. A sua vítima teria sempre o recurso de votar em branco, ou simuladamente, em nome suposto, em testa de ferro, salvo se o regulamento ainda obrigasse a votar em determinados nomes, o que seria, só por si, a própria negação do voto. Se é inegável que o eleitor deve votar em quem quiser, é preciso admitir também que ele só votará se quiser. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 86).

No entanto, se uma das premissas do liberalismo de Assis Brasil, a educação, ainda faltava ao povo gaúcho, contribuindo para a desorganização da massa de eleitores, e se o sistema eleitoral era ineficiente, incumbiu-se Júlio de Castilho de concebê-lo para o eleitorado concreto e disponível, em cujos padrões de letras, padrão educacional, ninguém daria atenção. Com tal incumbência, tomada para si, Júlio de Castilho concebeu e pôs em prática um modelo tutelar para substituir o sistema representativo pensado e defendido por Assis Brasil. Instituiu, então, no RS, o voto a descoberto, pelo qual os coronéis comandavam os interesses políticos do PRR em todo o Estado. Contrário a isso, Assis Brasil defendia o voto secreto, afirmando que esse seria a expressão consagrada da democracia, em que o voto é dado pelo eleitor dentro da urna, pois, do contrário, poderia criar-se disfunções da proposta original, como a compra e a intimidação do eleitor.

Na citação, abaixo, retirada da Brossard (1989), observamos o entendimento de Assis Brasil quanto aos possíveis descaminhos tomados pelo voto a descoberto.

A compra só é possível quando é possível também a dação, isto é, a entrega da mercadoria ao comprador; ora, no domínio do voto secreto, o vendedor não pode entregar a mercadoria ao comprador; logo, não pode haver compra e venda. Só algum inocente compraria um voto invencível e inverificável, e os corruptores eleitorais poderão ser acusados de tudo, menos de inocência. [...] A hipótese de intimidação pode, *mutatis mutandis*, ser sujeita ao mesmo raciocínio. Só é eficiente quando o opressor puder verificar o voto da sua vítima; ora, o voto secreto é inverificável; logo, não é matéria de intimidação. (BROSSARD, 1989, p. 64).

Na concepção de Assis Brasil, a democracia encontrou no voto verdadeiro, o secreto, a sua mais sólida base de operação. O voto secreto, na visão do nosso personagem, acabaria com qualquer influência ou sistema de intimidação ou de coação que retira do eleitor a liberdade de votar.

O de que se trata, a coisa essencial que interessa no caso da deposição do voto, é garantir o votante contra toda e qualquer influência que lhe suprima ou diminua a integridade de opção, e precaver a sociedade contra todo o gênero de alienação, por parte do eleitor, do seu direito de escolha ou eleição, seja por compra e venda, seja por usurpação causada por intimidação, ameaça, perseguição, ou qualquer gênero de solidariedade forçada que importe eliminação virtual da liberdade do eleitor. (ASSIS BRASIL, 1989, p. 126).

Lembramos, novamente, que o voto secreto era defendido por Assis Brasil com igual ênfase ao voto universal e facultativo. Argumentava nosso personagem:

Se é incompatível com a índole do sufrágio popular a série de condições exigidas em quem quer que seja para refletir e resolver, é também inseparável da natureza humana a tendência ao exclusivismo e a intolerância de que os atos individuais se ressentem tanto mais gravemente quanto mais os indivíduos investidos de autoridade se substituem ao corpo social. A história regurgita de exemplos dessa ordem, entre os quais o do filósofo Marco Aurélio não é menos edificante. O governo de um só é o que se chama despotismo, por força da própria etimologia e ainda porque nunca deixa de dar os resultados odiosos que a linguagem vulgar designa com aquele nome. É belo supor um dos nossos semelhantes expurgados das mil contingências que são apanágio universal; mas, baixando da hipótese à realidade, a doce ilusão há de sempre evaporar-se. [...] Eu ponho na mesma linha, para o efeito em questão, o sufrágio popular e a designação pessoal. O arbítrio de um e as sentenças incompetentes do plebiscito confundem-se pela regra de que os extremos se tocam. Atribuir a nomeação do presidente ao sufrágio direto, ou indireto, é o mesmo que decretar que os verdadeiros eleitores serão os poucos políticos (quando não os corrilhos de politíqueiros) que designam o candidato do partido preponderante. Os eleitores populares são convidados apenas a dizer sim ou não. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 339-40).

Em Assis Brasil, diante de indivíduos, cidadãos ainda pouco qualificados, o exercício eleitoral não prescindia a presença forte do Estado a fim de garantir a lisura das rotinas do voto; indispensáveis funcionários e tribunal arbitral. À medida que ocorre a prática eleitoral, a qualidade do governo evoluirá, entendia Assis Brasil. A citação, abaixo, retirada de Brossard (1989), registra a expressão do pensamento de nosso personagem.

O exercício da função aperfeiçoa o órgão: quanto mais se praticar o regime dignificador tanto mais se definirá a consciência cívica, a eleição há de aproximar-se progressivamente do seu ideal, que é ser autêntico movimento inicial da massa popular do qual nascerão legítima e naturalmente todos os fenômenos da vida evolutiva nacional. (BROSSARD, 1989, p. 129).

Hollanda (2011, p. 18) comenta que, no pensamento liberal de Assis Brasil, o homem comum seria, a um só tempo, sujeito e objeto da representação política, constituindo o que denominou de modelo híbrido. Tal modelo “assenta-se na dupla expectativa de participação política dos cidadãos e ação modeladora do Estado”. Mas, ressalta a autora que “diante do cenário desolador da cena social da Primeira República, o povo não é enxergado como sujeito autônomo, capaz de superar a condição de seu infortúnio”. Daí a ação modeladora, quase despótica.

Retomamos a trajetória política de Assis Brasil para buscar em seus discursos de juventude e maturidade, o político que preservou seus ideais liberais nos (des)caminhos de sua história. Nessa retomada, focamos um tema mencionado anteriormente, ou seja, o político partidário da república democrática que, em 1891, participou da primeira Assembleia Constituinte republicana: trata-se do voto universal e do direito da mulher ao voto. Lembramos que na época, ladeado por constituintes representantes de governos autoritários e militaristas tornou-se difícil pugnar pelo voto universal. Juntou-se, então, à maioria conservadora e votou contra o sufrágio universal para analfabetos, mulheres e militares. Ainda assim, considerou sua posição como uma evolução, visto que lutou contra a restrição do voto pelo rendimento que tinha sido um dos fatores de impedimento do sufrágio universal na época da monarquia constitucional. Então, no texto da Carta Magna de 1891, ficou registrado que o sufrágio universal era direito político restrito ao gênero masculino, excluindo também os não-letrados, os analfabetos.

Mas, como a história é dinâmica, Assis Brasil também assim a entendia, na qualidade de ministro do Governo Vargas, em 1931, assumiu o alargamento do voto universal ao gênero feminino, às mulheres. Evidenciamos sua posição expressa na primeira e quarta edições de sua *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*. Na primeira edição dessa obra questionava se o voto exclusivamente restrito ao gênero masculino deixaria de ser universal, posto que “a utilidade pública pode aconselhar em determinado país que não seja reconhecido à mulher o exercício do voto”. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 74). Porém, nosso personagem defendia que:

[...] Facultar ou não às mulheres o exercício do direito de voto importa nada menos que incluir na função eleitoral, ou dela privar, metade do gênero humano. Não me parece, porém, que, além dessa consideração material do número, tenha outra importância real a questão do voto feminino. De fato, e não falando senão pelo nosso país, seria de esperar que a única verdadeira modificação que nos traria a intervenção dos eleitores do outro sexo seria dobrar o número do eleitorado existente: é seguro que, dada a nossa atual

educação, as damas se distribuiriam com exata proporcionalidade pelos partidos existentes, ou pelos que se fossem formando, acompanhando em regra aos maridos e pais, ou a quem o sentimento, e não a opinião, lhes mandasse seguir. A sua incorporação ao eleitorado seria, pois, por enquanto, senão prejudicial, pelo aumento na dificuldade de se mover a massa eleitoral, assim engrossada, indiferente, pela inalterabilidade que manteriam as forças militantes. [...] Resolvo pela negativa, do mesmo modo que sustento que o direito de voto seria universal ainda quando nenhum dos sexos, por motivo de incapacidade, o exercesse. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 74-5).

A mudança de pensamento é expressa na quarta edição dessa mesma obra *Democracia representativa: do voto e do modo de votar*, quando assim registrou:

Na Constituinte de 1890-91, votei contra o exercício do sufrágio político pela mulher. A espécie de tumultuosa confusão em que trabalhava aquela grande assembleia fez-me perder várias oportunidades de comentar da tribuna o meu voto sobre mais de uma questão, entre as quais esta. Se o fizesse, teria tido certamente, em substância, o mesmo que escrevi poucos anos depois neste curtíssimo parágrafo. [...] A oportunidade, a que aludo nas páginas anteriores, para a admissão da outra metade da Nação ao exercício do voto político parece ter chegado. Oportunidade, aqui, é como dizer a mudança favorável do critério corrente anterior. [...] Admito a evidência de não ser unânime a opinião pelo voto feminino. Concebo mesmo que tal opinião careça de maioria, entre os homens, e muito possivelmente entre as próprias mulheres. Mas, além de que o número não é critério infalível, nem único, uma coisa tenho por certa, e é que todos estamos persuadidos de que o reconhecimento à mulher da faculdade de votar e ser votada se tornou uma ideia vencedora na civilização a que pretendemos pertencer. Mas ainda: ninguém deixa de sentir que a onda triunfante invade o Brasil e o seu domínio é questão de pouco tempo. (ASSIS BRASIL, 1931, p. 49).

Assim, percorridos quarenta anos até chegar a 1932, quando há sérias discussões sobre o sistema eleitoral brasileiro, percebemos que Assis Brasil expressou a consciência de que o direito do voto feminino chegou um pouco tarde no Brasil, “onda triunfante que invade o Brasil”, visto que, por exemplo, na Nova Zelândia é reconhecido o direito feminino ao sufrágio universal desde 1893.

Lembramos, por fim, que o pensamento de Assis Brasil expresso em sua obra *Democracia representativa: do voto e do modo de votar* serviu de base para a institucionalização do Código Eleitoral Brasileiro de 1932 e, seguramente, também influenciou os mais recentes códigos eleitorais editados no país.

A seguir, pautamos a compreensão de Assis Brasil acerca dos sistemas de governo – monarquia, presidencialismo e parlamentarismo –, acompanhada por algumas de suas críticas ao federalismo oligárquico e à centralização político-administrativa do Estado, em especial, no que se refere ao Rio Grande do Sul.

3.5.4 Sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo

Iniciamos nossas reflexões com o pensamento de Assis Brasil sobre o sistema de governo vivido na monarquia constitucional brasileira e as ideias que expressam seu projeto político para o país.

Ao explicar acerca dos direitos políticos do monarca e do povo, Assis Brasil (1881, p. 19) mencionava que “o poder, na pessoa do rei ou imperador, faz certas concessões ao povo”, dessas concessões resulta o “reconhecimento do direito que assiste ao povo intervir nos negócios públicos, por um elemento seu, tirado do seu seio”, porém o “rei obriga-se a não ultrapassar certas raias de ação”. Afirmava: “é desta transigência entre governantes e os governados que emerge a forma de governo conhecido pelo nome de monarquia constitucional”, para qual, no caso brasileiro, era chegada a hora de ceder lugar à república, nova forma de governo. Em seguida, à luz da constituição monárquica, Assis Brasil distinguia absolutismo e república em defesa do novo sistema de governo que propunha para o país.

[...] é como se vê, um degrau intermediário, porém degrau artificial, anormal, entre dois regimes naturais – o absolutismo e a república. É um estado provisório, é um paliativo, não é uma solução. [...] Resultado de acordo feito entre superior e inferior, ela estabelece, como todos os contratos desiguais, a preponderância do forte sobre o fraco. O forte é o governo, personificado no rei ou imperador, que era a origem do mal, e que, entretanto, não podia ser eliminado no contrato. Não é necessário acrescentar que o fraco é sempre o povo. (ASSIS BRASIL, 1881, p. 19).

Na época, o propagandista da república, como assim o chamou Saccol (2013), Assis Brasil se referia à força da lei maior, a Constituição, a fim de expor sua defesa por um novo sistema de governo, que não a monarquia, e delimitar seu projeto político para o país com base no liberalismo. Mas, como já afirmado, Assis Brasil (1898, p. 12) concebida que “uma sábia constituição não se deve presumir eterna” e que, portanto, “todas as constituições são discutíveis e perfectíveis”.

Lembramos que Assis Brasil (1896, p. 93), depois de comparar os sistemas de governo presidencialista e parlamentarista, e de afirmar que não considerava “assentado um tipo ideal, ou concreto de instituições com o nome de governo presidencial nem com o de parlamentar”, optou pelo primeiro, por entender que esse se adequava melhor às características da população brasileira, mas também pelo requerimento na publicização de todos os atos do governo, como mostra o trecho retirado de Brossard.

É pelo método do governo presidencial que se consegue dar menos anonimato aos atos do poder. O autor do bem e do mal é sempre visível. Será também por isso mais facilmente responsável, desde que o povo tenha capacidade para reger-se por instituições livres [...] Ora, sendo o governo presidencial o que permite melhor estabelecer a relação entre o ato e o autor, o que mais diretamente coloca a função nas mãos de um funcionário – deve ser também o que oferece campo para um regime de responsabilidade mais consentânea com a natureza humana e, por isso, mais eficaz. (BROSSARD, 1989, p. 312).

Nosso personagem, em toda a sua obra, expressou nítida compreensão acerca da distinção entre governos de república presidencial e de república parlamentar. Ressaltamos que, na exposição de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), o sistema presidencialista é característico de governos republicanos, ao contrário, o parlamentarista é encontrado tanto na monarquia quanto de república.

A maneira de estabelecer mudança radical no plano político e, em especial, no sistema de governo brasileiro, da monarquia à república, seria pela revolução. Em 1880, em conferência no Clube Republicano Acadêmico, Assis Brasil explicava o sentido do termo revolução. Dentre as acepções de revolução, o conferencista preferiu entendê-la como revolta, como “o exercício de um direito, a reivindicação, a reação da liberdade usurpada, a manifestação da vontade soberana”. Na sequência, assegurava que revolução/revolta consiste “no fato de tornar efetivo este sagrado direito, contra a vontade resistente dos déspotas”. Porquanto, expunha: “A revolução, assim compreendida, é um fato naturalíssimo, um poderoso auxílio do progresso, uma necessidade fatal destes tempos, em que há ainda infelizmente cegos insensatos que pretendem travar as rodas ao carro da liberdade”.

Nas palavras de Assis Brasil torna-se evidente a influência da concepção iluminista de revolução, especialmente em se tratando do seu projeto político planejado, amadurecido e traçado desde 1880 até chegar a sua obra *Do governo presidencial na república brasileira*, editada em 1896. Nesse sentido, apresentamos a citação de Brossard (1989) referente ao pronunciamento de Assis Brasil, em 1927.

[...] Revolução é, antes de tudo, mudança radical. Mudança radical, remodelação da República, no sentido de se corrigirem os vícios adquiridos e de se lhe darem os aperfeiçoamentos de que carece – eis a revolução que não só é dos revolucionários confessos, mas de toda a formidável oposição que se levanta ou se levantará do Sul ao Norte. [...] pelo nosso lado, já concedemos anistia ao adversário. [...] sou tolerante para com os indivíduos e implacável para com as doutrinas. Dos maiores inimigos, se os tenho, posso esperar que se associem comigo para o bem da Pátria. [...] ceder à razão não é ser vencido – é triunfar. (BROSSARD, 1989 p. 11-3).

Da obra *Do governo presidencial na república brasileira* retiramos a expressão de Assis Brasil acerca dos conflitos constitucionais, os quais encontram solução legal e pacífica nos instrumentos subtraídos da Carta Magna. Mas:

[...] quando o chefe do estado cometer a brutalidade de declarar cessante a lei e vigente apenas a sua vontade, tem abdicado a autoridade que a nação lhe delegou, tem-se despedido da majestade legal, ela, nação, exerce o verdadeiro direito de desalojá-lo pela força. É o direito de revolução. A nação delega, mas não abdica a soberania. [...] Sempre dependerá menos das disposições constitucionais que do estado de capacidade do povo para ser bem governado. Nenhuma Constituição produzirá, pela sua própria virtude, revoluções, nem violências de qualquer ordem, se os homens que exercerem o poder estiverem suficientemente aperfeiçoados para evitar rompimentos, transigindo mutuamente e sabendo amar a pátria ao ponto de sacrificarem os seus caprichos à consideração do sossego público. [...] Entretanto, as revoluções, sem deixarem de ser incidente sempre possível na vida dos povos, não podem, desgraçadamente, ser regulamentadas. É preciso, por um lado, reconhecer o direito que o povo tem a fazê-las, e emudecer diante das hipóteses legais em que elas devem produzir-se. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 319).

Em suas reflexões, especialmente, na obra *Do governo presidencial na república brasileira*, Assis Brasil teceu importantes considerações acerca do projeto político que visualizava para o país, em especial para o RS. Como já dito, discorria sobre educação e riqueza como forma de fomentar a luta pelos direitos civis e políticos do povo brasileiro e restringir o ímpeto pela luta armada. Asseverava:

É um dos pontos fracos do limitado engenho humano. Só a educação da liberdade e do bom senso é que pode aconselhar os cidadãos na distinção dos casos em que convém usar de tão extraordinário direito, e, ainda estabelecidos tais casos, é necessário uma circunspeção quase inatingível para saber se o uso do direito não traria males superiores ao bem que se procura. Se me fosse lícito fazer neste sentido um regulamento, eu o gravaria nestas poucas palavras: Diante de um governo legal, embora cometa erros, ou aplique mal as leis, o patriotismo manda recorrer aos meios de responsabilidade legal e ter paciência, até que passe o tempo de tal governo; diante de um governo que abandona ostensivamente as leis fundamentais, deve-se, na maioria dos casos, apelar para a violência. (ASSIS BRASIL, p. 1896, p. 359).

Na citada obra, Assis Brasil procurou analisar o pensamento político brasileiro que aspirava por mudanças na primeira Constituição Federal Republicana a fim de implantar o sistema de governo parlamentarista que no seu entender era discussão de uma minoria política com remanescentes ideias do Império.

Ao se analisar a obra *Do governo presidencial na república brasileira* (1896), percebemos que nosso personagem ali assegurava que não seria discutida a forma de governo, pois, na teoria, o presidencialismo estava assentado, da igual maneira a

república federativa; também não seria a questão social na forma como discutida naquela época na Europa, por entender que, em nosso país, não havia estabelecida a classe do proletariado, havia trabalho, mas faltavam trabalhadores, e que também, o país não detinha economia como dita de capital. Por tais motivos, no país, não havia as condições essenciais da questão social seguindo o modelo europeu, quais sejam: abundância de trabalhadores e falta de trabalho. Dessa forma, no seu entender, não havia classes sociais irremissivelmente separadas, “numa terra em que a fortuna ou a representação social podem sorrir a todos quantos não sejam incapazes por natureza” (p. 57). Porquanto, o que poderia levar a sérias discussões seria de fato e de direito assentada no “próprio reconhecimento da liberdade de consciência, que já se praticava mesmo em desobediência às leis monárquicas, que a desconheciam, e que hoje está proclamada na constituição da república”. (p. 57). Mas, essa tese não se sustenta no cotidiano brasileiro, então, concluiu que a questão “que sobreleva a todas nesse momento é a de melhor organização do governo republicano federativo”. (p. 60). Porém, diante de tal conclusão, Assis Brasil não percebia na Constituição respaldo aos desmandos gerados pela prática do sistema de governo brasileiro, razão pela qual defendia a representação política do interesse nacional associada à divisão de poderes.

É, nessa mesma obra *Do governo presidencial na república brasileira*, que Assis Brasil referia-se à divisão de poderes e à incumbência de cada um deles, reforçava a ideia de um congresso nacional representativo do interesse público e reconhecia incompreensão teórica acerca das funções de cada um desses poderes.

O Poder Legislativo tem a missão de fazer leis, o Executivo de as cumprir, o Judiciário a de julgar os casos de direito [...] estes três poderes são órgãos diversos de um poder só – a soberania nacional –, trabalham acordes e harmônicos, auxiliando-se, equilibrando-se e corrigindo-se, mas nunca invadindo um as funções do outro. Entram, sim, em contatos recíprocos a todos os momentos, e daí resulta a sua sistematização e unidade, exatamente como no organismo animal [...] que cooperam para o fenômeno sintético – a vida; mas cada um tem a seu exclusivo cargo uma determinada operação, que não pode nem deve ser desempenhada por outro, sob pena de desequilibrar o sistema. (ASSIS BRASIL, 1898, 270-2).

Nessa citada obra, Assis Brasil (1896, p. 51-60) discorria sobre república presidencialista e parlamentarista. Afirmava: “não se nega que a república possa fazer o bem do Brasil; contesta-se que seja para isso mais apta a república presidencial, que temos, do que a república parlamentar, que eles preferem”. Então, há que se pensar na maneira como o país encaminha/trata da questão da

representação política, dos conflitos com partidos, da formação dos ministérios e da escolha de seus ministros, dentre outras questões fundamentais à sobrevivência da república federativa brasileira.

Na opinião de Passos (2006, p. 8), Assis Brasil expressa clara convicção de que: “A sobrevivência e o pleno funcionamento do sistema político dependem, em grande medida, da nitidez, da coerência e da adequação com que se definem, constitucionalmente, as regras e os mecanismos do sistema de governo”.

Por fim, nosso personagem defendia que a experiência brasileira da república federativa era pouca para assentar todos os conflitos existentes no período inicial da Primeira República. “É certo que a aprendizagem da liberdade nunca se faz tão fecundamente como no exercício da mesma liberdade; mas este há de ser negativo, ou contraproducente, toda vez que estiver em contradição com a índole, com as condições do povo”. (ASSIS BRASIL, 1896, p. 362).

Em Assis Brasil, no contexto de toda a sua obra, o que se discute é a forma como as elites dirigentes assumem e exercem o poder sem haver preponderado o papel dessas no processo político, isso porque colocava a iniciativa, a tomada de decisão e o exercício do poder na república, centrados nas elites e nas instituições políticas. Então, qual era o papel do povo? Seria o de eleger seus representantes? Buscamos refletir sobre representação política, entendida por Assis Brasil como essencial à democracia e à governabilidade do país.

3.5.5 A representação política

Em breve incursão na teoria, definimos representação política a partir do entendimento de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 1102), para os quais, o sentido dessa expressão está na “possibilidade de controlar o poder político, atribuído a quem não pode exercer pessoalmente o poder”. A representação é um fenômeno complexo, exatamente, por constituir-se “em um processo de escolha dos governantes e do controle sobre suas ações por meio de eleições”, porquanto, sobretudo, é uma representação eletiva, afirmam os autores. Daí, compreendermos porque na obra de Assis Brasil a representação ser posta como sistema de responsabilidade eleitoral que deve congrega o interesse nacional, concebido por nosso personagem como força motriz dos partidos políticos, portanto, da própria representação política.

Em nossa análise, encontramos em Paim (1999) a explicação de que o projeto político imperial brasileiro, à luz da Constituição do Império, proclamava que a representação política seria de interesse nacional. Contudo, no decorrer da prática liberal brasileira, a começar pela República Velha, perdeu-se essa doutrina. Nessa forma de representação, aos partidos políticos cabia circunscrever os interesses em torno de reduzidas pautas e, na defesa dessas, disputar a preferência do eleitorado. Essa preferência, ao longo da história brasileira republicana tornou-se regra e resumia-se a escolher entre governo ou oposição. Contudo, na República Velha a perda dessa doutrina levou a nova elite política a se despreocupar com a organização da massa formadora do eleitorado, que era concebida como forma de expressão da diversidade de interesses do povo brasileiro.

Na concepção de Assis Brasil, como constituinte de 1890-1891, a república representativa do país seria organizada em torno da representação do interesse nacional. Em outro momento, ao criticar a política castilhistaborgista, com base na proposta liberal, nosso personagem se reportava a interesses que não dão suporte às demandas de interesse nacional, mas que se põem em atenção às oligarquias políticas existentes no cenário da Primeira República, a política do café-com-leite do país e toda a expressão oligárquica de grande influência na cena política do Estado do RS. Não obstante, no corpo teórico de Assis Brasil, observamos que a ideia de representação circunscrita por interesses, tal como defendida pelos liberais pátrios do Império, não aparece reproduzida em sua obra.

De maneira comparativa, analisamos a compreensão de Assis Brasil e de Júlio Prates de Castilho quanto à representação política na Primeira República à luz dos dispositivos constitucionais, principalmente, expressos na Carta Estadual de 1891, motivadora de acentuadas divergências político-doutrinárias.

No entender de Assis Brasil, a direção social de cada povo é realizada por minoria inteligente. Tal pressuposto é também defendido por Júlio de Castilhos. A diferença entre esses personagens gaúchos é a forma de escolha dessa direção. Para Assis Brasil, o que importa, no caso, é saber se essa minoria se institui por si mesma, por algum meio ilusório de nomeação popular ou por legítima representação do povo. Importa saber se essa minoria opera como uma só autoridade ou divide as funções, de modo a evitar o desequilíbrio pelo crescimento exagerado de um órgão com o aniquilamento dos outros. Júlio Prates de Castilho defendia que, no poder, a minoria inteligente representaria os interesses do povo, o qual tinha pouca ou

nenhuma condição de efetivamente escolher seus representantes. Mas, apesar do autocratismo de seu governo que seguia o princípio comteano da impotência do povo mediante a deficitária educação, Júlio Prates de Castilho não deu atenção e sequer solução à questão da representação política, assevera Paim (1999). A massa de eleitores gaúchos permaneceu desorganizada durante o período de governo castilhista-borgista. Todavia, conforme o autor, o povo brasileiro também não foi chamado a participar do movimento em favor da república, a qual foi proclamada sob o comando de militares e das oligarquias conservadoras, grandes latifundiários, o que indica que, em todo o país, essa massa também não recebeu atenção especial e sua organização foi adiada por anos.

Então, proclamada a república e contrário a Carta gaúcha elaborada por Júlio Prates de Castilhos, na qual, como já afirmado, não havia incumbência maior ao parlamento senão a função orçamentária, e o governo se investia de grande soma de poderes, Assis Brasil acreditava que era chegada a hora de assegurar que o povo se fizesse efetivamente representar pelo voto e abraçou a representação política como princípio teórico de sua obra político-doutrinária. Mas, sobretudo, foi a partir de 1908 que, concomitantemente à crítica liberal ao governo castilhista-borgista, nosso personagem sistematizou suas ideias, porém, tal como assevera Paim (1998), sem que tenha proposto uma doutrina sobre representação política.

Em 1881, na primeira edição de *A República Federal*, que inaugurava uma série de obras com o objetivo de propagandear o regime republicano, Assis Brasil apontava a reforma política, a força da instituição legislativa e da instrução do povo como instrumentos impulsionadores de futuras reformas sociais no país.

[...] Uma reforma política é um ato legislativo; uma reforma social é obra do tempo. A organização política precede a social. Não é necessário que o povo seja sábio para poder viver debaixo do sistema republicano. Esta forma política é simplesmente uma condição para se conseguirem os resultados sociais desejados. A instrução virá depois necessariamente, favorecida pelas instituições livres, que são a sua condição, que por toda parte não têm tido outro empenho senão o de instruir o povo. (ASSIS BRASIL, 1881, p. 85).

Assis Brasil tinha definido seu conceito de representação política e também possuía consciência dos limites dessa representação em decorrência da instrução, ou seja, da escolarização do povo daquela época. Em referência ao governo e às condições do povo brasileiro questionava como o país pretendia ser considerado civilizado se sequer era detentor de duas condições rudimentares e essenciais à

democracia, quais sejam: “não tem representação e não tem justiça”, expunha em seu manifesto *Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul*, em 1925.

[...] Será preciso justificá-lo aos olhos dos brasileiros? Seria quase fazer agravo a esses trinta e tantos, a esses talvez quarenta milhões de habitantes do nosso território-colosso provar o que todos veem, o que todos sentem, o que todos lamentam, isto é, que, sob as leis existentes: ninguém tem certeza de ser alistado eleitor; ninguém tem certeza de votar, se porventura for alistado; ninguém tem certeza de que lhe contém o voto, se porventura votou; ninguém tem certeza de que esse voto, mesmo depois de contado, seja respeitado *na apuração da apuração*, no chamado *terceiro escrutínio*, que é arbitrária e descaradamente exercido pelo déspota substantivo, ou pelos déspotas adjetivos, conforme o caso for da representação nacional ou das locais. (ASSIS BRASIL, 1925, s.p).

Esses dois grandes males do Brasil, isto é, a falta da representação política e a falta de justiça, seriam “a causa profunda da moléstia constitucional que lhe tem feito viver vida miserável por tão longos anos, resolvendo-se afinal na febre alta da revolução”, expunha Assis Brasil (1925) em oposição à política castilhistaborgista.

Em alguns pontos, nosso personagem concordava com Júlio de Castilhos sobre a ideia de minoria qualificada, minoria inteligente ou minoria detentora do saber para o exercício do poder. Em outros, expressava total discordância. É o caso do mandato eletivo temporário, remédio que impossibilitaria arbitrariedades, tal como mostrado na expressão retirada de Brossard:

O remédio que o povo tem contra os possíveis desvios dos seus representantes não pode ser o mandato imperativo, que, além de ser antijurídico, acanharia a inteligência e a ação destes e lhes ofenderia o caráter, pela sujeição a movimentos materialmente determinados. Esse remédio é a temporariedade. (BROSSARD, 1989, p. 140).

Em *Ditadura, parlamentarismo, democracia*, Assis Brasil (1928) expôs sua crença de que o ideal seria o estabelecimento de um regime eleitoral que habilitasse o “eleitor a usar com segurança do seu voto por meio de mecanismo simples e seguro de representação proporcional de todas as opiniões que puderem exibir número de adeptos igual ao quociente da divisão do número de votantes pelo de elegendos”, explica Paim (1998, p. 111).

Nessa mesma obra, *Ditadura, parlamentarismo, democracia*, Assis Brasil (1928) defendia que o “governo deve fundar-se e exercer-se de acordo com a média da vontade do povo” [redação original] (p. 26), posto que em uma verdadeira democracia “o povo não governa nem legisla directamente, mas por meio de representantes tão legitimamente escolhidos quanto o permitir o grau de cultura do

mesmo povo” [redação original] (p. 29) e expunha o objetivo da eleição política, visto que elas “são creadas para se obter a representação das opiniões que formam a opinião nacional” [redação original] (p. 55). A média das opiniões a que se reporta nosso personagem seria apurada proporcionalmente em uma base territorial que incluía todo o povo, notadamente, votante.

Assis Brasil também era partidário da representação proporcional de todas as correntes de opinião nas diferentes esferas de poder. Essa proporcionalidade garantiria o “franqueamento da representação nacional a todas as vozes”, o que, por sua vez, evitaria revoluções, lutas e confrontos, as quais surgem do desespero daqueles partidos políticos que não têm garantido sua representatividade no seio do povo. Afirmava Assis Brasil que:

Partido que tiver garantida a válvula da representação dificilmente planejará rebeliões. Se as maiorias sempre observassem o que é do seu interesse bem entendido, longe de embaraçar, proporcionariam lealmente a representação das minorias. (BROSSARD, 1998, p. 145).

A partir do que expomos, entendemos que nosso personagem almejava que a nação tivesse liberdade para fazer bons ou maus governantes. Essa liberdade seria respaldada pela representação política, pois tinha em si que a verdadeira representação era uma necessidade “não para fazer bom governo, mas para tornar o povo apto a fazer um bom governo” (ASSIS BRASIL, 1933, p. 502). Porquanto, a qualidade do governo brasileiro evoluiria à medida da prática eleitoral, desde que fossem garantidas as condições corretas para a execução do processo eleitoral em todos os níveis de governos, ou seja, desde a eleição de dirigentes do governo central até a dos dirigentes dos governos municipais.

No campo da teoria política, algumas contribuições assisista são pouco referidas. Em função disso, recorreremos a Passos (2006) a fim de registrarmos que, em 1893, nosso personagem propôs a reforma da lei eleitoral brasileira, em 1927 elaborou um projeto de legislação eleitoral para o Estado de Minas Gerais, e, em 1931, junto com João Crisóstomo da Rocha Cabral, elaborou a versão preliminar do primeiro código eleitoral do país.

Em Hollanda (2008, p. 34) encontramos uma síntese da contribuição oriunda na versão liberal brasileira, principalmente, firmada em Assis Brasil. Na expressão da autora, essa versão “imprimiu unidade e substância ao problema representativo”. Contudo, a “habilitação cívica do povo não dispensou a ação política marcadamente

estatal”, na qual incluímos o entendimento político da Primeira República sul-riograndense. É nesse período republicano que nosso personagem, Assis Brasil, propôs um programa de modernização da economia agropastoril sul-riograndense por meio da aplicação de novas técnicas. Tal programa constituiu parte do projeto de desenvolvimento pensado por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Pauta do próximo capítulo de nossa pesquisa.

4 O PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO SENHOR DO “CASTELO DE PEDRAS ALTAS”

Esse capítulo destina-se à reflexão sobre o projeto econômico e de desenvolvimento concebido por Joaquim Francisco de Assis Brasil. Notadamente, seu projeto acompanha o movimento político-econômico sul-rio-grandense que, como já mencionamos, experimentou expansão durante a Primeira República.

Ao longo de nossa pesquisa, evidenciamos que Assis Brasil expressou uma visão ligada à posse monopólica da terra e expôs suas ideias acerca do que considerava como ideal de economia rural para o país centrada na educação humanística e no curso técnico-profissional que ensinasse a aptidão para cuidar da terra e fazer produzir a lavoura e a criação com a finalidade de propiciar o bem-estar não de uma só classe social, mas de todas. É, pois, essa expressão que buscamos discutir nesse capítulo que se inicia com a concepção econômica de Assis Brasil, a Granja Pedras Altas, e expomos nossa argumentação relativa à hipótese de que nosso personagem construiu um projeto para a economia rural desvinculado da posse latifundiária da terra: “uma quadra, uma légua”. O fundamento desse projeto e da construção da granja centra-se no debate sobre fontes de riquezas que impulsionam a economia e o desenvolvimento rural do país, em especial, do Rio Grande do Sul, terra natal de nosso personagem.

4.1 A Economia Agropastoril em J. F. de Assis Brasil

O projeto de desenvolvimento econômico do RS iniciado na República Velha diferenciava-se entre facções políticas de concepções liberais e positivistas. É no interior desse projeto que situamos a questão da economia agropastoril na visão de Assis Brasil, a qual se funda em sua mais célebre premissa: a terra como fonte verdadeira da riqueza dos povos. Embutida nessa premissa se sustenta o projeto de sociedade claro, realista e progressista pensado por nosso personagem, o político, diplomata e doutrinador Assis Brasil, o qual Weiss (2010) retrata como defensor da distribuição de renda e do direito à saúde e à educação de todas as gentes. Sob o olhar de Antonacci (1981, p. 10), Assis Brasil “incorporou a disposição da ação das oposições gaúchas [...] Orientou e conduziu a luta partidária no RS para o

desenvolvimento de novas maneiras de atuação política da classe dominante rio-grandense”. É em meio à luta político-partidária que, aos poucos, nosso personagem se define pela vida campesina; um pedagogo do campo, ou como quer assim denominar Aita (2006a, p. 153), um “educador político moderno”.

Nossa análise se inicia com a percepção fisiocrata de Assis Brasil, para o qual, ligada à riqueza dos povos situava-se a natureza, a terra agricultável, aquela que, na Campanha gaúcha, produzia a carne e o couro e que, de certa forma, contribuía para tornar o Brasil um “país que come libras esterlinas”, referindo-se à “rigorosa dependência do estrangeiro, para provermos a nossa subsistência”. (ASSIS BRASIL, 1977, p. 8). Com base nessas percepções, aos poucos, nosso personagem vai transformar-se em grande incentivador da agricultura nacional e sul-rio-grandense, defendendo princípios para os distritos da lavoura e da criação.

As citações referidas no parágrafo anterior são registros do prefácio da primeira edição de *Cultura dos campos*, escrita em Paris, França, no ano de 1897 e lançada em 1898 pela Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, entidade essa fundada pelo próprio escritor, sobre a qual se refere Pimentel (1950, p. 3) como “uma útil entidade que veio a prestar relevantes serviços”, tendo suas principais finalidades expressas em seu Estatuto, a saber:

[...] facilitar, por meio de publicações, os conhecimentos práticos relativos à criação e à agricultura; distribuir sementes e instrumentos agrícolas; criar, quando seus fundos o permitam, centros de estudos práticos e estações agrícolas e pecuárias; intervê junto aos poderes da União e dos Estados no sentido de obter condições indispensáveis ao desenvolvimento da agricultura nacional, sobressaindo a criação de vias de comunicações da Capital Federal com os outros centros produtores; instituir prêmios e recompensas, exposições, concursos rurais, comícios e conferências, etc. (PIMENTEL, 1950, p. 3).

A Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura viabilizou a publicação de obras científicas ligadas à cultura da terra e à indústria cavalariça e bovina, principalmente, incentivou e promoveu a importação de sementes e de animais de raça, o que a levou a alcançar reconhecimento e transformar-se em uma instituição propagandista do país pelo mundo inteiro, obtendo diplomas de honra em eventos internacionais como na Exposição de Bruxelas, Bélgica, em 1910, e na Exposição de Turim, Itália, em 1911, bem como fomentou a criação de sociedades e eventos agropastoris e agrícolas em todo o país, menciona Pimentel (1950).

Como homem das letras, em *Cultura dos campos*, Assis Brasil apresentou uma base teórico-metodológica tida como essencial para o desenvolvimento econômico e social da nação e firmou seu comprometimento com um projeto socioeconômico pensado desde a luta pela Proclamação da República, explicitado e registrado já no início da primeira década da República Velha. O *locus* privilegiado para a aplicação dos princípios eleitos no projeto é a Terra, a qual “é um lugar em que o homem trabalha” [redação original]. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 16).

Na fundamentação de seu projeto agrícola, assim escrevera Assis Brasil (1977, p. 8): “Produzir mais, sim, é assunto que cabe inteiramente no campo da ação que nos propomos. Com mais exatidão, o que a nossa sociedade visa principalmente é uma distribuição da produção melhor do que a que temos”. Registrara, na sequência de ideias, sua preocupação com a dependência política e econômica do Brasil: “Não é livre, não é independente quem come e se move pela mão de outrem”, daí porque, “é preciso acabar com a dependência servil em que estamos, é preciso que nosso amigo saiba que temos em casa *o que comer* e com *que nos movermos*” [grifo nosso] (ASSIS BRASIL, 1977, p. 9). Abstraímos nessa citação a nítida preocupação de nosso personagem com as principais questões que conduzem a liberdade da nação: a produção, o que comer, e o transporte, com o que nos movermos. Essa preocupação, muito mais do que simples retórica, sobretudo, constitui-se como fundante da política econômica tecida pelos princípios liberais. Notadamente, tais questões se orientam pela lógica de liberalismo clássico seguido por Assis Brasil: liberdade, tolerância, defesa da propriedade privada, limitação do poder dos governantes e do individualismo.⁸⁵

Discorreremos até aqui sobre o pensamento político de Assis Brasil, mas sua concepção sobre o significado da economia de um país despendeu pouca atenção, sendo reservada para esse momento. Essa concepção é retirada da anotação do historiador Carlos Reverbel ao elaborar o prefácio da reedição da obra *Cultura dos campos*, em 1977. Assim:

[...] a economia de uma nação é análoga à de um indivíduo. Apenas tudo aparece em ponto maior. Para o indivíduo, como para o Estado, é certo que quem gasta mais do que produz há de cair na pobreza. Não há discurso bombástico, nem argumentação retórica, capaz de destruir essa verdade.

⁸⁵ Os princípios do liberalismo clássico foram discutidos anteriormente com fundamentos teóricos centrados em, dentre outros autores, Rémond (1974), Malfatti (1985), Stewart Júnior (1990), Rodriguez (2002), Bobbio (2005), Aita (2006a), Padoin e Rossato (2013), Montaner (2013) e em recortes de publicações do próprio J. F. Assis Brasil.

Entretanto, é esse infelizmente o caso do nosso caro Brasil. Temos, porém a satisfação de reconhecer que o mal não é irremediável. E o remédio é à terra que teremos de o pedir. (REBERVEL, 1977, p. 16).

A metáfora do nosso personagem, 'pedido de remédio à terra', reafirma sua mais diletta crença na terra como fonte de riqueza dos povos. Não obstante, tal riqueza provém, sobretudo, da utilização e da exploração correta da terra, do solo, tanto para fins da lavoura como da criação. Então, é preciso instruir o povo para tais fins, notadamente, Assis Brasil referia-se ao povo brasileiro e ao povo gaúcho.

O povo gaúcho, falamos daquele povo sul-rio-grandense que Assis Brasil conhecia e que dele escrevia com familiaridade. Por tal, reportamo-nos a sua obra *História da república rio-grandense*, publicada em 1881, reedição de 1981, da qual retomamos parte com a finalidade de nos aproximar do pensamento assisista sobre política e economia sul-rio-grandense. Nessa publicação, escrita pelo propagandista da República, como assim o denomina Saccol (2013), nosso personagem se propôs a explicar causas/fatores que levaram à construção de uma república independente. Entendemos que ao focar aspectos físicos, hábitos, tendências, alimentação, industrialização, formação pastoril e guerreira do povo gaúcho, Assis Brasil retratava a relação homem-natureza-cultura que, em síntese, compõe parte de sua própria história, na qual se fundamenta para edificar um projeto de desenvolvimento para o povo brasileiro e gaúcho e seu projeto particular para a vida de homem do campo.

Concebemos, pois, que, em Assis Brasil, não há como se pensar em projeto de desenvolvimento da sociedade e da economia agrícola/pastoril sul-rio-grandense sem que se sobreponha a noção da cultura e do estilo de vida do homem brasileiro e, principalmente, do homem da Campanha gaúcha, do pampa sul-rio-grandense, ligado à produção de carne e de couro. É lá, nessa região, escrevia Assis Brasil (1981, p. 25) que “come-se carne, e da melhor, das mais fresca e substancial”, alimento abundante e disponível que ricos e pobres comem sem qualquer problema. É esse mesmo alimento que cria divisas para o Estado do RS e para o país.

Ainda é na citada publicação, *História da república rio-grandense*, que nosso personagem concebia o trabalho da estância como construtor/edificador das relações sociais, intrinsecamente, ligadas à vida cotidiana do patrão e do peão e na relação desses com a natureza. Porquanto, há que se instrumentalizar o estancieiro e o peão para seguir um projeto de desenvolvimento socioeconômico apoiado pelo

uso de tecnologias [técnicas]⁸⁶ aplicadas no trabalho da terra para a agricultura: criação e lavoura. Na concepção assistida, essa instrumentalização passaria, necessariamente, pela via da educação e da cultura, o que justifica a publicação de sua obra *Cultura dos campos*, sobre a qual, auspiciosamente, Assis Brasil (1981, p. 9) registrou sua esperança de que a leitura desse livro “provocasse a atenção da mocidade atual para a cultura do campo, tão esquecida, justamente na época em que se torna mais evidente a sua necessidade”. Na continuidade, expôs:

Debaixo desse ponto de vista, este livrinho ou outro que for julgado mais digno que ele, tratando do mesmo objeto, seria de utilidade nas escolas públicas ou particulares, ainda que somente como exercício de leitura para os alunos mais adiantados. Eles se familiarizariam assim com pressões e noções agrícolas, que em alguns despertariam a mais salutar de todas as vocações e uma das poucas em cujo exercício o homem pode ser feliz. [...] “Nihil est agricultura, nihil uberius, nihil dulcis, nihil homine dignus”. Estas palavras, verdadeiras já no tempo de Cícero, que as proferiu há dezoito séculos, deviam ser gravadas no coração da mocidade atual, como um dos meios mais energéticos da regeneração da Pátria. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 9-10).

Em a *Cultura dos campos*, ocupado com educação, tecnologia e progresso, Assis Brasil expôs, de maneira didática, clara, prática e útil, um ensinamento sobre solo, plantas, adubos, terra de campo e terras de mato, trigo, centeio, milho, cevada, arroz, alfafa e outras forragens necessárias para alimentar a criação. São esses os temas que nosso personagem vai aliar à temática da criação de raças de animais: equinos, vacuns, cabras e ovelhas para empenhar-se pessoalmente nas discussões sobre o desenvolvimento da agricultura do país e do Estado. Para tal, buscou dar significado para a terra, à educação e à relação homem-natureza-cultura em intrínseca e constante interação: o homem aplica a tecnologia para explorar e cuidar da natureza, da terra, – o ar, a atmosfera, a água, o solo e as floretas –, e ela lhe retribui com frutos; na terra está a fonte verdadeira da riqueza dos povos.

Em diversas obras, Assis Brasil expôs sua premissa de educação do homem para melhorar suas condições de vida, reafirmou sua concepção de educação técnico-profissional na defesa de uma efetiva instrução que concorresse de maneira favorável para o desenvolvimento do país e do Estado sul-rio-grandense. Tal

⁸⁶ Preferimos usar o verbete ‘tecnologia’ ao invés de ‘técnica’ visto que, na época, tal verbete não era comumente utilizado. Contudo, Assis Brasil não se referia apenas ao saber fazer adequadamente, ao saber prático, como também à ciência do saber fazer e ao uso de arados, tratores e outros equipamentos, por exemplo, ditos hoje pertencentes ao grupo das tecnologias do campo. Portanto, todas as vezes que nos referimos a tecnologia evidenciamos a compreensão de ciência associada à técnica, na expressão matemática de ciência + técnica = tecnologia. (ABBAGNANO, 1982).

premissa foi expressamente registrada no Programa do PRD, elaborado por Assis Brasil, e, posteriormente, reafirmada no Programa do PL, explica Osório (1992).

Na *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, em 1907, com relação ao território do Estado sul-rio-grandense e à necessidade de educação técnico-profissional, assim expressava nosso personagem:

Tudo está por fazer. Em matéria de lavoura, ninguém sabe ainda quais as espécies vegetais que convêm definitivamente aos nossos variados solos. Quanto à criação, a mesma incerteza e ignorância. Os próprios problemas iniciais e fundamentais não estão sequer formulados em nenhum dos grandes distritos da agricultura: a lavoura e a criação. (BROSSARD, 1989, p. 10).

Na citada publicação de 1907, Assis Brasil seguiu em defesa de sua premissa: a educação para a agricultura. Nessa publicação, nosso personagem abordava a importância de instituições formativas de nível técnico e lamentava a “obsessão pelo bacharelismo do povo, que prefere estudar Direito, Medicina, Letras, etc.”, enquanto que na lavoura do RS, um dos distritos da agricultura, pouco ou quase nada era conhecido. Nesse raciocínio, tomara como exemplo o cultivo de trigo para defender a necessidade de serem investigados, cientificamente, o solo e as espécies existentes desse cultivar a fim de encontrar a que melhor se ajuste à realidade: “[...] ainda não sabemos quais as variedades de trigo que podem prosperar no Estado, depois que, há cerca de um século, a invasão do terrível fundo europeu levou o gelo do desânimo aos corações dos plantadores: a terra desentranhava-se então em messes fabulosas”. Na sequência, aludia-se ao distrito da agricultura, a criação, e criticava as discussões brasileiras em torno “[...] das raças mais convenientes, não seguem um critério racional”.

Em 1916, na Conferência realizada em Belo Horizonte, MG, Assis Brasil retomou a temática, relação homem-natureza-cultura, expôs o significado da terra e do produtor tendo como base sua premissa fundante, educação para a agricultura, para a terra, isto é, educar o homem para cuidar e explorar aquela, da qual tudo se tira, cuja finalidade é promover o desenvolvimento econômico e social do país. Assis Brasil assim se expressava:

Se nem todos podemos especificar, todos certamente sentimos estas duas cousas: 1^a, que toda a existência nacional, os meios de vida, os meios de conservação e progresso, os meios de garantir a própria soberania da nação – vêm da terra; 2^a, que nós ainda não vemos a terra dar com evidência e segurança tudo o que se espera d’ella, tudo quanto ella pode, ella deve dar.[redação original]. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 15).

Nessa Conferência, Assis Brasil (1916, p. 15) defendia a necessidade de alterar os métodos de produção – tanto na lavoura como na criação – de forma que o pedir e o obter da terra resultasse naquilo que verdadeiramente “d’ella tem de vir. Há, pois, necessidade de uma Reforma Rural”. Essa reforma rural, na percepção assistista, seria um ponto que congregava opiniões comuns entre várias pessoas, residentes em diferentes partes do país. Afirmava: “não há um ser pensante, que tenha dedicado alguma meditação nos mais substanciaes interesses do paiz, – que não concorde com a necessidade da reforma rural do Brasil” [redação original].

Dentre os pontos comuns e convergentes dos defensores da reforma rural no país estava o reconhecimento da riqueza da terra brasileira que se expressa não só pela sua extensão territorial, mas, sobretudo, pela diversidade do solo que “assim como é o assento da planta, o é igualmente do homem”, afirmava Assis Brasil (1916, p. 16), e, na sequência ao se referir à extensão territorial e à produtividade da terra, propunha: “Temol-a, nós brasileiros, em extensão phantastica, incrível, e phantastica e incrivelmente, insignificante é a riqueza que d’ella extrahimos, concordando todos, aliás, em que ella é tão rica”. [redação original].

Interligado à reforma rural e à defesa de maior produtividade da terra para o homem alcançar alto padrão de vida no campo, Assis Brasil também se punha defensor do direito à propriedade, concebido como fundamento da autonomia da personalidade humana com as restrições que são requeridas pela função social da propriedade privada. A defesa desse direito compõe um dos pilares da proposta econômica do Programa do PL (1945), cuja redação expressa concepções liberais.

Na citação seguinte, retirada da Conferência de Belo Horizonte, MG, nosso personagem reportava-se ao significado da terra, da prática do homem que dela cuida e da educação desse homem. Nela, percebemos claramente que, em Assis Brasil, a terra é vista como o local de trabalho do homem educado para a agricultura, cujo significado situa-se muito além do sentido de homem letrado – aquele que junta letras, palavras e períodos, escreve livros e faz discurso, sobressaindo-se a concepção de educação como técnica: é aprender o modo de fazer; a maneira de aprender a fazer correto. Nesse evento, Assis Brasil pregou uma proposta de educação a exemplo dos povos cultos da época, sustentada por tecnologias e práticas rotineiras eficazes para ampliar a produtividade da agricultura. Vejamos:

[...] É essa uma pitoresca noção corrente entre os povos de alta capacidade agrícola. É verdadeira e é profunda. Entre outras significações, ella [a terra,

grifo nosso] tem esta – que o êxito na exploração agrícola depende quasi exclusivamente do homem, da sua educação, do seu caráter, da sua capacidade. [...] A primeira necessidade é o homem, mas o homem capaz. O homem educado, o homem armado para subjugar a natureza, o homem-homem. Do que precisa o homem para ser assim? De educação. Mas, educação, neste caso, não é juntar letras e palavras e períodos, escrever livros e fazer discursos; é aptidão para fazer produzir. [redação original]. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 15-6).

Na conferência pública realizada na Sociedade Germânica de Porto Alegre, em outubro de 1904, dentre outros temas, Assis Brasil comentou sobre o método de ensino, especialmente em referência ao ensino-profissional. Entendia, pois, que o método deveria associar o ensino da teoria e da prática, e reconhecia que o ensino na prática traduz o próprio sentido do aprender a fazer. “É muito melhor e mais fácil aprender os simples e curiosos segredos da germinação das sementes, da vida das plantas, que mastigar – e mesmo deglutir, mas não digerir – um excerto de sermão do Padre Vieira ou uma estrofe heroica de Camões”. (HOLLANDA, 2011, p. 181).

Na sequência, a citação também é referente à Conferência de Belo Horizonte, MG, quando, em especial, nosso personagem discorreu sobre educação técnico-profissional e, mais uma vez, mostrou sua preocupação com o exercício da prática, notadamente aliado à teoria, daí a razão de recomendar que as Escolas de Agricultura, de qualquer grau de ensino, situadas no território nacional, fossem localizadas longe dos centros urbanos, “ao menos longe das grandes cidades e sempre cercadas de terreno suficiente para os trabalhos e experiências educativas na terra e para isolar a mocidade o mais possível do bulício perturbador das aglomerações humana”. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 18).

Sobre a importância da educação, Assis Brasil defendia ser ela que nos dá

[...] critério seguro para distinguir entre o que é aceitável e o que não o é, das muitas coisas que nos são propostas por outrem e das que nós mesmos concebemos. E essa educação [...] sem deixar de assentar em boas thteorias, deve principalmente ser adquirida no trabalho – fazendo e vendo fazer. Vale mais, muitas vezes, uma hora de ver do que um anno de lêr. [redação original] (ASSIS BRASIL, 1916, p. 45).

Assis Brasil concebia o labor da produção mais significativo que a ação do consumo, ainda que exponha sua crença de que a primeira finalidade da economia é satisfação das exigências do consumo. Na citada Conferência, afirmava que o produtor é, em geral, mais feliz que o consumidor. “É o trabalho dos trabalhos, o que dá o nome à própria ação da energia humana – elaborares, lavrar”. Nesse sentido, o significado da produção, no caso do produtor rural, do homem que trabalha a terra,

umenta de evidência, defendia Assis Brasil (1916, p. 23). Reside aí a importância de aprender o labor da agricultura, da produção na prática, sem desprezar a teoria, visto que, “[...] o homem que lavra a terra é um ser substantivo, independente e livre, e pode ser um ente superior e feliz; é o tronco que vive da seiva própria, nutrindo-se do sólo em que afunda as raízes e da atmosfera em que espalha a fronde triumphal”. [redação original]. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 32).

Assis Brasil defendia a existência de outras atividades produtivas, alegando que em nação alguma seria desejável existir exclusivamente a civilização agrícola. Nosso personagem também considerava que pelo trabalho constante da terra, explorada por gerações a fio, ocorria preponderância do desenvolvimento material em detrimento do progresso intelectual do ser humano. Todavia, expressava ser devido ao progresso intelectual que surgem novas maneiras de realizar a prática cotidiana e rotineira – a tecnologia do e no campo – que possibilitam as novas gerações explorar e cuidar da natureza para que ela continue a produzir riqueza, visto que toda riqueza provém da terra.

[...] Pura agricultura, sem indústria e sem letras – seria ideal acanhado de civilização. Os grandes centros serão sempre necessários para os altos estudos, para as ciências para as artes. E os campos, cultivados, prósperos, civilizados, permanecerão sempre como o melhor refúgio do espírito, como a principal fonte da riqueza, e até como os inextinguíveis reservatórios donde confluirão para as cidades, armadas de saúde e força, as novas gerações que hão de compensar as perdas e devastações da luta diária das sociedades, na ansiosa ascensão eterna do progresso. (ASSIS BRASIL, 1917, p. 28-9).

A educação para a agricultura, que tem como base a relação homem-natureza-cultura, em Assis Brasil, além da publicação de manuais técnico-científicos, ainda permeia o estímulo à associação de produtores e de criadores e o incentivo à realização de congressos, conferências e exposições rurais, eventos que, no caso brasileiro, tornaram-se instrumentos de progresso da agricultura: criação e lavoura. É bem verdade que o governo sul-rio-grandense, simpatizante do positivismo comteano, também percebia o incentivo à união das classes produtoras na forma de associações, cooperativas ou sindicatos, seguindo a fórmula comteana, “como eficaz para diminuir as tendências, às vezes nefastas, do mercado”, afirma Fonseca (1983, p. 94). Em Assis Brasil, esse incentivo reveste-se do ideário liberal, passa pela ideia de liberdade, de tranquilidade e de prosperidade para atender o propósito

de vida individual e social, pelo refutar da intervenção do Estado na economia e na produção de riquezas geradas na empresa e na propriedade privadas.

Todavia, conforme Pimentel (1950), foi quase no final do século, em 1898, que surgiu a primeira associação de criadores na cidade de Pelotas, RS, que realizou a primeira exposição rural no ano seguinte, a qual contribuiu para incentivar o debate nacional em torno das raças de vacuns, doenças, pastagens, transporte, graxaria, charqueada e frigorífico.

Em relação às raças criadas no Brasil, em 1914, na Exposição Rural de Bagé, cidade fronteiriça, a Sevilha rio-grandense, como assim a denominou Assis Brasil, nosso personagem defendia, novamente, a falta de premissas criteriosas na seleção do gado vacuns a fim de que fosse estabelecido um plantel bovino rentável, adaptado às condições de solo, de clima e de cultura – gramíneas para pastoreio – existentes nas diversas regiões do RS e do Brasil. Para Assis Brasil, as exposições agropastoris seriam, pois, as escolas abertas de onde fluiriam os ensinamentos necessários para possibilitar ao criador de animais mostrar, com seu exemplo, o trabalho realizado em prol do bem comum. Defendia, então que:

[...] O critério das exposições deveria ser provar qual a melhor das raças para uma determinada região e para isso o orador lembra um meio prático e simples: criar num mesmo campo animais da mesma idade e do mesmo grau de sangue, depois abatê-los para verificar qual o que produz mais ouro. A raça que mais produzisse, nas mesmas condições de criação, seria a melhor. [...] As exposições são a escola onde todos nós vimos dar a nossa lição, mostrando o trabalho que efetuamos para auxiliar o bem comum. (PIMENTEL, 1950, p. 83-4).

Em meio ao ofício de diplomata, Assis Brasil escrevera o prefácio do livro *Guia do criador de carneiro*, de autor australiano, cuja obra fora traduzida para o português e impressa em 1896 para distribuição gratuita pela Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura. Essa publicação representou parte de seus esforços para incentivar o desenvolvimento da criação de ovinos e de caprinos no Estado do RS e em outros Estados do Brasil. Nesse período, nosso personagem iniciou e deu continuidade à sua proposta de discutir, no país inteiro, temas relacionados à agricultura – criação e lavoura –, à maneira de como promover o desenvolvimento do campo para ocorrer a melhoria do padrão de vida homem rural. Para tal, proferiu

conferências, participou de congressos e exposições-feiras em grande parte do território nacional.⁸⁷

Em *História da república rio-grandense*, publicação já mencionada, Assis Brasil explorou a temática sobre a relação patrão-peão-natureza sem especificar diferenciação classista, isto é, entre classes sociais, o que lhe permitiu estender o significado de educação para a agricultura. Em eventos – congressos, conferências e exposições rurais – foi que nosso personagem sustentou a necessidade de instrução para ‘patrões’, criadores, a fim de transformar os métodos da atividade produtiva, principalmente, “para pedir e obter da terra o que dela tem de vir”. No Rio de Janeiro, em 1908, ao proferir sobre *Raças vacuns convenientes ao Brasil*, Assis Brasil defendia que cada criador deveria se convencer “de que exerce a profissão de um verdadeiro industrialista, direi mais, um verdadeiro sábio, chamado a transformar matérias vis naquele que os alquimistas procuram inutilmente conseguir – barras de ouro”. (ASSIS BRASIL, 1908).

Essa mesma compreensão é expressa no *Guia do Fazendeiro*, seção do jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, RS, 1916, quando Assis Brasil expunha sua crença de que no Estado não havia “campo totalmente ruim. Todos são bons. Os donos é que nem sempre o são. Em todos os distritos do Estado há criadores prósperos e outros arrebatados. A questão é, pois, antes de tudo, de *aptidão individual* [grifo nosso]”. (REVERBEL, 1984, p. 144).

Lembramos que, em Assis Brasil (1916, p. 15), *aptidão* significava formação técnico-profissional adequada para determinada atividade produtiva: “é aptidão para fazer produzir”. Todavia, para Assis Brasil (1996, p. 34), a formação técnico-profissional excede os limites da força individual, sobretudo, há que se reclamar “a energia social concentrada na administração pública”. Essa energia será responsável pelo fornecimento de subsídios financeiros para possibilitar a construção de uma infraestrutura básica para as escolas de Agricultura. Em 1908, no Programa do PRD, elaborado por Assis Brasil, uma das propostas apresentadas pelo partido dizia respeito à educação pública e profissional. Essa mesma proposta é registrada no Programa do PL, transcrita da obra de Osório (1992, p. 184). “Consagrar a maior quota possível dos recursos do Tesouro ao serviço da instrução pública e da educação profissional, principalmente no que toca à agricultura e

⁸⁷ Nessa tese, na seção 3.4, apresentamos uma síntese da cronologia histórica de Joaquim Francisco de Assis Brasil como homem letrado, diplomata e político, com base em Aita (2006a).

indústrias rurais”. Todavia, torna-se prudente mencionarmos que a instrução pública no RS, durante os governos castilhistas-borgistas, atingiu índices consideráveis tanto no que diz respeito à alfabetização como à aplicação dos recursos do Tesouro do Estado. Osório (1992, p. 184) expõe que, no ano de 1889, a percentagem de não alfabetizados atingia 75% do total de uma população menor que um milhão de habitantes; em 1926, esse percentual desceu para 63,70% do total da população estimada, superior a dois milhões e meio de habitantes no Estado, complementam Noll e Trindade (2004).

Com relação aos recursos do Tesouro, expõe Osório (1992) que a verba destinada ao custeio da instrução pública que, em 1889, era de 400:000\$000, atingiu gradualmente 6.374:310\$540, na dotação orçamentária do Estado em 1927. A verba orçada em 1929 para a “instrucção publica é de 10.591:687\$800, além do auxilio de 720:00\$000, applicado ao ensino thecnico-pprofissional”. [redação original].⁸⁸ Notadamente, houve acréscimo nos recursos do Tesouro do Estado para atender a instrução básica e o ensino técnico-profissional, durante os governos do PRR. Esse acréscimo decorre do aumento da demanda em função do aumento populacional do RS. No ano de 1889, cerca de 31000 estudantes concorreram à instrução pública⁸⁹ ofertada nos níveis – básico, técnico-profissional e superior. Em 1929, em todos esses níveis, a instrução pública atingiu 206.879 estudantes.⁹⁰

Apesar das dificuldades, é possível inferirmos que as bases fundantes da estrutura de uma educação técnico-profissional para a agricultura são firmadas por Assis Brasil. Da mesma forma, com base nas discussões assistidas supomos que o conflito entre tradição e inovação na agricultura brasileira continuaria a permear a relação homem-natureza-cultura ao longo de toda a República Velha, em especial, enquanto o RS desenvolvia o projeto econômico e social do governo do PRR.

Porém, ao longo da história brasileira, Brossard (1989) menciona que o tempo não confirmou muitas expectativas de Assis Brasil para o desenvolvimento do país e do RS, caso específico da sua crença nas raças bovinas. Todavia, para o autor, o mais importante foi que Assis Brasil introduziu nova mentalidade sobre a riqueza da terra, alterou concepções sobre a criação, principalmente, no que se refere à criação de animais, no Brasil, a qual deveria obedecer a critérios superiores. Assim se

⁸⁸ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1930, p. 76).

⁸⁹ Ibidem (RS. Mensagem 1990, p. 10).

⁹⁰ Ibidem (RS. Mensagem 1930, p. 76).

expressou Brossard (1989, p. 49): “E se é certo que só não ensina quem nada faz, como disse, ele foi um disseminador de ideias novas, permanentemente preocupado com o progresso da atividade rural”.

As expressões de Assis Brasil colocam claramente os princípios liberais de seu projeto social e econômico vislumbrado para o país e para o Estado do RS. Mas, suas palavras proferidas em conferências ou em congressos ou registradas em livros e folhetins da época eram expressões verbais, ou seja, ainda eram teses sustentadas por teorias que necessitavam de ação prática, da práxis. Daí, porque nosso personagem decidiu viver a cultura dos campos em Pedras Altas e, dessa forma, defender sua tese sobre o direito de propriedade, da posse monopólica da terra rentável, e comprovar sua luta pela produtividade da agricultura, “uma quadra, uma légua”, a ilustração do seu lema “não louvo o que tenho, tenho o que louvo”.

4.2 A Construção da Granja Modelo

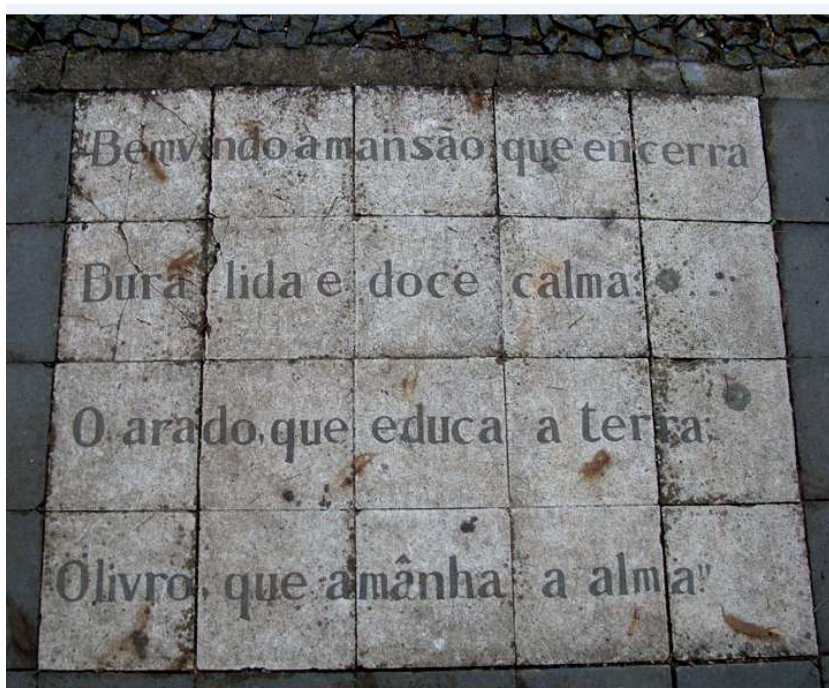
A construção da granja-modelo servia ao propósito de Assis Brasil, ou seja, viabilizar ciência, tecnologia, conforto e alta produtividade no campo, em pequenas propriedades rurais. Nosso personagem pretendia impulsionar o conhecimento técnico a fim de revolucionar os métodos de cultivo da terra e da criação de animais para obter em “uma quadra” de campo o equivalente a produtividade/renda de “uma légua” de campo alcançada pelos produtores/criadores do RS naquela época.

Ao escrever *Granja de Pedras Altas*, o próprio Assis Brasil explicava que no RS eram empregadas tais medidas de superfícies, significando que um quadrado de 6.600 metros corresponde a uma légua de campo e cada légua continha 50 quadras. É, pois, com vista à exploração econômica de uma légua de campo que nosso personagem instalou seu projeto de granja-modelo em Pedras Altas, o qual “obedece a um plano concertado durante anos de meditação e de experiência própria e alheia”, afirmava Assis Brasil (1908, p. 6).

Na explanação de Assis Brasil (1908, p. 6), a construção da Granja de Pedras Altas, sobretudo, representaria seu esforço pessoal com a finalidade de “demonstrar com o exemplo o que a palavra escrita e falada, tem evangelizado à sociedade, quanto a muitas reformas de economia rural necessárias entre nós”. De igual maneira, expunha nosso personagem que a realização desse projeto, também,

traduzia uma tentativa de mostrar que no campo, longe do burburinho urbano, com a aplicação de modestos recursos financeiros e com o uso de adequadas tecnologias, era possível construir e viver um estilo de “vida confortável e inteligente, – bem-estar sem luxo, repouso sem ociosidade”. Nessa compreensão, nosso personagem afixou na entrada da granja uma placa (Figura 5) de boas-vindas ao visitante e que, ao mesmo tempo, traduzia o labor da nobre e árdua vida campesina.

Figura 5 – Placa de entrada na Granja de Pedras Altas



Fonte: Site Imagina (2010).

A esperança de Assis Brasil era que, quem visitasse a Granja de Pedras Altas encontrasse no estabelecimento inteiro – construções diversas, distribuição de várias secções de lavoura, criação e indústrias rurais – uma espécie de granja-modelo, granja-laboratório, em que “uma visita a ela valha por uma lição de coisas”, pois, quando pronta e em plena operação, o visitante encontrará nela:

[...] uma biblioteca de alguns milhares de volumes sobre todas as ordens de conhecimentos e especialmente ciência, artes e indústrias agrícolas; instrumentos com as condições peculiares ao Rio Grande e distritos análogos do Brasil, sendo os interessados instruídos sobre a montagem e utilização dos mesmos e vendo-os operar nos campos experimentais de granja; mudas e sementes de plantas úteis, ornamentais, frutíferas e industriais; produtos autênticos de reprodutores puros (selecionados segundo as mais escrupulosas regras zootécnicas e adaptados ao clima e outras circunstâncias locais) das espécies domésticas de maior utilidade – aves de diferentes raças, suínos para carne e gordura, ovinos para lã e carne, vacuns para carne, leite e trabalho, cavaleares para velocidade,

montaria e tração; finalmente instalações industriais econômicas para a fabricação de laticínios, conservas de frutas e outros produtos. (BROSSARD, 1989, p. 33).

Na construção de Pedras Altas, Assis Brasil usou matéria-prima abundante na região como o granito-rosa, que foi tratado e aplicado no revestimento do castelo, contou com auxílio de engenheiros e pedreiros de renome, na época, e também de trabalhadores sem formação acadêmica. Recortamos de Reverbel (1984) uma citação retirada dos registros de nosso personagem que retrata peculiaridades sobre a construção da obra e seus trabalhadores.

[...] já havia empregado três espanhóis para trabalhos de pedra. Ali aparecidos por acaso, eram bons canteiros e se chamavam Augutin Penel, Ricardo Gamallo e Antonio Garrido. Como o local e redondezas eram de formação granítica, as pedras foram encontradas quase junto ao canteiro de obras. [...] Casados alguns, haviam deixado as mulheres na sua terra. Assis Brasil encarregava-se de remeter-lhes mensalmente parte dos salários dos maridos. Naqueles tempos de câmbio livre, o dinheiro ia pelo Banco da Província. (REVERBEL, 1984, p.14-6)

Oito anos depois de escrever em Buenos Aires, Argentina, sua obra *Granja de Pedras Altas*, na Conferência de Belo Horizonte, MG, em 1916, já referida, Assis Brasil expressou-se satisfeito pelo desenvolvimento do seu projeto Granja de Pedras Altas. Em suas palavras: “Posso mesmo dizer que tenho conseguido muito mais do que prometti”. [redação original]. (ASSIS BRASIL, 1916, p. 47).

Naquela ocasião, nosso personagem defendia que o visitante de Pedras Altas constataria que sua promessa de alcançar produtividade na agricultura em uma quadra igual a uma légua, ou seja, tirar da mesma unidade de terra cinquenta vezes mais do que a média da renda que obtinham os sul-rio-grandenses, teria se tornado uma realidade observável. Afirmava Assis Brasil (1916, p. 47) que tal realidade poderia ser fácil e rapidamente verificada pelo visitante de Pedras Altas, “onde tudo póde ser examinado, onde tudo é transparente, crystalino, onde tudo se vê, desde as plantas, os animaes e o trabalho, até a correspondencia commercial e á conta do Banco”. [redação original].

Com base na literatura, não há dúvida de que a Granja de Pedras Altas fora construída para ser visitada, apreciada e, se possível, copiada, uma granja-modelo, laboratório, exatamente porque o trabalho do campo com a vegetação e a criação, sobretudo, era realizado com conhecimento, tecnologia e conforto. Muitas das peculiaridades da vida em Pedras Altas foram retratadas no *Diário de Cecília* (1983).

Entendemos também que, no projeto Granja de Pedras Altas, Assis Brasil pretendeu construir uma empresa rural sustentada pela diversificação da atividade produtiva instalada e operacionalizada no interior da granja, de tal maneira, que possibilitasse a transformação dos produtos primários, retirados da exploração da lavoura e da criação, em produtos derivados, destinados à comercialização. Como exemplo, lembramos que na Granja de Pedras Altas havia uma indústria de laticínio para processar o leite tirado de vacas da raça Jersey, principalmente, e de algumas da raça Devon, ambas oriundas de exemplares importados. Do processamento do leite resultavam queijos e manteigas especiais que eram comercializados. O gado para o abate e os exemplares para a venda em pé, principalmente reprodutores machos e fêmeas, resultavam do manejo técnico da criação. O couro era curtido para se aplicado em trabalhos artesanais.

Havia, também, na Granja de Pedras Altas, a criação de galinhas da raça *white wyandotte*, importadas dos Estados Unidos da América, cuja produção de ovos servia ao consumo da Granja e o restante à comercialização. Escreve Brossard (1989, p. 35) que a superioridade inovadora e progressista da produção de ovos despertou maledicência que difundiu a crença que “os ovos da granja não produziam pintos posto que eram passados em água quente para ficarem inutilizados para a reprodução”. Com relação a esse assunto, foi essa a resposta de Assis Brasil, registra o autor: “A coragem é necessária não somente para o trabalho, mas até para vencer a antipatia espontânea de que logo se faz alvo todo o inovador”.

Pondo em evidência seu potencial criador, Assis Brasil inventou vários modelos práticos de porteiras e utensílios de uso doméstico como a bomba de chimarrão de mil furos que leva seu nome. Na Granja criou somente animais de matrizes importadas, além das vacas e galinhas, cavalos árabes e ovelhas das raças *karakul* e *polwarth*, conhecida como raça ideal. Cultivou novas espécies de árvores, como o eucalipto que foi por ele introduzido no RS, e uma variedade de frutas e de legumes plantados no pomar e na horta que abasteciam a Granja.

Além da fortaleza com traços medievais, o Castelo de Pedras Altas, edificado para valorizar a vida no campo e o contato com a natureza, na Granja, Assis Brasil construiu estrebarias, galpões e porteiras ainda encontram em funcionamento. Nas palavras de Reverbel, um complexo empreendimento, projetado como um parque,

[...] preparado para receber casas residenciais, estábulos, galpões, depósitos, currais, bretes, cocheiras, celeiros, a par de uma horta, aviários e

um pomar com olivais, laranjais, vinhedos, pessegais, assim como um jardim,...tudo disposto de modo harmônico e bem distribuído, formando diferenciado conjunto, mas sem promiscuidade alguma nem agressão ao meio ambiente. (REVERBEL, 1984, p.14).

Enfim, na concepção de Assis Brasil, Pedras Altas representaria o modelo de fazenda que seria ideal para o país; uma moderna empresa agropastoril. Tal assertiva encontra respaldo no prefácio da obra *Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos*, editada em 2006, quando o então senador Pedro Simon defendia que a Granja Pedras Altas teria sido precursora de uma instituição estatal que somente surgiria mais de setenta anos depois, a Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (p. 12). A citada defesa se prende ao fato de que Assis Brasil, a partir de raças importadas de animais – equinos, ovinos e bovinos – em Pedras Altas, procurou adaptá-las ao clima brasileiro, buscando, sobretudo, maior produtividade no campo. Da mesma forma, o autor do prefácio expõe Assis Brasil como precursor de diversas culturas agrícolas, um especialista em questões rurais. Além disso, menciona que nosso personagem se destacou pela defesa da necessidade de evitar o desmatamento e despertar o interesse pelo reflorestamento. “Digo, sem medo de errar, que Joaquim Francisco de Assis Brasil era um homem muito além de seu tempo”, encerrou o citado prefácio Pedro Simon.

A partir do que já pautamos nesse capítulo, considerado o prefácio escrito por Pedro Simon (2006) e o registro de Reverbel (1984, p. 110), recortamos parte do que Assis Brasil escrevera em *Guia do Fazendeiro*, 1916, para encaminhar, na próxima seção, o projeto de desenvolvimento rural do RS idealizado por nosso personagem. Eis, o registro: “[...] aconselho fortemente qualquer despesa ou esforço possíveis para se melhorar algum campo defeituoso. Porque há campos inferiores que podem tornar-se superiores, com despesa e esforço perfeitamente dentro das regras da boa economia”. Reconhecida a diversidade da terra gaúcha, dos campos, analisamos, então, o encaminhamento do projeto de desenvolvimento rural para o Rio Grande do Sul pensado e defendido por Assis Brasil desde 1898.

4.3 O Projeto de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul

Retomamos alguns aspectos fundantes da economia sul-rio-grandense, cujo percurso histórico possivelmente nos permita abstrair e analisar os princípios

orientadores do que defendemos ser o projeto de desenvolvimento rural de Assis Brasil; o homem que nasceu durante o período Imperial brasileiro, na região da Campanha gaúcha, onde predominava o pensamento liberal que concebia a expansão da pecuária bovina e a conquista de novos centros consumidores como possibilidade para a exportação do charque e para alavancar o desenvolvimento e a economia do Estado sul-rio-grandense.

Quando jovem Assis Brasil tornou-se propagandista da República e viveu parte de sua vida em um Estado economicamente enfraquecido, diante um modelo arcaico de produção e de uma economia, principalmente, orientada [para a] e concentrada na agricultura – aqui entendida na concepção assistida como criação e lavoura – que além de uma infraestrutura em construção e/ou sucateada, enfrentava dificuldades para exportar seu principal produto, o charque, décadas mais tarde, a carne frigorificada e os produtos da lavoura.

Proclamada a República, Assis Brasil se tornara homem público, diplomata brasileiro, defensor do ideal republicano, participara ativamente na fundação do PRR, partido esse que, no Governo do Estado, teve em nosso personagem um forte opositor devido à adoção do pensamento positivista como norteador da política econômica, a qual buscava novas opções para o desenvolvimento da economia do RS, principalmente, fundada na exploração da lavoura; uma economia alternativa ao predomínio absoluto da pecuária ou da criação, no entendimento de Assis Brasil.

Em nossa pretendida análise em paralelo, buscaremos mostrar que muitas das ideias defendidas por Assis Brasil, registradas em sua vasta literatura a respeito do desenvolvimento do homem do campo tornaram-se preocupações expressas pelos governos castilhistas-borgistas, agora sob a concepção positivista, registradas no Programa do PRR que, posto em prática, instaurou uma série de discussões, notadamente entre incentivo à pecuária, Metade Sul, e à policultura, Metade Norte, com o firme propósito de deslocar a dependência da economia do Estado da tradicional atividade agropastoril para uma base econômica alternativa, desvinculada a dependência do Tesouro do Estado do imposto de exportação.

Ao iniciar nossa análise, lembramo-nos das anotações retiradas de Pimentel (1950), Pesavento (1980), Osório (1992), Fonseca (1983), Herrlein Júnior (2000) e outros autores, bem como da literatura elaborada pelo próprio Assis Brasil, que retornam a década final do século XIX quando nosso personagem iniciava sua defesa em favor da modernização da criação e da lavoura, insistia na adoção de

novas técnicas de cultivo e de reprodutores de raças puras, de origem europeia, em cruzamento com o gado crioulo, e apresentava a raça Devon, para a carne, e a raça Jersey, para o leite, como raças facilmente adaptáveis às condições do clima e do campo gaúcho. Na época, Assis Brasil propunha que a melhor raça para o RS seria aquela que, associada ao rendimento, entendido por nós com o significado de produtividade, se adaptasse ao meio, principalmente, às condições de solo e clima das diversas regiões do Estado do RS e do país.

Recordamos que em 1895, Assis Brasil, ainda ministro Plenipotenciário em Lisboa, adquiriu os primeiros animais vacuns, duas vacas Jersey que pertenciam ao plantel da Rainha Vitória da Inglaterra, como matrizes reprodutoras para seu plantel particular, orientado pelo sistema de criação da pecuária extensiva. Fato esse que, na explicação de Pimentel (1950), assinala a entrada dos primeiros animais dessa raça no Brasil e no RS, incentivando a produção de leite e de manteiga no RS.

À luz do entendimento dos autores consultados nessa tese, evidenciamos que foi no final do século XIX e início do século XX que, de maneira geral, os estancieiros passaram a culpar a política econômica do Estado pela falta de crédito e alta carga tributária, como responsáveis pela estagnação da Campanha. Em busca de solução para sanar as dificuldades do setor de criação, a pecuária da Campanha, foram propostas ao Governo castilhistaborgista quatro alternativas, a saber: melhoria dos transportes, modernização da forma produtiva, organização em sindicatos/órgãos representativos dos criadores e introdução de frigoríficos. Dentre essas apenas a questão acerca da melhoria dos transportes, na época, foi entendida pelo Governo do RS como específico de seu papel para fomentar o desenvolvimento do Estado sul-rio-grandense, relegando as outras para a iniciativa privada, o que, por conseguinte, contribuiu para viabilizar a instalação dos frigoríficos no RS, a chamada indústria de carne a frio, no transcorrer da segunda década do século XX, tal como explica Pesavento (1980).

Como já discorremos, ao longo da Primeira República, a tradicional economia agropastoril sul-rio-grandense voltada à exportação, aos poucos, cede espaço para o desenvolvimento de uma economia orientada para a diversificação da atividade agrícola, firmada na policultura para servir o mercado local. Nesse movimento de mudança da base econômica, tal como expunha Borges de Medeiros: “Substitue-se a pouco e pouco o processo primitivo de criação á lei da natureza e em commum por

outros mais racionais e conformes aos modernos progressos” [redação original].⁹¹ Notadamente, na intenção de substituir a ‘lei da natureza’, tal processo de mudança ocasionou conflitos entre os grupos políticos dominantes que resultaram, além das desavenças político-partidárias, em uma economia diversificada, principalmente, originária da atividade da agricultura, em especial, da lavoura cultivada em regiões do Estado onde se instalaram as imigrações europeias.⁹²

Foi, então, no início do século XX, no período de reorganização da economia sul-rio-grandense que mais explicitamente se fez sentir a estagnação produtiva da Campanha gaúcha, Metade Sul, e, em contrapartida, notou-se o despontar de uma diversificada economia na Metade Norte do Estado do RS, tal como ressaltado por Targa (1996; 2004), Herrlein Júnior (2000) e Maestri (2003). Ainda, foi nesse período que Assis Brasil, confesso opositor da política dos governos castilhistas-borgistas, em 1908, em seu manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, dentre outros posicionamentos, defendeu a exportação como “condição básica da criação de riquezas” (p. 104) para o país e para o RS e criticou a falta de investimentos no sistema produtivo da criação, a pecuária, e o descuido com a terra produtiva, o campo, que, se bem observado, salta aos olhos a superioridade do gado e das pastagens dos vizinhos países que compõe o pastoreio do Prata. Superioridade essa que é tomada como parâmetro de análise quando se tratava do charque produzido na Argentina e no Uruguai e da interferência, na economia agropastoril gaúcha da Primeira República, da concorrência da produção RS com os vizinhos platinos. Tal parâmetro pode ser abstraído das palavras do então Presidente do RS, opositorista ao liberal Assis Brasil, Carlos Barbosa Gonçalves (1908-1913), em sua mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, 6ª legislatura, em setembro de 1909, que assim expressava: “indústria pastoril, nobremente instalada com os exemplos de nossos vizinhos e competidores do Rio da Prata, aparelhada com sólidos elementos para vencer, para isso procurando melhorar as nossas raças de gados diversos”. [redação original].⁹³

Todavia, foi na mensagem dirigida à Assembleia dos Representantes, 5ª legislatura, em setembro de 1907, que o então Presidente do RS, Antonio Augusto Borges de Medeiros, pela primeira vez, expôs a necessidade de melhoria do plantel

⁹¹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1907, p. 28).

⁹² As figuras 1, 2 e 3, mapas, permitem visualização da localização dessas áreas no território sul-rio-grandense.

⁹³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. (RS. Mensagem 1909, p. 37).

bovino, sugerindo como técnica o cruzamento do gado crioulo com raças puras, e alertava para o cuidar bem do campo destinado à atividade pastoril a fim de que tal cruzamento resultasse em benefícios econômicos ao Estado.⁹⁴ Entretanto, o próprio governo não propôs ações efetivas para viabilizar a importação de raças vacuns a fim de promover a melhoria do plantel existente no RS, ainda que, na citada mensagem, depois de apresentar os resultados das exportações, o Presidente reconhecesse a importância da indústria pastoril para a economia do RS, e assim se expressasse: “D’onde se infere que a industria pastoril, contribue com o coefficiente de 77,6, a agricultura com 21,6, a industria extractiva com 0,2, outras industrias com 0,6. [...] Taes são as suggestivas impressões que suscita a contemplação de nosso fecundo labor na apropriação intelligente de todas as forças d’esta natureza privilegiada” [redação original].⁹⁵ Nesse particular, recorremos a Pesavento (1980) e a sua afirmativa de que a criação extensiva da Campanha tinha baixa produtividade e minimamente usava recursos técnicos para o melhoramento do rebanho, também havia problemas na produção e comercialização do charque e do couro. Ainda assim, a autora comenta que, em 1907, dentre cem indústrias existentes no RS, em média 61,5% eram destinadas à produção/comercialização da carne seca.

Notadamente, a mensagem de Borges de Medeiros, em setembro de 1907, foi expressa no período em que lhe sobressaltava a preocupação com a eleição para presidente do RS, quando a oposição se reuniu em torno da candidatura de Fernando Abbott, ex-PRR, afeto às ideias de Assis Brasil, isto é, do defensor incondicional da melhoria das condições de vida do homem do campo, as quais, na concepção de nosso personagem, passavam, necessariamente, pela educação – ensino agrícola – que possibilitaria a formação de uma nova mentalidade sobre a produção voltada à melhoria da qualidade do plantel produtivo, principalmente, destinado à extração da carne, couro, lã e ao fabrico do charque, e à adoção de tecnologias de produção na agricultura, incluindo dentre outras culturas, as plantas forrageiras necessárias para o melhoramento da pastagem do campo gaúcho. Os princípios e recursos técnicos, como mencionamos, foram apresentados e discutidos com propriedade em sua obra *Cultura dos campos*, ainda em 1898.

Retornaremos a essa questão acerca da melhoria do plantel de vacuns e da pastagem do campo do Estado. Por hora, recorremos a Pesavento (1980) que, ao

⁹⁴ Ibidem (RS. Mensagem 1907, p. 29).

⁹⁵ Ibidem (RS. Mensagem 1907, p. 32).

discorrer sobre a luta de criadores e de charqueadores pelo melhoramento da produção e do comércio, menciona a ausência de um projeto comum entre os grupos políticos dominantes, o que possibilitou o Estado republicano a propor alternativas para o desenvolvimento geral da economia do RS, sem ater-se aos privilégios setoriais. Uma das hipóteses defendidas pela autora era que, quando havia unidade entre os grupos políticos dominantes sobre os projetos da política econômica do RS, essa unidade favorecia o PRR, hegemônico durante a República Velha; ao contrário, se nos projetos houvesse antagonismos, a oposição ganhava força e os conflitos se avolumavam. Como discorreremos, é, pois, no contexto em que tais projetos eram defendidos e operacionalizados pelos governos do PRR que as ideias de Assis Brasil em torno de seu projeto de desenvolvimento rural do RS, são expostas e debatidas, tanto no RS e como em vários Estados brasileiros.

De relevância nessa tese, pautamos projetos, uns imbricados nos outros, cujos debates foram acentuados por interesses antagônicos entre os grupos políticos dominantes a fim de abstrairmos deles as contribuições percebidas e discutidas por nosso personagem. O primeiro deles refere-se à melhoria da malha de transportes, concebido pela oposição castilhistaborgista, como indispensável para impulsionar a economia da Campanha, “uma fórmula eficaz para que a pecuária sul-rio-grandense voltasse ao dinamismo perdido”, afirma Fonseca (1983, p. 77). Contudo, a proposta do PRR de conseguir o desenvolvimento global e harmônico para o Estado firmava-se na decisão de tratar com prioridade a questão da malha de transporte, o que viria “solucionar os problemas da órbita da circulação de mercadorias, e estaria atendendo a todos os setores econômicos do Rio Grande do Sul”, assevera Pesavento (1992, p. 42). Todavia, expõe a autora que o poder constituído por governantes do PRR também se mantinha firme no propósito de não manter o favoritismo de uma região específica do Estado, mas a oposição, reforçada por Assis Brasil, exigia maiores benefícios à zona pecuarista, a Campanha, a fim de fortalecer a exportação do couro e do charque, predominantes na economia do RS. Porém, na compreensão do PRR, a malha de transporte da Campanha, Metade Sul, embora precária, em nada se comparava à malha da Metade Norte, praticamente inexistente. A estruturação dessa malha favoreceu, conforme Herrlein Júnior (2001, p. 178), que as colônias de imigrantes, instaladas na Metade Norte, produzissem “sua subsistência, tomando a forma de mercadorias os excedentes sobre seu consumo”. A referida forma, de certo modo, atendia aos propósitos da política dos

governos castilhistas-borgistas de não produção com finalidade exportadora, o que notadamente se constituía em uma política contrária à defendida pela oposição, em especial, na voz de Assis Brasil que concebia ser possível harmonizar a produção da agricultura – criação e lavoura – no solo gaúcho para atender as necessidades da economia gaúcha e equalizar a riqueza do povo de maneira que favorecesse quem cuidava da criação e igualmente quem cuidava da lavoura, o colono nativo, na mesma proporção que o colono imigrado, tendo a educação e a geração de riquezas como fio condutor. Nesse sentido, compreendemos que a defesa assisista de retirar da terra o produto para consumir e o excedente para exportar gerando riquezas para o homem do campo se alinhava aos princípios da fisiocracia de Quesnay (1996).

Reverbel (1977), no prefácio da reedição de *Cultura dos Campos*, refere-se ao Estatuto da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, já referida, em especial sobre o terceiro artigo que explicita a finalidade da instituição. Desse artigo, subtraímos parte das preocupações de Assis Brasil com a exportação dos produtos da lavoura brasileira, com a agricultura relativa à produção de forragens e de cereais para suportar o desenvolvimento no campo e sua intenção de incessante busca por efeito das leis, pela ação do governo e pelo desenvolvimento da produção nacional, a independência do país no que se refere à produção de alimentos e à estruturação de meios de transporte, ou seja, da malha viária do país e do Estado sul-rio-grandense. Essas preocupações não são apenas registros, letra morta. Tal como expõe Pimentel (1950, p. 5): “A entidade criada pelo Dr. J. F. de Assis Brasil, durante muitos anos adquiriu na Europa e exportou para o Brasil sementes e animais”.

O segundo projeto que comentamos diz respeito ao incentivo às imigrações para aumentar a densidade populacional do Estado, ocupar a terra inexplorada, devoluta, e incrementar a economia sul-rio-grandense. Em relação a tais projetos, notamos em Assis Brasil um exímio porta-voz do pensamento oposicionista e defensor do que, nessa tese, elegemos como pressupostos de seu projeto de desenvolvimento rural do Estado sul-rio-grandense.

Já mencionamos que Assis Brasil se posicionava contra o favoritismo e o dirigismo à colonização do Estado. Em seu manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia* afirmava claramente sua distinção do que seria colono nacional ou colono estrangeiro. Defendia que ambos – colono descendente de brasileiro, o nacional, ou colono descendente de estrangeiro, o imigrado, – dedicavam-se à terra

e ao povoamento do solo sul-rio-grandense, e, por tal concepção, não haveria razão para o colono imigrado receber mais vantagens que o colono nacional.

No convite à reflexão, Assis Brasil (1908, p. 128) expunha que se o colono imigrado “tem por ai a consideração do acréscimo que representa desde logo na população e na riqueza, o outro [o nacional, grifo nosso] oferece a vantagem da adaptação ao meio. Se um é o progresso, o outro é a conservação”. Nesse sentido, propunha uma política econômica adequada que incentivasse o colono nacional e o colono estrangeiro a aumentar sua produção, a viver com conforto e a ter abastança para criar sua prole na Pátria natal. Foi da citação seguinte que retiramos a nítida concepção de que a proposta de desenvolvimento rural formulada pelo nosso personagem, sobretudo, explicita uma acentuada preocupação de cunho social em paralelo ao desenvolvimento econômico, pois a terra é a fonte de riqueza dos povos.

É preciso dar abastança, bem estar, conforto ao colono nacional, seja elle descendente de brasileiros ou de estrangeiros, afim de que elle produza na maior intensidade não sómente a riqueza que se estrahe das entranhas da terra, mas, e principalmente, essa outra muito mais apreciavel, mais nobre e mais necessária á gloria da Patria – a riqueza em que se desentranha directamente a própria humanidade – a prole que há de perpetual-a através dos seculos. [redação da época] (ASSIS BRASIL, 1908, p. 128).

Compreende Fonseca (1983, p. 81) que o posicionamento da oposição, no manifesto de Assis Brasil e/ou na expressão do programa do PL⁹⁶, trouxe novo enfoque à questão da colonização do Estado do RS; “mas que, em seu sentido estrito, consistia em somente aceitar a imigração espontânea, ou seja, colocar em prática a posição programática do PRR que o Governo, subordinado a interesses mais amplos, não cumpriu”. O autor refere-se ao não cumprimento das promessas de custeio da imigração: transporte, ocupação da terra, assistência, dentre outras.

Todavia, o governador Júlio Prates de Castilhos, em sua mensagem enviada à Assembleia de Representantes, em 1896, – longe de reclamar do inexpressivo auxílio financeiro provindo da União, no ano anterior e abolido definitivamente em 1897, para custear as despesas com imigração, o que acarretou corte orçamentário no Estado do RS e desagradou parte da população de imigrante –, agora propagava a ideia da imigração espontânea e, textualmente, afirmava que durante a sangrenta Revolução Federalista (1893-1895), o Governo do RS “só recebeu da população

⁹⁶ Referimo-nos ao manifesto *Ditadura, parlamentarismo e república*, discurso pronunciado em 20 de setembro de 1908, no Congresso do Partido Republicano Democrático, em Santa Maria, RS, quando é apresentado o programa desse partido, mais tarde reproduzido, quase que na íntegra, no programa do Partido Libertador, fundado no Congresso de Bagé, em 3 de março de 1928. (OSÓRIO, 1992).

colonial, em regra, o mais activo e constante apoio em favor da ordem publica e do principio da auctoridade [redação da época].⁹⁷ Na citada mensagem, entendemos que Júlio de Castilhos buscava reafirmar o compromisso assumido pelo PRR, em seu programa de governo; o compromisso de promover a imigração espontânea, preparar leis para despertar a boa imigração, com regime de colonização favorável e de garantias de justiças aos agricultores, mas, sobremaneira, empenhava-se em dar respostas aos opositoristas derrotados na Revolução Federalista, finda no ano anterior. Dentre esses, Assis Brasil.

Na mensagem do ano seguinte, em 1897, Júlio de Castilhos retomava elogios à integração dos colonos imigrantes sul-rio-grandense com o povo nacional, comentava que, em visita a vários centros coloniais, constatara pessoalmente “o viver satisfeito dos laboriosos agricultores, que nada mais pedem ao poder público do que o incremento das vias de transporte para o producto do seu trabalho perseverante, de que tanto têm aproveitado a prosperidade geral do Estado e a riqueza publica”. [redação da época e grifo nosso]⁹⁸ Na sequência, reportava-se à conclusão da rede telegráfica estadual a serviço da região colonial da Metade Norte do RS – uma das reivindicações da população colonial – e registrava: “Por tão saliente melhoramento, levado a efeito em um praso relativamente curto, a numerosa população por elle servida não há poupado a affirmação do seu reconhecimento ao Governo, que satisfez essa antiga aspiração da zona colonial”. [redação da época].⁹⁹ Notamos, nessa citação, que o próprio Júlio de Castilhos referenda a reivindicação da Metade Norte acerca da malha de comunicação e de transporte. Entendemos que, pelo fato de as colônias de imigrantes nada mais pedirem ao Estado, pareceria justo o governo atendê-las, o que foi percebido pelo opositorista Assis Brasil como expressão do facciosismo do governo de ideário positivista do Estado sul-rio-grandense.

Concordamos com o argumento de Fonseca (1983, p. 82) de que era “evidente que as colônias não poderiam se desenvolver sem a construção de tais estradas”, o que acarretaria inconveniência à proposição de fortalecimento da economia diversificada e que, em consequência, levaria Borges de Medeiros a priorizar a construção da rede viária da área colonial e do Planalto em detrimento da

⁹⁷ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1896, p. 25).

⁹⁸ Ibidem (RS. Mensagem 1897, p. 24).

⁹⁹ Ibidem (RS. Mensagem 1897, p. 24).

Metade Sul, da Campanha. Esse fato gerou acirrados debates de oposição à política de transporte assumida pelo governo castilhistaborgista, sobretudo, entendida como de cunho favoritista por não se orientar por um planejamento de viação, capaz de atender as necessidades de todas as regiões do Estado sul-rio-grandense.

Na referência de Müller (1998, p. 40), o primeiro planejamento viário do RS surgiu em 1913, previu a integração da malha viária, formada pelas vias férreas, fluviais e rodoviárias do Estado, e teve por objetivo “facilitar o transporte de produtos aos portos e centros de produção e consumo”. Seguindo tal planejamento, explica o autor que o Governo do RS nacionalizou empresas estrangeiras com a encampação do porto de Rio Grande, em 1919, e estatização da viação férrea, em 1920, e iniciou a construção de vias de acesso entre Porto Alegre e os principais destinos produtores e consumidores como Pelotas, Rio Grande e Vale do Rio dos Sinos.

Concebe Pesavento (1992, p. 44) que, ao ocorrer tal nacionalização, o governo positivista gaúcho “estaria socializando os serviços públicos do Estado”, o que foi tema de vários discursos de deputados republicanos, mas principalmente pela oposição liberal. No entanto, por não possuir recursos orçamentários e em espécie para investimentos em infraestruturas, o governo contraiu empréstimos externos, intermediados pelo Banco Pelotense, e, com isso, violou o preceito comteano do orçamento equilibrado e da dívida pública reduzida. Além de que a autorização para o governo contrair empréstimos provinha da Assembleia dos Representantes, a qual, na expressão da autora, resolveu tal proposição de maneira singular, sem muitos debates exatamente por ser constituída pela maioria absoluta de republicanos. Mas, o governo já violara esse preceito em ocasião anterior, especialmente ao contrair dívidas durante a Revolução Federalista.

Nesse particular, lembramos que a hegemonia absoluta de partidários do PRR na Assembleia dos Representantes começou a ruir a partir de 1913, na 7ª legislatura, quando a Casa passou a contar com deputados da oposição, mas dada a maioria da bancada republicana, afeto ao castilhistaborgista, conforme Pesavento (1992), a atuação dessa frente oposicionista se limitava a aprovar medidas que revertessem decisões do governo do RS. Na época, a oposição era composta por deputados federalistas, seguidores dos ideais defendidos pelo líder Gaspar da

Silveira Martins.¹⁰⁰ Todavia, foi juntamente com Gaspar Silveira Martins e de seguidores de seu legado político, à frente da oposição ao governo castilhistaborgista, que Assis Brasil desempenhou papel de destaque, e, também, foi no espaço conquistado nessa frente oposicionista que nosso personagem, passo a passo, estrutura seu projeto de desenvolvimento para o RS, pensado e especificado desde 1897 quando escreveu *Cultura dos campos*, publicado em 1898, fundado na premissa liberal: educação e riqueza para a liberdade do povo.

Entendemos que, muito além de ser a *Cultura dos campos* um material didático-pedagógico voltado à educação do homem rural, ao escrevê-la, Assis Brasil manifestava a percepção de que métodos e práticas antigas e tradicionais eram, de fato, amplamente aplicados em diferentes setores produtivos da agricultura sul-riograndense. Muitos desses métodos e práticas, em vários casos, provaram serem úteis e adequadas para o desenvolvimento e, principalmente, para a manutenção das propriedades rurais – parte do projeto social assistista –, em especial, as de pequeno e médio portes. Todavia, no caso da pecuária extensiva, praticada em grandes latifúndios, o uso quase que exclusivo de metodologias tradicionais de produção significou estagnação da Campanha, Metade Sul, quando comparada ao desenvolvimento experimentado pelas pequenas e médias propriedades da Metade Norte durante a República Velha. Então, ao observamos que a *Cultura dos campos* aborda métodos e técnicas especificamente voltadas à terra de campo e à terra de mata, tratando de diferentes culturas, do cultivo do solo e da preservação das florestas, Assis Brasil também firmava seu projeto de modernização da produção na Campanha gaúcha, para a qual, na concepção assistista, ainda havia muito a ser feito para modernizar a criação e a lavoura. Todavia, para que tal modernização ocorresse existiam implicações de ordem, cultural, social, econômica e política, principalmente. Analisamos, pois, questões discutidas por Assis Brasil em seu projeto de desenvolvimento do RS em correlação com as políticas do PRR: que, de certa maneira, expressavam antagonismos entre os grupos políticos, incentivo à produção da pecuária e à melhoria genética do plantel de vacuns, bem como, a problemática que envolvia os debates em torno dos impostos.

¹⁰⁰ Em 23 de julho de 1901 faleceu Gaspar Silveira Martins. No mesmo ano, no Congresso de Bagé foi eleito presidente do Diretório do Partido Federalista o General Silva Tavares. (OSÓRIO, 1992, p. 65).

Ao discorrer sobre a *Granja de Pedras Altas*, seu projeto particular de granja-modelo, granja-laboratório, mais uma vez, o criador de gado e de cavalos puro sangue das raças europeia e árabe, Assis Brasil, manifestava-se favorável à importação de reprodutores vacuns para possibilitar o cruzamento com o gado crioulo do RS, e, com isso, promover o melhoramento genético do plantel da Campanha gaúcha. Esse melhoramento seria, em hipótese, uma forma de recuperar o potencial produtivo da economia agropastoril sul-rio-grandense. Não obstante, essa importação deveria ser respaldada pelo governo do Estado do RS, a exemplo do que acontecia nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Para melhor compreendermos essa questão, retornamos a primeira década do século XIX, mas especificamente em 1906, no momento em que o país passara pela primeira grande campanha sucessória nacional e interrompia a sucessão dos presidentes paulista à frente da mencionada política nacional do café-com-leite com a eleição do mineiro Affonso Penna à Presidência da República e do carioca Nilo Peçanha à Vice-Presidência. O novo governo federal empossado, ainda que adotasse ações para favorecer a política de valorização do café, principal produto nacional exportado, baixou o Decreto Federal nº 6.434, em 18 de abril de 1907, com a finalidade de viabilizar o auxílio aos Estados para a implantação de animais reprodutores de raça. Todavia, em meio à agitação política sul-rio-grandense, devida à sucessão presidencial do RS, essa medida do governo federal não foi mencionada na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes em setembro de 1907 pelo Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros.

Todavia, na citada mensagem, observamos que o governo borgista enaltecia a diversificação da produção agrícola e a industrialização primitiva que explorava a matéria-prima vegetal e a modernização da lavoura de arroz dos Vales do Rio Jacuí e do Rio Camacã, e, por fim, reconhecia o movimento de modernização da pecuária pelo cruzamento de gado nativo com raças puras com um reflexo da nova orientação. Vejamos:

[...] Eis o rapido bosquejo de nossos principaes trabalhos agrícolas. [...] Si essa indústria precedeu a pastoril, esta conquistou logo invencível primasia na economia rio-grandense. A bondade e vastidão das pasteagens facilita a procriação de gados de toda a espécie. A população bovina podia-se, sem exagero, computar em 12 milhões de cabeças antes do execrado movimento subversivo, que, por mais de um biennio, talou os campos e arruinou a criação. [...] Restabelecida, porém, a ordem em fins de 1895, começou o ingente trabalho de repovoamento das *estancias*, que hoje apresentam talvez 8 milhões de cabeças. Substitue-se a pouco e pouco o

processo primitivo da criação á lei da natureza e em comum por outros mais racionais e conformes aos modernos progressos. O *cruzamento do gado nativo com reproductores de raças puras obedece a nova orientação. Compreendeu-se também a necessidade de cuidar melhor dos campos e dividil-os convenientemente para a devida seleção dos animaes.* [redação original, grifo nosso]¹⁰¹

Pelo teor das palavras do Presidente, grifadas na citação anterior, fica evidente que tal esforço de modernização da pecuária, sobretudo, provinha dos próprios criadores, historicamente seus desafetos políticos, e por tal motivo, o governo não manifestava a intenção de apoiá-los, principalmente, para a importação de reprodutores vacuns de raça, especialmente possibilitada pelo supracitado Decreto Federal. Então, pressupomos que a expressão grifada *obedece a nova orientação* seja uma breve alusão de Antonio Borges de Medeiros à política do governo nacional republicano de incentivo à pecuária de corte e à pecuária leiteira, incentivo esse aproveitado prontamente pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e largamente defendido por Assis Brasil.

Notamos que é na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, 5ª legislatura, que o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves expunha sobre a diminuição do consumo do charque em função da chamada carne ‘verde’ – carne fresca ou frigorificada. Nessa citada mensagem, o governo afirmava que não mediria esforços para o melhoramento das raças vacuns e propunha uma série de medidas, dentre as quais a criação de um Posto Zootécnico e aproveitamento das vantagens do supracitado Decreto Federal, “publicando um regulamento para a importação de animais reprodutores e della se encarregando o governo do estado” [redação da época]. Foi, ainda, nessa mensagem que o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves se referia à necessidade de o Tesouro do Estado do RS “adeantar algumas quantias, e, para executar, solicito a devida autorização, convencido de que bem julgarei das disposições que me animar a prover por todos os meios o desenvolvimento da industria pastoril”,¹⁰² afirmando ainda que seria de grande proveito “para os criadores e para o Estado mesmo, se pudéssemos estabelecer, com todas as commodidades que uma instituição de tal ordem exige, uma fazenda modelo, cujo ensino theorico e prático mais intenso e utilmente aproveitaria à industria pastoril”. [redação da época]¹⁰³ Ainda que a citada mensagem não expunha o

¹⁰¹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem, 1907, p. 28-9).

¹⁰² Ibidem (RS. Mensagem 1908, p. 44).

¹⁰³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1908, p. 43).

formato proposto para essa fazenda modelo, é possível percebê-la em Granja de Pedras Altas, onde o visitante poderia ver e aprender técnicas modernas de criação.

Em nossa análise abstraímos que as citadas mensagens representam as primeiras expressões dirigidas à Assembleia dos Representantes pelo governo do RS sobre o financiamento à importação de matrizes reprodutoras para incrementar a produção e favorecer a indústria da carne e do couro da Campanha e de outras regiões do território gaúcho que se dedicavam à criação e à exploração econômica de derivados dessa criação, bem como a relevância da formação de uma instituição educacional, uma espécie de fazenda modelo, para se dedicar ao ensino técnico-prático e disseminar a ideia de modernização da pecuária bovina,

No ano seguinte, em 1909, no governo do PRR do Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, o então Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Álvaro Baptista, referindo-se à diminuição da fabricação de charque, principalmente, devido à falta de mercado consumidor, reafirmava a proposição de o governo do Estado do RS incentivar a importação de melhores raças bovinas,¹⁰⁴ mas ressaltava que tal importação não resolveria o problema da economia gaúcha, sendo necessário incentivar a policultura, principal base da economia da Metade Norte. Nesse mesmo ano, o governo sul-rio-grandense “adquiriu quatro bellos reproductores vacuns, dois Hereford [raça originária da Inglaterra, grifo nosso] e dois Durham [raça originária da Escócia, grifo nosso], especimens de grande valor, na opinião dos adeantados criadores das Republicas Uruguay e Argentina”. [redação da época]¹⁰⁵ Tais animais destinavam-se ao Posto Zootécnico. Daí, inferimos que tais reproductores vacuns, sobretudo, representam o exemplo singular de décadas de incentivo governamental desses vizinhos países à melhoria genética da pecuária palatina. Observamos nesse particular – viabilidade da importação de animais de raça – a expressão concreta de mais um projeto constituído com base em interesses antagônicos entre situação e oposição, da qual, certamente favorecera o discurso do governo castilhistaborgista.

Na constante defesa da melhoria do plantel do RS, conforme Pimentel (1950), em 1910, a Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, presidida por Assis Brasil, comprou no exterior, especialmente para produtores do RS, um lote com cento e cinquenta e oito (158) reproductores de raça pura: equinos, bovinos, ovinos,

¹⁰⁴ Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. 1909. Disponível em: <<https://archive.org/details/relatoriofazrgd1909secr>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

¹⁰⁵ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1909, p. 32).

caprinos, suínos e galináceos. Ainda, nesse mesmo ano, a citada Sociedade comprou duzentos e quarenta e três (243) reprodutores de várias espécies e os remeteu para o Brasil a pedido do Ministério da Agricultura Nacional e do governo do Estado de Pernambuco, facilitado pelas regras do Decreto Federal de 1907. Dessa compra, intermediação da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, portanto, nenhum reprodutor chegou ao Estado do RS por solicitação do governo castilhistaborgista. Não obstante, o Presidente Carlos Barbosa Gonçalves, na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, em setembro de 1910, mencionava que para a continuação do programa de melhoramento genético da pecuária, por meio do Posto Zootécnico, “fiz encomenda para a Europa de varios animaes destinados a este estabelecimento, aproveitando a ocasião para encomendas particulares também feitas pelo Governo [...]”. Na sequência, o citado Presidente afirmava: “O Posto iniciará com a introdução que vamos fazer das raças Normanda [originária da França, grifo nosso] e Hollestein [originária da Alemanha, grifo nosso] para vaccuns e do Bolonhez [originária da França] para o melhoramento da nossa raça cavalari, que, aliás, possui qualidades bastante recommendaveis”. [redação original] ¹⁰⁶ O governo castilhistaborgista, notadamente, buscava promover o melhoramento genético do plantel vacum e cavalari do Estado sul-rio-grandense com raças diferentes das teorizadas como adequadas ao RS por Assis Brasil e aplicadas na sua prática de criação na Granja de Pedras Altas, onde predominam as raças vacuns Jersey e Devon e cavalos europeu e árabe.

Em relação à contribuição da Sociedade Brasileira para Animação da Agricultura, na época, Assis Brasil assegurava se tratar de um serviço prestado em favor da agricultura do país, destinado à reprodução que obedece a critérios de escolha e de aquisição, os quais têm agradado aos importadores. Vejamos:

[...] Os interessados tem sentido vivamente as vantagens, quanto a preços e qualidades de reprodutores, de confiarem os seus pedidos a uma entidade que opera sem fim algum de lucro e somente movida pelo interesse de promover o progresso agrícola do país. Os animais são sempre obtidos nas melhores fontes, valendo-nos da contribuição e dos inestimáveis serviços de professores e peritos eminentes. (PIMENTEL, 1950, p. 5).

Tal contribuição, por fim, foi reconhecida em setembro de 1911 na mensagem do Presidente Carlos Barbosa Gonçalves ao mencionar que, para dotar o Posto Zootécnico e contribuir com a melhoria da genética dos animais do plantel existente

¹⁰⁶ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1910, p. 37-8).

no Estado, o governo encomendou, “por intermedio da “Associação Brasileira para Animação da Agricultura”, de Paris, 38 animais das melhores raças, sendo 32 bovinos, 4 cavallares, 7 ovinos, 2 caprinos, e 3 aves, dos quaes 16, bovinos e cavallares, com destino ao Posto, onde já se acham, e os restantes para criadores diversos”. [redação original] ¹⁰⁷A mensagem não especifica as raças encomendadas.

A partir de 1913, no retorno de Borges de Medeiros à Presidência do Estado, a temática da importação de animais para melhoramento genético perde a ênfase dada pelo governo anterior. Em setembro desse citado ano, na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, Borges de Medeiros expunha sobre a diversidade de raças do plantel de vacuns e mencionava que o movimento de importação de animais reprodutores para o Estado era contínuo e crescente. Não obstante, tomava com exemplo a iniciativa do Uruguai no incentivo à melhoria genética do plantel vacum, o qual, em sua opinião, perdera em quantidade de cabeças no pasto, mas ganhara na qualidade do plantel devido ao melhoramento genético. Tal exemplo, ao que nos parece, servia ao seu propósito de pautar duas questões relevantes: a urgência na adoção de métodos modernos na criação e a diversidade de opiniões sobre a melhor raça para o Estado, notadamente incentivadas pela crise, referida como incapacidade de produzir alimentos para a população mundial, e pelos debates de Assis Brasil em palestra, conferências e suas literaturas. Na citação, a seguir, observamos que o próprio Borges de Medeiros é levado a expressar a urgência na modernização da produção pastoril, a reconhecer o progresso demonstrado pela pecuária, bem como expressar concordância com a opinião assistida de que a melhor raça é aquela que se adapta ao meio, isto é, às condições do clima e do campo sul-rio-grandense.

[...] Entre nós o que urge é acelerar a evolução pastoril mediante os processos experimentaes e vulgarizados da seleção e cruzamento. Infinita é a variedade das pastagens e outras influencias locais; há campos capazes de nutrir e desenvolver vantajosamente as raças mais precoces e de maior peso, como há outros só adaptados ás inferiores. A questão não é tanto de uniformidade no tipo de gado, como do acerto na escolha das variedades mais aptas a vencer as resistencias do meio. [...] Certo é já bem acentuado o progresso da pecuária. [redação original]. ¹⁰⁸

Em setembro de 1915, na mensagem à Assembleia dos Representantes, é nítida a concepção positivista de Borges de Medeiros ao retornar a defesa sobre as

¹⁰⁷ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1911, p. 16).

¹⁰⁸ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1913, p. 58-9).

raças de maior produtividade para o RS, tecer sobre a valorização do bovino e da carne em função da escassez da oferta e aumento da procura, comentar acerca da matança de exemplares de tenra idade e de matrizes prenhes¹⁰⁹, e chamar a atenção para o necessário equilíbrio entre produção e consumo para evitar colapso na produção de carne para abastecer o mercado estadual, principalmente, e, por fim, defender que a indústria frigorífica do RS substituiria a do charque. Vejamos:

[...] A escassez do gado é phenomeno universal e irremediavel noutra regiões do globo. [...] É extraordinária a valorização do bovino e de seus derivados; e isso é o bastante para aconselhar o necessario equilibrio entre produção e consumo. Bastará restringir ou, antes, regular melhor as vendas de gado, pois que o prejuízo no numero terá a sua compensação no maior valor que hoje se obtem por elle. [...] Não há mais quem conteste a conveniencia de novos methodos de criação e a necessidade da seleção e da mestiçagem do gado crioulo com outras raças. A controversia sobre a qualidade e defeitos das varias sub-raças bovinas demonstra não haver um typo absolutamente superior. Isso, porém, não é motivo de indiferença. O que convém, sim, é que cada um se mantenha sempre no ponto de vista relativo e busque o animal adaptável ao meio onde pode viver e desenvolver-se mais facilmente. A seleção e o cruzamento, melhorando as condições de desenvolvimento e engorda do boi e augmentando-lhe consideravelmente o peso, trazem ao criador um beneficio compensador de quaesquer sacrificios. Esse aperfeiçoamento é ainda uma condição requerida pela industria frigorífica que se aproxima, como, succedanea e concorrente da do xarque, cujo declínio parece inevitavel. [redação original].¹¹⁰

Reservamos dessa mensagem a referência do Presidente Antonio Borges de Medeiros sobre o fenômeno da escassez de gado e sua opinião acerca da criação intensiva. A escassez a que se referia, especificamente, tratava das características exigidas para o abate destinado à exportação. Essas características, especificadas nas normas dos frigoríficos, dentre outras, envolviam a qualidade da carne que era produzida na forma de produção extensiva, dominante na pecuária gaúcha. Essa forma de produção, nas palavras do Presidente, tendia a ser superada, exatamente porque, registrava: “É fatal a marcha para a criação intensiva; e é mais acertado e mais util que a actividade consciente e perseverante dos criadores se encaminhe para o fim de acelerar essa evolução”. [redação original].¹¹¹ Em nossa percepção, a criação intensiva¹¹² formava o pilar de sustentação do projeto da Granja de Pedras

¹⁰⁹ A matança de vacas em estado de prenhes em charqueadas ou abatedouros públicos foi motivo de taxaço pelo Decreto Estadual nº 2.183, de 31 de maio de 1916.

¹¹⁰ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1915, p. 28).

¹¹¹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem 1915, p. 28).

¹¹² Abordamos produção/criação intensiva na abrangência do conceito abstraído do trabalho de Herrlein Júnior (2002), como aquela produção que é realizada em reduzidas extensões de terra – pequenas e médias propriedades rurais –, com aplicação de investimentos em mecanização e

Altas desde sua origem: rentabilidade igual na relação produtiva de “uma quadra, uma légua”. Mas, nosso personagem não usou tal expressão. Portanto, foi por meio das palavras borgistas que criação intensiva revestiu-se de significado no cenário da pecuária gaúcha.

Nas mensagens à Assembleia dos Representantes entre os anos de 1915 a 1927, o governo de Borges de Medeiros manteve sua preocupação com a produção pecuária, principalmente em relação à demanda de bovinos para o abate, em função da produção da carne a frio, elaborada pelos principais frigoríficos do Estado. Todavia, nas discussões desse período pouco se falou sobre as condições para fortalecer o melhoramento genético de plantel vacum, principalmente acerca das raças mais adequadas ao clima e ao campo sul-rio-grandense. Acentuou-se a discussão sobre a necessidade de acelerar a melhoria do rebanho para a criação de animais capazes de fornecer a carne do tipo específico requerido para a exportação da indústria do frio, em grande escala.

No último relatório da Primeira República, em setembro de 1930, o presidente Getúlio Vargas expôs uma série de dados estatísticos relativos ao bom desempenho da pecuária do RS – mesmo diante da crise no período pós-Primeira Guerra –, e mencionou países como os EUA, por exemplo, que esgotada sua capacidade de produção para a exportação se tornaram importadores de produtos e derivados, originados da pecuária. Notadamente, seu firme propósito era incentivar a produção da pecuária do RS destinada à exportação em grande escala. Na citação seguinte, observamos que o Presidente do RS ampliava as discussões para além da criação bovina, alastrando-a para a criação de suínos e ovelhas, cujos derivados – carne, lá, banha e outros – que também estavam inclusos nos rol dos produtos exportados pelo Estado sul-rio-grandense. Vejamos:

A seleção das raças, a organização de matadouros modelos para o aproveitamento de todos os productos e sub-productos pecuarios, principalmente, bovinos, suínos e ovelhuns, devem constituir a preocupação preponderante de nossos criadores e da administração publica. A indústria do frio abre margem a um grande futuro, não só por ser mercadoria de elevado consumo em todos os paizes civilizados, como porque os rebanhos dos paizes exportadores de productos precários já attingiram seu máximo de expansão e tendem a declinar [redação original]¹¹³

tecnologias para viabilizar alta produtividade. Ilustramos como exemplo o caso típico que ocorreu no despontar da lavoura de arroz do RS.

¹¹³ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015. (RS. Mensagem 1930, p. 26).

Na citação anterior, observamos que o Presidente Getúlio Vargas expressava a ideia de compartilhar preocupação – entre produtores e governos – tanto no que se refere à seleção de raças puras como na organização de matadouros para melhorar o aproveitamento de produtos e subprodutos oriundos da criação. Nesse particular, Getúlio Vargas e Assis Brasil expressam-se concordantes. Substituir a forma de produção das charqueadas, por exemplo, pela produção em modernos abatedouros e frigoríficos, era uma medida necessária para incrementar a economia exportadora do Estado gaúcho. Mas, lembramos que, até o final da República Velha, prevaleceu o incentivo do PRR à diversificação das raças importadas para a melhoria genética do plantel vacum. Basicamente, na época, os campos do RS eram povoados pelas raças Hereford, Durham, Holandesa, Polled-Angus, Devon, com predomínio da primeira. Nessa perspectiva, o sonho de Assis Brasil de ver esses campos povoados por Jersey, para o leite, e Devon, para a carne, não se realizou.

Outra das propostas antagônicas registrada no Programa do PRR e levada a cabo pelos governantes castilhistas-borgistas, que suscitou memoráveis discussões entre situacionistas e oposicionistas, referia-se à questão tributária do Estado do RS. Então, recorreremos à literatura para compreendermos o descontentamento dos criadores com a política econômico-tributária do Estado, quanto essa questão e o posicionamento de Assis Brasil geraram resultados (dis)concordantes. Antes, porém, firmamo-nos em Osório (1992) para evidenciarmos que entre suas teses financeiras e econômicas, o Programa do PRR consagrava a preponderância dos impostos diretos sobre os impostos indiretos, com eliminação progressiva do imposto de exportação e criação do imposto territorial. Tal proposta parecia óbvia para um governo cuja pretensão era fortalecer a economia do Estado com base na diversificação produtiva e na produção para o consumo local.

Progressivamente, a partir de 1890, o governo passou a aplicar menores taxas para os produtos da pauta das exportações. Em 1893, eram aplicadas taxas diferenciadas segundo o tipo de mercadoria destinada à exportação, entre 4%, 6% ou 10%, percentagens inferiores quando comparadas ao período do Império, 9%, 10% e 13%, explica Targa (1996).

Em 1902, o governo gaúcho definiu a reforma tributária que envolvia a adoção de medidas concretas para substituir gradativamente o imposto de exportação e o de transmissão de propriedade – que eram duas de suas maiores fontes de

arrecadação – pelo imposto territorial.¹¹⁴ Na realidade, essa substituição implicava na transferência dos encargos da tributação da produção e do comércio para a propriedade rural, criação e lavoura, com o propósito de liberar o capital comercial de parte da carga da tributação e incentivar o escoamento da produção excedente do RS. Como referido, tal substituição ocorreria mediante o estabelecimento de taxas diferenciadas ou por isenção. Na mensagem de 1903, enviada à Assembleia dos Representantes, o Presidente Borges de Medeiros manifestava-se otimista com o arranjo tributário proposto a julgo dos deputados, e afirmava: “A reforma gradual do regimen tributario permitindo a progressiva, redução das taxas de exportação, inaugurou uma phase de franca proteção fiscal ás industrias e ao commercio. A partir deste anno a pratica dessa medida há de influir favoravelmente para alargar-se a producção”. [redação original]¹¹⁵ Entretanto, por uma série de contratempos, em especial pela falta de cadastro das propriedades rurais e urbanas, e pelo expressivo descontentamento de proprietários e arrendatários de terra, a implantação gradual desse imposto e a arrecadação estadual foram comprometidas.

Em 1913, nova reforma tributária foi proposta à Assembleia. O governo alegou que tal medida se justificava pelo fato de ser insignificante a receita tributária arrecadada pelo Tesouro do Estado diante da renúncia tributária de taxas da exportação. Como resultado da reforma, além de nova isenção de produtos de exportação, do valor tributável, foi retirado o valor das moradias e os investimentos, as terras foram distribuídas em três tipos segundo sua qualidade e taxadas de forma genérica: as terras de qualidade superior, primeira subdivisão, foram taxadas em até 100 mil réis por hectare; as terras de qualidade média, segunda subdivisão, em 40 mil réis o hectare; as de baixa qualidade, terceira subdivisão, em 10 mil réis o hectare. Além dessa variação pela qualidade – superior, média e inferior – as terras foram agrupadas por município, em onze grupos, cujo valor da qualidade variava de município a município, ano por ano.¹¹⁶

Dessa vez, o governo reportava-se ao imposto territorial como o único natural, e, tomando de empréstimo o conceito do fisiocrata Quesnay (1996), defendia que a renda territorial resultava de três fatores, isto é, da terra, do capital e do trabalho, e

¹¹⁴ Imposto territorial foi instituído pela Lei Estadual nº 42, de 25 de novembro de 1902. Sofreu alterações pela legislação de 1913, cujo regulamento para a execução do imposto foi definido pelo Decreto Estadual nº 1991, de 23 de junho de 1913.

¹¹⁵ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS. Mensagem, 1903, p. 22).

¹¹⁶ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015. (RS. Mensagem, 1914, p. 64-5).

que o produto da terra poderia ser decomposto em quatro partes: a terra no estado natural ou original; o capital de melhoramento; o capital de movimento; o trabalho. A partir dessa conceituação, Borges de Medeiros, em sua mensagem, justificaria a incidência do imposto territorial sobre o solo, em seu estado natural e originário, a isenção do imposto de exportação com a inclusão de novos produtos na pauta das exportações e o ajuste do imposto sobre o gado exportado, acerca do qual argumentava: “a inconveniência sentida da exportação do gado de cria aconselha a dar-se caracter proibitivo e uniforme ao imposto, actualmente de 3\$000 e 10\$000 por cabeça de animal vaccum limitando-se as facilidades fiscais exclusivamente à exportação do gado de corte. A medida impõe-se como necessidade do momento e dispensa outra qualquer justificativa”. [redação original]¹¹⁷

Entre 1902 e 1913, período das reformas tributárias, muitos produtos e grupos de produtos foram isentos do imposto de exportação, dentre os quais citam Carvalho, Pereira e Almeida (1998): farinha de trigo, arroz, milho, farelo, chitas, frutas, minérios em geral, bolachas e biscoitos, reclames e livros impressos, papel e papelão, perfumarias, solas, móveis de madeira, chapéus, artefatos de ferro, meias, camisas de meia, chocolates e caramelos, doces secos e em calda, mel, pentes, sabonetes, fibras vegetais, manteiga, charque, calçados, manufaturas de penas, garrafas vazias. Também, houve redução 3% para 2% sobre as vendas de carnes enlatadas, amendoim, cevada, vidros e fósforos. Dentre os principais produtos exportados, como, por exemplo, banha, couros em bruto, fumo, lã, sebo, madeiras, batatas, cebolas e alhos, todos esses não estavam inclusos no rol da isenção imposto de exportação. Todavia, mas para muitos deles houve significativa redução na taxa do imposto de exportação no decorrer do período. Nesse sentido, lembramos que por força da reforma de 1913, houve redução do imposto de exportação, por exemplo, para o charque e a banha de 6% para 2% e para os couros de 10% para 9%, bem como, redução do imposto de transferência de propriedades que passou de 7% para 5%. Porém, argumenta Targa (2002), essas reduções, de certa maneira, não inibiria sobremaneira a capacidade arrecadatório do aparelho estatal, incluindo os tributos federais, estaduais e municipais.

Em referência à capacidade arrecadatória e principalmente no que dizia respeito à divisão/fatiamento da arrecadação nacional, Axt (2004) contribui ao

¹¹⁷ Ibidem. (RS. Mensagem, 1913, p. 79).

mencionar que durante toda a Primeira República, à União cabiam 63% do total de impostos arrecadados, os Estados ficavam com 28% e os municípios com apenas 9%. Mas, no Estado do RS, em 1913, expõe o autor, o fatiamento da arrecadação dos impostos era diferenciado dos demais Estados da federação brasileira, cabendo maior fatia ao Estado do RS e aos seus municípios, ainda assim a situação financeira dos municípios era preocupante. Na Metade Sul, região da criação pastoril, o imposto de criação de gado acabou sendo a principal fonte de renda dos municípios sul-rio-grandenses.

[...] depois da compressão dos impostos municipais, imposta entre 1902 e 1904 e antes das encampações estaduais de 1919 e 1920, a União percebeu 52,5% do total de impostos, enquanto ao governo estadual coube 25,8% e aos municípios tocou 21,7% do total da arrecadação. Ainda assim, a situação financeira dos municípios não era tranquila. Após a Revolução Federalista, a dificuldade de encontrar formas de financiamento determinou a extinção de municipalidades como as de Santa Isabel, Nonoai, Reserva e São Martinho, as quais foram anexadas por outras. O imposto sobre a criação de gado, instituído primeiramente em Santa Maria, difundiu-se logo em seguida, apesar das críticas dos estancieiros, como uma das principais fontes de renda para as localidades (MEDEIROS, 1980 apud AXT, 2004, p. 217).

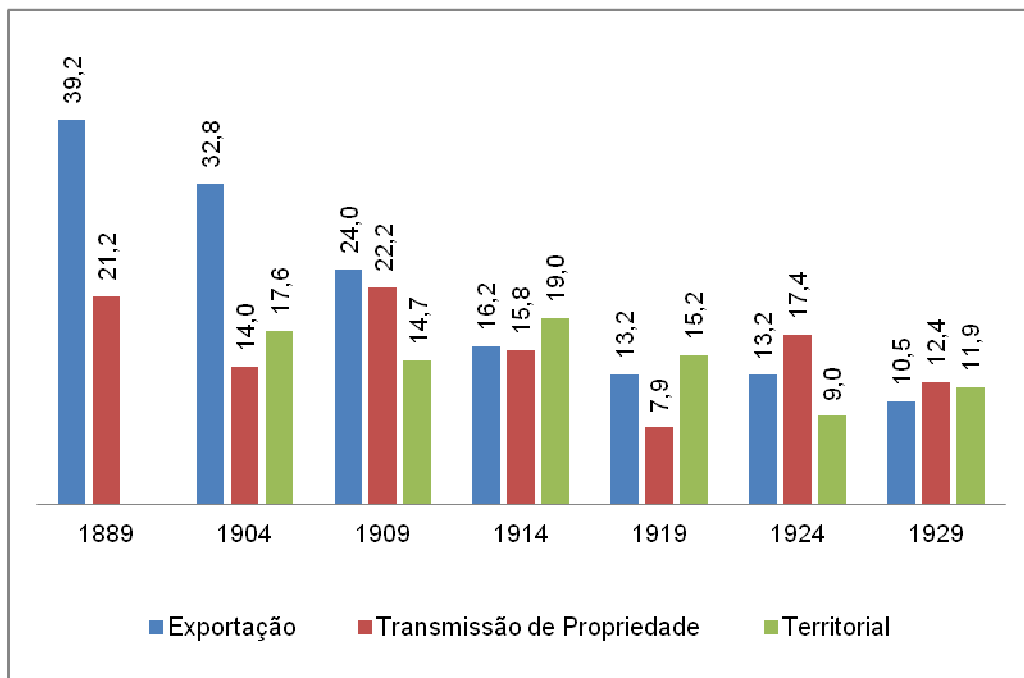
Com a pretensão de compreendermos o comportamento da arrecadação do Tesouro do Estado do RS e as discussões em torno das reformas tributárias do governo castilhistaborgista, apresentamos o Gráfico 1, elaborado com base na receita orçada para impostos e taxas, especificadas na Tabela 4 (Apêndice A), a fim de mostrar o percentual de contribuição dos impostos de exportação, de transmissão de propriedade e territorial, principais fontes de arrecadação e de discórdias no RS.

Notadamente, a proposta do PRR de eliminar progressivamente o imposto de exportação e o de transmissão de propriedade e instruir o imposto territorial não se consolidou por completo até 1929, período estudado. O que observamos no Gráfico 1 foi uma queda nos índices percentuais relativos ao imposto de exportação na composição da receita do Estado; de 39,2% para 10,5%.

Quanto ao imposto territorial cobrado a partir de 1903, na análise do Gráfico 1 verificamos que sua contribuição, ao longo do período em estudo se estabeleceu em percentuais nunca superiores a 20,0% da receita total orçada, sendo mais representativo em 1914 logo depois da implantação da reforma tributária (19,0%). Também, nesse mesmo Gráfico, observamos queda do imposto sobre transmissão de propriedade em 1914 (15,8%), subindo em 1924 (17,4%) e voltando a cair em 1929 (12,4%). Uma explicação mais detalhada acerca dessas alterações mereceria

novo estudo para correlacionar exportação e transferência de terra mediante as influências do cenário mundial. Fica, portanto, a sugestão para novas pesquisas.

Gráfico 1 – Percentual dos impostos na receita orçada



Fonte: Elaborado por Vargas (2015) com base nos relatórios do RS (1830-1930).¹¹⁸

Mencionamos anteriormente que, da maneira como instituída na Constituição do Estado do RS, à Assembleia dos Representantes competia, anualmente, fixar a despesa e orçar a receita do Estado, bem como criar, aumentar ou suprimir impostos, autorizar o Presidente a contrair empréstimos e votar todos os meios indispensáveis à manutenção dos serviços de utilidade pública criados por lei. Expõe Pesavento (1992, p. 44), a questão dos impostos era assunto delicado e, a cada ano, a Assembleia se transformava em um “campo de luta entre os diferentes ramos da indústria ou setores da economia”. Explica a autora que, racionalmente,

[...] o estado não podia abrir mão totalmente da arrecadação fiscal nem substituir de uma só vez todos os impostos de exportação pelo territorial, pois isto viria a onerar em muito os proprietários de terra. Optava então por seguir uma política de compensação, ora baixando impostos sobre um ou outro produto, ora atendendo ao jogo de forças de interesses e pressões que se fazia sentir junto aos deputados. Os relatórios das Comissões de Orçamento legitimavam, no discurso, a estratégia adotada. (PESAVENTO, 1992, p. 44).

¹¹⁸ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015 (RS, Mensagem, 1930, p.149).

Todavia, o imposto territorial afigurava-se como base do sistema orçamentário do Estado e vinha sendo discutido desde 1891, com fundamento no artigo 47, § 1º, da Constituição do Estado do RS, a Constituição castilhistas. Notadamente, o imposto previsto constitucionalmente incidiria, sobretudo, sobre os criadores da Campanha, grandes proprietários de terra. Também já mencionamos que na regulamentação desse tributo, o governo decidiu que o imposto incidiria, para efeito de cálculo, sobre o valor venal dos imóveis – exatamente o critério mais criticado pelos estancieiros e oposicionistas. Ao utilizar o critério de qualidade e extensão para taxar as terras, as estâncias da Campanha, além de contar com vasta extensão de terra de qualidade e própria ao pastoreio, tinha notada infraestrutura pelo fato de ser uma das regiões povoada mais precocemente em todo o território do Estado, explica Fonseca (1983). Essa característica evidenciava o volume da carga tributária que incidia sobre a produção da Metade Sul, nos anos entre 1902 e 1913. Na revisão tributária de 1913, o governo corrigiu a distorção surgida desde a instrução do imposto, visto que, naquela época, uma parte da cobrança se assentada sobre a área e a outra sobre o valor venal da propriedade, proporcionalmente. Essa distorção gerou resistências em grande parcela dos proprietários, especialmente nos primeiros anos de cobrança do imposto, quando as benfeitorias eram inclusas no cálculo do valor venal.

Nosso personagem não ficou alheio às discussões em torno da carga tributária brasileira e sul-rio-grandense. Em seu manifesto *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, Assis Brasil tecia algumas considerações sobre questões relativas à administração do RS, principalmente acerca dos impostos de importação, territorial, exportação e transmissão da propriedade, esse dois últimos considerados por nosso personagem como impostos impolíticos. Na teoria assisista, um “imposto é tanto mais político quanto mais fácil for a sua arrecadação e quanto menos embaraçar a prosperidade da riqueza” (ASSIS BRASIL, 1908, p. 144).

Em referência ao impolítico imposto de exportação, Assis Brasil (1908, p. 144) afirmava que esse não recai exclusivamente sobre o exportador, pois “este partilha-o imediatamente com o productador, a quem paga mais barato o artigo, e com o comprador estrangeiro, a quem o vende mais caro; o productador e o comprador estrangeiro dividem por seu turno a carga – um com os seus operarios e auxiliares, a que paga menos, o outro com o consumidor, a que cobra mais” [redação original]. Explicava que o imposto de exportação e suas severas taxas arrecadatórias, no caso nacional, inibem e embaraçam a produção. Ora, quanto maior for a produção

maior será o montante que o produtor deverá pagar, o que não seria de todo censurável. Mas, como toda a produção antes de chegar ao consumidor deverá passar pelas mãos morosas do fisco, a circulação da mercadoria ficará dificultada. Mas, reconhecia, sem dúvida alguma, que o imposto de exportação sempre conta com a facilidade de arrecadação, o que resulta em maior controle da relação produção e arrecadação, no entanto, embaraça a prosperidade da riqueza pública.

Nesse mesmo manifesto, nosso personagem defendia o imposto territorial, concebendo-o como “um estímulo e um prêmio à produção da riqueza, em vez de ser um embaraço” [redação original] (p. 145). Mas, Assis Brasil criticava a forma como o governo castilhistaborgista tratava tal imposto, isto é, taxando o valor venal da propriedade, de sorte que fora esquecido o fato de a produção do campo depender de outros fatores: “secas, inundações, pragas, superabundância que o levanta, e, por fim, depende igualmente do mercado consumidor que, por mil cousas fáceis de imaginar, pode estar animado ou deprimido”. [redação original] (p. 146).

Também aqui Assis Brasil (1908) expressava seu entendimento sobre o sentido social da terra ao defender que o imposto territorial deveria recair sobre o valor intrínseco e não sobre a produção anual ou a colheita e as benfeitorias, e sugeria, então, “há um modo simples de a fazer pagar menos; é fazê-la produzir mais” [redação original] (p. 145). De sorte, seguia nosso personagem, o imposto territorial sempre será mais fácil de ser arrecadado do que aquele em que “é preciso contar, pesar, avaliar em cada caso particular, há grande trabalho e há também grandes oportunidades para subornos, prevaricações, injustiças e favorecimentos, perseguições e tolerâncias” [redação original] (p. 146). Também aqui, Assis Brasil ilustrava, com exemplo, o valor do trabalho sobre a terra na relação produção e contribuição ao fisco, assim: “A minha terra vale 1.000, produz 100 e está lotada em 10 como imposto. Paga, pois, 10% da produção ou 1% do valor intrínseco. Há um modo de reduzir essa contribuição à metade: é fazer a terra produzir 200 em vez de 100”. [redação original] (p. 145). Mas, para produzir em maior quantidade e pagar menos seria necessário conservar o campo, o prédio, no estado primitivo, daí porque taxar o valor venal do imóvel seria o mesmo que atribuir um prêmio ao relaxamento, defendia nosso personagem.

Não obstante, com a revisão da legislação tributária do RS encaminhada em 1913, sob pressão da oposição, houve alteração na forma de incidência do imposto territorial. Na época, nosso personagem contribuiu com discussões que resultaram

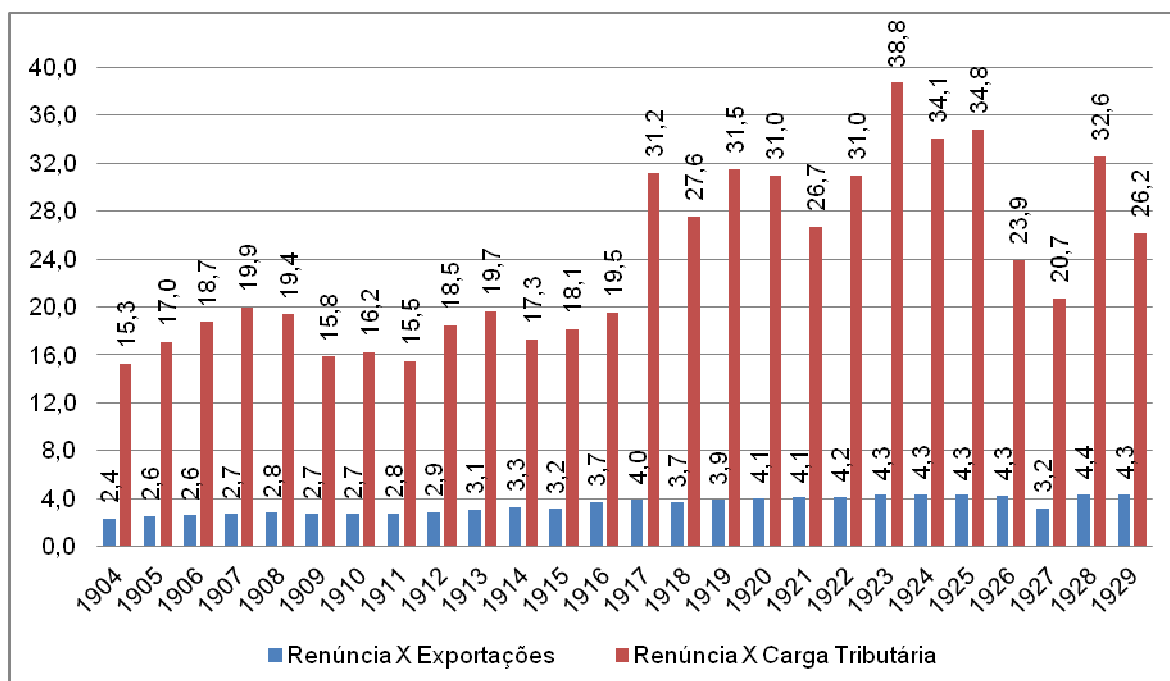
nas reivindicações encaminhadas pela Federação das Associações Rurais do RS, em maio de 1913, para o governo sobre a questão do imposto territorial e da reforma tributária, menciona Targa (2002). Nesse ano, na mensagem enviada à Assembleia dos Representantes, Borges de Medeiros reconhecia que o imposto territorial, por incidir sobre o valor do solo e o valor das benfeitorias, não recaia íntegro e exclusivamente sobre a terra porque tomava simultaneamente uma parte da renda, tornando-se um imposto misto, desvirtuado de sua natureza original. Dai porque corrigi-lo. Tal correção era encaminhada à apreciação dos deputados na concepção de prêmio e estímulo às iniciativas e aos melhoramentos aplicados às indústrias rurais. Afirmava: “Eis porque, consoante os desejos e interesses das classes ruraes submetto ao vosso alto exame e resolução o momentoso assumpto”. [redação original].¹¹⁹ Mas, essa questão não foi pacificada tendo em vista a tabela do valor venal por hectares e o agrupamento das terras pela afinidade econômica de exploração do campo. Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí e Uruguaiana eram do primeiro subgrupo, sobre o qual incidia maior valor.¹²⁰

No período pós-reforma tributária de 1913 e ajuste da política orçamentária do Estado, as discussões já não se restringiam a forma pela qual o imposto territorial incidia sobre a propriedade, mas, principalmente, sobre o valor venal da terra, definido nos referidos subgrupos de propriedades por município. Então, para melhor compreendermos essa discórdia, apresentamos o Gráfico 2, elaborado com base na Tabela 5 (Apêndice B), que mostra o percentual de renúncia fiscal do Estado, expressa pela redução e isenção de taxas de exportação, em comparação com o total das exportações e da carga tributária, relativas ao período de 1904 a 1929. Observamos que o comportamento da renúncia fiscal em relação ao total das exportações manteve-se abaixo de 5,0%, progredindo de forma oscilatória de 1904 (2,4%) a 1929 (4,3%). Em correlação com a carga tributária, a renúncia fiscal apresentou índices consideráveis, ainda que oscilatórios. Em 1904 representava 17,3% do total da receita tributária; em 1923 atingiu pico de 38,8%. Para termos uma ideia do significado da renúncia fiscal, recorremos a Carvalho, Pereira e Almeida (1998, p. 283). Na informação dos autores, o Tesouro do RS deixou de arrecadar, somente em 1904, aproximadamente, o equivalente a 62,0% dos gastos ordinários e extraordinários com educação e cultura.

¹¹⁹ CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 2015. (RS. Mensagem, 1913, p. 76).

¹²⁰ Ibidem. (RS. Mensagem. 1914, p. 64).

Gráfico 2 – Percentual da renúncia fiscal em correlação com exportações e carga tributária do RS



Fonte: Elaborado por Vargas (2015) com base em Targa (2004).

Na análise comparativa entre os principais produtos no rol das exportações do RS, no período entre 1898-1929, a contribuição dos produtos gerados na atividade da criação decaiu de 46,5% para 37,2% (Tabela 1). Targa (2002) menciona que o crescimento real dos produtos da pecuária tradicional foi somente de 3,74% entre 1901 e 1929, sendo que o consumo interno superou a exportação. O autor expõe sobre o imposto territorial e menciona que entre 1905 e 1928, a superfície tributada aumentou cerca de um milhão de hectares, equivalente a 8% do total inicialmente tributado, e o número de contribuintes dobrou na sub-região da pecuária tradicional, ou seja, na Campanha. Na zona de colonização alemã e na zona da orizicultura, na margem direita da Lagoa dos Patos e Depressão Central, os aumentos foram de 51% e 71%, respectivamente. Todavia, nesse período, mais da metade das receitas do imposto territorial provieram da região da pecuária tradicional, isto é, da Campanha. Em 1914, a zona da colonização alemã pagou, em média, 7 mil réis, de imposto territorial, enquanto nos municípios da Campanha os valores foram consideravelmente maiores. O contribuinte pagou 72 mil réis em Dom Pedrito, 65 mil réis em Livramento, 58 mil réis em Uruguaiana e 53 mil réis em Bagé. Dessa forma, coloca o autor, a parcela de imposto territorial recolhido pela região da pecuária

tradicional era maior que a recolhida junto pelas outras regiões – a colonial e a arrozeira. Na linha de análise comparativa somos forçados a expressar o quanto era pesada a carga tributária do imposto territorial sobre os produtores da pecuária na região da Campanha, os quais, em regra, comenta Targa (2004), quitavam suas dívidas com o fisco, enquanto colonos e arrozeiros negavam-se a pagar o imposto territorial e deixavam a dívida acumular.

As divergências entre situação e oposição quanto à incidência de tributos e da carga tributária, discutida desde a criação do imposto territorial sem que houvesse efetivamente a extinção do imposto de exportação, lograram acirrados debates na campanha assistida para o pleito de 1922. Na época, a situação defendia o acerto devido às reformas tributárias, 1902-1913, com sucessivas alíquotas em decorrência da renúncia fiscal do imposto de exportação, o que se mantinha favorável para a política de desenvolvimento econômico do RS. A oposição, por sua vez, entendia que a incidência concomitante das alíquotas dos impostos de exportação e territorial na produção da lavoura e criação, onerava sobremaneira a agroindústria, em especial, a pastoril que ocupava maior extensão de terra, do campo para a criação extensiva do gado que fornecia a carne e o couro e movia grande parcela das exportações do RS, resultando em valores expressivos na arrecadação do Tesouro. Ainda em 1904, Assis Brasil manifestava-se favorável à implantação do imposto territorial, contudo mostrava-se apreensivo com a morosidade do governo em aplicar ações efetivas a fim de retirar o mais depressa possível o imposto de exportação e afirmava: “Não podemos com os dois” (HOLLANDA, 2011, p. 184). Completamos essa ideia com o entendimento de Assis Brasil (1917, p. 181) de que, diferente do imposto de exportação, no “imposto gravado à produção, quanto mais eu produzir, mais pagarei”, eis porque no imposto territorial há estímulo e prêmio ao trabalho.

Sob uma concepção singular, Assis Brasil alertava para a dualidade do imposto de exportação no âmbito da política do PRR. Tal dualidade consistia na renúncia tributária do imposto de exportação sobre mercadorias, cuja intenção era torná-las mais competitivas no mercado nacional, e taxar pesadamente a exportação de mercadorias que poderiam faltar para o abastecimento do mercado interno. Dai porque no rol das isenções do imposto de exportação predominava as mercadorias consideradas excedentes de produção, isto é, as sobrantes do mercado interno, aquelas que envolviam pequenos e médios ciclos de produção, as da lavoura. As mercadorias taxadas no imposto de exportação não eram sobrantes: carne, couro,

banha, batata e outras. Na literatura, em Herrlein Júnior (2002) há referência à política de exportação do PRR, a qual visava o excedente da produção estadual e não uma maneira considerada como adequada para a manutenção do nível de renda do Estado. Portanto, a política econômica do PRR buscava desvincular a dependência do Tesouro do Estado dos recursos originados nas exportações. Não obstante, entre 1889 e 1914, os recursos financeiros provenientes das exportações representaram percentuais sempre acima de 20,0% do total arrecadado (gráfico 1).

Targa (2004) denominou essa dualidade de estratégia política, que, quando aplicada, possibilitava que o governo do PRR evitasse o aumento do custo de vida no Estado e possíveis crises no abastecimento interno. Além de que, tal estratégia, expressava o compromisso social do governo castilhistaborgista com a população no que diz respeito à produção e à geração de renda.

Assis Brasil combatia essa estratégia político-econômica do PRR por várias razões: a primeira, da qual decorrem todas as outras, seria a interferência do Estado na economia, que se afasta dos princípios do liberalismo econômico, dos quais nosso personagem sempre fora defensor. Essa interferência, no caso do país e do RS, subscreve-se no imposto que impede ou contraria a formação e a circulação da riqueza, e, por isso, deixa de ter apenas por limite a importância dos serviços públicos, seu principal fundamento.

Na conferência no Teatro Municipal de São Paulo, aos discorrer sobre os numerosos impostos existentes em todo o país, Assis Brasil (1917, p. 278) teorizava que, se o imposto atacar diretamente a produção e a circulação de riquezas, “sem a qual a riqueza não existe, produz um mal original, que, segundo a sua gravidade, nem poderá se distribuído pelo corpo social. Será o estancamento da fonte de produção. Será a morte da riqueza no nascedouro”. Na sequência, expressava a ideia de que o “corpo social que recebe o primeiro golpe direto do imposto, o descarrega quanto pode no membro imediatamente interessado, e este no seguinte, até a maior possível distribuição por toda a comunidade”. Explicitava, então, um sentido do que poderíamos entender como um ‘efeito cascata’ provocado pelo imposto sobre a produção e a circulação de riquezas, bem como os benefícios por ele gerados. Dai porque e em atenção ao princípio fundamental, na concepção assisista, tornava-se imperioso que o imposto fosse equitativo, equalizado, seja ele de qualquer natureza. Por esse viés de análise, compreendemos o significado da defesa assisista contrária à taxação dos produtos de origem pastoril, como

estratégia político-econômica do PRR, que sobremaneira atacava diretamente a produção e a circulação das riquezas da criação e favorecia por meio de isenções e taxas diferenciadas às exportações da lavoura, o que possibilitava amplitude na produção e na circulação de suas riquezas. Daí, também, fica clara a compreensão assistista, espelhada na concepção fisiocrata, de que a produção de riquezas provém do excedente da exploração da terra. Tal concepção está clara na teorização de Quesnay (1996), em especial na defesa de que a atividade rural pode gerar um excedente, exatamente porque ela pode produzir mais do que gasta na produção. Também nesse sentido, é possível deduzirmos que a redução da taxa do imposto de exportação sobre o charque e a banha, estes, aos poucos, se tornarão produtos sobrantes no abastecimento interno do Estado do RS, capazes de gerar um excedente à atividade pastoril. Por hora, sublinhamos que o próprio governo do PRR anunciou em 1907 que a indústria frigorífica substituiria a das charqueadas.

Em 1925, longe de terem sido pacificadas as discussões sobre carga tributária e assistência aos produtores sul-rio-grandenses, tal assunto voltou à pauta de discussão na Assembleia dos Representantes, na décima legislatura. Enquanto deputados federalistas discutiam a falta de assistência do governo aos produtores da criação, principal fonte de renda nas exportações (tabela 1) e lembravam as contribuições dos estancieiros para a economia do Estado, os mais onerados com a incidência do imposto territorial, o deputado do PRR, João Neves da Fontoura, recomendava para que a oposição não fizesse tantas revoluções, pois somente assim o Estado executaria mais depressa as obras necessárias ao progresso do RS, lembra-nos Pesavento (1992). Também em outubro de 1927, em pronunciamento à Câmara dos Deputados, ao defender o programa do Partido Democrático Nacional, nosso personagem expressava-se sensível aos graves problemas financeiros da contemporaneidade e se detinha na agenda da economia para reafirma como legítimo o imposto da terra e da renda – a terra tudo dá como fruto do trabalho.

Dois outros impostos nacionais que afetavam a economia sul-rio-grandense eram pauta teórica de Assis Brasil: o imposto sobre transmissão de propriedade e o imposto de importação. Analisamos, brevemente, a teorização empreendida por nosso personagem sobre tais impostos e o quanto esses impostos interferiam no desenvolvimento da economia e no desenvolvimento a atividade rural do Estado.

A partir da concepção de licitude do imposto territorial, exatamente porque a terra não se oculta, não se sonega, não se contrabandeia, responde por si mesma e

dá todos os anos o que sobre ela se calculou, Assis Brasil (1908, p. 147) expressava-se a favor da extinção do imposto de transmissão da propriedade, considerado “como um dos maiores tropeços á mobilização dos bens de raiz” [redação original]. Em metáfora, nosso personagem propagava que o movimento é a vida em todas as coisas, sem exceção para os domínios da economia, daí entendermos que na concepção assisista esse imposto embarçava a mobilização da terra como bem de raiz, bem da natureza.

A dificuldade da mobilização do valor da terra é apontada por Assis Brasil (1908) como favorecedora de baixo preço imobiliário da propriedade e da escassez de créditos que a terra confere ao seu titular. Essa dificuldade é motivada por duas circunstâncias: (a) a possibilidade de o proprietário conservar terras que não faz render, sendo passível de desaparecerem com o imposto territorial; (b) o pesado tributo a que é obrigado quem compra ou vende qualquer bem de raiz. Contudo, qualquer uma dessas circunstâncias tende a desaparecer com a aplicação prática dos ditames da Constituição do Estado em decorrendo extinção do imposto de exportação e do imposto de transmissão de propriedade. Em 1917, anos depois da reforma tributária de 1913, observada a permanência em vigor do imposto de transmissão da propriedade, nosso personagem retorna a essa temática para expressar que esse imposto era funesto, exatamente, por se impor como meio de inibir a circulação de riquezas, como um embaraço à mobilização dos valores reais, ou seja, dos valores representados pelos mais valiosos dos bens, os bens de raiz. Na expressão de Assis Brasil (1917, p. 281): “Que imenso estímulo, que formidável energia se imprimiria à riqueza social se permitisse livre jogo, livre influência nas transações de bens imóveis do país!”

Em *Ditadura, parlamentarismo e democracia*, Assis Brasil (1908, p. 130) defendia a revisão das tarifas do imposto de importação adotadas no Brasil que, em comparação com outros países, seria aquele que cobra os impostos mais altos e arrecada a quantia mais insignificante, considerando o contrabando praticado na região fronteira do país e a intenção do governo de proteger a emergente indústria nacional. Afirmava, então, que tal reforma, dentre “todas as reformas que podem ser feitas e acabadas por lei, nenhuma é tão urgente, nenhuma seria de mais fecundos resultados para o bem estar e progresso da nação”. Nesse particular, Assis Brasil lançava interrogações ao governo castilhistaborgista sobre o emergente processo de industrialização do Estado, em especial a frigorificação da carne, defendida por

nosso personagem desde 1904, com aporte financeiro do Estado em substituição às charqueadas tidas como desperdiço; um anacronismo. Porém, floresceu o capital estrangeiro para fomentar essa indústria, temática a que já nos referimos.

Os frigoríficos trouxeram nova opção para o aproveitamento da principal matéria-prima sul-rio-grandense, a carne. Mas, a indústria a frio que já tinha forte expansão nos países platinos, era entendida como saída por excelência para a pecuária gaúcha que, em dificuldades, ainda tinha nas charqueadas sua forma essencial para escoar a produção por grandes distâncias. Não demorou, em 1920, iniciaram-se as críticas às empresas estrangeiras, donas dos frigoríficos, que, aproveitando a boa fase de frigorificação da carne no mercado, agiam em conjunto, barateavam o preço do gado no período de vendagem, mesmo que a carne frigorificada atingisse acentuado preço no mercado comprador, esse aumento não era repassado no preço do gado. Todavia, a carne frigorificada gaúcha chegava ao mercado internacional praticamente conquistado, o mundo enfrenta o conflito que resultou na Primeira Guerra Mundial (1914-18), seguido pela crise do pós- Guerra e da queda da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, inevitavelmente percebemos nova tendência de reorganização da economia do Estado sul-rio-grandense, com acentuada diversificação agrícola e significativa perda da economia pastoril. Como já dito, essa reorganização era percebida na forma espacial e estrutural, associada à atividade industrial e comercial emergentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elegemos Joaquim Francisco de Assis Brasil como personagem para nossa investigação, a partir do interesse em conhecer suas principais ideias, defendidas no terreno filosófico e político, e suas teses liberais sobre o desenvolvimento econômico e como elas influenciaram o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no início do século XX, particularmente durante o período da Primeira República (1889-1930). Pretendemos, então, estabelecer uma conexão entre ações e ideais preconizados por nosso personagem com o processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado sul-rio-grandense. Em hipótese, pressupomos que, como pensador e ativista político, ao empreender um conjunto de reflexões interassociadas à situação socioeconômica e política vivida pelo RS naquela época, Assis Brasil influenciou a trajetória sócio-histórica e política desse Estado.

Nossa investigação norteou-se em atenção ao principal objetivo: analisar o projeto de desenvolvimento rural defendido por Joaquim Francisco Assis Brasil para o Rio Grande do Sul. Subjacente, buscamos atender aos objetivos específicos, assim elencados: analisar a atividade pastoril e a decadência político-econômica dos estancieiros da região da Campanha sul-rio-grandense durante a República Velha; compreender as disputas pela hegemonia política do RS no início do período republicano, e, entender como, em seu tempo, Assis Brasil se posicionava diante das correntes filosóficas predominantes no mundo.

Para tal, seguimos pelo caminho metodológico do materialismo histórico a fim de construir um diálogo com a literatura e documentos da época e, a partir dele, estabelecer substratos para defender nossa tese de que Assis Brasil construiu a Granja de Pedras Altas como uma granja-modelo, granja-laboratório, para nela por em prática as teses que defendeu, em teoria, acerca do progresso da criação e da lavoura em pequena extensão territorial, tendo como base fundante a tríade educação-riqueza-cultura firmada na sua mais diletta premissa: a terra como fonte verdadeira da riqueza dos povos.

Compomos nosso referencial teórico a partir de autores consagrados que investigaram a vida e obra de Assis Brasil, bem como acerca da história político-econômica do Estado do Rio Grande do Sul no período relativo à Primeira República. Sustentamo-nos em Gramsci (2002) para entendermos o significado de hegemonia política e em Love (1975), Prado Júnior (2006), Carvalho (2008), para

traduzirmos como a hegemonia do PRR se estabeleceu no RS. Pesquisamos em Pesavento (1980; 1992), Antonacci (1981), Fonseca (1983), Bandeira (1994), Müller (1998), Targa (1998; 2002; 2004) e Herrlein Júnior (2000; 2002), dos quais abstraímos conhecimento sobre a economia do Estado sul-rio-grandense e o encaminhamento político do PRR para o desenvolvimento socioeconômico do RS. Atentamos para o pensamento de Pimentel (1950), Souza (1958), Brossard (1989), Rocha, Almeida e Merchiori (1995), Aita (2006ab), Hollanda (2011) e Saccol (2013), principalmente, a fim de relatar e discutir a atuação política de Assis Brasi e sua luta pela superação do atraso socioeducacional do país e do Estado gaúcho. Por fim, debruçamo-nos sobre a vasta literatura escrita por Assis Brasil, em documentos veiculados pela Assembleia Legislativa do Estado do RS e em publicações jornalísticas da época, notadamente de interesse em nossa investigação.

A partir dessa base teórica, redigimos nossa tese em quatro capítulos, contados a partir da introdução, na qual expomos nosso interesse, justificamos a escolha do tema e apresentamos os objetivos, as hipóteses e a metodologia de investigação. No segundo capítulo, com o propósito de contextualizar o período sócio-histórico do final do século XIX e início do século XX, tecemos considerações acerca do contexto mundial vivido por Assis Brasil como diplomata, doutrinador e político, com atenção especial para o contexto político-econômico do Rio Grande do Sul na passagem do Império para a República e durante a Primeira República. No terceiro capítulo, preocupamo-nos com influências dos ideais iluministas propagados pelo positivismo, liberalismo e fisiocracia na formação do pensamento político do RS, os quais acompanharam a inserção do país e do Estado gaúcho no mundo Ocidental. Nele retratamos Assis Brasil filósofo e doutrinador e apresentamos algumas de suas principais ideias a respeito dos temas político-doutrinários. Na sequência, expomos o quarto capítulo formado a partir da análise comparativa entre as ideias assististas sobre elementos relativos à economia pastoril, a construção da granja-modelo em Pedras Altas e o projeto de desenvolvimento rural para o RS em correlação com discursos e obras/fatos/feitos dos governantes do hegemônico PRR durante a Primeira República. Por fim, a última seção, nas considerações finais, determo-nos, em especial, em explanar sobre elementos reunidos na pesquisa que substanciam nossa tese. Denominamos de considerações finais, exatamente, por acreditarmos que essa é uma temática que não se esgota com nossa investigação, mesmo porque, desde o início, expressamos nossa dificuldade em encontrar fontes

bibliográficas com abordagem de Assis Brasil como um personagem de frutíferas ideias, perpetuadas em largo lastro histórico, preocupado em elaborar um projeto para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil e do RS. Dai porque, a busca incessante na documentação histórica e na historiografia sul-rio-grandense por informações sobre a práxis e os escritos de Assis Brasil para subsidiar nossa análise. No material coletado, principalmente de cunho biográfico e bibliográfico, valorizamos a vasta literatura escrita pelo próprio Assis Brasil e as descrições tanto de seus admiradores como de seus críticos. Na abordagem biográfica, buscamos construir a complexa imagem de um homem das letras, da doutrina e da política. Para tal, valorizamos a dimensão da individualidade do pensamento assisista em correlação com questões mais amplas da sociedade brasileira e, particularmente, da sociedade sul-rio-grandense, existentes no final do Império e durante a Primeira República. Na abordagem bibliográfica investimos na busca da práxis e dos escritos de um personagem real, um homem comum que projetou suas ideias, ao longo do tempo, centradas no movimento de esperança da construção de um local melhor para se viver, propagado por meio de seus escritos, discursos e de sua práxis, edificadores de sua história pessoal e sua trajetória político-doutrinária.

Nesse material constatamos a elaboração coletiva da imagem de um líder político, que junto a outros gaúchos, ajudou na elaboração da Constituição Nacional de 1891. No entanto, essa imagem está acentuadamente concentrada em ditos gloriosos de Assis Brasil na constitucionalização nacional e expressivamente menor na do Estado do RS, onde Júlio Prates de Castilhos e Antonio Augusto Borges de Medeiros dominaram o cenário político na direção do PRR. São esses, sobretudo, seus principais desafetos em ideologia e em questões político-partidárias. No centro das constantes desavenças políticas e inquietudes sociais estava posicionada a Constituição do Estado do RS, de cunho positivista espelhada em Auguste Comte, elaborada por Júlio Prates de Castilho, dita antiliberalista e ditatorial pela oposição federalista e democrata. Essas desavenças motivaram tristemente episódios de discórdia, inclusive revolução com luta armada.

Na liderança da oposição castilhista-borgista e nas discussões sobre os rumos do RS, na concepção liberal, encontramos Gaspar Silveira Martins, um federalista, e Assis Brasil, um democrata que só no final da Primeira República via concretizado seu sonho sobre a fundação de um partido democrático nacional, época em que

surgia o PDN para congregar os democratas brasileiros. O braço estadual do PDN, o PRD congregou federalista, democratas e dissidentes do PRR.

Na recomposição da trajetória de nosso personagem, deparamo-nos com a imagem de um liberal que concebia a democracia, intimamente ligada à liberdade e à república, como regime de governo ideal para o país porque possibilitava a representação política das minorias, defendia o voto secreto, poder judiciário independente e igual para todo o país, educação básica a cargo do Estado, posse monopólica da terra e propriedade privada, sem a existência de uma economia de mercado para regular a sociedade, e um Estado posto a serviço do desenvolvimento nacional, em especial, do RS. O pilar básico de sustentação do projeto assisista de desenvolvimento centrava-se na tríade educação-riqueza-cultura e se firmava na sua premissa fisiocrata: a terra como fonte verdadeira da riqueza dos povos.

As ideias do liberalismo de Assis Brasil acolhidas na Constituição Nacional e, posteriormente, abandonadas por seus pares constituintes, principalmente pelos futuros componentes do governo castilhista-borgista, significava mais do que uma simples manobra da engenharia política ou mera defesa de interesses pessoais. Em sua produção teórica de cunho político-doutrinário, o ideal liberal assisista tornar-se-ia elemento fundamental à democracia brasileira. Nessa produção teórica, Assis Brasil expunha claramente suas concepções sobre sociedade e Estado, o que na prática tinham a finalidade de promover discussões sobre os rumos do país, tanto na política e como na economia. Notadamente, as questões relativas à política e à economia sul-rio-grandense formavam a centralidade de suas reflexões. Seu manifesto sob o título *Ditadura, parlamentarismo e democracia* (1908; 1928), tornou-se genuinamente a maior expressão dessa centralidade.

No país e no exterior, no desempenho político de suas funções diplomáticas, conferências, encontros, palestras e, principalmente, em publicações, Assis Brasil expressou sua preocupação central com o desenvolvimento do país e do Estado do RS. Em *História da república rio-grandense* (1881; 1981), pela primeira vez, Assis Brasil retratava a relação homem-natureza-cultura e esboçava rudimentos do que seria, em nosso entendimento, os fundamentos de seu projeto de desenvolvimento para o povo brasileiro, principalmente o gaúcho que conhecia muito bem, e seu projeto particular para a vida de homem no campo. Em *Cultura dos campos* (1897; 1981), ocupado com a educação, a tecnologia e o progresso do homem rural, Assis Brasil expunha, de forma didática, clara e prática, seus ensinamentos sobre a

lavoura e a pecuária. Em *Granja de Pedras Altas* (1908) registrava com detalhes seu projeto granja-modelo, granja-laboratório, cujo propósito era obter produtividade igual na atividade rural, considerada a relação 'uma quadra, uma légua'. Em *A vida do campo e a reforma rural* (1916), escrito sobre a Conferência em Belo Horizonte, MG, Assis Brasil mostrava-se satisfeito com os resultados colhidos em 'uma quadra, uma légua', no seu projeto granja-modelo de Pedras Altas. "Posso mesmo dizer que tenho conseguido muito mais do que prometti". [redação original]. (p. 47).

Não obstante, a trajetória de Assis Brasil, à luz de interpretações diversas, mostrou-nos muito mais sobre sua ideologia político-doutrinária, sua atuação como diplomata brasileiro e político opositor ao positivismo comteano adotado pelo governo castilhistaborgista, hegemônico ao longo da Primeira República, do que sobre suas pretensões acerca do desenvolvimento socioeconômico do país e do RS. Daí porque evidenciamos nos programas dos partidos políticos, especialmente do PRD e PL, escritos por Assis Brasil, as teses socioeconômicas registradas. De forma complementar, buscamos uma análise comparativa de suas teses em correlação com as propostas e os feitos do governo castilhistaborgista. Ainda que esse caminho possa, em metáfora, afigurar-se como 'areias movediças' visto que Assis Brasil também auxiliou na redação do projeto do PRR, lembramos a base filosófica de sustentação de cada projeto de partido: enquanto o PRR se sustentava nos princípios do positivismo de Auguste Comte, o PRD e PL seguiam princípios do liberalismo econômico do fisiocrata François Quesnay e seus seguidores.

Em vários momentos de nossa tese, ao longo da investigação com base de análise centrada nas mensagens enviadas à Assembleia dos Representantes, pelos sucessivos Presidentes do RS, entre 1889 e 1930, observamos semelhanças, diferenças e contradições entre os projetos de concepções liberal e positivista que promoveram o desenvolvimento do Estado do RS. A começar pela concepção positivista e liberal de imigração para promover o povoamento do RS. Nas duas ideologias era bem-vinda a imigração espontânea, mas, na percepção assisista havia favorecimento do colono imigrado em desacordo com os benefícios concedidos pelo Estado do RS ao colono nativo. Então, Assis Brasil se punha em defesa de harmonizar a produção agrícola, tanto da criação como da lavoura, para atender as necessidades da economia gaúcha e equalizar a riqueza do povo de maneira que favorecesse quem cuidava da criação e igualmente quem cuidava da lavoura. O fio condutor dessa equalização seria a educação, a qual oportunizaria a

geração de riquezas para o colono nativo na mesma proporção que para o colono imigrado. De igual maneira outros serviços públicos, como, por exemplo, os deficitários e quase inexistentes nas áreas da comunicação e do transporte, deveriam igualmente atender a quem cuidava da lavoura, da criação, do comércio, da indústria, em fim, o interesse e as necessidades de todo o povo gaúcho. Contudo, o PRR priorizava o desenvolvimento da policultura, Metade Norte do RS, basicamente habitada pelo colono imigrado, que mais densamente povoada fortaleceu o poder do mato, no dizer de Félix (1996), que aos poucos aplicou a tecnologia, produziu excedentes para a exportação e adotou o discurso republicano. Mas, a Metade Sul, caracterizada pela pecuária extensiva com pouco ou quase nenhum uso de tecnologia e adepta ao liberalismo destituído do poder gaúcho no final do Império, aos poucos, viu seus interesses relegados pelo governo castilhistaborgista, ainda que se mantivesse no topo das exportações sul-rio-grandense. Entretanto, a política orçamentária do PRR visava desonerar a renda do Tesouro do RS das exportações, especialmente de um único produto, caso do café, privilegiado na política exportadora nacional. Para efetivar a política orçamentária, o governo feriu um dos princípios do positivismo comteano: orçamento equilibrado, gastar apenas o que gerava. Verificamos que o governo gaúcho realizou empréstimos para aumentar o disponível no Tesouro do Estado, investiu na organização e na estruturação da malha viária, promoveu encampações na área dos transportes sem redução de taxas e pesadamente taxou o imposto territorial da propriedade latifundiária.

Em relação à política orçamentária, o projeto econômico do PRR, com base nos preceitos constitucionais, começou a se firmar em 1902, nitidamente, a partir da reforma tributária com a criação e implantação do imposto territorial que, pelo §1º, do artigo 47 da Constituição de 1891, substituiria progressivamente o imposto de exportação pela redução ou pela isenção de taxas para diversos produtos do rol das exportações. Na época, muitos produtos da Metade Norte começavam a despontar na economia agroexportadora, sofrendo isenções ou redução da taxa de exportação. Todavia, nessa reforma, os produtos de origem pastoril, Metade Sul, não sofreram nenhuma isenção ou redução de taxas. As isenções e as reduções de taxas, bem como a regra de aplicação do imposto territorial foram duramente criticadas pela oposição que tinha em suas fileiras políticos anti-PRR e seu projeto econômico de ideário positivista, como Assis Brasil.

De afeição ruralista, nosso personagem sustentava sua postura liberal e se empenhava em discutir estratégias para a promoção de melhorias da agricultura, da lavoura e da criação. Além da participação em encontros de criadores e de suas publicações, palestras e conferências em torno da tríade educação-riqueza-cultura, buscava apoio para alargar a base oposicionista e fazer frente ao governo do PRR, o qual enfrentara, no pleito de 1907, a candidatura de Fernando Abbott e, em 1922, a de Assis Brasil. Porém, nos respectivos pleitos o PRR sairia vencedor. No primeiro Carlos Barbosa Gonçalves fora eleito para presidir o RS no período entre 1908-13; no outro reelegeu-se Borges de Medeiros para governar o Estado entre 1923-28. Nesse último pleito, em meio a acusações de fraudes e de cooptação político, a frustração do eleitorado assisista se expressou em protestos e levantes que resultaram na revolução de 1923, finda com a assinatura do pacto de Pedras Altas naquele mesmo ano. Esse pacto corou de êxito a atuação da oposição: finalmente a tão esperada revisão da Constituição gaúcha de 1891 e o impedimento de nova reeleição de Borges de Medeiros para a presidência do RS.

O revitalizar da força oposicionista ao governo castilhistaborgista logrou êxito ao projeto de desenvolvimento rural pensado por Assis Brasil. Na presidência de Carlos Barbosa Gonçalves, o governo passou a incentivar a melhoria genética do plantel vacum, apoiado pela legislação federal importou reprodutores vacuns e cavalares de raça pura, criou o Posto Zootécnico, ampliou a oferta do ensino público e melhorou as escolas agrícolas. Mas, terminado seu governo, retornara Borges de Medeiros ao poder com pouca disposição para investir no desenvolvimento da tradicional atividade pastoril da área latifundiária do Estado do RS.

Contudo, por força da oposição federalista e democrata, reunida em torno da Federação das Associações Rurais do RS, em 1914, Borges de Medeiros promoveu nova reforma tributária para alterar a forma de incidência do imposto territorial, que desagradava pecuaristas, colonos e arroteiros, e reduzir a taxa de exportação dos couros produzidos na Campanha, Metade Sul, e da banha da Metade Norte. Mostramos em estatísticas elaboradas com base em Fonseca (1983), Herrlein Júnior (2002), Targa (2004) e em dados coletados nas mensagens dos Presidentes do Rio Grande do Sul no período de 1889-1930, o decréscimo nas exportações da pecuária da Metade Sul e o conseqüente acréscimo nas exportações da policultura da Metade Norte, bem como o movimento financeiro do Tesouro do Estado em relação à renúncia tributária, ao volume arrecadado nos impostos de exportação, territorial e

de transferência de propriedade. Com base nessas estatísticas, notamos que, ao final da Primeira República, permanecia representativa a arrecadação tributária sobre o imposto de exportação e o imposto de transmissão de propriedade, os quais não foram extintos tal como previsto constitucionalmente. Todavia, o efeito das reduções em torno do imposto de exportação e do imposto de transmissão da propriedade, renúncia fiscal, na arrecadação do Tesouro do Estado, foi minimizado por estratégias adotadas pelo governo do PRR, na direção de sua política orçamentária, que favoreceram a diversificação das fontes da economia sul-riograndense. Em suma, teve êxito a política orçamentária do PRR, nitidamente antilatifundiária.

Em posição contrária a essa política, evidenciamos um Assis Brasil especialista em assuntos relacionados ao desenvolvimento rural do RS, defensor da fisiocrata concepção da terra como bem de raiz, potencialmente produtora de riqueza e de bem-estar do homem que nela trabalha, adepto ao melhoramento da genética do plantel vacum, cavalari e ovícola sul-riograndense para alavancar a atividade da agricultura: lavoura e criação. Um intelectual que defendia a educação do homem rural para instruir a aplicação da tecnologia a fim de melhor cuidar o campo e a mata, cuja prática se reverteria em maior produtividade da área explorada e geraria riquezas para o Estado; um cidadão que reconhecia a legitimidade do pagamento de tributos ao tesouro público, relativos à exploração da terra e da renda dela obtida – impostos de importação e territorial, sob tarifas equitativas e justas, e defendia a extinção progressiva dos impostos de exportação e o de transmissão de propriedade em conformidade com a proposta do PRR e a Constituição Estadual de 1891. Fora esse Assis Brasil que propôs e aplicou na prática suas teses teóricas e sua concepção de granja-modelo em Pedras Altas com a finalidade de produzir equivalente rentabilidade em “uma quadra, uma légua”, desenvolver sua pedagogia campesina para instruir o homem que trabalha a terra – o criador de gado e o lavrador – para dela retirar frutos que lhe possibilitasse viver com bem-estar e qualidade de vida no campo, no meio rural, longe das cidades.

Nesse momento, depois da retomada da análise que empreendemos ao longo de nosso trabalho, inferimos que o êxito da prática em agricultura, levada a efeito nas atividades agropastoris e agrícolas da granja-modelo de Pedras Altas, mostrou evidências que a atividade de criação em minifúndios, na época seria [e foi temporariamente] uma estratégia viável para o enfrentamento da notória política

antilatifundiária empreendida pelo PRR: em ‘uma quadra’, Assis Brasil afirmava ter alcançado rentabilidade equivalente a ‘uma légua’ de terra utilizada na criação extensiva da pecuária tradicional do RS. Sua experiência demonstrou que tanto o minifúndio da região colonial quanto o latifúndio da região da Campanha, com educação, aplicação de tecnologias e de práticas de melhoramento genético na criação e na lavoura, poderiam explorar a terra – aquela que tudo dá –, cuidar do campo e da mata, obter da terra produção suficiente para abastecimento do mercado interno do RS, produzir o excedente para a exportação e gerar riquezas ao povo gaúcho. Portanto, não haveria razões para a ocorrência de tarifas diferenciadas do imposto sobre a terra e a renda do povo que vivia no meio rural sul-rio-grandense.

Ao final, torna-se inegável que a obra teórica de Assis Brasil, escrita e expressa oralmente em suas inúmeras preleções públicas, teve sua versão prática na real expressão de sua Granja de Pedras Altas; um modelo-piloto que mostrou ser possível explorar economicamente “uma quadra, uma légua” e obter lucratividade; uma granja que fora gérmen da Embrapa, na concepção de Pedro Simon (2006), e, para nós, princípio da agricultura familiar agroexportadora incentivada pelas políticas públicas do século XXI. Notadamente, evidenciamos J. F. De Assis Brasil, um homem com ideias além do seu tempo.

Por fim podemos considerar essa etapa de nosso trabalho finalizada, mas cientes que as atividades frente a esse campo de pesquisa só se iniciaram. Existe muito a ser estudado, pesquisado, conhecido e divulgado. Então, concluímos nosso pensamento com uma premissa assisista, retirada de *A vida do campo e a reforma rural*: “O infinitamente pequeno escapa aos nossos meios de apreciação”.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

AITA, Carmen S. A. (Org.) **Joaquim Francisco de Assis Brasil: perfil biográfico e discursos (1857-1938)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2006^a.

AITA, Carmen S. A. **Liberalismo e república: o pensamento político de J. F. de Assis Brasil**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2006b.

ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. In: **Biblos**. Rio Grande, v. 7, p. 189-211, 1995.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições e a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

AREND, Marcelo. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e neo-schumpeteriana evolucionária**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: PPGE/UFSC, 2004.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. **O oportunismo e a revolução**. São Paulo: Tipografia A. L. Garraux & Companhia, 1880. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/o-oportunismo-e-a-revolucao/>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **A república federal**. Rio de Janeiro: G. Leuzinger, 1881.

_____. **História da república rio-grandense**. Porto Alegre: Erus, 1981.

_____. **Historia da república rio-grandense**. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1882.

_____. **Do governo presidencial na república brasileira**. Lisboa, Portugal: Companhia Nacional Editora, 1896.

_____. **Cultura dos campos: noções gerais de agricultura e especiais de alguns cultivos atualmente mais urgentes no Brasil**. 4. Ed. Porto Alegre: Governo do Estado/Caixa econômica Estadual, [1898],1977.

_____. **A vida do campo e a reforma rural**. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Conferência proferida em São Paulo em 1917. In: HOLLANDA, Cristina Buarque de. (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil – uma antologia política**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2011, p. 260-96.

_____. **A aliança libertadora no Rio Grande do Sul**: manifesto Político. Porto Alegre: Globo, 1925.

_____. **Ditadura, parlamentarismo e democracia**. Porto Alegre: Globo, [1908], 1928.

_____. **Atitude do partido democrático nacional**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1929.

_____. **Democracia representativa**: do voto e do modo de votar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional [1893], 1931.

_____. Um discurso na assembleia legislativa do Rio Grande do Sul. **Anais**. Assembleia Constituinte, nov. dez, 1933.

_____. Anais da Assembleia Constituinte (nov.-dez, 1933). In: **Arquivo Assis Brasil**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados/Imprensa Nacional, v. 2, 1934.

_____. A vida no campo e a reforma rural. In: PIMENTEL, Fortunato. **Joaquim Francisco de Assis Brasil**: emérito agricultor. Porto Alegre: Gráfica Santa Teresinha Ltda, 1950, p. 68-78.

_____. Ideias da pátria. 1917. In: BROSSARD, Paulo. (Org.) **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

_____. **Assis Brasil**: um diplomata da república. Rio de Janeiro: FUNAG, 2006.

AXT, Gunter. Orçamento público, controle e cooptação no Rio Grande do Sul coronelista. In: **MÉTIS**: História & Cultura. Caxias do Sul, RS, v. 3, n. 5, p. 211-235, 2004.

BACKES, Ana Luiza. Notas sobre a república, oligarquias e utopias. In: **Cadernos Aslegis**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, n. 34, p. 14-30, 2009.

BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antonio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da região sul do RS**: causas e perspectivas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994, p. 7-48.

BARBOSA, Luísa. **O sufrágio universal na obra de Assis Brasil**. 2000. Disponível em: <<http://assisbrasil.org/razilia.doc>>. Acesso em: 10 out.2012.

BEIKOW, Paulo R. A formação da economia arrozeira do Rio Grande do Sul. In: **Ensaio** FEE. Porto Alegre, RS, v. 4, n. 2, p. 55-84,1984.

BELL, Stephen. The coastal complex. In. **A campanha gaúcha: a Brazilian ranching system, 1850- 1920**. Califórnia: Stanford: Stanford University Press, 1998, p. 45-81.

BENOIT, Lelita Oliveira. **Augusto Comte: fundador da física social**. São Paulo: Moderna, 2002.

BOBBIO, Norberto.; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução Carmen C. Varriale e outros. Brasília: UnB, 1998, v. 1.

BRASIL, Cecília de Assis. **Diário de Cecília de Assis Brasil: período 1916-1928**. Porto Alegre: L\$PM, 1983.

BRASIL (País). Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/>. Acesso em: 209 mar. 2015.

BROSSARD, Paulo. **Ideias políticas de Assis Brasil**. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

_____. Assis Brasil, o fisiocrata. In: **Caderno de História do Memorial do Rio Grande do Sul**, nº 40. Porto Alegre: Memorial de Rio Grande do Sul, 1993.

_____. **J. F. Assis Brasil**. Porto Alegre: Est Edições, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Paz e Terra, 1977. In: MONASTERIO. Leonardo Monteiro. **Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002.

CARDOSO, Teodoro. Nota preliminar. In: QUESNAY, François. **Quadro econômico dos fisiocratas**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG< p. 130.155, 2005.

CARVALHO, Maria Lúcia L. de.; PEREIRA, Paulo R. D.; ALMEIDA, Pedro F. C. O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a primeira república. In: TARGA, Luiz R. P. (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS. FEE/Lajeado: UNIVATES, 1998.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. **Provincial Presidential Reports (1830-1930)**: Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em: 5 mar. 2015

_____. **Mensagens**. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em: 10 fev. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COMTE, Augusto. **Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo [1844]**. 2. Ed. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Frederico Lustosa da. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. In: **RAP**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 42, n. 5, p. 829-74, 2008.

DABÊNE, Oliver. **América latina no século XX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

DOHMS, Hermann G. Textos escolhidos. In: DREHER, Martins N (Org.). **Hermann Gottlieb Dohms: pensadores gaúchos**. Porto Alegre, RS, v. 8, 2001.

FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Mapas**. 2011. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

FERTIG, André; ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. O partido federalista na assembleia dos representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). **Cad. Pes. Cdhis**, Uberlândia, v. 23, n. 2, 2010.

FIERGS. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. **Aspectos socioeconômicos do RS**. 2003. Disponível em: <<http://www.fiergs.org.br>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. **Os senhores do sertão: coronelismo e parentela em uma área periférica de Minas Gerais (1889-1930)**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: ideias políticas da revolução farroupilha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

_____. Moacyr. Revolução de 1923. In: FLORES, Hilda Agnes Hubner. **Correio do povo 100 anos**: círculo de pesquisas literárias Porto Alegre: Nova Dimensão, 1995.

FONSECA, Pedro C. Dutra. **RS**: economia e conflitos políticos na república velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta).

FRANCO, Álvaro da Costa. O partido federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. **República velha** (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, v. 3, p. 133-67, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Assis Brasil**: um diplomata da República. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

_____. **Júlio de Castilhos e sua época**. 3. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1996.

_____. **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre, RS: Associação Comercial, 1983.

FREITAS, Décio. O desfalecido orgulho gaúcho. In: FISHER, Luiz Augusto; GONZAGA, Sergius (Org.) **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Nacional, 2007.

GOLIN, Tau. Cartografia da guerra guaranítica. **Anais**. Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, RJ, maio de 2011.

GRAMSCI, Antonio. O risorgimento, notas sobre a história da Itália. In: **Cadernos do cárcere**, v. 5. Tradução de Luiz Sergio Henriques, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. A economia gaúcha e suas relações externas: 1889-1930. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, RS, v. 22, n. 2, p. 172-202, 2001.

_____. **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: um outro capitalismo no Brasil meridional! Tese (Doutorado em Economia). Campinas, SP: Unicamp, 2000.

_____. A trajetória do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, RS, v. 23, n. espec. p. 645-68, 2002.

_____. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**. Campinas, SP, v. 13, n. 1(22), p. 175-207, 2004.

HOBBSAWM, Eric John Earnest. **A era dos impérios: 1875-1914**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. (Org.). **Joaquim Francisco de Assis Brasil: uma antologia política**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2011.

_____. The question of political representation in the first Brazilian Republic. In: **Caderno CRH**. Salvador, BA, v. 21, n. 52, p. 25-35, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial do Rio Grande do Sul: mesorregiões e microrregiões**. 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

IMAGINA (site). **Paisagens pitorescas: o castelo de um visionário gaúcho**. 2010. Disponível em: <<https://imaginaconteudo.wordpress.com/2010/11/23/paisagens-pitorescas-o-castelo-de-um-visionario-gaucha/>>. Acesso em: 20 mar. 2015

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

JARDIM, Lisandra Ferreira. **Paulo Freire e o positivismo: algumas reflexões acerca da educação contemporânea no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/dialogoscompaulofreire/positivismo%20e%20educ%20l.pdf>>. Acesso em 29 mar.2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

KUNTZ, Rolf Nelson. (Org.). **François Quesnay: economia**. São Paulo: Ática, v. 44, p. 7-40, 1984.

_____. **Capitalismo e natureza: ensaio sobre os fundadores da economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

_____. **O pensamento marxista e a cidade**. Tradução de Maria Idalina Furtado. Póvoa de Varzim, Portugal: Ulisseia, 1972.

LÊNIN, Vladimir Ilitsch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Global, 1982.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 30**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LUVIZOTTO, Carolina Kraus. **Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAESTRI, Mário. A segunda morte de Júlio de Castilhos. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Maringá, PR: UEM, n. 30, nov. 2003.

MAESTRI, Mário. (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, 2010a.

MAESTRI, Mário. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril rio-grandense (1680-1964). 2010b. In: _____. **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo, RS: Universidade de Passo Fundo, p. 212-300, 2010.

MALFATTI, Selvino Antonio. **Raízes do liberalismo brasileiro**. Porto Alegre: Pallotti, 1995.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2009, p. 176-253. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143-05.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

MARQUES, Antero. **Assis Brasil e a evolução nacional**. Porto Alegre: Pallotti, 1983.

MARSON, Michel Deliberali. Origens dos empresários da indústria de máquina e equipamentos em São Paulo, 1870-1900. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 481-511, 2012.

MARTINS, Gaspar Silveira. A reforma. 6 de julho de 1886. **Anais**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp>. Acesso em: 20 jan. 2015.

MARTINS, Liana Bach.; SILVA, Luís Antonio Costa da.; NEVES, Gervásio Rodrigo. (Org.). **Pensamento político de Júlio de Castilho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

MARX, Karl. **Teoria da mais-valia**: os fisiocratas. Tradução Marcio Pugliesi. São Paulo: Global, 1978.

_____. **Para a crítica da economia política**: os economistas. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1982, v. 1.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Douglas. **Jornal o dever.rar**. 1998. Disponível em: <[<http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+O+Dever,504010530.rar\(archive\)>](http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+O+Dever,504010530.rar(archive))>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. **Publicações**: jornal correio do sul.rar. Disponível em: <[<http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+Correio+do+Sul%2c504172438.rar%28archive%29>](http://minhateca.com.br/douglas.med.v1998.com/Documentos/Jornal+Correio+do+Sul%2c504172438.rar%28archive%29)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

MELLO, Rafael Reis Bandeira de. **A influência do positivismo nos primeiros anos da república (1889-1894)**. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>>. Acesso em 17 abr. 2014.

MELLO, Sérgio Cândido de. **Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo**. São Paulo: Anneblume/Fapesp, 2003.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. In: **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-44, 1991.

MONASTERIO, Leonardo Monteiro. **Capital social e a região sul do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2002. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/capital-social/monasteriotese.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

MONTANER, Carlos Alberto. **O que é liberalismo?** 2013. Disponível em: <<http://www.imil.org.br/artigos/o-que-liberalismo/>>. Acesso em 27 abr.2014.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da república velha ao estado novo: o aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). **História geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Campus, p. 211-228, 1990.

MOURA, José Adersino Alves de. **O método positivista nas ciências sociais: o viés na história da educação**. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.11/GT29.PDF>>. Acesso em 29 mar.2014.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre:

Gazeta Mercantil, 1998.

NOLL, Maria Izabel.;TRINDADE, Helgio. (Org.) **Estatística eleitoral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS/assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

NORONHA, Andrius Estevam. Análise teórica sobre a categoria elite política e seu engajamento nas instituições da comunidade regional. In: **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul, RS, n. 29, p. 24-45, jul./set. 2009.

OSÓRIO, Joaquim Luis. **Partidos políticos no Rio Grande do Sul**: período republicano. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Mônica. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Mônica. Liberalismo. In: _____. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2013, p. 43-83.

PAIM, Antonio. **Liberalismo contemporâneo**. 3. ed. Londrina, PR: Edições Humanidades, 2007.

_____. A querela do estatismo. In: **Arquivos**. Instituto de Humanidades. Londrina, PR, 1999.

_____. História do liberalismo brasileiro. In: **Arquivos**. Instituto de Humanidades. Londrina, PR, 1998.

PARTIDO LIBERTADOR. PL. **Programa e lei orgânica**. Porto Alegre, 1945.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. **Entre os direitos do cidadão e os interesses do Estado**: representação política no pensamento político de Joaquim Francisco de Assis Brasil. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PEDRAS ALTAS (Município). **Fotografias da Granja de Pedras Altas**. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pedras-altas.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

PEDROSO, Rodenei Bello. **Silveira Martins e a questão da forma de governo**. Monografia (Especialização em Pensamento Político Brasileiro). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1990.

PEREIRA, Ledir de Paula. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na Revolução Federalista de 1893-1895 e entre Maragatos e Chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

_____. **O positivismo e o liberalismo como base doutrinária das facções políticas gaúchas na revolução federalista de 1893-1895 e entre maragatos e chimangos de 1923**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Charqueadas, frigoríficos e criadores: um estudo sobre a república velha gaúcha**. Porto Alegre, RS: Movimento, 1980.

_____. **A revolução federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **História da indústria sul-rio-grandense**. Porto Alegre: Riocell, 1985.

_____. **A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho**. Porto Alegre: ALRS, 1992.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIMENTEL, Fortunato. **Joaquim Francisco de Assis Brasil: emérito agricultor**. Porto Alegre: Gráfica Santa Teresinha Ltda, 1950.

PINTO, Céli Regina J. Política rio-grandense na República Velha. **Análise Econômica**, ano 5, n. 8, p. 83-111, mar. 1987.

_____. Política rio-grandense na República Velha. **Análise Econômica**, ano 5, n. 8, p. 83-111, mar. 1987.

_____. **Positivismo: um projeto político alternativo**. Porto Alegre, RS: Pallotti, 1986.

PL. Partido Libertado. **Programa e a lei orgânica**. 1945. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/hotSites/registro_partidario/pl/arquivos/programa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2015,

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

_____. **Teoria marxista do conhecimento e método dialético materialista**. São Paulo: Discurso, 1973. Ed. Eletrônica, 2001. Disponível em: <file:///C:/site/livros_gratis/teoria_marxista.htm>. Acesso em: 10 jan. 2015.

QUEIRÓS, César Augusto B. A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. **Antíteses**, v. 1, n. 1, p. 65-94. Jan./jun 2008.

QUESNAY, François. Tableau économique des physiocrates. In: PETTY, William, QUESNAY, François. **Os economistas**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto; Apresentação de Roberto Campos. São Paulo: Nova cultural, 1996.

REVERBEL, Carlos. **Pedras Altas**: a vida no campo segundo Assis Brasil. Porto Alegre: L&PM, 1984.

RÉMOND, René. **O século XIX**: 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1974.

RICARDO, Laurice de Fátima Gobbi. **Dupont de Nemours**: fisiocracia e educação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). **Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul**. 1891. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 2015.

ROCHA, Artheniza Weimann; ALMEIDA, Luiz Gonzaga Binato de; MARCHIORI, José Newton Cardoso. **J. F. de Assis Brasil**: interpretações. Santa Maria: UFSM, 1995.

ROCHA, Jefferson. **As raízes da crise da metade sul- uma análise da exploração pecuária na formação econômica do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado). UNISC, Santa Cruz, RS, 1999.

_____. **As raízes do declínio econômico da “Metade Sul” do Rio Grande do Sul** – uma análise da racionalidade econômica dos agentes produtivos da região. UNISC, URCAMP, Brasil. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s12a5.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2012.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo**: uma filosofia da república. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção Brasil 500 anos).

ROUSTON JÚNIOR, Eduardo. O partido federalista na campanha assisista de 1922: algumas reflexões. In: **Signos**. Lajeado, RS: Univates, a. 33, n. 1, p. 53-76, 2012.

SOARES, Luiz Francisco Matias. **1923**: coronelismo e revolução. São Borja, RS: Faith, 2014.

SOUZA, José Pereira Coelho de. **O pensamento político de Assis Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

STEWART JR., Donald. **O que é liberalismo?** 4. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: _____. **Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada.** Porto Alegre: FEE, 1996, p. 17-48.

_____. Le Rio Grande do Sul et la création de l'Etat 'développementiste' brésilien. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Grenoble 2, Pierre Mendès France (Grenoble/França), 2002. In: _____. **A política fiscal modernizadora do partido republicano rio-grandense na primeira república (1998-1930).** 2004. Disponível em: <<https://www.google.com.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

TAUFER, Paulo Roberto. **Partido libertador: formação e atuação política.** 2008. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

TAVARES, José Antonio Giusti. **Representação política e governo: J.F.de Assis Brasil dialogando com os pósteros.** Canoas, RS: ULBRA, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRINDADE, Helgio; NOLL, Maria Izabel. **Subsídios para a história do parlamento gaúcho (1890-1937).** Porto Alegre: CORAG, v. II, 2005.

VOGT, Olegário Paulo. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul e o capital social.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2006.

WEINMANN, Amadeu de Almeida. **Alguns personagens de nossa história.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 2013.

WEISS, Jussemar. Trabalho, alimentação e natureza: a noção de gaúcho na obra História da República Rio-Grandense, de Assis Brasil. **Biblos**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 103-113, 2010.

ANEXOS – REGISTROS
A GRANJA DE PEDRAS ALTAS
O CASTELO



A CAPELA DE PEDRAS ALTAS



A BIBLIOTECA DE PEDRAS ALTAS



O PIANO EM PEDRAS ALTAS



O PORTÃO DE ENTRADA DA GRANJA DE PEDRAS ALTAS



A ESTREBARIA DE PEDRAS ALTAS



CRIAÇÃO DE DEVON EM PEDRAS ALTAS



ANTIGO LATÍCINO DE PEDRA ALTAS



O ESTÁBULO DE PEDRAS ALTAS



Fone: Município de Pedras Altas. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pedras-altas.html>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

APÊNDICE A

IMPOSTOS E RECEITA ORÇADA PERÍODO CIRCUNSTANCIADO

Tabela 4 – Impostos e receita orçada período circunstanciado

Ano	Tipo de imposto Valores orçados (contos em réis)			Receita Orçada (*)
	Exportação	Transmissão de Propriedade	Territorial	
1889	4.026	2.176	-	10.259
1904	2.901	1.240	1.562	8.855
1909	3.158	2.925	1.934	13.185
1914	2.490	2.430	2.925	15.414
1919 (**)	3.534	2.100	4.054	26.682
1924	6.951	9.145	4.759	52.690
1929	9.450	11.178	10.731	89.854

(*) Refere-se somente às receitas orçadas devidas a impostos e taxas.

(**) A partir das encampações houve alteração progressiva do perfil do fisco do RS. Entre 1922-1927 houve duplicação do imposto de consumo e os serviços industriais mobilizaram recursos superiores à arrecadação ordinária. Em 1927, a arrecadação do Estado foi de 47.898 contos, nesse montante, a Viação Férrea contribui com 59.117 contos.

Fonte: Elaborada por Vargas (2015) com base em dados coletados nos relatórios do presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1830-1930).¹²¹

¹²¹ PROVINCIAL PRESIDENTIAL REPORTS (1830-1930): Rio Grande do Sul. 1930, p.149. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em: 5 mar. 2015.

APÊNDICE B

COMPORTAMENTO DAS EXPORTAÇÕES, RENÚNCIA FISCAL, CARGA TRIBUTÁRIA E IMPOSTOS DE EXPORTAÇÃO E TERRITORIAL

Tabela 5 – Comportamento das exportações, renúncia fiscal, carga tributária e impostos de exportação e territorial

Ano	Total das Exportações	Renúncia Fiscal	Carga Tributária	Imposto de Exportação	Imposto Territorial
1904	57 183	1 354	8 855	2 902	1 562
1905	56 665	1 447	8 495	2 369	1 520
1906	66 233	1 732	9 249	2 725	1 483
1907	72 857	1 980	9 927	2 894	1 489
1908	74 529	2 104	10 870	2 824	1 581
1909	77 125	2 089	13 185	3 168	1 934
1910	81 959	2 209	13 595	3 157	1 935
1911	81 393	2 239	14 459	3 109	2 058
1912	104 968	3 035	16 441	3 715	2 125
1913	108 101	3 366	17 125	3 414	2 784
1914	79 320	2 616	15 127	2 490	2 925
1915	89 048	2 810	15 509	2 476	2 961
1916	92 310	3 433	17 599	2 459	2 918
1917	161 740	6 408	20 535	2 693	3 319
1918	165 764	6 069	22 024	3 202	3 361
1919	215 572	8 399	26 682	4 054	3 534
1920	197 879	8 041	25 952	3 163	3 977
1921	214 959	8 786	32 960	3 249	4 507
1922	234 071	9 774	31 554	4 246	4 588
1923	311 151	13 468	34 723	5 728	4 321
1924	413 942	17 963	52 690	6 951	4 759
1925	473 997	20 420	58 635	7 089	5 764
1926	347 445	14 875	62 193	5 914	6 380
1927	415 916	13 375	64 564	6 129	7 304
1928	580 723	25 347	77 789	9 682	7 592
1929	540 793	23 522	89 854	9 450	10 731

Fonte: Adaptado de Targa (2004, p. 18).